

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Marco Antônio de Azevedo

INFORMAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA:
A construção do conhecimento social em um ambiente comunitário

Belo Horizonte – MG

2006

Marco Antônio de Azevedo

**INFORMAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA:
A construção do conhecimento social em um ambiente comunitário**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria Marteleto

Belo Horizonte - MG

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A993i Azevedo, Marco Antônio de
Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário / Marco Antônio de Azevedo. - Belo Horizonte, 2006. 248f. :il.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria Marteleto
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Bibliografia.

1. Ciência da informação. 2. Informação – Aspectos sociais. 3. Segurança pública. 4. Policiamento comunitário. I. Marteleto, Regina Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDU: 02

Agradecimentos

A minha orientadora, Regina Maria Marteleto, não só pela acolhida, pelo incentivo e pelo crédito, mas também pelos ensinamentos que me transmitiu, cuidadosa e pacientemente. Com ela pude fazer reflexões sobre a natureza da informação, da comunicação e do conhecimento, sobre os fundamentos sociais da ciência da informação e sobre as atitudes de um pesquisador social, que ficarão por muito tempo comigo e, quem sabe, para sempre, pois marcaram o início de um processo que, creio, não terá mais fim: a versão, a conversão e a reconversão do olhar. Agradeço-lhe, particularmente, por ter me ajudado a avançar na busca do conhecimento compartilhado e a caminhar na tarefa de superar e questionar meus dogmatismos.

A Lívia, querida esposa e companheira, pelo exemplo, incentivo, amizade e paciência.

A minha querida mãe, Maria Therezinha, pelo seu apoio carinhoso e pelas muitas formas de ajuda que dá, sempre com alegria e bondade. As minhas amadas filhas Mariana e Julia, por serem o que são, pela sua amizade e companheirismo e, também, por aceitarem minhas ausências. A Tereza, por se alegrar tanto quando o vovô aparece e por ter tantos casos para me contar. Sou grato também ao Mario César e Judith Maria, Walter Luiz e Aloísio e Carolina, respectivamente irmãos, genros e afilhada, todos muito queridos.

Aos meus amigos por me incentivarem e por me alegrarem com sua companhia, especialmente à Jane, por me ouvir e pela confiança em meus projetos, e à Eugenia, pela ajuda e por ser, entre os amigos, a melhor incentivadora.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, por terem me acolhido e pelos ensinamentos, especialmente às Professoras Helena Maria Tarchi Crivellari, Lídia Alvarenga, Marta Pinheiro Aun, Marlene de Oliveira e Maria Eugenia Albino Andrade.

Aos meus colegas de turma, pela boa convivência e, especialmente, ao Carlos Alberto Avila Araújo, com particular admiração, por sua constante e valiosa disposição para contribuir e ajudar.

Aos dignos membros do Consep 17, da comunidade e das polícias civil e militar, por compartilharem comigo suas experiências em relação à segurança pública em seus respectivos bairros de moradia e trabalho, e aos oficiais da PMMG que, cômnicos de seu papel social, mostraram-se sempre dispostos a colaborar com esta pesquisa e a prestar as informações necessárias para sua realização.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), instituição na qual trabalho dando aulas há vinte anos, que com seu programa de Auxílio PUC Carga Horária, contribuiu para viabilizar economicamente a realização deste projeto de aprendizado acadêmico.

Aos meus colegas do Instituto de Psicologia, pelo incentivo e compreensão, quando não pude estar presente em função deste trabalho.

A Valéria Coelho de Freitas e Bárbara Sampaio Costa Flecha, pelo responsável, cuidadoso e competente trabalho de transcrição das entrevistas e revisão final do texto.

Aos bibliotecários e funcionários da biblioteca da PUC-MG, ECI e FAFICH-UFMG, pela presteza e disposição.

Aos funcionários da ECI-UFMG, especialmente a Maria Goreth Gonçalves Maciel e Viviany Maria Braga Carvalho, pelas orientações e disponibilidade.

Não posso deixar de me lembrar de alguns de meus entes queridos que se foram, mas que, de alguma forma, se fazem presentes pelo muito que me deixaram: meu querido e inesquecível pai, Mario Fabiano, pelo incentivo que me deu em vida e que, ainda hoje, me anima profundamente, para trabalhar, estudar e aprender sempre e com prazer; as minhas queridas tias Lalada e Nini, que foram segundas mães, pelo afeto e carinho que me dedicaram, e João Otto Sofal, que foi um segundo pai, pelos seus exemplos, pelo muito que me ajudou e ensinou.

A Deus, pelo dom da vida.

*O real não está na saída nem na chegada, ele se
dispõe para a gente é no meio da travessia.
(Guimarães Rosa).*

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo descrever processos de construção do conhecimento social que tem lugar em ambientes comunitários que visam a promoção de segurança pública.

Considerou-se que as polícias militares vivem uma crise (de conhecimento) frente a escalada da criminalidade e que a adoção de um modelo de policiamento comunitário, mais compatível com os valores de uma sociedade democrática, tem se mostrado uma alternativa viável. O novo modelo pressupõe redefinições quanto ao principal papel da polícia e demanda a construção de novos conhecimentos, orientados para estratégias preventivas, intensa troca de informações com a comunidade e desenvolvimento de indicadores de segurança pública com uso de tecnologias de sistemas de informação.

Em seguida, discutiu o fenômeno informacional como uma construção social, mostrando que é o sujeito usuário da informação, limitado por um contexto político-histórico-cultural, que seleciona sentidos, constrói conhecimentos e gera novas informações.

A partir de um estudo exploratório definiu-se como objeto de investigação as “práticas informacionais que têm lugar num Consep (Conselho Comunitário de Segurança Pública) de Belo Horizonte”, organização comunitária importante para a implantação do policiamento comunitário. Para analisar estas questões, tomou-se como referencia teórico-metodológica a noção de “terceiro conhecimento”, um construto da “antropologia da informação”, que permite estudar a “informação em movimento”. No trabalho de campo guiou-se pelo “método hermenêutico-dialético”, tal como descrito por Minayo (2002); por uma atitude etnográfica, necessária para elaborar uma “descrição densa”, tal como descrita por Geertz (1978) e pela teoria do “campo social” desenvolvida por Bourdieu (1991, 2002).

Os resultados evidenciaram que são diferentes as maneiras de experimentar e conceber a violência e que a informação, enquanto forma de comunicação da experiência, é objeto de disputas simbólicas no Consep estudado. Os pólos informacionais entram em conflito e dificuldades para o compartilhamento de informações são instauradas, caracterizando aquilo que chamou-se de “vazio informacional”.

Palavras chave: Construção social da informação; conhecimento social; segurança pública; policiamento comunitário; Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep).

Abstract

This research's objective was to describe the processes of construction of social knowledge that take place in the community's environments that aim to promote public safety. It was considered that the military policies are in crisis (of knowledge) facing the escalation of criminality and that the adoption of a community model of police action, more compatible with the values of a democratic society, is a viable alternative. The new model presupposes the redefinition of the police's roles and demands the construction of new knowledge, oriented to preventive strategies, intense exchange of information with the community and the development of public safety indexes using technologies of information systems.

The informational phenomena was discussed as a social construction, showing that is the individual information user, limited by the political-historical-cultural context, who selects the meanings, builds knowledge and generates new information.

Starting from an exploratory study, it was defined as the focus of the investigation would be the informational practices that take place in a Consep (Community Councils of Public Safety) in Belo Horizonte, community organization that is important for the establishment of community policing. To analyze these questions, the theoretical-methodological notion of "third knowledge", and the construct of "anthropology of information", that allows for the study of the "information in movement", were used as a reference. The field work was guided by the "hermeneutic-dialectic method", as described by Minayo (2002); by an ethnographic attitude, as necessary to elaborate a "thick description", as described by Geertz (1978) and by the theory of the "social camp" developed by Bourdieu (1991, 2002).

The results evidenced that there are different manners to experience and conceive violence, and that the information, as a way to communicate the experience, is the object of symbolic disputes within the Consep studied. The informational poles go on conflict and difficulties to share information take place, characterizing what is called an "informational emptiness".

Key-words: Social construction of the information; social knowledge; public safety; policiamento comunitário; Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep).

Lista de quadros

Quadro 1	Pressupostos da antropologia da informação	87
Quadro 2	Entrevistas realizadas na fase exploratória da pesquisa	104
Quadro 3	Relação de participantes das reuniões do Consep 17 observadas pelo pesquisador	166
Quadro 4	Demonstrativo de datas, horários e participantes das reuniões observadas	174
Quadro 5	Roteiro de leitura das reuniões	176
Quadro 6	Visão esquemática geral da pesquisa	242
Quadro 7	Discurso criminológico hegemônico: alguns elementos constitutivos	248

Lista de siglas:

Abin – Agência Brasileira de Informações

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

AR-PMBH – Administração Regional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Ademg – Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais

BH – Belo Horizonte

BHTrans – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BPM – Batalhão de Polícia Militar

BO – Boletim de Ocorrência

CC – Ciência da Computação

CDL-BH – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte

CDN – Conselho de Defesa Nacional

Cegesp – Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública

CHS – Ciências Humanas e Sociais

CI – Ciência da Informação

Cicob – Centro Integrado de Comunicações Operacionais

CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte

Consep – Conselho Comunitário de Segurança Pública

Comovec – Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais

Conasp – Conselho Nacional de Segurança Pública

CPC – Comando de Policiamento da Capital

CPM – Companhia de Polícia Militar

Crisp – Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública

EM – Estado Maior

EM-PMMG – Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais

EFE – Entrevistado da fase exploratória

Fafich-UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

GM – Guarda Municipal

GT – Grupo tático

IEG – Informações Estatísticas Georreferenciadas

NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

ONG – Organização Não Governamental

PM – Polícia Militar

Pciv – Participante da polícia civil

Pcom – Participante da comunidade

PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

Pmil – Participante da polícia militar

Pmun – Participante da prefeitura municipal

POV – Posto de Observação e Vigilância

PPL – Pedreira Prado Lopes

Prel – Participante de organização religiosa

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas

Prodemge – Empresa de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais

RI – Recuperação de Informação

RIEG – Relatório de Informações Estatísticas Georreferenciadas

RM – Região Militar

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SFIC – Serviço Federal de Informação e Contra-Informação

SI – Sistemas de Informação

SIEG – Sistema de Informações Estatísticas Georreferenciadas

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

SNI – Serviço Nacional de Informação

SNICI – Serviço Nacional de Informação e Contra-Informação

SRI – Sistemas de Recuperação de Informação

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Tecnologia de Informação

ZQC – Zonas Quentes de Criminalidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
OS DESAFIOS DA PM NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E O SURGIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA	23
1.1 O surgimento da polícia moderna	24
1.2 Modelo da ordem sob a lei	27
1.3 A discricionalidade do trabalho policial	29
1.4 A polícia no Brasil: um regime de exceção paralelo	31
1.5 Policiamento e percepções sociais no Brasil	34
1.6 A necessidade de controle externo	37
1.7 Dois domínios da atividade policial: modos de buscar e construir informações	39
1.8 O declínio do modelo repressivo e a necessidade de um novo tipo de informação	42
1.9 Janelas quebradas	48
1.10 Policiamento comunitário	50
1.11 Informação e polícia	54
CAPÍTULO 2	
A INFORMAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	56
2.1 Shannon e Weaver: representantes do paradigma físico	57
2.2 Brookes e Belkin: informação como elemento organizador da cognição humana	58
2.3 Le Coadic: necessidade e uso da informação como uma questão cultural	60
2.4 Meadows e a comunicação informal: colégios invisíveis e barreiras de comunicação	63

2.5	Shera: epistemologia ou cognição social	66
2.6	Wersig: sujeito cognitivo-social da informação	69
2.7	Capurro e Hjørland e o sujeito como intérprete da informação: aproximando CI e hermenêutica	70
2.8	González de Gómez: regime e pragmática da informação	74
2.9	Barreto e a assimilação: para além do uso da informação	77
2.10	Araújo: o processo histórico e a atribuição de sentido	80
2.11	Marteleteo: as razões de uma antropologia da informação	82
2.11.1	Pressupostos da antropologia da informação	86
2.11.2	Terceiro conhecimento	91
2.12	Concluindo: O usuário-receptor como intérprete da informação, outros saberes, outros olhares em CI	95

CAPÍTULO 3

UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA	98	
3.1	SI, polícia comunitária e Consep	98
3.2	Como foi feita a pesquisa exploratória	103
3.2.1	Da segurança nacional à segurança pública	105
3.2.2	O sistema de informações na PMMG e seu gerenciamento	105
3.2.3	Os usos e significados assumidos pelas IEG	107
3.2.4	A utilização dos IEG nos Consep	108
3.2.5	As finalidades dos Consep	110
3.2.6	Uma nova inteligência policial?	112
3.2.7	Resistências às IEG na corporação	114
3.2.8	Resistências aos Consep na corporação	115
3.3	Conclusões	116

CAPÍTULO 4

APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA	119
4.1 Pesquisa qualitativa	120
4.1.1 Características da pesquisa qualitativa	121
4.2 Representação e interpretação	124
4.2.1 Hermenêutica-dialética: método e filosofia	129
4.2.2 Integrando compreensão e crítica	131
4.3 Buscando outros subsídios no método etnográfico	133
4.3.1 A antropologia interpretativa e a descrição densa das comunidades	135
4.3.2 Da descrição densa à teoria: uma ciência interpretativa	140
4.4 A noção de campo social ou uma visão espacial da sociedade	142
4.3.1 O conceito de <i>habitus</i>	146
4.5 Combinando as contribuições para estudar as práticas informacionais sobre segurança pública num Consep	148
4.6 O objeto de pesquisa	151

CAPÍTULO 5

CAMPO EMPÍRICO E METODOLOGIA	155
5.1 Caracterização dos Consep	155
5.1.1 Os conselhos na Constituição Federal de 1988	155
5.1.2 Os Consep nos documentos da PMMG	158
5.1.3 Os Consep e a implantação do programa de policiamento comunitário	160
5.2 Os Consep e a informação em movimento	161
5.2.1 As práticas informacionais e os efeitos de sentido nos Consep	161
5.2.2 Os Consep como campo social	163
5.3 Aspectos metodológicos	164
5.3.1 O Consep da 17 ^a . COM	165
5.3.2 A observação como perspectiva metodológica	167

CAPÍTULO 6	
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	172
6.1 As reuniões: onde a informação se movimenta	173
6.1.1 Primeira reunião do ano ou “Aqui não é uma favela!”	176
6.1.2 Segunda reunião ou diversidade, movimento, acúmulo e rejeição de informações: configura-se um isolamento	181
6.1.3 Terceira reunião ou “Eu fico perdidinho aqui”: configura-se o vazio informacional	185
6.1.3.1 Momento inicial: “ Cadê o estatuto?”	186
6.1.3.2 Segundo momento: a (difícil) relação com as escolas	188
6.1.3.3 Terceiro momento: demandas informacionais	192
6.1.3.4 Quarto momento: demanda por mediação	194
6.1.3.5 Quinto momento ou epílogo: disputas políticas	196
6.1.4 Quarta reunião ou descontinuidade e perda informacional: muito se esquece, pouco se cria, nada se transforma	199
6.1.5 Quinta reunião ou chegam as pesquisas (IEG): “nós até que estamos bem, o problema é lá fora”	205
6.1.6 Sexta reunião ou da descontinuidade ao esvaziamento: poucos comparecem	219
6.1.7 Sétima reunião ou são retomadas as IEG: fecha-se um ciclo e o comandante traz novas informações	220
CAPÍTULO 7	
CONCLUSÕES	227
Referências	233
Anexos	241

Introdução

Este trabalho de pesquisa estudou como ocorre um conjunto de “práticas informacionais” num determinado contexto social urbano, procurando identificar, compreender e descrever processos interpretativos no cotidiano de uma comunidade de usuários-receptores de informação. Entende-se, portanto, que deve estar situado no campo de estudos de usos e usuários da informação.

Focaliza a “informação em movimento” ou a “informação em processo de comunicação”, sendo utilizada por um grupo de sujeitos sociohistóricos que tentam se organizar para superar problemas comuns. Toma como referência a “antropologia da informação” e considera que o desenrolar desses processos só pode ser bem compreendido quando é levado em conta o contexto cultural no qual ocorreu.

Parte do princípio de que a informação, longe de ser um fenômeno natural, é, essencialmente, uma construção social, um artefato cultural, que deve ser estudado pelas referências e métodos das ciências humanas e sociais (CHS). Entende-se, nessa perspectiva, que muitas coisas e eventos podem adquirir valor informativo e que são os usuários (ou receptores) da informação que, dentro de um processo sociohistórico, vão selecionar o que é ou não é informação.

Teve início como um projeto que pôde ser desenvolvido após o “curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública” realizado no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich-UFMG). Durante esse curso, com ênfase em metodologia quantitativa, alguns fatos chamaram a atenção do pesquisador, despertando particular interesse. Primeiro, a enorme quantidade de dados estatísticos georreferenciados, informações, enfim, produzidas pela PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais), com auxílio de novas

tecnologias, sobre a criminalidade em Belo Horizonte (BH). Uma segunda questão: o que a PMMG fazia com tanta informação e/ou como tudo isso poderia ajudar na produção de segurança pública? Um terceiro ponto: o policiamento comunitário, enquanto um desafio para a PMMG, mostrou-se como uma questão relevante. Foi, então, pela articulação desses três pontos que acabou se configurando um tema de pesquisa ou aquilo que Minayo (1992) chama de “área de interesse”, dando origem ao projeto de investigação que ora se concretiza.

Foram tomadas como objeto de estudo as práticas informacionais sobre criminalidade e segurança pública que se desenrolam num Consep (Conselho Comunitário de Segurança Pública), *locus* da investigação, considerado como um campo de busca, uso (ou recepção), mediação e construção (ou produção) de informações. Os Consep são organizações comunitárias, cuja criação é estimulada pela PMMG, e representam um elemento de vital importância para a implantação e consolidação dos programas de policiamento comunitário em Belo Horizonte. Entendem-se por práticas informacionais a construção, a troca e a comunicação de informações realizadas pelos membros da comunidade (representantes de associações de moradores de um conjunto de bairros próximos) entre si e com a polícia, especialmente, a PM (Polícia Militar), durante as reuniões do Consep.

Os estudos sobre a polícia em sociedades democráticas têm identificado no modelo de policiamento comunitário, descentralizado e “orientado para solução de problemas”, uma alternativa importante em relação ao policiamento tradicional, reativo e orientado pelo modelo militar centralizado. Por essa razão a análise das práticas informacionais deu-se tendo como pano de fundo os objetivos dos Consep, que estão, fundamentalmente, ligados à implantação, sustentação e consolidação do policiamento comunitário. Perguntou-se:

- Que informações são trocadas nas reuniões do Consep?
- Que significados assumem para os diferentes participantes?
- Que pontos de vista as justificam e legitimam?
- De que forma essas informações podem sustentar práticas de policiamento características daquilo que tem sido chamado de policiamento comunitário?

Tentou-se produzir um relato interpretativo, cujo objetivo é a identificação e descrição de formas de produção, apropriação, mediação e comunicação de informações ou práticas

informativas e, dessa forma, compreender como os sujeitos sociais constroem representações ou conhecimentos sobre criminalidade e segurança pública e ações de policiamento visando à superação dos problemas. Buscou-se apreender os sentidos que as informações foram assumindo ao longo dos trabalhos do grupo, ou seja, evidenciar os modos como a informação é socialmente construída. Os principais agentes/atores dessa construção são os moradores, membros da comunidade que tentam organizar-se no Consep juntamente com policiais militares e civis, tomados como sujeitos sociais da informação.

Em conformidade com as pesquisas de natureza qualitativa, o objetivo geral foi identificar a variedade de informações trocadas nas reuniões dos Consep e, mais especificamente, o significado que assumem para os participantes e os diversos pontos de vista que as justificam e legitimam. Sabe-se, entretanto, que há divergências e conflitos que determinam disputas pela legitimação ou reconhecimento de determinados sentidos em detrimento de outros. Nesse aspecto, a teoria dos campos sociais de P. Bourdieu, com as suas noções de capital, sobretudo de capital simbólico, e de *habitus* foi uma referência importante para a construção do objeto de estudo como um “campo informacional”.

Como suporte teórico-metodológico para análise desses embates, utilizou-se a noção de “terceiro conhecimento”, desenvolvida pela antropologia da informação com base no conceito de “construção compartilhada do conhecimento”, nascido nos movimentos de educação popular dos anos 60. Com esse construto quer-se designar um modo específico de mediação que tende a integrar as diversas formas de conhecimento divergentes, priorizando a resolução de problemas concretos da vida cotidiana. Trata-se de um modo específico de uso da informação, identificado nas pesquisas com os movimentos sociais organizados no campo da saúde pública, que estabelece, pelo diálogo, perspectivas inovadoras de lidar com a realidade a partir de uma pluralidade de discursos, com base na admissão de pontos de interesses comuns. Pode ser considerado um tipo específico de conhecimento social, construído pelo compartilhamento do saber prático das comunidades ao interagir, por exemplo, com o saber de caráter técnico-especializado oferecido pelos serviços públicos.

Metodologicamente falando, procuraram-se subsídios nos princípios da etnografia. Procurou-se fazer uma “descrição densa” das reuniões do Consep, que tomou forma narrativa, objetivando a compreensão dos sujeitos da informação a partir de sua própria perspectiva diante de problemas ligados à criminalidade e à segurança pública.

A relevância do trabalho, em termos teóricos, está em discutir a informação como construção social, utilizando de noções desenvolvidas pela antropologia da informação, contribuindo para os estudos da “informação em movimento”, ou seja, para compreender práticas informacionais típicas de organizações comunitárias que, ocupando os espaços abertos pelos movimentos sociais em décadas anteriores, têm se tornado relevantes na sociedade contemporânea, sobretudo por serem capazes de produzir novos conhecimentos práticos, articulando-se com outras formas de conhecimento, especialmente os técnicos-científicos.

Um outro ponto que merece ser destacado é que, embora a Ciência da Informação (CI) já tenha se voltado para a investigação de serviços públicos ligados à saúde, educação e transporte, por exemplo, não foi encontrada, em programas de pós-graduação e nos cinco maiores periódicos de CI no Brasil¹, nenhuma pesquisa ou artigo teórico tratando de informação no campo da segurança pública², ainda que esse recurso possua importância estratégica para a gestão das organizações que compõem o sistema de justiça criminal.

A tese está organizada em sete capítulos, que abordam o policiamento comunitário, a informação como uma construção social, a pesquisa exploratória, a aproximação teórico-metodológica do objeto de pesquisa, o campo empírico e a metodologia do trabalho de campo, os resultados da investigação e as conclusões.

No primeiro capítulo, são analisados os principais problemas e os desafios da PM na sociedade contemporânea. O percurso pela literatura sobre esse tema permitiu evidenciar que entre os seus maiores problemas está a perda de credibilidade e legitimidade, produzida, sobretudo, por um modelo de gestão burocrático, militarizado, centralizado e impessoal que a afastou da sociedade civil e, ainda, que o seu maior desafio é prevenir a criminalidade através da manutenção da ordem pública.

Além disso, superar esse problema e vencer esse desafio implica trabalhar articuladamente com outros órgãos e instituições do poder público e em consonância com a sociedade civil. Nesse sentido, acredita-se que dois procedimentos de gestão da atividade

¹ Pesquisa realizada em maio de 2006 nos periódicos: Perspectivas em ciência da informação; DataGramaZero; Ciência da informação; Transinformação; Informação e sociedade: estudos e nos sítios virtuais dos programas de pós-graduação em ciência da informação da UFMG, UNB, USP-ECA, UFRJ-IBICT, PUC-Campinas e também no banco de teses da Capes. Nas buscas eletrônicas utilizou-se as seguintes palavras-chave: criminalidade, segurança pública, polícia comunitária, conselho comunitário, polícia militar conjugadas com informação.

policial mostram-se particularmente úteis: trabalhar mais com a inteligência e menos com a força, uma vez que esta última tende a gerar medo e insegurança na população. Trata-se de analisar as ocorrências criminosas a partir de informações organizadas e sistematizadas e aproximar-se da comunidade, interagindo com os moradores dos bairros para trocar informações e obter legitimidade para agir nessa ou naquela direção. Trata-se, entre outras coisas, de buscar a superação de uma idéia de força policial e aproximar-se da idéia de prestação de serviços de policiamento ostensivo, ou *peace officer*.

Acredita-se que a análise de informações e a produção de conhecimentos acerca de eventos criminosos e, sobretudo, o entendimento dos contextos nos quais se dá a violação da lei, num processo que deve envolver as polícias, a comunidade organizada, outros órgãos do sistema de justiça, da educação, da saúde e, também, pesquisadores, constitui-se como uma alternativa eficiente e vantajosa para a polícia em relação ao uso da força e ao enfrentamento reativo e direto, puro e simples, dos ofensores. O problema das drogas, por exemplo, tem sido melhor compreendido quando abordado como uma questão de saúde pública do que como um problema policial. É claro, no entanto, que policiais qualificados podem contribuir na prevenção e solução dos problemas. Acredita-se também que os Consep podem se constituir num fórum interessante para o desenvolvimento de ações preventivas de natureza policial (ostensivas) ou não policial (sociais).

O objetivo da discussão realizada no primeiro capítulo é contextualizar o campo empírico, ou seja, os Consep, dentro de um quadro maior, que envolve a PMMG, da qual partiu a iniciativa de fomentar a criação desses conselhos, como um órgão do sistema de justiça e segurança pública (ou defesa social), com sua história e contradições, e o de mostrar a importância da informação, como construção social, para o trabalho de policiamento.

O conjunto de elementos teóricos descritos, além de caracterizar o modelo de policiamento comunitário, no qual o Consep assume um papel decisivo e estratégico, é também utilizado, posteriormente, como base para análise das práticas informacionais do Consep e sua efetiva contribuição para consolidação desse modelo de atuação policial.

² Única exceção para dois trabalhos de Icléia T. Magalhães Costa sobre informação no espaço prisional encontrados em DataGramZero de fevereiro de 2003 (v.4, n.1) e de fevereiro de 2005 (v.6, n.1).

No segundo capítulo, utilizando como referência os paradigmas físico, cognitivo e social propostos por Capurro (2003), faz-se um percurso pela CI, dando destaque aos diversos autores que concebem ou permitem conceber a informação como uma construção social.

No contexto dessa discussão, evidencia-se a centralidade da idéia de um sujeito que é, ao mesmo tempo, receptor/usuário e construtor/produtor de informações, pois é, sobretudo, um intérprete dos acontecimentos que vivencia no seu contexto social. O sujeito apropria-se da informação, indo além dos desígnios iniciais dos emissores, e elabora novos sentidos a partir de sua própria experiência da realidade social.

O capítulo serve para construção e definição daquilo que se entende por informação nesta pesquisa e para introduzir a noção de antropologia da informação com seu foco na “informação em movimento”. Procura-se conceituar antropologia da informação, descrevendo as razões para se abordar a questão informacional sob uma perspectiva antropológica. A informação em movimento é vista como produto de um saber prático produzido por comunidades, mais ou menos organizadas, que é tomado como um objeto de estudo.

Procura-se ampliar o escopo da CI que, tradicionalmente, tem valorizado, quase que exclusivamente, a informação registrada, doutra, acadêmica e profissional. Para tanto, busca uma aproximação com as ciências sociais, como campo que se ocupa da “questão social” e dos “movimentos sociais”. Isso, por sua vez, conduz o pesquisador a abordar a informação como um fenômeno interpretativo.

Assim, o entendimento do fenômeno da informação, tomada como uma construção social, demanda a passagem pelas referências da ciência social e, nesse sentido, são importantes os conceitos de “campo social”, da sociologia do conhecimento de P. Bourdieu, que permitem trabalhar com a idéia de “campo informacional” e também o conceito de “cultura” da antropologia interpretativa de C. Geertz, que permite trabalhar com a idéia de “cultura informacional”. Enquanto o primeiro enfatiza o caráter “relacional” do conhecimento, o segundo enfatiza a cultura como um “contexto” no qual as ações sociais podem ser descritas com sentido, ou seja, densamente.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa exploratória realizada antes da ida ao campo e que teve como produto um re-direcionamento do olhar que orientou a investigação, de uso de sistemas de informação para a informação em movimento.

No quarto capítulo faz-se uma “aproximação teórico-metodológica do objeto da pesquisa”, em consonância com as idéias que vêm nesse exercício epistemológico talvez o principal objetivo da investigação social. P. Bourdieu fala na “conversão do olhar” e C. Geertz no “alargamento do discurso” sobre uma determinada questão. Trata-se de lançar outros olhares sobre a questão da informação e do conhecimento social.

Abordam-se as noções de representação e interpretação em CI, num percurso que conduziu o pesquisador àquilo que Minayo (2002) descreveu como hermenêutica-dialética, um método que, abordando os objetos das CHS como qualitativos e históricos, busca articular contribuições tanto da hermenêutica fenomenológica de Gadamer quanto da dialética de Marx, numa tentativa de superar ou minimizar limitações de cada método quando empregados isoladamente.

Além disso, aprofunda-se nos outros subsídios. Em primeiro lugar, sobre a antropologia interpretativa de Geertz (1978) e alguns aspectos da etnografia, sobretudo aquilo que o autor chamou de “descrição densa” e que se constituiu, sobretudo no trabalho de coleta de dados, como um importante guia metodológico. Em segundo lugar, na sociologia da cultura de Bourdieu que, com os conceitos de “campo social”, *habitus* e “capital simbólico”, muito contribuiu para a construção do objeto de pesquisa.

Foi a partir desse conjunto de conhecimentos que se tornou possível a formulação do objeto desta investigação: “as práticas informacionais e o terceiro conhecimento num Consep”, que é explicado ao final do capítulo em sua especificidade. O Consep é abordado como um *locus* constituído, utilizado para investigar uma determinada “cultura” ou “campo informacional” – da segurança pública. Deve-se notar que, num trabalho que tem como referência uma “descrição densa”, o principal problema não é simplesmente ir a campo para coletar determinados dados e analisá-los tematicamente, como também é feito nesta pesquisa, mas, sobretudo, articular a teoria à prática. Para isso, o campo empírico é enfocado, principalmente, como local de ocorrências substantivas que decorrem da formulação de uma problemática de natureza teórica e que se constitui como objeto de investigação.

O quinto capítulo aborda os aspectos do “campo empírico” e da “metodologia” da pesquisa de campo e está dividido em três partes. Na primeira parte, procura-se caracterizar os Consep (*locus* de investigação informacional). Na segunda, aborda-se a informação em movimento no Consep, contextualizado como parte de um campo social. Na terceira parte são

apresentados aspectos metodológicos do trabalho de campo e discorre-se, finalmente, sobre a observação participante como perspectiva metodológica para coleta de dados nesse ambiente comunitário.

No sexto capítulo faz-se a “apresentação e análise dos resultados”, ou seja, organizam-se analiticamente os dados coletados. No que tange ao processo de observação das reuniões e à análise das entrevistas, deve-se dizer que seus produtos foram tratados como textos, que, por sua vez, foram interpretados objetivando descrever práticas informacionais, através de um trabalho de recomposição e remontagem dos discursos e das falas, que buscou configurar sentidos e significados que os atores, sujeitos da informação, conferem às suas práticas.

Apresentam-se, então, no sétimo capítulo, as conclusões. A partir dos dados encontrados e das noções formuladas no processo de análise interpretativa das práticas informacionais, busca-se sintetizar os aspectos mais relevantes da investigação.

No anexo 1, apresenta-se o Quadro 6: Visão geral esquemática da pesquisa.

Capítulo 1

Os desafios da PM nas sociedades democráticas e o surgimento da polícia comunitária

A manutenção da paz e da ordem é de fundamental importância em qualquer sociedade. Tomada como condição para a democracia nos Estados ocidentais modernos, essa tarefa tem sido confiada a um sistema de justiça que, embora seja diferente de um país para outro, tem na polícia uma instituição estratégica, que responde pela vigilância ostensiva e pela investigação dos delitos³. Essas atividades, talvez por sua complexidade, têm implicado, frequentemente, em inúmeras contradições, desvios e cometimento de abusos. Pode-se dizer que, desde os primórdios de nossa civilização, as diversas formas e modelos encontrados para preservar a paz e ordem ainda não obtiveram pleno sucesso.

Coincidentemente ou não, os instrumentos de controle do comportamento desviante e dos transgressores da ordem vigente sempre estiveram associados ao uso da coerção e ao emprego da força física e, na verdade, têm sido bastante ineficazes. Assim, pode-se dizer que a sociedade ainda não conseguiu construir um modelo adequado de controle social e, também, que nossa cultura nunca dissociou controle social de coerção pela força.

Neste trabalho, parte-se da concepção de que a polícia enfrenta dois grandes desafios intimamente relacionados um ao outro. Um deles é o de trabalhar de forma mais inteligente e estratégica, o que significa relativizar e colocar em segundo plano a capacidade resolutiva de ações baseadas no uso da força repressiva. O outro é de aproximar-se da população para ganhar sua confiança e credibilidade, o que significa abrir-se ao controle e à avaliação externas. Pressupõe-se que a informação exerce um papel preponderante, tanto no primeiro caso, em que se trata de produzir e utilizar informações que permitam uma atuação melhor

³ No Brasil, diferentemente de países como os Estados Unidos e o Canadá, essas duas atividades estão a cargo de duas organizações distintas: respectivamente polícia militar e polícia civil.

planejada do ponto de vista estratégico (dados estatísticos), tanto preventiva quanto repressiva, quanto no segundo caso, em que se trata de ouvir e, sobretudo, trocar informações com a comunidade, como forma de aproximação, sintonia e, também, de legitimação das ações policiais. A polícia precisa utilizar, portanto, dois tipos de informação: uma de teor quantitativo, relacionada com os dados, espaciais e temporais, sobre as diversas ocorrências atendidas, e outra, de teor qualitativo, relacionada com as sensações subjetivas das comunidades que atende sobre a criminalidade e a ordem pública.

Para melhor contextualizar os aspectos informacionais da organização policial militar em sua interação com a comunidade, considera-se que é necessário fazer uma retrospectiva histórica, abordando as origens e o desenvolvimento ulterior dessa instituição, de forma a entender a natureza e a finalidade das também chamadas forças policiais. Ver-se-á que a polícia surge no contexto das sociedades democráticas modernas, perseguindo um ideal iluminista que ainda não foi totalmente atingido.

1.1 O surgimento da polícia moderna

No século XVIII, durante o absolutismo, era muito comum o uso privado da violência e das armas pessoais para resolução de conflitos nas relações sociais. A violência tinha um caráter bastante difuso, e os instrumentos de controle e manutenção da ordem pública estavam estreita e diretamente vinculados a interesses políticos, sendo colocados a serviço das forças dominantes, sem qualquer compromisso com as classes populares e minoritárias. A administração da justiça, reproduzindo o espírito da época, era essencialmente punitiva e cruel no controle do comportamento desviante, utilizando-se de métodos abertamente coercitivos e torturas para obtenção de confissões e punição de “culpados”⁴.

Mesmo depois, no início do século XIX, com o progresso urbano industrial, a força militar e as milícias de dirigentes locais, geralmente das elites agrárias, eram regularmente utilizadas contra as chamadas “classes perigosas” (desempregados, vagabundos, mendigos, prostitutas, etc), visando à contenção de manifestações de protesto e insatisfação popular que tentavam subverter a ordem social recém-inaugurada.

⁴ Ver FOUCAULT (1998).

Pode-se dizer, a partir da revisão feita por Souza (1999), que a polícia moderna, nos moldes como hoje a conhecemos, começou como uma reação e uma tentativa de superação dessa situação, tendo sido impulsionada pela difusão da ética racional, peculiar à cultura ocidental, que se instalava no mundo das artes e das ciências e pela a introdução de regras formais e legais na administração pública e na organização da sociedade capitalista.

A polícia moderna está, portanto, intimamente vinculada à aspiração de desenvolver medidas e práticas racionais para coibir a violência, até porque estas podem ser consideradas mais adequadas e compatíveis com os ideais de progresso material e econômico. Representava uma resposta do Estado racional com o intuito de buscar e garantir a paz social, utilizando-se de instrumentos coercitivos, mas num modelo que objetivava manter a ordem sob os auspícios da lei, ou seja, de imposição da “ordem sob lei”.

Foi na Inglaterra que surgiu a idéia de uma organização policial moderna, burocrática, pública e estatal, desvinculada do controle e da subordinação a políticos e outros tipos de liderança locais. Isso significou e implicou, no contexto da busca de imposição de um modelo de controle social, a monopolização dos instrumentos de violência (basicamente armamentos) por parte do Estado.

Em 1829, foi criada pelo parlamento inglês aquela que pode ser considerada o embrião da polícia moderna, a *Metropolitan Police of London*, uma organização gerenciada com base num modelo burocrático, racional-legal, que aspirava à impessoalidade e à neutralidade política e representava a imposição, pelo Estado, de normas consensuais e universais, de caráter legal e obrigatórias, destinadas a regular o comportamento e as relações entre os indivíduos.

A força policial buscou, como forma de legitimação, um caráter de neutralidade e independência, inspirando-se no modelo militar de organização, caracterizado, sobretudo, pela ênfase na disciplina hierárquica (linhas de comando e autoridade), no formalismo e no profissionalismo. Tornou-se, então, um serviço público, e os policiais passaram a executar regularmente o papel de agentes impessoais do Estado, orientados, no interesse geral, por princípios racionais-legais. Nesse sentido, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) observam que:

Disseminadas na Europa a partir do início do século XIX, as instituições policiais modernas surgiram num contexto de ampliação dos direitos civis,

apresentando-se como alternativa, quer ao uso privado da força, quer a intervenção – esporádica e quase sempre truculenta – dos exércitos nos conflitos sociais. Seu desenvolvimento refletiu o processo de construção do Estado de direito no ocidente, traduzindo em novos tipos de arranjos institucionais o projeto de produzir paz interna e segurança pública por meios pacíficos, impessoais, contínuos e estritamente submetidos à ordem legal. No entanto, a concretização desse projeto nunca deixou de ser problemática, mesmo em países onde a cultura política liberal e a defesa dos direitos universais de cidadania se enraizaram mais profundamente nos últimos duzentos anos (p.23).

Essas práticas de controle social, bastante inovadoras para a época, não implicaram, no entanto, uma nova percepção em relação aos agentes e situações considerados como focos de ações criminosas. Pelo contrário, as “classes perigosas”, os movimentos de reivindicação política e a periferia social continuaram a ser objeto de maior vigilância e alvo privilegiado da ação repressiva do Estado (SOUZA, 1999). O que houve foi uma modernização administrativa, à qual não correspondeu, entretanto, um aprofundamento na compreensão do fenômeno da criminalidade. A vigilância mais organizada e de melhor qualidade não se orientou por um conhecimento renovado do fenômeno desviante e de suas causas, ou seja, como um problema ligado à interpretação de fatos sociais com suas múltiplas e complexas determinações.

De acordo com Paixão (1991a), a polícia inglesa moderna buscou, desde seu início, legitimação pública usando policiais desarmados (os *bobbies*, chamados gafanhotos azuis), considerando que o estabelecimento de laços sólidos de confiança recíproca entre cidadãos e o Estado, mais que o uso de armas e da força, desestimularia o crime e garantiria a paz social. O policial, nessa perspectiva, torna-se um “empreendedor moral”, difusor de valores da sociedade vitoriana junto às camadas populares. Para Robert Peel, considerado o primeiro chefe de polícia, o papel da instituição era conter a violência criminosa que assolava a Inglaterra no início do século XIX, adotando uma postura disciplinadora, educando a sociedade dentro dos princípios normativos da nova ordem vigente. De acordo com Paixão (1991a):

O papel da polícia era levar às classes populares os valores civilizados da elite: nada de brigas, nada de violência, cobiça, vadiagem e bebedeira. A polícia deveria complementar, no espaço público da rua, o esforço das escolas, igrejas e fábricas em colocar a casa do pobre em ordem (p.39).

1.2 Modelo da ordem sob a lei

A despeito dos esforços para a consolidação de uma polícia desarmada e pedagógica, a implementação autoritária de padrões de convivência e resolução de conflitos, do centro para a periferia social, através da prática policial, acaba por evidenciar um elemento contraditório fundamental na natureza do controle do Estado.

Se, por um lado, o modelo quase militar de polícia significou uma barreira à corrupção e à influência política sobre a organização, normalmente exercida pelas classes dirigentes, da perspectiva das classes populares resultou no distanciamento entre a polícia e a sociedade, que teve como subproduto a intensificação da desconfiança e da resistência da periferia social em relação à organização policial. Nas palavras de Paixão (1981), “a consequência mais evidente e duradoura da polícia centralizada como instrumento do Estado contra a sociedade é a desconfiança recíproca entre policiais e cidadãos” (p.39).

Essa contradição, característica do controle policial moderno, evidencia um dos dilemas do modelo adotado e pode ser apontada como um desafio central para a polícia no desenvolvimento de seu trabalho prático: impor a ordem e fazer cumprir a lei na sociedade de classes. Paixão (1988) e Souza (1999) chamam a atenção para o paradoxo entre lei e ordem, observando que, enquanto a “ordem” implica conformidade a padrões de moralidade, a “lei” implica limites racionais à imposição da ordem, que resguardam a liberdade dos indivíduos.

Esse dilema levanta a questão de qual definição de ordem deve a polícia seguir e também o problema, enfrentado pelos policiais nas sociedades democráticas, sobretudo na atualidade, de tentar fazer cumprir a lei, em meio à heterogeneidade e pluralidade de padrões morais que concorrem na definição do que é proibido ou permitido. Isso porque, enquanto o crime pode ser definido legal e formalmente, a ordem pública está sujeita a diferentes concepções e resulta de opiniões e convenções diversificadas. Esse paradoxo e a complexidade da questão, aqui tomada como principal desafio da organização policial, pode ser resumido da seguinte forma: “O primeiro problema é de eficácia na provisão de ordem, que envolve concentração de poder simbólico e instrumental na organização policial e o segundo problema envolve restrição ao uso de poder pelo policial na produção da ordem” (PAIXÃO, citado por SOUZA, 1999, p.25).

A questão da manutenção da ordem, segundo Monjardet (2003), não se resume a fazer respeitar a lei ao pé da letra, devendo ser entendida muito mais como uma estratégia na qual se leva em conta, por exemplo, que danos materiais são muito mais fáceis de reparar do que lesões e ferimentos, que o sacrifício de uma vida é irreparável e abala profundamente a opinião pública. Assim, para a manutenção da ordem, em muitos casos, mesmo que haja descumprimento da lei, não se justifica o uso da força, cabendo muito mais a negociação com firmeza de posições.

Monjardet (2003) faz referência a algumas regras nascidas da experiência de erros e acertos de policiais franceses, entre elas, a de que o desejo que deve animar as autoridades e os policiais é o restabelecimento da ordem, e não o de punição dos culpados; a atividade de manutenção da ordem é altamente especializada, mas, ao mesmo tempo, “uma arte toda feita de execução” (p.270), que deve ser realizada por unidades competentes, formadas para essa finalidade e, ainda, “nunca abrir fogo, salvo em resposta ao fogo adversário” (p.270).

Em conseqüência, a manutenção da ordem é uma situação que suspende a regra da legítima defesa. Essa pode ser evocada *ex post*, para legitimar diante da opinião pública uma reação violenta da polícia. Ela não é um princípio de ação à disposição autônoma dos policiais engajados, ela é suspensa pela avaliação e pela decisão do comando (MONJARDET, 2003, p.269)

Souza (1999) assinala que essas contradições e problemas, na realidade, evidenciam a dificuldade, enfrentada pelo Estado democrático, para compatibilizar a “justiça substantiva”, consensualmente produzida na vida cotidiana dos indivíduos em coletividade, e a “justiça formal”, prescrita em lei. Verifica-se a existência de um descompasso entre o que se entende por ordem nas mais diversas situações, lugares e momentos e o que é considerado legal e ilegal.

Deve-se lembrar ainda que essa tensão entre a lei e a ordem torna-se cada vez mais contundente (particularmente no Brasil) com o processo de democratização que desafia as organizações policiais nas sociedades modernas. É nesse contexto que surgem e devem ser discutidas e avaliadas as novas propostas alternativas para a prática policial, entre as quais a chamada polícia comunitária.

As experiências de polícia comunitária (modelo de polícia para o século XXI) disseminadas no mundo inteiro, não só têm contribuído para tornar

mais explícitas as contradições do modelo de ordem sob lei, como tem apontado para os limites do modelo quase militar (SOUZA, 1993, p.25).

No Brasil, o modelo de policiamento comunitário assume um significado e uma importância muito particulares, tendo em vista as peculiaridades que serão descritas a seguir.

1.3 A discricionalidade do trabalho policial

Viu-se que a polícia adquiriu um *status* de instrumento neutro do Estado e, pelo fato de estar subordinada a um sistema de regras legais, passou a ser considerada como livre de interesses políticos. Entretanto, não se pode esquecer a natureza política das próprias leis e que o mandato de força policial é político. Portanto, a neutralidade e a imparcialidade policiais são apenas uma aparência, podendo ser facilmente contestadas.

Na verdade, a eficácia da polícia, no modelo de “ordem sob lei”, depende de um certo consenso que possa garantir restrições e a punição daqueles que não se submetem aos padrões normativos gerais. Desse ponto de vista, a polícia exerce um papel fundamental na estabilização do *status quo*, representando, com sua presença armada e simbólica no espaço público, a continuidade e a integração da sociedade.

Contudo, uma despolitização, uma visão apolítica da polícia faz com que, num contexto geral, ela seja percebida, coletivamente, como algo sagrado e, representada pelos agentes sociais, como força superior, acima do bem e do mal, mistificada em sua origem mundana de instituição política do governo. Essa representação social, da polícia como força “acima” da lei e não “sob” a lei, é expressão da ausência de clareza coletiva a respeito de quem é policial e de qual é o seu papel.

O problema é que, nem sempre, a lei, que torna legítima a atividade do policial, prescreve formal e claramente maneiras e modos a serem adotados na prática diária de policiamento. O uso do poder discricionário⁵ e de um saber prático passa a ser um recurso usual na definição de quem ou quais grupos devam ser considerados suspeitos e, por isso, mais sujeitos a controle e vigilância. Um exemplo encontra-se em Muniz (1999), ao relatar o

depoimento de um policial que, em seu primeiro dia de trabalho, se esforçava por adquirir com seus colegas mais experientes (“cascudos”) um olhar técnico, o “faro policial”, para fazer seu trabalho de ronda e patrulhamento das ruas. Eles diziam-lhe que era preciso “ler as ruas” e que a prática era muito diferente da teoria. Enquanto o novato procurava observar tudo atentamente na tentativa de detectar alguma anormalidade, seus colegas, que lhe pareciam distraídos, envolvidos em animada conversa sobre assuntos que não de trabalho, pararam repentinamente a viatura e abordaram dois rapazes aparentemente insuspeitos, pois eram “brancos e boa pinta” e apenas andavam, normalmente, pela calçada.

A surpresa de nosso neófito não foi pequena: os rapazes estavam armados e portavam uma razoável quantidade de papélotes de cocaína. Após encerrar a ocorrência na delegacia, sua indignação não foi outra: “como vocês sabiam disso?” A resposta obtida de seus companheiros foi para ele tão inesperada quanto o seu *début* com um flagrante: “Ah! Isso vem naturalmente, você vai sentir, é só olhar” responderam os colegas de guarnição. Disse-me que só conseguiu compreender inteiramente o que lhe foi ensinado naquele dia depois que havia adquirido alguma experiência de patrulhamento. Concluiu sua história dizendo-me que para ser um bom policial nunca se deve parar de aprender a fazer polícia com as ruas (p.156).

Essa passagem, que demonstra a importância do saber prático dos policiais, revela também a delicadeza e a sutileza da questão da discricionariedade envolvida no trabalho policial: E se os suspeitos não estivessem portando drogas ou fazendo algo ilegal? E aqueles que estão portando ou fazendo algo ilegal, mas não foram notados pelos policiais? O exemplo serve para ilustrar a necessidade de o policial agir, por um lado, com autonomia, mas, por outro, dentro de certos limites. Fica evidenciada a importância do planejamento das operações policiais, do foco em determinados objetivos, de uma atuação limitada por princípios que recomendem a prudência e, ainda, sob controle e avaliação externa, sobretudo por parte da população local, o que daria legitimidade e credibilidade às ações policiais.

Pode-se ver que, embora a atividade de polícia seja estruturalmente legal, o trabalho diário do policial é balizado por questões práticas não previstas em lei, que põem em evidência a tensão existente entre manutenção da ordem e garantia dos direitos individuais. A polícia enfrenta o desafio de decidir e orientar suas ações cotidianas nem sempre dentro da legalidade

⁵ Com base no dicionário Aurélio, pode-se dizer que o poder discricionário é aquele que é exercido sem restrições, sem condições, arbitrariamente, caprichosamente (arbitrário, caprichoso). O termo tem relação com o

e, nessas circunstâncias, a lei pode tornar-se um obstáculo à implementação e preservação da ordem. De acordo com Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), existe uma difícil tensão estrutural entre a conciliação da democracia e a ação de polícia (p.24).

Aqui se pode evidenciar a importância, ainda que indireta, da informação, enquanto uma referência, no trabalho cotidiano do policial, seja ela um conjunto de dados estatísticos sobre a natureza da criminalidade, seja ela conhecimento acerca daquilo que é temido e avaliado como problema pela comunidade nos locais onde está o patrulheiro.

1.4 A polícia no Brasil: um regime de exceção paralelo

Como sublinha Pinheiro (1991), os órgãos de segurança pública atravessaram todos os momentos da história política brasileira “funcionando num regime de exceção paralelo”, com “grande margem de autonomia, independentemente de qual fosse o arcabouço jurídico formal em vigor”. Para Lemgruber, Musumeci e Cano (2003):

Nenhuma das transições políticas ocorridas na nossa história - mesmo implicando mudanças relevantes em outros setores - teria afetado substancialmente a continuidade desse “poder paralelo”, cuja função básica seria manter, não a ordem pública, no moderno sentido do termo, mas a ordem hierárquica, calcada em profundas desigualdades econômicas e de poder, que caracteriza, desde os primórdios, a formação social brasileira. Assim, se explicariam a permanência das polícias em “regime de exceção”, mesmo sob condições democráticas, e sua extraordinária resistência às tentativas de controle e de reforma constitucional (p.53).

Isso pode explicar, em boa medida, a história das distorções, dos excessos, dos abusos e da corrupção nas instituições policiais brasileiras, numa situação que é percebida pelos estudiosos como a raiz de graves problemas na atualidade.

Na realidade, ao longo da história, o que se pode perceber é que o Estado brasileiro, mesmo em seus governos mais democráticos, jamais abriu mão do “privilégio” e do “conforto” de ter a polícia a seu lado⁶ para enfrentar, sempre que necessário, pela via da força,

verbo discriminar: diferenciar, distinguir, discernir; separar, especificar, (classificar); estabelecer diferenças.

⁶ De acordo com Cerqueira (2001), nos EUA e no Canadá, por exemplo, a maior parte das polícias é gerida e responde às prefeituras municipais, ou seja, a questão da criminalidade e da segurança é entendida como uma questão muito mais urbana do que nacional. Existem, evidentemente, polícias federais e estaduais, mas para

eventuais problemas e insatisfações de trabalhadores e classes populares. Ou seja, mesmo nos governos tidos como democráticos, nunca se abriu mão “da ilegalidade da violência dos regimes autoritários” (PINHEIRO, 1991, p.51). Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) lembram as “micropráticas do poder”, observando “os mecanismos cotidianos de exercício dos poderes extralegais de polícia, que permanecem intocados pela transição democrática” (p.54).

Considerando uma enorme distância ideológica entre polícia e sociedade civil, Paixão (1991a) vê na “irracionalidade repressiva” uma barreira que pode ser transposta pelo diálogo, na medida em que as “preferências valorativas” fundamentem-se em juízos de fato e em que a consolidação da ordem democrática e a segurança pública sejam questões do interesse geral, o que se coaduna com a prática de direitos humanos. Para esse autor, que também questiona os discursos sobre o “pobre criminoso”, sobre o “crime como denúncia da injustiça social” ou sobre “criminoso patológico”,

A transição democrática brasileira ignorou a polícia e está sendo corrigida pelo crime nas ruas. Tanto mais o cidadão necessita da polícia como garantia institucional de seus direitos humanos ameaçados por bandidos individuais e organizados, menos os governos parecem se preocupar em ampliar a eficiência do sistema de justiça criminal e limitar as propensões arbitrárias do poder de polícia (PAIXÃO, 1991a, p.40).

Pode-se falar, então, num êxito da continuidade do autoritarismo no Brasil, ainda mais quando se verifica que uma considerável parcela da população ainda rejeita a noção de direitos humanos universais, dividindo as pessoas em “cidadãos de bem” e “não cidadãos”, aos quais são, sistematicamente, negados direitos plenos e proteção legal. Essa “moral binária” (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003) priva de cidadania apenas os grupos de marginais, suspeitos e as chamadas “classes perigosas” e continua dando suporte às práticas ilegais, a pretexto de travar uma “guerra” contra o crime e a desordem, naquilo que alguns pesquisadores têm chamado de “concepção bélica de segurança pública e/ou visão despótica de ordem pública”.

Caldeira (1991) chama a atenção para os aspectos políticos da violência no Brasil ao refletir sobre o caráter absurdo da experiência da campanha contrária ao movimento de direitos humanos, particularmente na cidade de São Paulo, que logrou êxito junto à população,

complementar o trabalho feito pelo município, pois o policiamento ostensivo, aquele que atende a população, é

exatamente num momento de abertura democrática. Conseguiu atribuir ao movimento de direitos humanos uma conotação negativa, associando-o à idéia de “privilegiar bandidos”, ao mesmo tempo em que fez crescer o “apoio a formas violentas e privadas de combate e prevenção ao crime” (p. 162). Na realidade, tem-se aqui um discurso de (falsa) segurança, que constrói novas formas de discriminação e manutenção de privilégios, como reação à expansão de direitos coletivos, por parte daqueles que o sentem como desordem.

Embora o objetivo deste item seja destacar questões mais particulares da sociedade brasileira ou das democracias tardias, deve-se assinalar que os esforços e as práticas de controle das atividades policiais enfrentaram e enfrentam, em todo o mundo, segundo Bayley (2001), fortes resistências.

No Brasil, entretanto, o desprestígio das organizações de segurança pública de um modo geral e, em particular, da PM, devido a sua incapacidade de deter o avanço da criminalidade violenta nos grandes centros urbanos, vem estimulando reflexões e esforços no sentido de se desenvolverem novos modelos de atuação e trabalho “capazes de aumentar de fato a inteligência e a eficiência do aparato de segurança” (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003). Tais esforços, todavia, têm se mostrado insuficientes quando não é possível um maior e mais efetivo controle externo sobre as instituições policiais.

A superação de formas violentas e truculentas de ação policial (tanto preventiva quanto repressiva) passa pela adoção de práticas mais inteligentes, racionais e, sobretudo, focalizadas nos eventos mais comuns ou típicos de cada região. Para tanto, a produção, a organização e o uso de informações estatísticas georreferenciadas (IEG) ou geoarquivos sobre a criminalidade constituem um recurso importante, mas que, por não falarem por si mesmas, precisam ser (adequadamente) interpretadas, de forma ensejar ações inovadoras e articuladas tanto da parte da polícia, quanto de outros órgãos que compõem o sistema de justiça, assim como da população em geral. Assim, ao lado das estatísticas, um outro tipo de informação também precisa ser utilizado: aquele produzido no contato com a comunidade organizada, que participa ativamente das atividades de planejamento, gestão e controle dos serviços policiais, ou seja, da gestão da segurança pública.

Por um outro lado, como ponderam Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), apesar dos muitos problemas, “torna-se muito importante perceber também as mudanças, por incipientes

que sejam, operadas na sociedade (e na polícia) brasileira durante as últimas décadas” (p.57). Vê-se, no movimento da polícia de produção e organização de novos tipos de informação sobre a criminalidade, que estes não se limitam mais apenas à espionagem⁷. Podem ser considerados como indicadores da mudança, à qual se referem os autores, quando dizem que a superação das resistências quanto ao controle externo da polícia, que muito poderia contribuir para melhorar a sua efetividade, pressupõe um processo longo, contínuo e renovado, que vem ocorrendo, ainda que de maneira incipiente e difícil, em duas frentes simultâneas: na sociedade e na própria polícia (p.57) e, sobretudo, na interação cotidiana entre as duas, a qual, do ponto de vista desta pesquisa, é mediada pela informação.

Em princípio, acredita-se que, dependendo da maneira como são utilizadas e interpretadas as informações, sejam elas oficiais, de natureza estatística, produzidas pela própria organização policial com auxílio de tecnologia computacional ou produzidas pela interação dos policiais com a comunidade (nos Consep, por exemplo), podem constituir-se num instrumento de controle externo e, portanto, contribuir para incrementar a inteligência e a eficiência policiais.

1.5 Policiamento e percepções sociais no Brasil

No Brasil, a polícia adotou o modelo de organização característica da França e de Portugal. Ao contrário da moderna polícia inglesa, no Brasil essa instituição assume um caráter instrumental, colocando-se muito mais a serviço do Estado e de grupos dominantes do que a serviço do público. Trata-se do uso privado da violência contra a sociedade, de forma que as ações consideradas ameaçadoras ao poder político (subversiva) possam ser, então, contidas pela força da repressão.

A consequência mais evidente e duradoura desse modelo centralizado de polícia é, mais uma vez, a desconfiança entre policiais e cidadãos. Socialmente, a polícia é representada como força a serviço dos interesses dos dirigentes políticos e contra a sociedade, e isso traz para o cidadão comum algum grau de incerteza e imprevisibilidade quanto ao que poderia ocorrer no caso de um encontro face a face com um policial.

⁷ As IEG e os Consep, por exemplo.

Por outro lado, aos olhos do policial, um indivíduo, até prova em contrário, não é, de pronto, definido e considerado como cidadão ordeiro. O policial está sempre buscando o que está oculto sob o cidadão comum. Desta forma, uma possível aproximação entre policiais e cidadãos só ocorre após uma observação atenta e após a identificação de elementos que permitam definir o sujeito como cidadão ordeiro.

Em Bretas (1997) encontram-se exemplos de situações que revelam a existência de tratamento fortemente diferenciado, desde o período colonial, dispensado pelos policiais brasileiros à pessoas de diferentes classes sociais, caracterizando uma forte desigualdade na distribuição de segurança e na garantia de direitos. O curso da ação policial, tanto quanto a legalidade ou não das decisões tomadas, depende de quem são os atores envolvidos numa ação delituosa, implicando assim o estabelecimento de relações distintas para grupos sociais em posições assimétricas na hierarquia social.

É dessa forma que, como mostra Paixão (1981), policiais passam da condição de executores para a de produtores da lei, usando a legalidade para os bons cidadãos e a ordem imposta para os criminosos conhecidos. Essa situação configura aquilo que se costuma chamar de “polícia de gente” e “polícia de moleque” e que pode ser considerada como expressão do modo como o poder do policial torna-se rarefeito à medida que se aproxima das classes média e alta.

Do século XIX ao início do século XX, o trabalho do policial no Brasil não esteve sujeito a qualquer treinamento formal, desenvolvendo-se, apenas, com base no acúmulo de experiências práticas do dia-a-dia. Estava, no entanto, sujeito à obediência a regras rígidas do comando centralizado. O saber policial constituía-se a partir das experiências e da troca de experiências de rotina entre policiais.

No período colonial, a divisão clara e bem-definida das classes sociais superiores e subalternas facilitava-lhes o trabalho. À medida que a sociedade se torna mais complexa, porém, as funções vão ficando mais difíceis, exigindo-lhes o desenvolvimento de habilidades no trato com diferentes grupos sociais e a inclusão de novas categorias de classificação, como gênero, nacionalidade e trabalho, além da cor e da classe social. Nesse sentido, os recursos disponíveis para exercer a atividade policial, disciplinar desordeiros e impor a ordem na cidade, comumente restritos ao uso da violência, também ampliaram-se, passando a incorporar meios extra-legais de negociação.

Vê-se que o saber policial não se desenvolve isolada e independentemente dos valores sociais mais amplos que caracterizam a sociedade e a cultura de cada época. As mudanças na estratificação social implicam desorganização e reorganização da atividade policial. Essas mudanças socioculturais vêm se constituindo num dos determinantes de um processo de discussões dentro da própria polícia que aponta para a necessidade de construção de novos conhecimentos e desenvolvimento de novas habilidades profissionais que, no entanto, devem suscitar novas e renovadas formas de resistência, que ainda não foram muito bem identificadas.

Freqüentemente, na sua atividade prática cotidiana, os policiais pautam-se por um intenso trabalho de tipificação (rotulação) que, como já foi dito, dá-se informalmente, ou seja, não está registrado em qualquer documento oficial. Esse costume visa, sobretudo, à redução da complexidade das situações enfrentadas e a uma economia de esforços. Sendo assim, uma determinada clientela, entre vítimas, suspeitos, criminosos, etc., sobretudo, uma clientela marginal, é classificada a partir de um aprendizado prático, informal, adquirido fora das salas de aula e de treinamento formal. O que conta é a experiência subjetiva do policial e os ensinamentos que adquiriu com seus colegas no cotidiano da profissão.

Essa “clientela marginal”, que se constitui como foco principal da vigilância policial, identifica-se com as classes subalternas de tal forma que, como observa Paixão (1983),

A ação dos membros da organização policial se orienta por teorias de senso comum, estereótipos e ideologias organizacionalmente formulados que, se tornam mais “econômica” a ação policial (na medida em que está orientada para a vigilância e controle de populações previamente definidas como “potencialmente criminosas”), contribuem para que a associação entre marginalidade e criminalidade assuma contornos de uma “profecia autocumprida” (p.20).

Evidencia-se, portanto, na experiência e na tradição da força policial brasileira a busca de legitimação junto aos grupos dominantes e contra a sociedade, o que acaba determinando a existência de fronteiras entre policiais e cidadãos. Esse problema, segundo Paixão (1988), ainda está em pauta na agenda política brasileira. A limitação e, até mesmo, a redução do poder de polícia e o controle externo da atividade policial são condições fundamentais para a consolidação da democracia e promoção da cidadania, sobretudo nas relações sociais cotidianas e rotineiras dos grandes centros urbanos.

Pode-se concluir, com Souza (1999), que a interação assimétrica entre policiais e os diversos atores sociais, e a conseqüente distribuição desigual de segurança, associa-se ao distanciamento entre polícia e sociedade, encarado como um dos entraves para a efetivação da segurança pública em sociedades democráticas. Alguns policiais, reconhecendo o medo que as pessoas sentem da polícia, atribuem-no à cultura militarista da organização. Além da questão da respeitabilidade, o militarismo dificultaria a relação entre policiais e cidadãos, pois nessa posição o policial sente-se superior ao civil. Ao valor social da respeitabilidade atribuído à profissão soma-se a crença na superioridade do policial em relação aos civis, cultuada na organização policial e reforçada socialmente pelo medo generalizado da polícia.

Mesmo em bairros mais ricos, diz um capitão entrevistado por Souza (1999), o policial é tratado de forma indiferenciada, como se fosse uma pessoa estranha. Vê-se que a desconfiança e o medo em relação aos policiais são difusos, ultrapassando as fronteiras entre as classes sociais, embora sejam distintos, de acordo com gênero, idade e cor. Também a confiança em relação à eficiência da polícia é questionada pelo público em geral.

1.6 A necessidade de controle externo

Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), discorrendo sobre aquilo que consideram as principais mazelas e descaminhos das polícias (civil e militar) no Brasil, referem-se à baixa capacidade de investigação e resolução de crimes; à baixa qualidade e não utilização de informações; à divisão de atividades entre as polícias e conseqüente falta de visão do todo; ao fosso entre a cúpula e a base; às limitações, deficiências ou inexistência de mecanismos efetivos de controle externo, limitado às ouvidorias e às denúncias de violência policial, abuso de poder e corrupção; às ações e excessos contra grupos mais vulneráveis, sobretudo os mais pobres e os negros, e ao envolvimento direto em atividades criminosas, como causas da desconfiança e descrédito frente à população.

As preocupações com o controle externo das polícias justificam-se porque, embora desvios de conduta profissionais sejam praticados nas mais variadas instituições e profissões, nas polícias as conseqüências são, particularmente, mais graves, colocando em jogo a integridade e a vida das pessoas. O policial, além de estar mais próximo da criminalidade e

mais vulnerável, inclusive, à cooptação, porta armas de fogo e pode fazer uso legítimo delas. É claro que uma tal situação, muito particular, demanda formas de controle também muito particulares.

... policiais militares descrevem seu trabalho cotidiano como guerra permanente contra os criminosos; já os policiais civis o definiram como um “pronto-socorro de emergência”. Ambas as visões parecem destinadas a justificar o improvisado como principal ferramenta de atuação cotidiana das polícias e a tornar aceitáveis alguns dos “excessos” cometidos no dia a dia, esquecendo-se de que, mesmo na guerra e nos prontos-socorros, há procedimentos padronizados, há distinção entre atos aceitáveis e inaceitáveis, e há necessidade de treinamento específico, que capacite os agentes a prover respostas adequadas aos diversos tipos de situações emergenciais (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p.88-89)

De certa forma, a atitude parece se repetir quando se trata de punir indisciplinas internamente. De acordo com esses mesmos autores, alguns oficiais reconhecem que há exagero nas ações visando à manutenção da disciplina interna, “que nem sempre é garantido ao acusado o direito de defesa e que a prisão administrativa é inconstitucional” (LEMGRUBER, MUSUMECI e CANO, 2003, p. 96). No entanto, justificam a severidade dos recursos alegando que, sem eles, não seria possível manter o controle da tropa. Julita Lemgruber, que já foi ouvidora de polícia no Rio de Janeiro (1999/2000), lembra que não são infreqüentes na instituição queixas de policiais, principalmente militares, contra seus superiores hierárquicos por causa de excessos nas punições, arbitrariedades e ilegalidades.

Dessa forma, segundo um corregedor de polícia militar, entrevistado pelos autores, a primeira providência tomada por um policial ao cometer alguma falha no serviço é não fazer a ficha de ocorrência “para não deixar rastro” (p. 104), ou seja, omitindo/destruindo registros informacionais.

1.7 Dois domínios da atividade policial: modos de buscar e construir informações

Souza (1999), utilizando-se de conceitos formulados por Banton, refere-se a dois domínios da atividade policial: as funções de *law officers* e *peace officers* ou funções legais e funções de paz.

A primeira está ligada a prender criminosos, encontrar culpados e impor medidas coercitivas a comportamentos desviantes, seguindo preceitos legais. Na tentativa de controlar o crime os policiais orientam suas ações segundo a definição que estabelecem de culpa ou inocência das pessoas envolvidas, acreditando que podem intervir no resultado final dos processos criminais. O objetivo principal é, portanto, identificar culpados e efetuar prisões. Dentro desse escopo buscam-se, constroem-se e identificam-se informações sobre os criminosos e seu paradeiro, ou seja, informações que possibilitem sua detenção. Buscam-se também informações que permitam prever ações futuras, de forma não só a evitá-las pela presença ostensiva da polícia, mas também a produzir flagrantes que permitam a prisão dos ofensores, principal alvo da ação policial.

O segundo domínio, também conhecido na literatura por “trabalho secreto da polícia”⁸, evidencia o aspecto social da atividade policial e envolve a utilização de um tipo muito particular de saber e habilidades práticas, adquiridos na experiência cotidiana de trabalho com esse tipo de situação. Nesse caso, os policiais envolvem-se em atividades que, ao contrário de invocar a aplicação da lei, exigem a tomada de decisões práticas de acordo com as circunstâncias em que as demandas são feitas. Na verdade, os policiais estão constantemente envolvidos na busca de solução para problemas de ordem não legal e que fazem parte do universo da vida privada no cotidiano das pessoas. A ação policial, nesse domínio, orienta-se para a identificação de situações de risco e ameaças que, partindo de determinado indivíduo ou grupo, possa perturbar a ordem pública e/ou o equilíbrio costumeiro da vida social. Trata-se de procurar a redução do total agregado de problemas numa área.

⁸ Talvez fosse melhor dizer “trabalho invisível da polícia”, no sentido de que é pouco notado, pouco divulgado e, até mesmo, desvalorizado e, por isso mesmo, pouco espetacularizável, já que não atrai interesse nem de policiais e nem da população de um modo geral. Trata-se de um trabalho discreto, sobre o qual, até mesmo, são construídas poucas informações e conhecimentos. Ou seja, esse trabalho invisível é objeto de pouca atenção em nossa sociedade.

Alguns exemplos, característicos daquilo que é chamado “policimento orientado para solução de problemas”, podem ilustrar essas situações, mostrando como os policiais lidam com uma outra modalidade de informação, diferente da delação, que pode ajudar na resolução de problemas, através de um melhor conhecimento das situações e dos contextos nos quais se desenrolam os episódios criminosos. O departamento de polícia de Baltimore (EUA) criou um programa de policiamento orientado para o cidadão⁹, no qual os policiais, trabalhando em equipes, obtinham e analisavam informações nos boletins de ocorrências, conversavam longamente com moradores em visitas domiciliares, também trocando informações, e buscavam ajuda junto a outros órgãos públicos e privados (sobretudo prestando informações).

... adolescentes cheirando tinta tornaram desagradável o uso de um parque público, os policiais do COPE persuadiram os comerciantes locais a não expor as cores preferidas, com conteúdo mais alucinógeno, e a não vender para conhecidos usuários. Eles também levantaram casos de infratores crônicos, para que, quando fossem presos, os processos e as condenações pudessem ser mais bem estabelecidos. No processo de sensibilizar o bairro para o problema de cheirar tinta, os policiais do COPE descobriram que residentes idosos de um prédio de apartamentos tinham dificuldades de atravessar um cruzamento movimentado para chegar ao shopping center mais próximo. Problema esse, de fato, muito mais importante para eles do que o problema de cheirar tinta no parque, pois raramente usavam o parque à noite. O COPE defendeu a remodelação do cruzamento, incluindo a instalação de um sinal de trânsito, e conseguiu reforçar o policiamento com a própria polícia de trânsito (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, p.38).

Embora a organização policial não tenha estabelecido formas claras de controle da atividade de *peace officers* e, nem mesmo, exista consenso entre seus membros quanto a reconhecê-la como um trabalho tipicamente da polícia, o que a torna legítima como atividade do domínio policial é a crença do público em geral na polícia como instituição capacitada e em melhores condições para resolver e tomar decisões sobre determinadas situações que, mesmo não contendo qualquer aspecto criminal ou legal, demandam o uso de uma autoridade que, para a maioria das pessoas, só o policial possui.

Um outro exemplo desse tipo de ação encontra-se também em Skolnick e Bayley (2002). A polícia vinha enfrentando uma onda de furtos ao comércio e observou que luvas de beisebol era o item mais visado pelos infratores. Organizou, então, junto à comunidade local,

⁹ COPE – Citizen Oriented Police Enforcement.

um programa para facilitar a compra desse equipamento pelas famílias de baixa renda, o que redundou numa drástica redução das ocorrências.

A ineficiência ou inexistência de serviços de assistência social podem contribuir para a perpetuação de problemas dessa natureza e também, fazem com que a polícia seja chamada, freqüente e reiteradamente, pela população, para atuar nas crises e conflitos nos quais a violência aparece como componente real ou potencial. Espera-se dela uma ação pacificadora, pois acaba representando, nessas situações, mais do que qualquer outra instituição social, uma referência de autoridade importante para a comunidade, sobretudo, por parte daqueles que não contam com qualquer outra estrutura de apoio social, como hospitais, escolas e, até mesmo, delegacias. Observa-se que, mesmo quando não existem normas legais para orientar uma tomada de decisão frente a determinados problemas, os policiais são considerados representantes da lei.

De fato, as pesquisas sobre o trabalho de policiais mostram que eles empregam a maior parte do seu tempo em atividades de cunho social, lidando com situações imprevistas que exigem raciocínio, sensibilidade para coletar e selecionar informações relevantes, interpretar situações, negociar e dialogar com pessoas da comunidade (Souza, 1999). Pode-se dizer, então, que a polícia atua, muitas vezes, no limite entre a ordem e a transgressão, e suas decisões nem sempre significam conformidade absoluta à regra legal, pois os policiais tendem a agir de acordo com normas particulares relacionadas com pessoas, grupos e tudo o mais que diga respeito à ordem em diferentes situações (locais) e/ou momentos (horários). Assim, como já foi comentado, mais do que seguir preceitos legais e aplicar irrestritamente a lei, o policial orienta-se por conhecimentos práticos, socialmente construídos, a respeito de quais comportamentos são apropriados para determinados indivíduos e daquilo que pode ser considerado ordem num determinado contexto.

Entretanto, esse conhecimento profissional prático (tácito), quando construído sem a participação efetiva das comunidades locais, que também dispõem de conhecimentos específicos, pode afastar (perigosamente) os policiais dos cidadãos, justamente daqueles que lhes dão legitimidade. Um dos fatores que distancia polícia e comunidade está ligado à cultura da organização, que, ao dar preferência às funções legais (*law officers*), demonstra dificuldade em incorporar o seu papel social, o que contribui para estigmatizar os policiais como agentes superiores aos cidadãos civis. A essa crença correspondem percepções coletivas ambivalentes

em relação à polícia e seu papel, permeadas por sentimentos também ambíguos, de confiança e desconfiança, de admiração e medo, que a presença do policial, geralmente, inspira nos indivíduos.

Como lembra Bayley (2001), o policiamento pode ser considerado moralmente repugnante por muitas pessoas, pois embora a coerção e o controle constituam uma necessidade da vida em sociedade, não são, de forma alguma, agradáveis. As expectativas sociais em relação ao papel da polícia acabaram por definir, ao longo da história, traços característicos e estigmas, como, por exemplo, a crença de que o trabalho policial é necessariamente manchado, pois, para combater o mal seus integrantes vão sempre contra algum interesse humano e envolvem-se em problemas “sujos” e misteriosos. Nesse sentido, a população percebe que a atividade policial é mais direcionada para o que uma pessoa representa do que para aquilo que ela efetivamente faz, o que contribui para aumentar a tensão numa estrutura social de classes desiguais, de cidadãos de primeira e segunda categorias (BITTNER, 1975; SOUZA, 1999).

Conclui-se que o dilema entre a lei (prioridade do *law officer*) e a ordem (prioridade do *peace officer*), enfrentado pelas polícias nas sociedades democráticas, contribui para as percepções coletivas ambivalentes a respeito do policial e para uma visão distorcida a respeito da polícia como instrumento político do Estado, serviço público de segurança e manutenção da ordem. Dessa forma, pode-se dizer que uma determinada cultura ou subcultura policial - a maneira como os policiais vêem sua própria missão e definem seu próprio trabalho - dificulta a troca de informações com os membros da comunidade separadamente e com a comunidade organizada como um todo, fechando-lhes os sentidos para a percepção de aspectos importantes no contexto da criminalidade e da ordem pública. Num e noutro modelo, como se procurou explicar, diferentes informações são buscadas e construídas/produzidas.

1.8 O declínio do modelo repressivo e a necessidade de um novo tipo de informação

Souza (1999) vê no declínio do modelo de *law officer* os elementos essenciais e o surgimento das idéias que deram origem ao policiamento comunitário, observando que

O aumento da violência, da insegurança e do medo nos grandes centros urbanos, a prevalência de sentimentos ambíguos em relação à polícia, que sempre a acompanharam desde a sua criação, contribuem para marcar o fim do século XX por uma crescente dúvida sobre qual é o papel da polícia nas sociedades democráticas. A tão sonhada função de controlar e prevenir crimes, sob o profissionalismo do modelo de “fazer cumprir a lei” (*law enforcement/law officer*), sustentada pela organização policial e considerada pelo público como atividade principal da polícia, não alcançou o objetivo social de manter em baixa as taxas de criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos (p.45).

Os diversos problemas já relatados vão levando a população a desacreditar na eficiência policial, comprometendo a legitimidade da instituição e pondo em dúvida o modelo repressivo de atuação que tem caracterizado a cultura policial de uma maneira geral.

As críticas e avaliações desse modelo são cruciais para compreender o surgimento do novo paradigma de polícia preventiva ou pró-ativa, representado principalmente pelo modelo de polícia comunitária, que tem sido amplamente difundido nas sociedades democráticas a partir dos anos 80 e que, a despeito das críticas e limitações feitas por seus opositores, tem sido considerada a polícia do próximo milênio (SOUZA, 1999, p.45).

Autores como Dias Neto (2001) referem-se a esse novo paradigma como a “nova prevenção”, opondo-o à abordagem que trata a criminalidade, generalizadamente, como uma questão legal e que vê na criminalização dos eventos e conflitos sociais a melhor alternativa para produção de segurança pública. Nessa perspectiva, o foco é o criminoso, e não as situações, buscam-se e produzem-se informações sobre o criminoso, e não sobre as situações, ou seja, a ênfase recai é na delação, e não na compreensão contextual dos eventos.

Há inúmeras outras críticas bem fundamentadas à função de *law officer* (controle do crime), sobretudo se considerada como atividade principal da polícia, no que tange a seu caráter neutro, legal, formalizado e orientado profissionalmente, decorrente da disciplina e da hierarquia numa estrutura organizacional “quase militar”.

O policiamento reativo, caracterizado por esperar a ocorrência dos crimes para então agir, compõe-se, basicamente, de três estratégias: patrulhamento motorizado, rapidez da resposta aos chamados e investigação retrospectiva dos crimes (realizada por detetives). Ele é falho por dois motivos básicos. Primeiro, não detecta e não aborda os crimes sem vítimas ou sem testemunhas (tráfico de drogas, por exemplo) e os chamados crimes de colarinho branco,

nos quais as vítimas não têm ciência de que estão sendo lesadas. Segundo, porque “os policiais tendem a conhecer pouco sobre as pessoas a quem devem segurança e sobre as situações em que se encontram” (SOUZA, 1999, p.47), o que compromete o bom desempenho da PM.

Beato Filho (2001), argumentando em favor da utilização de informações estatísticas bem organizadas e confiáveis como um parâmetro adequado para orientar as atividades policiais em contextos específicos, observa que a análise desses dados demonstra “como a obsessão com formas ortodoxas de atuação policial tem sido ineficaz no controle da criminalidade”.

No modelo tradicional de policiamento reativo os policiais não procuram saber sobre aquilo que amedronta as pessoas, sobre aquilo que mais as ameaça ou as faz sentirem-se inseguras. Em outras palavras, não dispõem das informações fundamentais para o bom exercício de grande parte de seu trabalho, pois, muito preocupados em identificar e prender suspeitos, esquecem-se daqueles que são os verdadeiros beneficiários de seus serviços. Sobre isso é bom lembrar que efetuar inúmeras prisões pode não ser um indicador muito interessante de eficiência policial, uma vez que essas ações podem estar voltadas para pessoas e para locais errados (BEATO FILHO, 2001).

É bom lembrar, ainda, que é falaciosa a crença no poder dissuasivo da rapidez da reação da polícia no atendimento de um chamado. Ou seja, atender rapidamente a uma ocorrência não representa muito em termos de dissuasão de ofensores, ao contrário do que acreditam, implícita ou explicitamente, os mais entusiastas defensores do grande poder das tecnologias da informação e comunicação como forma de combate à criminalidade, desvinculada de práticas sociopreventivas¹⁰.

... estudos mostram que a estratégia de esperar até que um delito ocorra para que os policiais entrem em ação baseia-se numa visão limitada da ação criminosa, significando, única e exclusivamente o rompimento de alguma regra legal. Desconsidera-se assim o contexto mais amplo dos problemas subjacentes que desencadearam a quebra da lei (SOUZA, 1999, p.48.).

Daí a importância de se ouvir a comunidade e de orientar os esforços para selecionar informações (novas), que se refiram às vivências e experiências da população, aos aspectos

¹⁰ Como exemplo ver Furtado (2002), num trabalho em que a questão informacional na segurança pública é tratada numa perspectiva tecnicista-reducionista, onde a rapidez e a agilidade do atendimento aos chamados é supervalorizada.

subjetivos da coletividade local. Daí a importância dos Consep como *locus* de troca de informação e de práticas informacionais.

Não é difícil entender quão pouco produtiva é a estratégia reativa. Pode-se observar, por exemplo, que, embora, possa a polícia posicionar-se em pontos considerados estratégicos e, assim, diminuir seu tempo de chegada ao local do crime, é inútil e ilusório pretender chegar antes dos criminosos, prevendo o momento e o local de um crime, fato extremamente raro, que só ocorreria por uma coincidência fortuita. Além do mais, na maioria dos eventos, a vítima nunca avisa imediatamente a polícia, seja pela demora em dar-se conta do problema ou por razões psicológicas: espera refazer-se emocionalmente para, então, falar com a polícia.

Nesse modelo, na maioria das vezes, quando a polícia chega o ofensor já está muito distante, e o policial, extremamente dependente de informações da vítima ou de testemunhas, quando houver, muito pouco fica sabendo sobre os problemas e situações.

Finalmente, há evidências convincentes de que o número de casos elucidados e as taxas de prisão pouco influem sobre as taxas de crime. Na realidade, como sugerem várias experiências e pesquisas, mais importante do que isso é o policial informar-se e tomar conhecimento acerca do contexto em que se desenrolaram as ocorrências e sobre as preocupações e temores da população. O grande desafio para a polícia está em alterar uma ordem de prioridades muito presente na cultura do policial de linha.

À escassez de informações a respeito dos problemas e elementos contextuais relacionados à ocorrência de delitos, opõe-se a ênfase atribuída pelos policiais ao crime em si e às intenções dos criminosos em cometê-lo. A identificação e controle preventivo de uma série de outros fatores, considerado facilitadores de ações criminosas (...), são postos em segundo plano em face da prioridade dada à prisão de criminosos para dissuadir e prevenir crimes (SOUZA, 1999, p.49).

Além de tudo, os policiais de linha, ao contrário do que normalmente se pensa e do mito de que a principal função da polícia é lidar com crimes violentos e efetuar prisões, usam a maior parte de seu tempo útil de trabalho em atividades de cunho assistencial. Entretanto, esse tipo de trabalho é considerado pouco importante e, até mesmo, inferior pela maioria dos policiais, que preferem voltar suas atenções para os crimes considerados “sérios”. Os chamados e as ocorrências de cunho assistencial são, nos EUA por exemplo, rotulados na cultura policial reativa de *garbage calls*.

Por extensão, pode-se falar, também, em “*garbage informations*”, ou seja, detalhes e informações consideradas de pouca importância, negligenciadas por não se relacionarem diretamente aos eventos criminosos, mas a situações e conflitos interpessoais cotidianos, aparentemente banais. Em muitos casos, todavia, tais eventos, prenunciam problemas maiores, possuindo, portanto, relevância, pois podem permitir ações preventivas, ligadas à resolução de problemas.

Na avaliação de Moore, a polícia desconsidera o papel preventivo dessas chamadas, que, em primeiro lugar, funcionam como sinais de alerta à possibilidade de ocorrência de crimes futuros e, em segundo lugar, possibilitam marcar a presença da polícia pelo fluxo contínuo de informações entre polícia e cidadãos. Nessa perspectiva, o modelo de *law officer* impõe seu próprio limite no controle e prevenção do crime, ao tomar as chamadas assistenciais como trabalho periférico, e não como atividade central da missão policial (SOUZA, 1999, p.50).

Mais uma vez, é importante ressaltar que a crença na neutralidade do trabalho policial alimenta uma postura de autonomia, independência profissional e, sobretudo, de distanciamento em relação à comunidade e aos políticos que, na realidade, impedem o estabelecimento de um diálogo constante, potencialmente gerador de informações estratégicas para a prevenção de crimes e que fornecem as condições para o desenvolvimento de uma nova inteligência policial. Não se trata aqui de uma inteligência ligada à espionagem, à delação ou a alcagüetagem, mas aos elementos contextuais que antecedem e cercam os eventos criminosos, gerando oportunidades e condições favoráveis ou facilitadoras e aos eventos que amedrontam a comunidade.

Nos modelos que pressupõem neutralidade de sua atividade, a polícia fecha-se às críticas externas e acaba se distanciando da legalidade, que é fonte de sua legitimidade, estimulando a imagem de instituição corporativista, que desconsidera a cidadania. De maneira paradoxal,

torna-se mais vulnerável às críticas externas principalmente nos casos de atendimento de ocorrências em que privilegiam a missão de controlar o crime, tornando-a mais importante do que o respeito aos valores constitucionais. Suspeito aos olhos do público, de promotores e juizes, como instrumento democrático do Estado em defesa da segurança, o “profissionalismo” do modelo de *law officer*, nesse sentido, compromete uma vez mais a credibilidade pública da instituição (SOUZA, 1999, p.51).

O conjunto das críticas apresentadas permite afirmar, de acordo com Souza (1999), que prevalece um determinado modelo de organização policial, uma determinada cultura de trabalho na polícia que acaba por reforçar, em primeiro lugar, “o caráter ideológico da estratégia reativa de prender criminosos como a mais importante função da polícia” e, em segundo lugar, “o mito do distanciamento entre polícia e sociedade como fundamental para assegurar o status do profissionalismo policial”. A principal implicação disso no plano da informação e do conhecimento é que os policiais ignoram a natureza das situações que são chamados a atender. Além disso, é importante reafirmar que tendem a desconhecer o que, de fato, amedronta ou causa temor à comunidade e incomoda a população.

Nesse sentido, policiais não só desenvolvem uma visão estreita do crime, não considerando sua base contextual e a rede de problemas subjacentes que o implicam, como também se mantêm pouco informados sobre o que realmente afeta as pessoas, provocando sentimentos de medo e insegurança (SOUZA, 1999, p.51-52).

É importante sublinhar, para as finalidades desta pesquisa, que o policiamento comunitário representa uma busca de aproximação da PM com a sociedade civil, sobretudo em relação às suas camadas mais pobres e marginalizadas, que tendem ser as menos ouvidas. Essa aproximação representa, em princípio, uma tentativa de dialogar e relaciona-se, portanto, com uma troca de informações e, conseqüentemente, com a construção de novas informações e conhecimentos e novas formas de fazer policiamento que permitam o controle mais eficaz da criminalidade e a manutenção da ordem pública. Seria, portanto, uma tentativa de articular a justiça formal com a justiça substantiva através do diálogo, da comunicação e da troca de informações, que se constituiriam, nessa perspectiva, como competências essenciais no trabalho do policial.

A polícia comunitária é primeiro uma tentativa para relegitimar a polícia (...). Por esse motivo, antes de se declinar em estratégias e táticas operacionais, a polícia comunitária é primeiro a vontade de renovar a relação entre a polícia e população fazendo das expectativas, demandas e necessidades expressas por ela, localmente, no quarteirão, bloqueio ou bairro, o princípio de hierarquização das prioridades policiais (MONJARDET, 2003, p.260).

1.9 Janelas quebradas

Em busca de alternativas para o trabalho policial, pesquisadores dos EUA desenvolveram uma série de experimentos e identificaram práticas que podem ser consideradas precursoras daquilo que tem sido chamado de policiamento comunitário. Entre essas experiências, que enfrentaram forte resistência no interior da organização policial, vários programas, como o *team policing*, as “unidades de relações comunitárias”, o *officer friendly* e outros, buscaram, essencialmente, a participação da população no controle da criminalidade. Segundo Souza (1999), os chamados “programas de prevenção de crimes” consistiam “numa série de experimentos de campo, alguns iniciados pela própria comunidade, outros em parceria com a polícia” (p.55). Esses programas distinguiram-se na medida em que foram “desenhados, executados e avaliados fora dos departamentos de polícia” (p.55).

As experiências de policiamento a pé permitiram entender que os níveis de insegurança, ou o medo do crime, não se correlacionavam com as taxas de criminalidade, pois essa modalidade de trabalho policial, embora não tenha reduzido as ocorrências, melhorou a sensação de segurança das pessoas. Os policiais passaram a interessar-se pelas causas do medo do crime, e foi nesse contexto que James Wilson desenvolveu uma importante teoria que ficou conhecida como *broken windows* (teoria das janelas quebradas), que teve grande influência no desenvolvimento posterior do conceito de policiamento comunitário.

Tradicionalmente o “medo de um ataque violento e inesperado por parte de um estranho” é considerado como a principal causa de insegurança para a população, mas, como nos experimentos de policiamento a pé as pessoas se sentiram mais tranquilas, apesar de as taxas de ocorrência de crimes terem se mantido fixas, observou-se que o maior temor estava ligado à desordem pública. De fato, esses problemas, que não são muito bem definidos na lei, e são motivo de inúmeros chamados à polícia, tendem a enfraquecer os mecanismos informais de controle social. Com a presença do policial a pé, a população sentia-se mais tranquila e confiante em relação aos locais onde o policiamento era motorizado, e, até mesmo, os policiais se sentiam mais prestigiados, motivados e satisfeitos com o seu trabalho.

Observou-se que a presença de estranhos e de pessoas com comportamentos considerados inadequados era sentida, em diversas situações, como uma ameaça, pois trazia o risco de quebra de mecanismos de controle informal da comunidade, estabelecidos pelos

indivíduos, ao longo do tempo, a partir de sua convivência cotidiana. Embora não possam ser considerados criminosos, eles representam uma ameaça à convivência harmoniosa das pessoas em sociedade. Nessa perspectiva, entende-se que a polícia deva auxiliar na preservação de regras de convivência estabelecidas pela comunidade. Uma certa regularidade na vida dos bairros permite às pessoas a identificação de estranhos e riscos de alteração e quebra da ordem que, por esse motivo, potencial, causam medo.

Nesse sentido, prender um vagabundo ou um bêbado ou simplesmente retirar das ruas pedintes, pessoas sem casa, que não tenham prejudicado ninguém, parece ser injusto. Mas, por outro lado, a atitude de “não fazer nada” e “não se importar” quando a impressão de pessoas estranhas ou a ocorrência de situações e comportamentos que significam quebra do padrão de ordem moral de uma comunidade se multipliquem e se instalem como regra local, pode sinalizar que uma janela quebrada e não consertada, segue-se a quebra de várias outras, que certamente, se ninguém, se importar, não serão consertadas. (...) A metáfora da janela quebrada utilizada por James Wilson simboliza o rompimento com alguma norma social e indica que onde os mecanismos de controle comunitário são enfraquecidos, é maior a vulnerabilidade à invasão criminosa (SOUZA, 1999, p.57).

A atitude de não se importar com pequenos problemas e de não buscar solução ou pedir providências em relação a eles explica-se, na perspectiva de James Wilson, pela atitude “essencialmente individualista” que as pessoas desenvolveram em relação à lei. Ao abrir mão de uma certa responsabilidade pelo espaço público e de um certo controle das pessoas que nele circulam, cria-se uma espécie de “terra de ninguém”, onde prevalece uma sensação de abandono, pouco caso ou desapeço.

A posição (...) reflete e contribui ao mesmo tempo para a atomização dos indivíduos e pela perda da idéia de comunidade como sinônimo de vida em comum e interesses compartilhados. A comunidade passa a significar para os indivíduos apenas o lugar onde residem. As pessoas passam a freqüentar menos os espaços públicos, tornam-se menos interessadas em relacionamentos interpessoais com seus vizinhos, passam a ser mais silenciosas, precavidas e desconfiadas, aumentando assim as chances de tornar a comunidade mais vulnerável à desordem e, conseqüentemente, a ocorrência de crimes. O medo e a insegurança instalam-se (SOUZA, 1999, p.58).

Assim, os policiais devem se fazer presentes nos locais onde possam aumentar a sensação de segurança. Também a avaliação de serviços policiais deve se dar pela manutenção

da ordem e da normalidade nas comunidades, e não apenas pelos indicadores estatísticos oficiais e pesquisas de vitimização. Na realidade, o papel da polícia não consiste apenas em atender aos chamados individuais, mas também em identificar e atender às necessidades de uma coletividade. Cabe à polícia o papel de regular comportamentos, o que não significa conferir ao seu poder discricionário alcance ilimitado, pois deve tomar como parâmetro balizador para suas ações os costumes e os hábitos consagrados pela coletividade local e que constituem a forma encontrada para conviver pacífica e harmoniosamente. Com isso a polícia fortalece mecanismos informais de controle social e tem seu próprio trabalho facilitado.

1.10 Policiamento Comunitário

Embora a teoria das janelas quebradas, tenha representado um avanço e fornecido as bases para o desenvolvimento da polícia comunitária, não focaliza a polícia e a comunidade como co-produtoras da ordem pública, ponto vital nessa nova forma de fazer polícia.

Mais do que a função de regular comportamentos, o policiamento comunitário enfatiza a necessidade de reciprocidade entre a polícia e a comunidade na ação conjunta de prevenção de crimes. Ou seja, os membros da comunidade policiada devem sentir-se motivados a cooperar com a polícia fornecendo informações e *feedbacks* em relação aos resultados do policiamento. A mudança de enfoque de um policiamento reativo para um policiamento pró-ativo na prevenção do crime, que implique na redução da sensação do medo das pessoas, pressupõe a existência da necessidade da interação entre polícia e comunidade na identificação conjunta de problemas visando sua prevenção (SOUZA, 1999, p.60).

Nesse sentido, as representações coletivas dos policiais¹¹ influenciam dois princípios basilares da polícia comunitária: a “confiança” necessária para a relação de cooperação entre policiais e cidadãos e o “controle externo” da atividade, fundamental para reforçar os próprios laços de confiança e a legitimidade da força policial como provedora de segurança pública. A tensão entre emprego da força (ligada à manutenção da ordem) e respeito aos direitos

¹¹ Ora como superior ou herói, ora como bandido ou vilão, capaz de estimular nos indivíduos sentimentos e reações ambíguos.

individuais e coletivos (ligado à observância da lei), é constitutiva das instituições policiais. Torna-se, portanto, imprescindível a existência de mecanismos de controle, internos e externos, para garantir o comedimento nas ações policiais (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p.23).

Os diversos autores e estudos consultados nesta revisão bibliográfica concordam com a necessidade, premente e fundamental, de se efetuarem reformas visando a uma profunda e radical transformação na polícia. Ao mesmo tempo, é importante sublinhar, com Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), que não se trata de crucificar os policiais e as instituições policiais, mas de conhecer as situações e as circunstâncias de sua atuação, suas limitações, contradições, constrangimentos e impasses, algo que pode ser mais bem feito, justamente, por aqueles que estão do lado de fora da instituição.

Trata-se, inclusive, de ir além disso, ou seja, de procurar criar condições para a implementação de reformas no sistema de segurança pública nacional, capazes de contribuir para a melhoria de condições de trabalho e para o justo reconhecimento dos bons policiais. Estes, na realidade, são a imensa maioria da corporação, e têm sido os mais sacrificados e pressionados diante da situação de crise, indignação e medo da população frente ao crescimento da criminalidade. Mais do que ouvir e registrar queixas em relação à polícia, os órgãos de controle externo devem ter condições formais suficientes para avaliar o trabalho policial e, até mesmo, recomendar mudanças que melhorem suas condições de trabalho (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 29).

Práticas violentas, discriminatórias e ilegais só fazem alimentar a insegurança e o temor da população em relação à polícia. Por outro lado, “a eficácia na redução de crimes e no desmonte de redes criminosas depende em grande medida da legitimidade das instituições responsáveis pela aplicação da lei” (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 50). Enquanto parte significativa da população tiver motivos para temer a polícia, e isso, sabe-se, ocorre em todas as camadas da população, embora por motivos e em matizes diferentes, “será muito difícil vislumbrar uma solução para os seríssimos problemas da segurança pública hoje existentes no Brasil” (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 50). Essa visão pode ser complementada com a observação de Paixão (1991a):

A eficiência do trabalho policial de combate ao crime depende, em grande parte, da confiança de vítimas e testemunhas na instituição. Muito pouco a

polícia pode fazer se não chegam a ela queixas e registros de ocorrências criminais, e se vítimas e testemunhas não se dispõem a cooperar com a investigação policial. Isso quer dizer que o efeito da polícia sobre a sociedade não se separa das expectativas coletivas em relação ao trabalho policial como referência para a avaliação de seu desempenho. É bastante comum, não apenas entre policiais, a constatação de divórcio entre o povo e a polícia no Brasil, com efeitos desastrosos sobre a eficiência do controle policial do crime (p. 36-37).

É importante registrar que resistências à reforma da organização policial estiveram associadas, num passado recente, aos discursos contra os direitos humanos. De acordo com Caldeira (1991)

... a campanha de defesa de direitos humanos para prisioneiros comuns, bem como sua contestação, articulam-se publicamente no momento em que a cidade de São Paulo apresentou os maiores índices de criminalidade violenta das duas últimas décadas, ou seja, durante o período 1983-1985. Esses foram os dois primeiros anos do governo Montoro e, portanto, da tentativa de humanização dos presídios e de reforma da polícia. Nesse contexto, o medo e a insegurança foram manipulados com facilidade pelos opositores à defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que, sutilmente, a criminalidade foi sendo associada a práticas democráticas. O fato de que após 1985 (portanto, metade do governo Montoro) as taxas de criminalidade violenta tenham decrescido sistematicamente não foi suficiente para desfazer a impressão de perigo crescente criada nos anos anteriores e capturada pelo discurso contra os direitos humanos (p.164).

A autora mostra que a defesa, bem sucedida junto à opinião pública, de direitos humanos para os presos políticos, não obteve o mesmo efeito quando se tentou estendê-la aos presos comuns, quando tomou a conotação, falsa evidentemente, de regalias para bandidos. Tratava-se agora de pessoas com culpa comprovada e cumprindo pena, de criminosos de fato, cuja condição de cidadania não era plena.

A população, de um modo geral, sente-se indignada com um tratamento humanitário ou com o bom tratamento desses presos. Sente como se fosse um privilégio a quem não faz por merecer, muito pelo contrário. Os defensores desse discurso costumam aprovar a violência policial contra bandidos. Na verdade, o que se pretendia era garantir direitos mínimos, ligados inclusive à integridade física, àqueles que perderam sua condição de cidadãos.

... o discurso contra os direitos humanos foi veiculado numa conjuntura de mudança, quando tomava posse o primeiro governador eleito em duas

décadas, quando os movimentos sociais eram legitimados como interlocutores do Estado, quando se tentava reformar a polícia acostumada ao arbítrio do regime militar, e quando o próprio Estado se atribuía o papel de gerador de novos direitos para os “outros”. As falas sobre a violência e a insegurança sugerem uma preocupação com o rompimento de um equilíbrio, com a mudança de lugares sociais e, portanto, de privilégios. Não é difícil entrever por trás do discurso contra os direitos humanos e sobre a insegurança gerada pelo crime o delineamento de um diagnóstico de que tudo está mudando para pior, de que as pessoas já não se comportam como o esperado, que os pobres querem direitos (privilégios, é bom lembrar) e, supremo abuso, prova total de desordem, quer-se dar até direitos para bandidos. Pode-se perguntar, contudo, se uma das coisas que se pretendia obter com a exploração desse “absurdo” não seria a afirmação dos privilégios daqueles que articulavam o discurso (CALDEIRA, 1991, p. 172).

A população de São Paulo e, provavelmente, toda a população brasileira, fixou uma imagem de que os defensores dos direitos humanos eram defensores de bandidos. Algumas das estratégias utilizadas para isso foram: negar humanidade aos criminosos, identificar a política de humanização de presídios a privilégios aos bandidos em detrimento do cidadão comum e associar às práticas democráticas a desordem social e o aumento da criminalidade.

Na verdade a fala que espetaculariza e exagera o crime, que potencializa a violência, faz parte de um discurso ultraconservador que busca a manutenção de privilégios e de uma ordem excludente e se opõe à expansão dos direitos sociais e à construção de direitos civis. Na verdade, essa situação permite entender por que a sensação de segurança não é uma função da ausência de crimes, mas do “distanciamento social”¹² e, além disso, por que a população pobre e sem recursos também teme a criminalidade. Na realidade, ela teme a privatização da segurança e a identificação dos direitos individuais e humanos com privilégios, fechando os olhos à violência e às arbitrariedades.

Para Paixão (1991b) “a expansão da indústria de segurança é problema adicional a ser enfrentado pelas organizações humanitárias no Brasil” (p. 137). Dois são os riscos apontados: ampliação da discriminação social (no melhor interesse de seus clientes) e a transformação da polícia em exército privado. Assim, “a ação realista dos defensores dos direitos humanos deve considerar, paradoxalmente, propostas de ampliação do controle estatal sobre o mercado de segurança privada” (p. 137). Além disso, um neovigilantismo tem oferecido aos policiais

¹² Que pode ser considerado como uma forte barreira informacional, pois impede a troca de informações.

oportunidades de emprego secundário. Daí, a importância da valorização da polícia como instituição pública a serviço da sociedade como um todo.

1.11 Informação e polícia

Espera-se que neste capítulo inicial, no qual foi revisada a literatura sobre a polícia, sobretudo em termos de seus objetivos e desafios na atualidade, tenha-se evidenciado a necessidade e a importância que tem a informação, sobretudo a chamada informação em movimento, para a organização e o trabalho policiais. Numa tentativa de síntese, pode-se depreender da literatura consultada que estão em jogo na atividade policial diferentes tipos de informação, podendo cumprir diferentes funções: (a) informações que a polícia produz sobre seu próprio trabalho e a partir dele, se traduzindo no SIEG (Sistema de Informação Estatística Georreferenciadas), ou dados estatísticos oficiais, que podem ajudá-la, dependendo da maneira como são interpretadas/utilizadas, a trabalhar mais na base da inteligência e do conhecimento do que na base da força; (b) informações sobre o contexto dos eventos criminosos e sobre os temores e necessidades da população em termos de ordem e segurança pública, que pode levá-la a aproximar-se da comunidade, num processo de co-produção da segurança pública.

É importante observar que existem ainda as informações (perdidas) que não aparecem nesses sistemas estatísticos, representadas por eventos não denunciados e chamadas ou solicitações não atendidas pelo sistema da PM e que, portanto, não geraram um boletim de ocorrência (BO), além daquelas ocorrências nas quais, como foi visto, por diferentes motivos, o policial deixa de fazer o registro formal.

Fica evidenciado que a polícia tem como grande desafio trabalhar com base na inteligência, na informação e no conhecimento e que, para isso, faz-se necessário redefinir seus objetivos e aproximar-se da comunidade. Viu-se que o principal problema, consequência negativa dos modelos tradicionais de policiamento, amplamente adotados no Brasil e no mundo, é o afastamento entre a polícia e a comunidade, fato que é visto por diversos autores como um importante estímulo para o aumento de crimes nas ruas. A análise da crise das organizações policiais modernas junta o descrédito e o distanciamento da população como os principais responsáveis pelas mazelas (corrupção e abuso de autoridade, principalmente) e

pela ineficiência policial, as quais para serem superadas pressupõem um efetivo controle externo e uma limitação de poderes. Isto, no entanto, suscita enormes resistências na cultura policial.

A pouca clareza com relação ao papel da organização policial, ocasiona o tratamento negligente de um conjunto de informações importantes, justamente aquelas que só podem ser obtidas e produzidas por um certo tipo de contato e relação com a população, que ultrapassaria os contatos ligados ao mero atendimento de chamadas individuais e ocorrências relacionadas ao código penal. Essas informações, advindas de uma abertura da polícia à comunidade e à um controle externo mais efetivo, estimulariam novos tipos de conhecimento, ligados à manutenção da ordem pública, à compreensão de elementos contextuais que antecedem ou acompanham os eventos criminosos e aos fatos geradores de insegurança.

O policiamento comunitário, visto como uma alternativa interessante para a crise de credibilidade e para a ineficiência policial, implica uma aproximação da organização, através de seus agentes, com a população, para a co-produção da ordem pública.

Capítulo 2

A informação como construção social

Este capítulo visa desenvolver uma reflexão que possibilite o encontro de um modo de abordar a questão da informação na segurança pública a partir das questões levantadas no primeiro capítulo. Apresenta algumas das principais idéias e conceitos referentes à informação como objeto de estudo da CI. A ordem da apresentação está baseada nos três paradigmas epistemológicos propostos por Capurro (2003), para quem a CI nasceu da biblioteconomia e da documentação, em meados do século XX, com o paradigma “físico”, questionado em seguida por um enfoque “cognitivo” que, por fim, é re-questionado por um paradigma “pragmático social”.

Para o autor, duas seriam as raízes da CI: a biblioteconomia e a computação digital. Enquanto a primeira remete-nos às origens da sociedade humana, à tradição, à permanência, numa rede de relações humanas baseada na linguagem, num âmbito hermenêutico aberto, a segunda, mais recente, possui um forte caráter tecnológico e está relacionada ao impacto da computação sobre os processos informacionais.

Em termos epistemológicos, a discussão nuclear é que esses modelos físicos excluem o sujeito cognoscente e referem-se a um receptor de mensagens quase sempre passivo. Em CI, essa limitação evidencia-se, sobretudo, nas práticas de recuperação de informação (RI) e em seus esquemas e modelos de representação do conhecimento. Aos poucos, surgem tentativas de inclusão das dimensões semânticas e pragmáticas, não contempladas anteriormente, já fazendo referência ao processo interpretativo do sujeito cognoscente ou, mais concretamente, do usuário. Além disso, são esses mesmos limites, na medida em que tratam a informação

como “coisa”, independentemente de um sujeito cognoscente, que vão estimular o surgimento de um paradigma oposto.

Brookes, precursor do “paradigma cognitivo”, baseando-se na epistemologia de Popper e seus três mundos - físico, da consciência e dos registros intelectuais - toma esse último como uma espécie de rede que existe somente nos espaços cognitivos ou mentais e chama-os de “informação objetiva”. A partir daí, Belkin desenvolve a “teoria dos estados cognitivos anômalos”, na qual considera que a busca de informação tem origem numa necessidade ou situação problemática. Ingwersen desenvolve a “teoria dos modelos mentais” e Vakkari, por sua vez, estabelece relações entre os estados anômalos e as estratégias de busca de informação.

Capurro (2003) vê Ingwersen e Vakkari numa posição intermediária entre Brookes e o “paradigma social”, que tem como referências Shera, Frohmann, Brier, Hjørland e o próprio Capurro. Para Frohmann, o paradigma cognitivista é essencialmente reducionista, idealista e associal.

2.1 Shannon e Weaver: representantes do paradigma físico

Esses autores desenvolveram uma concepção matemática da informação que descreve um sistema no qual mensagens emitidas por uma fonte são transmitidas por um canal e devem ser recebidas, com um mínimo de deformações, por um destinatário. A informação de que tratam é um conceito físico, no qual a questão central é o desempenho do canal e da transmissão. Assim, ruídos e interferências são tomados como distúrbios ou disfunções no processo de comunicação.

Na realidade, de acordo com o *Web dictionary of cybernetics and systems* citado por Robredo (2003), Shannon procurava separar os sinais, que transportavam a informação, dos ruídos e, para tanto, desenvolveu cálculos que foram aperfeiçoados com a finalidade de fazer estimativas sobre a quantidade de entropia presente num determinado sistema. Suas idéias, bastante engenhosas, serviram e ainda servem de referência para o desenvolvimento de sistemas, mas operam com uma concepção bastante limitada e reducionista de informação, que as tornam, por exemplo, inaplicáveis às situações humanas e aos contextos sociais.

Para Capurro (2003), a teoria matemática da informação, também chamada de teoria matemática da comunicação, é a essência do “paradigma físico”, pois diz que existe “algo” (um objeto físico) que um emissor transmite a um receptor. Esse objeto, designado por mensagem (ou sinal), deve ser reconhecido, univocamente, pelo receptor, atendidas determinadas condições, ligadas à ausência de ruídos e à utilização dos mesmos signos. Essa teoria, muitas vezes tomada como um modelo na CI, implica uma analogia entre transporte físico de um sinal e a transmissão de uma mensagem (modelo do conduíte).

Para Shera (1968), a teoria não foi formulada de maneira muito adequada e seria melhor chamá-la de teoria dos sinais porque, evidentemente, não se tratava de uma teoria da informação, pois estudava a capacidade que um símbolo ou um canal de comunicação tinha para transmitir uma mensagem.

Para Araújo (2002), trata-se de um sistema mecânico, cuja importância está centrada no canal e sua capacidade em veicular mensagens a baixo custo. Para Le Coadic (1996), que se refere a essa teoria como “teoria matemática da transmissão de sinais elétricos”, ocorre uma confusão conceitual quando se consideram análogos o conceito de informação dessa teoria com o conceito de informação inerente à comunicação humana.

Assim, as idéias e teorias ligadas ao paradigma físico mostram-se inadequadas ao campo da CI e da comunicação humana, uma vez que lidam com um outro objeto, que poderia ser melhor designado como sinal e que é estudado no contexto de sistemas máqunicos, de problemas de transmissão de mensagens e seus canais, com um enfoque nas questões de fidelidade, eficiência e custo, através de modelos matemáticos.

2.2 Brookes e Belkin: informação como elemento organizador da cognição humana

Para esses autores a informação é um elemento transformador das estruturas. Há um emissor que envia uma mensagem (conjunto de informações) a um receptor, com base num código conhecido (língua), e essa mensagem é interpretada, adquirindo sentido. Ao utilizar essa informação (com sentido) para resolver um determinado problema ou se informar sobre qualquer situação, o sujeito produz conhecimento.

Um “estado de conhecimento” sobre determinado assunto, num determinado momento, forma uma imagem ou uma visão de mundo que, em face da dinâmica dos acontecimentos da realidade, torna-se inadequada ou deficiente, dando origem a um “estado anômalo do conhecimento” que, por sua vez, determina a necessidade de uma (nova) informação para corrigir a anomalia. Um novo estado de conhecimento é instaurado. A idéia de informação assume características de elemento organizador da cognição humana.

Brookes (1980) criou o que chamou de “equação fundamental da CI”: $K(S) + \partial K = K(S + \partial S)$, para exprimir a passagem de um estado de conhecimento $K(S)$ para um novo estado de conhecimento $K(S + \partial S)$, com o concurso da informação ∂I , onde ∂S representa o efeito dessa modificação.

Pacheco (1995), referindo-se à primeira parte do artigo de Brookes, publicado em 1980, intitulado “The foundations of information science”, no qual trata dos aspectos filosóficos da questão, observa que:

Apesar de Brookes já espelhar nesse seu artigo toda uma concepção mais social da informação, ele ainda sofria a influência de certos dogmas da teoria matemática que pecam por dar vida e reconhecer ações em objetos. Logicamente os artefatos não executam a ação de registro, eles são apenas frutos dessa ação (p.21).

De fato, esses autores, mantêm a tradição naturalista para questões de informação e, na mesma linha do neo-positivismo de Popper, consideram que os registros humanos do conhecimento possuem existência objetiva e adquirem, portanto, total independência em face das subjetividades que os produziram.

Ao se tocar nessa concepção de informação, chamar a atenção para um desdobramento ou uma implicação da teoria de Brookes, discutida por Pacheco. Essa idéia de informação, por assim dizer, sem sujeito, constitui o terreno que vai servir de base para que a informação seja considerada como um bem econômico-cultural. Isso significa, sobretudo no contexto do capitalismo contemporâneo, entre outras coisas, que pode ser apropriada como um produto de valor comercial e rentável, passível de ser rapidamente acessada nos bancos de dados computadorizados, dispensando o exercício da memória. Sobre esse ponto, vale lembrar a reflexão da autora:

A facilidade de acesso à informação está suplantando a memória. Hoje em dia os esforços são redobrados na tentativa de livrar o homem do esforço de lembrar. O que importa não é mais conhecer, mas sim ter os meios e instrumentos rápidos para acessar o conhecimento. Os bancos de dados se transformaram em gigantescos supermercados com produtos tão especializados que servem apenas aos grandes conhecedores, mas como esses são uma ínfima parte da população, o que esses “supermercados cibernéticos” vendem são mais as fórmulas prontas de preparo instantâneo e consumo imediato (p.22).

A importância dessas considerações críticas na discussão teórica realizada neste capítulo consiste em atentar para as mudanças no conceito de informação ao longo do tempo. Por isso, é necessário precisar, nos trabalhos desse campo, qual a informação que será discutida e quais questões serão enfocadas/problematizadas pelos autores.

É evidente, no entanto, que a escolha do foco implica problemas, dilemas e escolhas de natureza política e ideológica. Ou seja, é preciso politizar, em certa medida, as discussões no campo da CI. Isso significa também perguntar: informação para quê e para quem? Buscam-se, mais à frente, algumas respostas para essas perguntas, com base na perspectiva metodológica da hermenêutica-dialética e na antropologia da informação para abordagem do campo empírico.

2.3 Le Coadic: necessidade e uso da informação como uma questão cultural

Apesar de dizer que a CI é uma disciplina nomotética, ou seja, em busca do estabelecimento de leis, pelo que se distingue das disciplinas históricas, jurídicas e filosóficas, Le Coadic (1996) considera que se trata de uma ciência social nascida da prática da organização da informação. Observa, então, que, nesse caso, a prática precedeu a teoria e lamenta o fato de não haver, ainda, um arcabouço teórico que permita interpretar, de forma racional e científica, as leis e os modelos empíricos.

Em suas ponderações, esse autor mostra-se preocupado em observar os cânones típicos das ciências físicas e naturais, razão por que valoriza as leis (como as de Bradford, Lotka e Zipf), sobretudo quando passíveis de representação por meio de fórmulas matemáticas e apresentam conceitos operacionalizáveis e mensuráveis.

No entanto, a conceituação de Le Coadic (1996) ganha um significado particularmente importante para este trabalho, quando analisa a dimensão do uso da informação, considerando-a como uma temática fundamental para a pesquisa em CI. Embora afirme que “terão como único objetivo melhorar o desempenho do sistema”, alguns de seus conceitos tornam-se úteis, na medida em que contribuem para melhorar o foco do trabalho de campo, servindo como um ponto de partida, sobretudo por fornecer elementos preliminares relevantes para orientar o pesquisador numa coleta de dados.

São tomadas como objetos de estudo da CI as propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, os processos de construção, comunicação e uso da informação. Embora o autor faça suas observações tendo em vista o contexto da comunidade científica, sua evolução, instituições e publicações, considera-se que podem também ser utilizadas para análise de outros campos sociais.

Ele reflete sobre a comunicação como um “processo intermediário que permite a troca de informações entre as pessoas” (p.13), assumindo o papel de assegurar intercâmbio entre os cientistas, e distingue as comunicações de natureza formal/escrita e as de natureza informal/oral, com destaque para os colégios invisíveis e as pessoas chave ou *gate-keepers*.

Le Coadic (1996) vê uma importante interdependência entre necessidade e uso da informação, pois esses processos “se influenciam reciprocamente de uma maneira complexa que determinará o comportamento do usuário e suas práticas” (p.39). Critica, então, os enfoques mais tradicionais em CI, porque tendem a pressupor que os usuários possuem uma necessidade de informação bem definida, identificando-a como uma necessidade próxima às necessidades biológicas mais básicas. Contrapondo-se a essa visão, ele vê a necessidade de informação como “uma necessidade derivada” (p.40), importante na consecução de necessidades básicas.

Nessa concepção ele acaba aproximando o fenômeno informacional da cultura, pois constituir-se-ia como um artefato cultural desenvolvido por uma determinada sociedade, num determinado momento de sua história, como forma de conceber e atender às necessidades básicas. Não estamos, portanto, diante de um fenômeno biológico, mas de uma questão sociocultural.

O autor refere-se a dois tipos de necessidade de informação: em função de conhecimento e em função da ação. No primeiro caso, trata-se de uma questão de sentido ou

do esforço para dominar e/ou estabilizar o significado das coisas, o que permitiria a superação das dúvidas e do caos provenientes da ausência original de sentido. No segundo caso, a informação seria condição necessária à eficácia das ações exigidas para a subsistência humana.

Nesse ponto, embora esteja mais voltado para os mecanismos formais de acesso à informação (bibliotecas e centros de informação), lembra a importância dos mecanismos informais e critica os bibliotecários e documentalistas que, concentrando-se excessivamente nos modelos lineares de comunicação, interessam-se muito mais pelo ponto de vista do emissor do que pelo receptor da informação.

Sem o receptor, não há, contudo, informação. Ele é o centro dos fluxos informacionais. Esse modelo linear é inadequado para descrever tais processos. Muitas comunicações de informação carecem de objetivo, são multidirecionais e os efeitos nem sempre eficazes. A informação pode ser fornecida e estar totalmente disponível. Mas isso nada nos diz sobre seu uso e as conseqüências desse uso (LE COADIC, 1996, p.43-44).

Uma outra problemática é apontada por Le Coadic (1996) ao observar que, tradicionalmente, a biblioteconomia e a documentação enfatizaram o objeto, o livro, o documento e sua provisão. Sob inspiração do paradigma tecnológico-positivista, sempre se evitou perguntar acerca da utilização da informação contida nesses documentos, considerando-se que se trata de um problema externo ao sistema de informação e, portanto, não identificado como um objeto de estudo. Pressupõe-se que não é importante saber o que o usuário faz da informação (um problema de cada um), ou melhor, que o usuário já sabe qual a informação necessária e o que fazer com ela.

Observa, entretanto, que a prática da biblioteconomia e da documentação as confronta com problemas de natureza educacional e, assim, novos desafios vão surgindo. Sua missão expande-se e novos campos se configuram. Alguns novos vínculos, sobretudo com as questões de aprendizagem, surgem, trazendo um viés mais humanista à CI.

Esse autor abre o espaço para que as práticas de uso/usuários da informação sejam definidas como processos de natureza interpretativa, ou seja, permite vislumbrar que o uso da informação é sempre interpretativo. Trata-se de uma nova perspectiva, na qual a questão da subjetividade assume um papel fundamental e vai configurando uma nova concepção da informação que estreita suas relações com o conhecimento e a cultura. A informação precisa

ser construída, e isso se dá nos meandros da estrutura social que, ao mesmo tempo em que limita os horizontes do sujeito, confere sentido e contextualiza suas práticas.

2.4 Meadows e a comunicação informal: colégios invisíveis e barreiras de comunicação

A importância desse autor, um estudioso da comunicação científica, reside no valor que confere à informalidade, mais especificamente à fala, como forma de transmissão de informações. Ele salienta que “a comunicação oral oferece maior flexibilidade quando se trata de colher informações do que a comunicação escrita” (MEADOWS, 1999, p.138) e observa que os estudos acerca de canais de comunicação científica dão conta de que a conversa com colegas iguala-se à leitura de periódicos e livros como método de obtenção de informações. Isso quer dizer que, na comunidade científica, as pessoas, no caso colegas, são fontes de informação tão importantes quanto livros e periódicos especializados.

Mesmo admitindo que a fala é mais limitada do que a escrita, Meadows (1999) considera que, para haver uma “comunicação eficiente de informações científicas, as fontes formais impressas devem ser complementadas com fontes informais (geralmente orais)” (p.135). Ao apontar características da fala e da leitura como modalidades de comunicação e transmissão de informações, o autor observa que se trata de processos interativos que, no entanto, diferem porque “uma conversa face a face envolve uma relação social, enquanto a interação com a página impressa, não” (p.137). Ele exemplifica, observando que qualquer aluno pode ler o artigo de um cientista eminente, mas para falar com ele é necessário, por exemplo, tomar coragem e, provavelmente, fazer alguma preparação.

Meadows (1999) pondera que, embora a fala possa ser produzida com mais rapidez do que a escrita, o que não deixa de ser uma vantagem, as informações escritas podem ser absorvidas mais rapidamente, pois a leitura de um artigo, por exemplo, “proporcionará mais informações em menos tempo do que ouvir uma palestra sobre o conteúdo desse artigo” (p.135). Uma outra limitação da fala é que ela “apresenta informações de forma estritamente linear” (p.135-136). Isso significa que, diferentemente de um texto, uma palestra não permite voltar a pontos mais complexos ou obscuros, sendo, portanto, mais difícil de acompanhar. Por esse motivo “as apresentações orais exigem um nível mais alto de redundância”, ou seja, a

mesma coisa é dita de diferentes formas e em diferentes momentos/contextos da fala, como numa aula expositiva, por exemplo (p.135).

A principal vantagem da comunicação oral, no entanto, é permitir retroalimentação imediata e, além disso, a adaptação da informação ao receptor e a transmissão do conhecimento prático junto com o conceitual, pois, em geral, são apresentados pelo próprio autor. No esteio dessas considerações, um outro ponto, identificado pela experiência de observação de grupos, indica que as pessoas tendem a falar algumas coisas que não podem ou não desejam escrever, talvez por causa da flexibilidade envolvida na fala e da efemeridade da comunicação face a face, menos comprometedora.

Meadows (1999) chega a duas noções, relevantes para esta investigação: “colégios invisíveis”, que define como uma “imagem de comunicação informal baseada num conjunto preferido de contatos” (p.142), que pode se dar dentro de grupos ou entre eles, e “fluxos de informação”, na qual aparece a figura do *gatekeeper* ou “pessoa-chave”, isto é, aquele que se posiciona no meio de um fluxo informacional, assumindo um papel estratégico.

Mesmo relativizando o alcance e o poder explicativo da noção de colégio invisível, pois estudos em diferentes especialidades científicas mostram que elas possuem estruturas de comunicação bastante diversificadas e que, ainda quando se identifica algo semelhante ao colégio invisível, seus participantes podem realizar inúmeras comunicações regulares fora dele, Meadows (1999), diz que “a maioria dos pesquisadores têm um limite máximo para a quantidade de pessoas com quem pode manter trocas regulares de informações” (p.142). Estima-se o tamanho máximo de um colégio invisível em cem pessoas e acredita-se que a maioria dos cientistas deve manter contatos mais próximos com cerca de vinte pessoas.

Conclui que os colégios invisíveis constituem-se numa forma muito eficiente de obtenção de informações quando a rapidez é necessária, como, por exemplo, em áreas nas quais as mudanças são muito rápidas. Em decorrência, uma estrutura comunicacional do tipo de um colégio invisível “pode ser adequada em certas etapas da vida de uma especialidade, mas não em outras, justamente porque elas raramente crescem em ritmo constante” (p.145).

Também é provável que uma estrutura de colégio invisível seja favorecida onde haja grupos de pesquisa consolidados, situados num número limitado de instituições. Essas instituições deverão possuir cientistas eminentes que tenham um compromisso de longo prazo com a especialidade e recrutem novos pesquisadores para dar continuidade ao trabalho nesse

campo. Isso porque, conforme sintetiza Meadows (1999), o quadro da comunicação informal sugerido pelas pesquisas é “essencialmente hierárquico, com papéis de destaque sendo assumidos por grupos de pessoas experientes e conhecidas em cada especialidade” (p.142).

A rede de comunicação dentro do próprio grupo de pesquisa, no entanto, é diferente. Ela, geralmente, assume o formato de uma estrela, quando seu líder é o principal fornecedor de informações, e o formato de uma árvore, quando o líder ocupa o ponto mais alto. Embora essa última forma de divulgação seja eficiente, os membros do grupo tendem a se sentir insatisfeitos com ela.

Sobre as “barreiras de comunicação”, Meadows (1999) observa que os estudos revelam concordância entre as chefias dos centros de pesquisa e os membros de suas equipes, embora os primeiros se preocupem mais com as pressões do tempo do que os segundos. São elas: a diferença de antecedentes educacionais, o sistema de promoção e recompensa, as pressões do tempo, a estrutura hierárquica, as relações sociais ruins, a rivalidade profissional, a distância física entre os colegas e a desconfiança geral.

É no contexto das pesquisas sobre fluxo de informação que surge a noção de “pessoa chave” ou *gatekeeper*, sobre a qual Meadows (1999) diz o seguinte.

Uma forma comum de investigar a comunicação dentro de um grupo ou organização consiste em examinar quem consulta quem, quando se defronta com a necessidade da informação. Essa investigação normalmente leva à identificação de um número limitado de pessoas que são particularmente ativas como foco de informação. Quem elas serão dependerá da natureza da informação. (...) Sempre que um consulente se aproxima, o *gatekeeper* abre o portão para que possam entrar aquelas informações pertinentes à consulta específica. Um *gatekeeper* deve obviamente ter acesso a uma variedade de fontes de informação, dentro e fora da instituição que o emprega. As fontes podem ser tanto formais quanto informais, mas a transferência de informação do *gatekeeper* para o consulente se dá através de canais informais (p.145-146).

Numa outra ponta, as pesquisas revelam a existência dos “isolados da informação”, isto é, pessoas quase nunca procuradas para dar informações. Esse isolamento pode ser devido a uma opção pessoal (por exemplo, há os que se interessam mais pelo ensino do que pela pesquisa), mas pode depender de fatores externos. Por exemplo, se um departamento de uma universidade tiver apenas um especialista em determinada área de pesquisa, ele terá menores oportunidades de contatos informais com seus colegas de especialidade.

O mais importante, no entanto, é que “tanto os gatekeepers quanto os isolados são grupos minoritários” (p.146), pois a maioria dos pesquisadores tanto formula perguntas quanto recebe respostas de um moderado número de colegas. Além disso, deve-se dizer que o quadro não é estático, pois depende, em certa medida, da estrutura organizacional. Um *gatekeeper* que muda de cargo, pode deixar, por esse motivo, de ser *gatekeeper*. Por outro lado, também os atributos pessoais podem concorrer para uma determinada situação, na qual algumas pessoas que não ocupam cargos de *gatekeeper* numa determinada organização possam ser tão ativas em matéria de informação que seus colegas a ela recorram sempre que necessitam. Sobre isso Meadows (1999) conclui:

Conforme isso sugere, talvez haja um desajuste entre a estrutura formal de uma organização e o fluxo de informação. A informação formal gerada (por exemplo, mediante memorandos) distribui-se em geral de uma maneira que reflete a estrutura hierárquica da organização. Embora os fluxos de informação informal possam ter alguns vínculos com essa hierarquia, raramente apresentam uma estrutura idêntica (p.146-147).

Vê-se, então, que uma das referências para trabalhar com a informação em movimento como um fenômeno da CI pode ser o estudo da comunicação oral/informal. Como em qualquer novo domínio de pesquisa, também na CI é necessário procurar subsídios teóricos e metodológicos em áreas vizinhas. Dessa forma, pode-se ir construindo, aqui e ali, pequenos entendimentos das situações, os quais, à medida que se forem juntando, irão ganhar maior sentido. Assim, obtém-se uma melhor compreensão dos fenômenos, os quais, num primeiro momento, podem parecer um pouco dispersos, mas, posteriormente, poderão constituir-se como um conjunto de achados significativos, de tal maneira que possam fazer parte de uma problemática mais ampla ou de um objeto de estudo cada vez mais consistente e bem definido.

2.5 Shera: epistemologia ou cognição social

Esse autor trabalhou na constituição de uma disciplina científica, cujo objetivo seria a organização dos registros do conhecimento, tendo em vista a sua plena utilização. Buscou, portanto, os fundamentos de uma ciência da informação, propondo, junto com Margareth E.

Egan, aquilo que chamou, na falta de uma denominação mais adequada, segundo ele próprio, de uma “epistemologia social”.

De acordo com Zandonade (2003), que se dedicou numa tese de doutoramento ao estudo do trabalho desse autor, Shera focalizou seus estudos no “modo de comunicação social do conhecimento registrado”, procurando desenvolver uma “teoria da armazenagem e recuperação da informação”, que considerava a questão mais central da CI. O termo epistemologia social emerge no contexto dos debates sobre a classificação como instrumento de controle bibliográfico, reorientando a idéia de um sistema classificatório único, universal, baseado numa ordem natural, chamando a atenção para o fato de que as tentativas de organização do conhecimento estão condicionadas pelo espírito da época.

A psicologia e a sociologia estavam, naquela época, muito mais voltadas para as motivações emocionais e informais que amalgamavam a estrutura social. Shera e Egan, entretanto, focalizaram os aspectos intelectuais, sobretudo os de natureza formal, que modelavam a sociedade, definindo a epistemologia social como “o estudo das formas como a sociedade consegue um relacionamento compreensivo com o seu ambiente” (SHERA, citado por ZANDONADE, 2003, p. 56) ou as “forças intelectuais que modulam as estruturas sociais e as instituições” (SHERA, 1977, p.10).

A nova disciplina que aqui focalizamos (e à qual por falta de melhor nome chamamos de epistemologia social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva com seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, uma nação ou cultura alcança a compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco dessa nova disciplina seria a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social. De tal disciplina poderia emergir um corpo de conhecimentos e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social (SHERA, 1977, p.10).

A informação, nessa perspectiva, seria um elo (mediadora) entre a cultura e o indivíduo e vice-versa e, conseqüentemente, um elemento de manutenção e construção de uma determinada estrutura social. Ao refletir sobre o papel social das bibliotecas, Shera (1977) expressa sua concepção antropológica de informação relacionando-a com a comunicação, nesse caso na forma de “transcrito social”.

A ligação básica através da qual os indivíduos conquistam a unidade numa cultura é através da comunicação da informação. Assim, a informação é o cimento com o qual a estrutura da sociedade é mantida unida. Uma cultura, pelo menos por definição, produz um transcrito, um registro em forma mais ou menos permanente que pode ser transmitido de geração em geração. Em sociedades primitivas não letradas esse registro toma a forma de um ritual verbal, lendas, poemas e cerimoniais (SHERA, citado ZANDONADE, 2003, p.53).

Para o autor, é esse “transcrito social”, na forma de documentos, que caracteriza as sociedades modernas e, multiplicando-se rapidamente, vai gerar um volume crescente de informações, que chamou de “dilúvio de papel”. Ele problematizou essa questão, vendo nela um paradoxo no qual há uma relação direta entre a dificuldade de acesso ao conhecimento transcrito e a necessidade ou dependência dele. Utilizando suas próprias expressões: “o dilúvio de papel pode ameaçar tragar-nos, mas sem ele morreremos de sede intelectual” (SHERA, citado por ZANDONADE, 2003, p.53). A partir daí, identifica e sublinha a importância da sociologia do conhecimento para a prática dos bibliotecários, o que pode ser perfeitamente estendido para o campo da pesquisa e da prática da CI, de uma maneira mais geral.

Com esse autor chega-se à compreensão de que os diversos modos de disseminação e comunicação da informação influenciam o comportamento dos grupos sociais, modelando o seu entendimento cognitivo da realidade. A informação é concebida como um transcrito da cultura que exerce considerável influência naquilo que o homem crê como verdadeiro, na sua imagem de mundo e, conseqüentemente, influencia também seu comportamento individual e social. Nesse sentido, as bibliotecas são tomadas como fenômeno sociológico, pois fazem parte de um sistema de comunicação social.

Também ficam evidenciadas as relações da epistemologia social com a semiótica (ou semiótica), pois observa-se que tanto o conhecimento quanto o conhecimento do conhecimento são transmitidos e disseminados através de um meio simbólico. Cassirer é lembrado por Shera, quando diz que “o homem vive num mundo simbólico de sua própria criação coletiva, que possui como uma de suas principais funções a organização e a explicação da experiência” (ZANDONADE, 2003, p.54).

Com sua epistemologia ou cognição social Shera introduz na CI uma discussão bastante ampla. Em busca de uma fundamentação mais sólida para a documentação e a

biblioteconomia, ele volta-se para as ciências sociais e vê aí bases sólidas para uma ciência da informação. Com o tempo, surgem outros autores que procuram consolidar o pensamento na direção dessa epistemologia social.

Aqui, vale lembrar Buckland (1991) que, mesmo reconhecendo as raízes e o sentido do paradigma físico nas atividades clássicas dos bibliotecários e documentalistas (informação como coisa), refere-se a um “valor informativo”, que não é uma coisa, mas um predicado de segunda ordem, algo que o usuário atribui a qualquer coisa, num processo interpretativo demarcado pelos limites sociais da pré-compreensão. Com esse autor têm-se as bases de uma importante aproximação entre a CI e a hermenêutica, que será realizada, na seqüência, por Capurro (2003).

Assim, ao mesmo tempo em que é documento (algo tangível), a informação possui um valor informativo (não tangível), que não é uma coisa ou uma propriedade de uma coisa, mas da ordem da cultura, que lhe é atribuído, dentro de um processo sociohistórico, por um “sujeito cognoscente da informação”.

2.6 Wersig: sujeito cognitivo-social da informação

Wersig (1979) desenvolveu, dentro de uma perspectiva sociocognitivista, uma relação importante entre o agente usuário e construtor da informação com seu contexto social (sujeito cognitivo social da informação). Para esse autor, todo processamento de informação (perceptual ou simbólico) ocorre mediado por uma sistema de conceitos (ou categorias) constituído pela visão (ou modelo) de mundo do sujeito processador. Essa visão de mundo (ou matriz conceitual) opera como um filtro seletivo estruturador da recepção (decodificação) e da emissão de informações e depende de experiências anteriores do indivíduo ou do grupo, ou seja, dos processos de socialização (individual) e da vivência histórica (coletiva).

Wersig (1979) dá grande importância ao trabalho social, ou seja, à relação transformadora que o homem estabelece com seu meio. Suas principais indagações são sobre as questões de necessidade de informação para solução de problemas ou “situações problema” que, por sua vez, levam às demandas informacionais.

Refere-se a um equipamento prévio que capacita o sujeito para a comunicação e para a ação e que delimita um quadro de expectativas, orientando a atividade intencional consciente. Isso inclui: (a) uma memória de formas simbólicas, atuando como unidade de codificação e decodificação; (b) um modelo interno do meio e um inventário de programas e estratégias para operar sobre o meio.

Ocorre uma situação problema quando esse equipamento prévio não é suficiente, num processo de frustração das expectativas no qual se estabelece uma zona de incerteza entre o indivíduo (com seus modelos cognitivos e seu repertório de ações possíveis) e as demandas de uma situação concreta. A informação seria o elemento necessário à redução da incerteza, e o trabalho informacional seria o esforço de busca que iria favorecer o acesso a informação necessária à resolução de situações-problema.

Em Wersig (1979) a informação está, portanto, relacionada com a resolução de problemas concretos e representa uma via para a construção de conhecimentos sociais. Ele observa que a CI esteve inicialmente ligada à ciência e tecnologia mas, progressivamente, foi expandindo-se para outros campos da atividade social humana, onde o livre fluxo de informações e a organização do processo informacional tornam-se uma necessidade social.

A CI como uma ciência ‘nova’, “pós-moderna”, no sentido de que se orienta para a busca de soluções de problemas criados pela ciência clássica, dentre os quais podem-se destacar, especificamente no caso da CI, o aumento da carga informacional, a importância do conhecimento para as pessoas, as organizações e a cultura e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a sua fragmentação (WERSIG, 1993). Solucionar problemas, nesse sentido, implica fazer interpretações e dialogar com as comunidades envolvidas.

2.7 Capurro e Hjørland e o sujeito como intérprete da informação: aproximando CI e hermenêutica

Segundo Capurro (2003), a teoria crítica e, mais particularmente, a hermenêutica vão proporcionar um novo marco epistemológico para o paradigma social da CI, sobretudo porque, nessa perspectiva, as diferentes “comunidades de interpretação” desenvolvem diferentes critérios de seleção e relevância para as informações. Na verdade, são essas comunidades,

como “sujeitos cognoscentes sociais”, que vão dizer, segundo seus próprios critérios, o que é ou deixa de ser informação, num processo sociohistórico que determinará, em grande medida, aquilo que tem ou deixa de ter sentido em diferentes contextos. Assim, Capurro (2003), referindo-se ao paradigma social na CI, diz que

a primeira consequência prática desse paradigma é o de abandonar a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, como aspiram o paradigma físico e o cognitivo (p.9).

De fato, as noções de “epistemologia ou cognição social” e, posteriormente, de “comunidades de interpretação”, que implicam a existência do “sujeito cognoscente social”, afirmam que o conhecimento é socialmente construído. Com essas descobertas, o conceito de informação na CI ficará relativizado e uma nova discussão será aberta. Trata-se de um momento rico, no qual se intensificam os debates em torno do objeto da CI. Se, por um lado, há um aumento da complexidade e das dificuldades para os estudiosos e pesquisadores, por outro configuram-se novos desafios e possibilidades, pois há necessidade de buscar elementos nas ciências sociais para melhor entender e abordar o fenômeno e as questões informacionais. Essa possível abertura às ciências sociais pode significar um aprofundamento teórico-metodológico e um significativo amadurecimento para a área.

Se, no novo paradigma social, um determinado conhecimento é considerado tanto mais informativo quando mais significar um avanço para um determinado grupo ou comunidade em relação a pressupostos anteriormente compartilhados, ou seja, se não for pura e simples redundância, o que é ou deixa de ser informação depende de condições sociohistóricas e do repertório cultural de um sujeito que está inserido nesse contexto.

Vai se falar, então, em “informação como conhecimento em ação” e em “conhecimento como informação potencial” (Capurro, 2003). Mais do que numa teoria da informação, Capurro (2003) fala, então, de uma “teoria das mensagens” ou de “oferta de sentido”, na qual o usuário ou uma comunidade de usuários vai exercer um papel ativo, selecionando as informações a partir de um processo de compreensão e interpretação, numa atividade que “procede não só de sua consciência ou de seus modelos mentais”, mas de “seus conhecimentos e interesses prévios” que “estão entrelaçados na rede social e pragmática que lhes dá sustentação” (p.17).

É nesse contexto que surge, por exemplo, a “análise de domínio”, propondo a idéia de que diferentes objetos são informativos em relação à divisão social do trabalho, ou seja, tendo em vista diferentes domínios do conhecimento relativamente independentes (ou comunidades de interpretação). Nessa perspectiva, a informação é um conceito subjetivo, mas não no sentido unicamente individual do termo, pois inclui os processos socioculturais que integram os critérios de seleção daquilo que é ou não é informativo. Em termos da RI, as noções de “seleção” e “relevância” se tornarão muito próximas do conceito hermenêutico de “pré-compreensão” (*vorverständnis*).

A argumentação e a problematização epistemológica de Capurro (2003) fornecem, ainda, um conjunto de indicações para melhor entender os fenômenos informacionais numa perspectiva filosófica. Capurro e Hjørland (2003) observam que os usos que se fazem modernamente do termo informação encontram-se num período inconcluso, de transição, do sentido clássico de “moldar a substância”, “dar forma” e, portanto, “representar”, para um sentido mais próximo à idéia de “interpretação”, ou seja, um entendimento da informação como produto de uma atitude interpretativa sobre o mundo, onde o papel do sujeito sociohistórico é decisivo na produção de sentidos.

Capurro e Hjørland (2003) consideram que “diferentes conceitos de informação dentro da CI refletem tensões entre uma abordagem subjetiva e [outra] objetiva” (p.345) e que o conceito de interpretação (ou seleção) seria uma ponte entre esses dois pólos. Isso significa que a abordagem objetiva, ao considerar a informação apenas como coisa ou como um objeto fora do sujeito, assenta-se na suposição de que uma noção de sentido não é importante na CI e, por isso, dispensa o sujeito e a subjetividade como integrantes do fenômeno informacional. Ficam esquecidos os mecanismos subjetivos que respondem pela seleção, discriminação ou interpretação da informação. Não se pergunta, assim, sobre os mecanismos de processamento ou liberação da informação, ou seja, os selecionadores ou intérpretes.

A informação, portanto, deve ser considerada como um fenômeno estudado em diferentes disciplinas, segundo diferentes conceitos, que assume formas variadas e que é processado (interpretado) de diversas maneiras: a biologia, por exemplo, estuda a informação processada pelos mais variados organismos vivos; a genética, como mecanismo de transmissão de características hereditárias; a computação, como fenômeno eletro-eletrônico; a comunicação como fenômeno noticioso, etc. Nos seres humanos a informação demanda uma

determinada forma de linguagem (complexa, pois implica escolha de sentidos), socialmente desenvolvida e o uso de diferentes tecnologias.

Assim, Capurro e Hjørland (2003) sugerem que o uso do termo informação em CI deve levar em conta a cultura, as pessoas e a subjetividade. O que pode ser considerado informativo “depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”, lembrando que essas são “freqüentemente compartilhadas com membros de uma comunidade de discussão” (p.350).

Para Capurro (2003), não só as correntes filosóficas que consideram o caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento, entre elas a hermenêutica, repercutiram na CI, mas também o desenvolvimento da ciência da computação (CC) e as descobertas da neurociência. Em conjunto, elas “revolucionaram a idéia clássica de conhecimento, baseada na idéia de representação, ou seja, de duplicação de uma realidade externa na mente do observador” (p.4). Essa mudança foi iniciada a partir da “teoria da informação” (Shannon e Weaver) e da “cibernética” (Wiener), na medida em que estimularam a chamada “cibernética de segunda ordem” (Foerster, Maturana e Luhmann) que, juntamente com a “semiótica” (Pierce), influenciaram a discussão epistemológica da CI.

Ao focar a necessidade de entender a questão da informação como conhecimento em ação e como oferta de sentido em determinados contextos sociais, nos quais o papel das comunidades de interpretação é decisivo, ganham relevo os aspectos humanos e antropológicos da informação, sua utilização no cotidiano pelas comunidades nas mais diversas situações, tanto no domínio da ciência e da técnica como no domínio do senso comum.

Pode-se dizer que, com Capurro e Hjørland, as propostas iniciais de Shera e Egan no sentido de uma epistemologia ou cognição social vão ganhando corpo. Encontram-se nesses autores elementos que permitem fazer caminhar a CI como uma ciência social. Assim, têm o mérito de trazer a análise social para o interior da CI, embora de uma maneira ainda muito influenciada pelo funcionalismo, sobretudo porque não chegam a aprofundar as questões de natureza sociohistóricas.

No entanto, esse esforço de reflexão epistemológica é importante, pois busca a re-humanização do conceito de informação, ao inseri-lo num contexto sociocultural. É também oportuno, pois acontece num momento de amadurecimento da área, do qual já se falou, em que crescem os debates e os questionamentos sobre os fundamentos dos chamados paradigmas

físicos e cognitivistas. Alarga-se e, ao mesmo tempo, complexifica-se o campo da CI, tanto em termos da pesquisa quanto da atuação profissional, isto é, abrem-se possibilidades que trazem novas responsabilidades e, por isso mesmo, em novos estudos em busca de referenciais teóricos e metodológicos.

Na verdade, esta revisão bibliográfica conduz ao entendimento de que práticas informacionais são um trabalho permanente de contextualização do conhecimento diante de situações concretas, ou seja, o valor de uma informação não se define *a priori*, mas a partir de uma demanda situacional, de um determinado grupo, num determinado contexto ou situação sociohistórica. Tudo depende, em boa medida, de como e de onde as situações têm sido abordadas e problematizadas.

Faz-se necessário, então, introduzir a idéia de “práticas informacionais”, as quais implicam um trabalho de interpretação que é feito de diferentes perspectivas: tanto por parte de produtores, como de mediadores e de usuários ou receptores das informações e em diferentes domínios da cultura. É necessário dizer, no entanto, que esse processo não se realiza de uma maneira linear, harmoniosa e/ou consensual, pois traz em seu bojo conflitos e disputas que têm lugar no campo do simbólico. Falta portanto, politizar um pouco mais a discussão, trazendo à tona as idéias de conflito social e de disputa simbólica.

2.8 González de Gómez: regime e pragmática da informação

É a partir dos subsídios dessa autora que se pode começar a discutir com maior profundidade, não só a natureza política da informação, mas também questões sobre uma política de informação (no sentido distributivo). Isso significa introduzir a questão do poder nesse debate, o que é feito quando, debruçando-se sobre problemas de natureza epistemológica discute as maneiras como os programas de pesquisa da CI comportam-se em relação aos programas da sociedade da informação, chamando a atenção para a pluralidade das “ações de informação”, que antecipam a aceitação de algo como informação, trabalhando com a idéia de “estratificação da informação” e de “regime da informação” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 1999, 2000), para abordar as incertezas que podem decorrer de processos de gerenciamento da

informação e das práticas informacionais, devidas às diferenças verificadas no contexto das relações sociais.

De preferência à idéia de um “filtro seletivo”, que Wersig considera como estruturador básico dos processos de recepção e emissão de informações, González de Gómez (1984) fala em “matrizes sócio-cognitivas”, querendo, com isso, fazer referência a uma consciência social.

Num processo de transmissão de informação a configuração histórica dessa consciência social opera como seletor e organizador de informação, aceitando, rejeitando ou deformando, segundo seus interesses concretos, o seu modelo cognitivo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1984, p.111).

A autora considera que, apesar de representar um grande avanço na CI, a abordagem de Werzig ignora a possibilidade de a informação, por não entendimento ou sobrecarga informacional, por exemplo, ser geradora de incertezas. Expressão de uma influência naturalista, essa limitação, ainda muito presente na CI e no tratamento dos fenômenos e questões informacionais de um modo geral, concebe as ações do sujeito fora de seu contexto histórico, desvinculadas da realidade social.

Assim, não se considerou a possibilidade de uma informação geradora de incertezas, ou seja, aquela que possibilita a percepção de problemas e dos limites da consciência prévia sobre uma determinada realidade. Para usarmos os conceitos que Barreto (2002) buscou na psicologia da inteligência de Guilford e que serão citados à frente, só se considerou como informação aquela que é convergente com os conhecimentos prévios, esquecendo-se das formas divergentes de informação. Foram deixados de lado os ruídos, tal como em Shanon e Weaver.

De fato, González de Gómez (1984) identifica duas tendências básicas na CI: (a) tratar naturalisticamente a dispersão da informação; (b) tomá-la como positividade, ou seja, como coisa. Ela explica essa situação pela divisão do trabalho social. Vê-se que é de fundamental importância considerar que as práticas informacionais e comunicacionais, ligadas à transmissão de conhecimentos, são organizadas desigualmente, tanto em termos de condições lógicas e cognitivas como em termos de condições materiais e sociais (não cognitivas); desde condições físicas e energéticas de arquivos e canais até as condições culturais, econômicas e políticas. Os sistemas de informação (SI), na realidade, reproduzem o conhecimento social e

são capazes de interferir na produção (ou reprodução) desses conhecimentos, construindo um discurso meta-informacional que tende a gerenciar o discurso do campo no qual se insere.

O sujeito do conhecimento, universal ou psicológico, que fundamenta a maioria dos trabalhos na CI, é a-histórico e estes não conferem papel significativo ao caráter social do conhecimento. Desconsidera-se que cada grupo social constrói uma consciência comum que estrutura suas práticas informacionais. Equivale dizer que o sujeito (usuário-gerador ou produtor) da informação não é um produto de mecanismos biológicos e deterministas, mas assume um caráter sociohistórico, no qual se constitui a partir dos interesses, conflitos e contradições próprios de sua classe ou grupo social, ou seja, politicamente¹³.

Ao refletir sobre as concepções do sujeito usuário de informação presentes nas teorias e tecnologias da informação, Gonzáles de Gómez (1984) identifica um ponto de vista formal universalista que admite a existência de categorias e operações racionais-universais anteriores e independentes dos atos de conhecimento. A idéia central é a de um sujeito a-histórico e abstrato e de uma lógica natural trans-cultural e trans-social. Austin seria o autor representativo desse ponto de vista.

Já num ponto de vista psicologista, na sua forma empírico-associacionista, que tem em Farradane o seu principal representante na CI, o sujeito combina, a partir de suas experiências, percepções elementares que são generalizadas, gerando produtos complexos da experiência. Nesse caso, há uma unidade psicológica de processamento da informação que atua frente às multiplicidades de conteúdos e linguagens ou sistemas de significados. Os principais mecanismos de combinação dos conceitos seriam a associação e a discriminação.

De comum entre esses autores existe a tentativa de encontrar um *a priori*, ou seja, antecipações e previsões que possam embasar enunciados explicativos e modelos operacionais de RI de caráter universal.

Uma terceira concepção diz respeito ao conhecimento objetivo, que tende a considerar a informação como um produto exteriorizado das atividades de conhecimento, o que já se comentou quando se falou de Brookes.

Buscando situar e entender a CI, Gonzáles de Gómez (1984) explora também as transformações ocorridas no estatuto do conhecimento e da informação, ou seja, o surgimento da indústria da informação. Observa, então, que, na atualidade, busca-se um saber operatório,

¹³ Nesse sentido é que, mais à frente, vai se falar em um *habitus* informacional.

e não um saber abrangente (essencialista-filosófico). Enquanto na modernidade a matéria era objeto do conhecimento físico-matemático e do processamento técnico e econômico (produção industrial), hoje os produtos culturais e cognitivos são matéria de processos de transformação técnica e econômica. Observa, ainda, que os estudos informacionais vêm sendo desenvolvidos paralelamente às novas tecnologias da informação.

Por causa do caráter estratificado ou seletivo daquilo que se considera informação, concebe os SI, de um modo geral, e os sistemas de recuperação de informação (SRI), mais especificamente, como resultado do equacionamento de demandas particulares de informações, com critérios sociais institucionalizados que estabelecem o estatuto e as hierarquias das diversas formas de conhecimento.

González de Gómez (1999) refere-se a “uma grande assimetria nas arquiteturas que modelam esses estratos” (p.8) e considera que “um dos grandes desafios da pesquisa na área, resultantes do caráter poli-epistemológico do domínio, é desenvolver programas e estratégias de pesquisa articulando os modos de conhecimento específicos de cada estrato” (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.4).

É nesse ponto da revisão bibliográfica que encontram-se os indicativos e as bases para que a CI possa dirigir seu olhar, não só para o conhecimento científico douto que pode ser registrado em documentos e guardado nas bibliotecas, como tem sido feito tradicionalmente, mas também para o conhecimento local, para um saber prático, desenvolvido pelas pequenas comunidades no embate cotidiano com seus problemas concretos. Já se pode vislumbrar a existência de um “saber social” como objeto de pesquisa na CI e, ao mesmo tempo, evitar uma visão unilateral que, investindo apenas num único pólo de produção do conhecimento, parece não reconhecer os limites da ciência. Mais do que isso, pois não se trata de contrapor um conhecimento ao outro, o novo olhar pode interessar-se pela articulação das duas modalidades de saber e pelas distintas formas de produção e processamento e articulação da informação.

2.9 Barreto e a assimilação: para além do uso da informação

A informação é um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, sobretudo porque sintoniza o homem com seu passado, como memória, e com as

perspectivas quanto ao futuro. Há, portanto, uma estreita relação entre informação e conhecimento que, no entanto, só se realiza se a informação for percebida no contexto de um processo (de assimilação) que conduz o indivíduo a um estado melhor de desenvolvimento, de maior consciência de si na relação com o mundo. O critério de medida desse desenvolvimento, deve-se sublinhar, é sociohistórico, e a informação, considerada como matéria-prima do conhecimento deve, por extensão, ser entendida também como um produto dele.

O essencial e mais importante, contudo, é focalizar a noção de assimilação (da informação), qualificada como um estágio além ou superior à noção de acesso ou de uso da informação, significando, portanto, um aprofundamento teórico. O conhecimento é um processo que se realiza pela assimilação da informação por parte do receptor, como um destino do fenômeno informacional. Nesse ponto esse autor apropria-se da questão levantada por Shera, que a considerava negligenciada pelos teóricos da informação. O que fazem com a informação os usuários da informação? Pode-se, agora, dizer que eles assimilam, mais ou menos, a informação e, assim, podem transformá-la nos mais diversos conhecimentos, ou a recusam.

É a assimilação que vai possibilitar a modificação da consciência do indivíduo ou do grupo, atuando como um agente mediador da produção de conhecimento, no processo de interação do indivíduo com uma determinada estrutura informacional. Assim, conhecer, como um ato de interpretação, é uma assimilação da informação pelas estruturas mentais do sujeito inserido em seu meio.

Quanto à criação da informação pelo emissor, Barreto (1998) observa que é pouco estudada, mas dá-se por transmutação, ou seja, uma reconstrução de estruturas significantes. Trata-se de um processo solitário, no qual a informação representa um esforço intencional de, com ajuda de um sistema de sinais, deslocar-se para a esfera pública. A condição privada de criação, pela informação, se desloca para a esfera pública, em forma de significação coletiva. É a informação como forma de ruptura do isolamento, ligando as pessoas e as coisas, organizando o mundo interno e externo.

Nesse sentido, nesta pesquisa, a produção da informação e a própria informação em si mesma são, então, enfocadas como “comunicação ou expressão de experiência”, conformadas e referenciadas pela tradição, pela história, pela sociedade. Essa forma de abordar o fenômeno informacional é particularmente adequada para pesquisas que, como esta, pretendem estudar a

construção de informações em grupos sociais que se reúnem a partir de suas experiências com a realidade social, no caso a violência, a criminalidade e a necessidade de produzir segurança pública.

Barreto (2002) vai, então, estudar os fluxos da informação para o conhecimento, ou seja, considerando um extremo onde está a criação da informação e um outro, onde se dá a assimilação da informação pelo receptor que, nas palavras de Nobrega (2002), “é a finalização de um processo de aceitação da informação que transcende ela própria” (p.183).

Ainda de acordo com Barreto (1995), existem três formas ou momentos de agregar valor à informação: (a) no estoque da informação; (b) na transferência; (c) no nível da recepção.

No primeiro caso (estoque), são geralmente utilizadas técnicas de catalogação, classificação e indexação, com o objetivo de controlar e adequar a recuperação, reduzindo a informação dentro de uma racionalidade técnica e produtivista/quantitativa, que visa disponibilizar a maior quantidade possível de informação potencialmente relevante para um julgamento de valor dos usuários.

No segundo caso (transferência), o valor agregado se dá na mensagem e assume características qualitativas, na medida em que o objetivo é adequar a informação, em forma e conteúdo, ao contexto onde se pretende que seja assimilada ou aceita. A informação é contextualizada visando à geração de conhecimentos, tratando-se de adequá-la às limitações contextuais, sejam cognitivas, culturais, sociais ou econômicas.

No terceiro caso (recepção), o autor se refere a uma condição do sujeito que, ao receber uma informação passível de ser assimilada, pode re-elaborá-la, gerando uma nova informação (ou conhecimento). O sujeito receptor torna-se, de uma forma muito particular, o proprietário da informação recebida.

Essa perspectiva sublinha a necessidade e a importância de aproximar informação e conhecimento, significando, com isso, que a primeira deve ser estudada e trabalhada sempre no sentido de produzir conhecimentos para a sociedade. Ao mesmo tempo, com o conceito de assimilação, chama a atenção para a importância dos processos de comunicação (diálogo), pois não basta disponibilizar a informação (estática) para uso. Todo e qualquer estoque informacional ocasiona uma ação de seleção que põe em jogo processos de memória e esquecimento.

2.10 Araújo: o processo histórico e a atribuição de sentido

Considerando que uma das características distintivas do homem é sua capacidade de representar simbolicamente experiências através de discursos cheios de significado e, portanto, produzir informações acerca do mundo que podem ser comunicadas aos seus semelhantes, Araújo (2001) vê nos processos de geração, preservação e transmissão da informação, elaborados no contexto de uma cultura, uma forma de mediação da relação homem-mundo.

O aprendizado cotidiano do mundo não se realiza de uma maneira direta ou num vazio, pois isso seria caótico, mas dentro de um processo histórico carregado de sentido e passível de ordenação. A informação é, assim, um artefato cultural que pode ser identificado em toda prática social, uma vez que a interação humana pressupõe, sempre, a recepção, geração e/ou transferência de informações. Em síntese, a informação é uma prática sociohistórica que envolve ações de atribuição de sentido que, por seu turno, podem provocar modificações nas estruturas e gerar novos estados de conhecimento.

A partir dessa visão preliminar, ARAUJO (199) busca subsídios na investigação das práticas informacionais desenvolvidas por organizações não governamentais (ONG) ligadas a movimentos sociais e, nessas pesquisas, estuda os processos de recepção e geração de informações. Em termos de recepção, identifica a existência de critérios de seleção/utilização da informação. Além da compreensão do código utilizado, reportando-se a Berger e Luckmann (1985), chama a atenção para o fato de as informações mais utilizadas serem aquelas que possuem maior relação de proximidade com a realidade vivenciada pelos receptores, num processo marcado pela historicidade e pela cultura (acervo social de conhecimentos). Por outro lado e ao mesmo tempo, existem também os processos de divergência ou rejeição de determinadas informações, que ocorrem nas mesmas bases. A autora identifica um sujeito cognitivo-social (não isolado ou universal) que participa de uma comunidade discursiva, ou seja, de um contexto sociocultural, estruturador de suas práticas.

Também são estudados os canais (formais, informais e semi-formais) de comunicação e as barreiras informacionais, como elementos potencializadores ou redutores da eficiência

informacional, chamando a atenção para a importância da interação face a face no conjunto das práticas informacionais.

Em seus trabalhos, ARAÚJO (1999; 2001) toma o receptor também como um gerador de informações, na medida em que este se apropria do discurso ou do texto do outro. Ou seja, o receptor, ao qualificar a informação recebida do outro de acordo com seu contexto social e com suas necessidades, transforma-se num leitor e modifica, indo além, o sentido atribuído pelo autor/emissor da informação. Fala, então, em informação com valor agregado, num processo constante de reconstrução do conhecimento, na medida em que a informação é utilizada e re-contextualizada pelos sujeitos sociais.

Dessa forma, a informação não é, em si mesma, um objetivo final, mas um instrumento que pode auxiliar o sujeito social na resolução de seus problemas concretos. Assim, a informação é um meio que não pode por si só provocar transformação nas estruturas sociais e individuais. Isso só ocorre através de processos de re-apropriação e agregação de valores, exercidos, dinamicamente, pelos sujeitos sociais.

A partir dessa visão social da informação, ARAUJO (2002) acaba por realizar uma síntese dos diversos autores ligados ao paradigma social da informação, integrando suas contribuições de maneira crítica, no sentido de enfatizar a informação como uma construção sociohistórica. Admite a contribuição de Brookes, mas incorpora a importância do sujeito/usuário, inserido em seu contexto social, num modelo sociocognitivo. Retoma González de Gómez e, a partir dela, prossegue na análise crítica de um sujeito universal (Austin) ou de um sujeito-cognitivo individual (Farradane) da informação e, também, da visão sistêmica da informação. Preocupa-se com o papel ou função da informação na sociedade atual e busca referências na teoria crítica (Habermas) e na visão pós-moderna (Lyottard).

Com suas pesquisas, a autora traz uma importante contribuição para a delimitação e a sistematização de questões e problemas relacionados com a linha de pesquisa conhecida como “informação e sociedade”. Concretiza isso, sobretudo, no momento em que estuda as ONG como um local de recepção, produção e disseminação de informações, identificando assim novos campos em que a informação pode e deve ser estudada, considerando os contextos sociais surgidos com as mudanças pelas quais vem passando a sociedade nas últimas décadas.

2.11 Marteleto: as razões de uma antropologia da informação

Vimos que numerosos autores da CI consideram que a área tem como objeto um fenômeno que, longe de ser uma coisa ou algo em si mesmo, é uma construção social. Existem, no entanto, aqueles que consideram isso um incômodo, pois gostariam de poder medir a informação com precisão matemática e, talvez, que ela não gerasse tantos problemas e discussões quanto gera. Nesta investigação opta-se por tomar a formulação inicial como uma descoberta instigante e como uma complexidade desafiadora.

Nessa perspectiva, como se viu, muitas coisas podem adquirir um valor informativo, pois são os sujeitos usuários (ou receptores) da informação que, num contexto cultural, vão selecionar o que é ou deixa de ser informação e criar meios para comunicar suas experiências e aprendizagens uns aos outros. De um ponto de vista epistemológico, diz-se que o sujeito cognitivo da informação é sociohistórico, devendo-se considerar, portanto, que as práticas informacionais acontecem de maneira desigual no interior da cultura, sobretudo na sociedade contemporânea, também chamada sociedade da informação, na qual tem assumido crescente conotação política (disputa simbólica) e forte dimensão econômica.

Para que ocorra, a informação depende de uma série de fatores, mas, sobretudo, precisa fazer sentido para alguém, razão pela qual, muitas vezes, leva tempo para que seja elaborada e reconhecida como tal. Tem, portanto, relação com produção de (novos) sentidos, com o conhecimento e a produção de (novos) conhecimentos e, até mesmo, com a reafirmação ou consolidação de conhecimentos já estabelecidos. Pode ser entendida, portanto, como “elaboração crítica”, ficando implícita na afirmação a idéia de que o processo informacional pressupõe uma história, um amadurecimento de questões e uma preparação, tanto da parte dos emissores, como dos receptores e mediadores, para que se realize em toda a sua plenitude.

Nesses termos, para estudar a informação faz-se necessário buscar subsídios teórico-metodológicos nas ciências sociais. A antropologia, ciência voltada para a compreensão da diversidade de comportamentos existentes entre os seres humanos, apesar de sua unidade biológica (LARAIA, 2002), afigura-se como uma rica fonte de recursos capazes de contribuir para a compreensão desse fenômeno como uma construção social e de guiar a pesquisa empírica.

Partindo da inesgotável capacidade humana de simbolizar, num processo através do qual, diferentemente de outros seres vivos, os homens adquirem a possibilidade de

comunicarem-se uns com os outros através da linguagem e de transmitir a seus descendentes idéias e conhecimentos, numa renovação e atualização constantes, os antropólogos desenvolveram o conceito de cultura, visando explicar a enorme diversidade comportamental encontrada entre diferentes sociedades e grupos humanos.

Foi Edward Tiler (1832-1917) quem, pela primeira vez, definiu o conceito de cultura, considerando-o “em seu amplo sentido etnográfico”, como “esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2002, p.25). Historicamente, o conceito de cultura surge no contexto das discussões sobre as origens da diversidade humana, opondo-se às explicações de cunho determinista de natureza biológica e geográfica.

Porque possui uma cultura, a espécie humana pôde adaptar-se às contingências ambientais e não necessitou, como as demais espécies, esperar milhões de anos por mutações em seu próprio corpo que lhes permitissem uma melhor adaptação frente a vicissitudes e drásticas mudanças ambientais. A cultura é considerada como um meio de adaptação super-orgânico ou extra-somático, tão amplo e diversificado que pode adaptar-se aos mais variados ambientes. Como consequência, o homem transforma o meio ambiente e transforma todo o planeta em seu *habitat* e, nesse processo, transforma-se a si mesmo.

Muito antes de Tiler, o empirista inglês John Lock (1632-1704) já chamava a atenção para a importância dos processos de aprendizagem e as possibilidades ilimitadas das realizações humanas, refutando idéias correntes em sua época segundo as quais a mente humana já nascia dotada de recursos e mecanismos transmitidos hereditariamente, com base em verdades inatas. O homem depende, portanto, do aprendizado para sobreviver e construir seu próprio mundo.

Vê-se que a cultura é um processo de acumulação de experiências (consideradas bem-sucedidas) que, através da linguagem, vão sendo comunicadas através de gerações e gerações sob determinadas condições históricas. É no conjunto desse processo que a informação, assumindo as mais variadas formas e suportes, desempenha um papel relevante, podendo ser definida como “comunicação de experiência”.

Pacheco (1995), enfatizando a marca da subjetividade humana existente nos registros do conhecimento, considera que a informação é um artefato (equipamento) cultural,

diferenciando-o de um bem cultural (mercadoria), que, por ter sido produzido para utilização “em contextos diversos daquele de sua geração” (p.21), tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, sempre implicará uma re-contextualização. Isso quer dizer que entre o emissor e o receptor da informação existe uma transformação contextual que é, antes de tudo, cultural e histórica. Entende-se que, tanto a produção ou emissão da informação, quanto o seu uso ou recepção, demandam um processo de elaboração subjetiva (interpretativa) de sentidos que se dá num contexto social, cultural e histórico.

É nessa perspectiva que podem ser bem entendidas, no contexto da transferência de informações, afirmações como a de Fernandes (1995), dando conta de que a “informação liga coisas que, por algum motivo, estão separadas” e também a idéia de “barreira cultural”, como consequência de diferenças e desigualdades socioculturais.

Baseando-se nessas considerações, esta investigação vai definir informação como “comunicação de experiência”, um fenômeno indissociavelmente ligado à cultura, à educação, à aprendizagem, ao conhecimento e à comunicação humana, entendidos numa perspectiva sociohistórica.

Pensadas apenas dessa forma, entretanto, poder-se-ia acreditar que as relações entre cultura e informação se dariam apenas no sentido da aprendizagem de experiências passadas e bem consolidadas. Mas, tão importante como essa capacidade de aprender, tida como a mais importante característica distintiva da singularidade humana, talvez seja a diversidade de coisas que o homem pode aprender (GEERTZ, 1966), ou seja, suas potencialidades, o ponto mais importante.

Se o homem cresceu, por assim dizer, no contexto de um ambiente cultural em desenvolvimento, então esse ambiente deve ser encarado não apenas como mera extensão extra somática, uma espécie de ampliação artificial de capacidades inatas já existentes, mas sim como um fator indispensável da existência dessas próprias capacidades (GEERTZ, 1966, p.41).

As descobertas da paleontologia mostraram que não foi necessário um cérebro pronto e acabado para que a cultura começasse a existir, pois o desenvolvimento cultural humano já se processava antes mesmo da conclusão do desenvolvimento orgânico-cerebral, que, ainda hoje, está se processando. Foi possível deduzir, então, que o homem não é, como já havia sido dito, somente um produtor de cultura, mas também um produto dela. Isso significa que a cognição

humana depende da existência de modelos simbólicos externos da realidade, ou seja, não só produz informação, mas também é produzida por ela. Assim, além de comunicação de experiência a informação, é também condição para a experiência da realidade.

Sem os padrões orientadores da cultura humana, a vida intelectual do homem seria, apenas, um zunido, uma confusão ruidosa (...). Emocionalmente se dá o mesmo. Sem a orientação das idéias comumente aceitas, encontradas nos ritos, no mito e na arte, não saberíamos, literalmente, como sentir. Tal como o próprio cérebro anterior expandido, as idéias e emoções são, no homem, artefatos culturais (GEERTZ, 1966, p.41-42).

Essas considerações, que entrelaçam informação, subjetividade e cultura, permitem lançar luz sobre as relações existentes entre as abordagens que tratam a informação como coisa e como construção social, produto (e produtora) da subjetividade e sobre aquela tensão permanente entre abordagens objetivas e subjetivas do fenômeno informacional à qual se referem Capurro e Hjørland (2003), propondo que o conceito de interpretação (ou seleção) seria uma ponte entre os dois pólos. Vê-se que entre os fenômenos existe uma relação dialética, na qual ambos têm um importante papel a exercer.

O estabelecimento dessas relações entre o fenômeno informacional e os fenômenos de natureza subjetiva, cultural e comunicacional, abre perspectivas de diálogo da CI com outras disciplinas que podem garantir-lhe uma base teórico-metodológica (epistemológica) mais sólida, não significando, por outro lado, uma dispersão e um enfraquecimento de sua identidade. Trata-se de buscar e buscar em campos mais tradicionais e bem constituídos elementos que, se num primeiro momento conduzem a uma abertura e a certa indiferenciação, podem, em um momento posterior, fortalecer a identidade do próprio campo, pela produção de trabalhos de pesquisa bem fundamentados da perspectiva da ciência social. A CI pode, por assim dizer, ampliar-se e encontrar novas perspectivas e, até mesmo, ganhar características de um campo autenticamente interdisciplinar.

2.11.1 Pressupostos da antropologia da informação

Foi nesse solo de reflexões que se deu o encontro com a antropologia da informação, um campo da CI que centra suas questões na problemática da produção, distribuição e organização da informação, entendidas como meios para o exercício da cidadania, e que toma a chamada sociedade da informação como pano de fundo das discussões. Com a noção de “cultura informacional”, pretende referir-se ao modelo de conhecimento, no qual se podem distinguir produtores, mediadores e receptores de informações, agindo num mercado de bens simbólicos (culturais), no qual os conhecimentos e as informações (bens culturais) têm pesos diferenciados.

Para estudar as questões informacionais, a antropologia da informação olha, então, para o mundo social, pois é nele que estas se fazem presentes nos mais diferentes discursos, expressando diferentes visões (representações) da realidade, em disputa pelo reconhecimento como verdade. O terreno empírico das pesquisas privilegia a sociedade civil organizada, os movimentos populares, o saber local e aquilo que tem sido caracterizado como terceiro setor, em oposição ao Estado e ao mercado. Por isso pode-se dizer que, na antropologia da informação, encontra-se presente uma preocupação com a cidadania. Marteleto (2002), observa que essa perspectiva

procura centrar suas questões na problemática do conhecimento, sua produção, distribuição e organização na sociedade, como meios para a formação e o exercício da cidadania no ambiente cultural das chamadas sociedades da informação e comunicação (p.104).

Pode-se traçar o seguinte quadro contendo os pressupostos contextuais, empíricos e teórico-metodológicos da antropologia da informação:

Quadro 1 - Pressupostos da antropologia da informação

Contextuais	Conhecimento como produto social, dotado de valor para produtores, mediadores e receptores.	Existência de uma cultura informacional inserida no cenário da reestruturação do capitalismo globalizado e excludente.	Deslocamento das políticas de informação do público para o privado e do coletivo para o individual.	Existência de um mercado de bens simbólicos marcado por disputas entre diferentes práticas e discursos.
Empíricos	A sociedade civil e o terceiro setor e suas interfaces informacionais com os ambientes formais do conhecimento.	As composições de conhecimentos teóricos, históricos e práticos nos movimentos da sociedade civil.	A ação social local envolvendo especialistas, lideranças comunitárias e intervenções mediadas por informações.	A informação na sociedade: dos ambientes formais ou oficiais à informação produzida na informalidade das comunidades.
Teóricos e metodológicos	A construção e apropriação do conhecimento na sociedade como forma política e compartilhada de criar entendimento e encaminhar soluções.	O conhecimento e a informação na cultura local e sua interdependência com o global: os elementos narrativos, da memória e do esquecimento nos modos de falar e escutar.	O conhecimento como produto social e sua apropriação, como matéria informacional, pelos movimentos da sociedade civil.	Emprego crítico da noção de rede: teórico, metodológico e como estratégia de ação.

Fonte: MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, v.11, n.1, 2002.

Sustentando-se na sociologia da cultura e do conhecimento de Bourdieu, Marteleto (2002) parte do pressuposto de que toda forma de conhecimento é sociohistórica e considera, em cada situação social determinada, a emergência, nos discursos e pontos de vista, de significados que entram em disputa, na tentativa de ganhar a posse da palavra e da verdade. São as lutas simbólicas entre formas de conhecer e nomear a realidade, tão diversas quanto as condições sociais, econômicas e culturais de seus porta-vozes (p.108)

Entre a informação, como elemento estruturador das vivências/experiências dos sujeitos sociais, e a cultura fica, então, estabelecida uma relação tão íntima quanto profunda. Entretanto, ao se falar de cultura (informacional) não se fala num todo homogêneo, pois admite-se a existência de um embate de diversas formas de conhecimento, produzidas por diferentes tipos de vivência/experiência com a realidade. Pensa-se em circularidade da cultura e em hibridização de conhecimentos.

Ao voltar-se para o estudo da informação na sociedade civil organizada e no terceiro setor e suas interfaces com os ambientes formais do conhecimento, a antropologia da informação focaliza o senso comum (conhecimento social), procurando formas de abordá-lo.

Chama, então, a atenção para a necessidade de considerá-lo não como uma apreensão casual da realidade mas como “uma sabedoria coloquial que julga e avalia essa realidade” e, com base na antropologia interpretativa proposta por Geertz, assume que o senso comum elabora discursos, sentidos e informações “que conformam um sistema cultural”. Este, mesmo não sendo muito bem integrado, tem valor e legitima-se pela experiência concreta da vida, da mesma forma como fazem, entre outros, a ciência, pela metodologia; a arte, pela estética; a religião, pela revelação, e a ideologia, pela paixão moral (MARTELETO, 2002, p.111).

Por outro lado, observa também que a ideologia tem se tornado um poderoso meio de produção de sentidos consensuais, sobretudo nas sociedades de massa, onde não se podem mais distinguir com clareza as diferenças culturais (ligadas aos diferentes modos de vida). Salienta, portanto, que, no contexto da disputa simbólica, é importante ter como estratégia das ações coletivas a produção de conhecimentos que sejam capazes de ver além daquilo que a ideologia tende a obscurecer.

Marteletto (2002) lembra Gramsci, para quem “se não formos críticos e conscientes seremos massa e, nesse caso, a subjetividade não se expressa”, e observa que a presença maciça da tecnologia trouxe a abundância da informação, sobretudo naquilo que tem sido chamado de realidade virtual, mas não superou, de um ponto de vista político, uma permanente redundância, o que deve ser entendido como uma referência ao discurso hegemônico e ideológico do neoliberalismo. Isso quer dizer que a sociedade passou a absorver muita informação, porém sem gerar respostas, e o indivíduo, atomizado, só alcança expressão no domínio privado, individual e, portanto, como consumidor. Porém, expressar-se como consumidor não é a mesma coisa que se expressar como cidadão.

Ocorre que a informação passou a ser dominada pela referência a uma performance quase que exclusivamente tecnológica e empresarial. Bem entendido, a autora observa que não se trata de dar à discussão uma conotação moral, pois isso faz perder a criatividade, a capacidade de representar e de mudar, mas de chamar a atenção para o sujeito, tomado como fonte e, portanto, como eixo central da problemática informacional.

Reside aqui uma das principais afinidades desta investigação com a antropologia da informação, que pode ser contextualizada no âmbito dos estudos de usuários da informação, pois atenta para as práticas dos sujeitos utilizando, construindo e apropriando-se de conhecimentos e informações com a finalidade de resolver seus problemas cotidianos.

Outras afinidades importantes residem nos pressupostos básicos que orientam a construção de objetos na antropologia da informação: a informação está ligada a processos de elaboração de sentidos e também à organização da memória, sendo uma disciplina do campo das ciências sociais (MARTELETO, 2002, p.101). Referindo-se a esse segundo pressuposto, a autora esclarece que vai além de uma questão de classificação dessa ciência nesse ou naquele campo, mas de um fundamento constitutivo do objeto de estudo. Reafirma o entendimento de que vivemos em sociedades que constroem instituições cujo objetivo é a produção, processamento e disseminação da informação, que, nesse contexto, se torna um “artefato cultural”, ou seja, uma representação e uma expressão simbólica materializada em instituições, discursos e práticas, nos quais a razão é utilizada para a resolução de problemas.

Nessa perspectiva, o objeto de estudo da CI deixa de ser apenas a informação contida em suportes físicos e eletrônicos, apenas a cultura/informação doutra, científica e oficial, mas também o mundo cotidiano, a vida social real, onde um sujeito põe a “informação em movimento” pela comunicação, ao mesmo tempo em que aprende a viver e organizar cognitivamente sua própria realidade, gerando novos problemas, sínteses, descobertas e maneiras de ver o mundo, as situações e as outras pessoas (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002). Na verdade, a antropologia da informação discute as condições sociais (políticas, econômicas e culturais) de produção, disseminação e uso da informação.

Faz-se um aprofundamento que atende àquela necessidade de politizar as discussões no campo da CI. São identificadas duas faces da informação, correspondentes a diferentes modos de criação e recepção: uma mais “estática”, ligada à cultura doutra, formal, registrada, e outra mais “dinâmica”, mais ligada à cultura popular, ao senso comum, à prática. Pode-se falar, também, em “pólos informacionais”, como o Estado, a mídia, a academia e a sociedade (comunidade e grupos sociais organizados). Cada um deles tem sua forma de produzir e utilizar a informação. Pode-se pensar, ainda, em diferentes modos de falar: discurso (mais institucionalizado e erudito) e narrativa (mais vivencial e popular).

A importância de tratar a informação como documento ou conjunto de documentos, coisas, como diz Buckland, não é negada, mas uma outra perspectiva é também reconhecida e constituiu uma trajetória na direção da subjetividade, que se dá, por exemplo, quando trabalha com os conceitos de “excedente informacional” e “reserva simbólica”, recolhidos no terreno

empírico, onde os receptores/usuários realizavam suas próprias leituras sobre os conteúdos e as formas de gerenciamento das informações.

Com o termo “excedente informacional”, a antropologia da informação refere-se à incompletude e à insuficiência da informação, ou seja, ao fato de que ela nunca preenche o desejo de conhecimento e de entendimento da realidade. A cada nova descoberta, a cada nova informação, novos problemas e questões de ordem prática se colocam, num processo que altera as prioridades e instaura mudanças no foco de atenção. São informações adquiridas dentro dos campos sociais formais, mas por processos informais (conversas informais, por exemplo), que têm utilidade para lidar com as situações imprevistas do cotidiano (MARTELETO, 1995, p. 20). Com o termo “reserva simbólica”, quer referir-se ao fato de que, mesmo sendo informado de acordo com uma determinada perspectiva, pois são muitas as maneiras de ver uma questão, o sujeito nunca absorve plenamente a informação recebida. Ele, como receptor ativo, a re-elabora à sua própria maneira e de acordo com sua própria história. Nessa perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem é sempre uma promessa de inventividade e de renovação dos conhecimentos.

Também é nessa perspectiva que a antropologia da informação, ao tratar de questões de organização e uso da informação, vai preferir a noção de “rede” à noção de “sistema” de informação, tal como tem sido usada nesse campo. Com a metáfora da rede, além de se evitar a idéia de linearidade, faz-se jus à idéia de que a informação não está dissociada do contexto em que ela acontece (MARTELETO, 1998; 2000; 2001).

Quando o intuito é ir aos usuários da informação, concebidos como sujeitos, os enfoques funcionalistas que, como já foi visto, consideram a informação apenas como um elemento de redução de incertezas, como recurso para tomada de decisões e/ou como elemento modificador da estrutura cognitiva do receptor, muito pouco têm a dizer sobre esse ponto da recepção ou sobre o trabalho interpretativo que ali é feito, com e a partir da informação (MARTELETO, 1987). Daí a relevância da noção de “terceiro conhecimento”, uma maneira peculiar de ver o uso da informação que dá ao pesquisador uma referência para interpretar as práticas informacionais que têm lugar no mundo social real.

De certa forma, abandona-se a abordagem linear dos sistemas de informação e aceita-se a complexidade da questão informacional. Busca-se, não simplificar, mas distinguir fenômenos e questioná-los, na tentativa de descobrir novas possibilidades e ângulos de

abordagem da informação. O interesse está mais no processo (subjetivo) do que no produto ou resultado, em perceber o que os sujeitos experimentam, como interpretam suas experiências e o modo como estruturam o mundo social, fazendo uso da informação. Portanto, o mais importante é o modo como diferentes pessoas, ou atores, dão sentido aos acontecimentos e aos fenômenos pesquisados, de acordo com sua própria experiência e/ou perspectiva, concebida dentro de um processo de natureza sociohistórica.

2.11.2 Terceiro conhecimento

Ao focalizar o conhecimento social ou o conhecimento nascido da prática cotidiana das pessoas que, ao reunirem-se em grupos mais ou menos organizados, tentam encontrar, pelo debate, pela discussão e com auxílio da informação, soluções para seus problemas, a antropologia da informação, inspirada no conceito de “construção compartilhada do conhecimento”, nascido nos movimentos de educação popular dos anos 60, elabora a noção de “terceiro conhecimento” como base teórica e metodológica para abordar as questões informacionais (MARTELETO; VALLA, 2003).

O terceiro conhecimento aproxima-se também das noções de “mediação” e “sistematização”, utilizadas no campo da comunicação social, e podem ser entendidas, respectivamente: como o lugar e/ou tempo nos quais são conferidos significados à comunicação/informação e como processo de gestão do saber social no esforço de interpretar/transformar a realidade.

Ao desenvolver esse construto teórico-metodológico, Marteleto (1998, 2000) teve na sociologia da cultura e do conhecimento de Bourdieu uma importante referência, pois sua teoria permite abordar as tensões que se estabelecem entre diferentes atores - teóricos (produtores), mediadores (educadores, gestores, cientistas) e práticos (usuários-receptores) - da informação, nas suas trocas informacionais. Assim, as diferenças entre os conhecimentos ou entre as formas de conhecer, manifestadas nas diferentes linguagens e discursos, ganham dimensões políticas, históricas e culturais, pois são determinadas pelo lugar social dos indivíduos e grupos, gerando disputas de natureza simbólica.

As formas de conhecimento em geral têm caráter social e enraizamento histórico, contextual e político. O senso comum, saber derivado do mundo vivido, das práticas, da experiência, do convívio, toma parte nas disputas simbólicas que se travam na sociedade em torno do poder de enunciar, classificar e nomear a realidade, tanto quanto outras formas mais sistematizadas de saber como a ciência, a arte, a literatura, a política e o direito. É o que Bourdieu denomina de “lutas pelo poder simbólico” (MARTELETO, 2002, p.79).

Entende-se que na atual sociedade da informação é de fundamental importância re-discutir e re-colocar o papel do conhecimento popular, razão pela qual os movimentos sociais e comunitários, como movimentos de luta por cidadania, constituem-se como locais privilegiados de pesquisa empírica. Marteleto (2003) observa que os movimentos sociais na área da saúde vêm demonstrando o valor de se compartilhar o conhecimento técnico-científico e a prática cotidiana. De acordo com suas pesquisas, “as ONGs desenvolveram formas de trato e transferência de informação e promovem elos de comunicação inovadores se comparados às práticas vigentes nos espaços institucionais tradicionais” (MARTELETO, 2000, p. 71).

De fato, se entendemos que a informação é uma construção social e, portanto, que a CI se situa no âmbito das ciências sociais, ela deve e pode buscar sua inserção nas tradições desse campo, caracterizadas por Santos (2001), pela preocupação com a “questão social”, ou seja, com as desigualdades, as opressões e a ordem/desordem autoritária que parecem acompanhar o desenvolvimento do capitalismo e, em contrapartida, com “a participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, com o desenvolvimento comunitário e a ação coletiva, com os movimentos sociais” (p.18).

Considerando ainda que a ciência moderna, ao construir-se, até por necessidade e circunstâncias históricas, em oposição ao senso comum, acabou por subtrair ao cidadão comum algumas possibilidades de participação cívica na construção de um entendimento do mundo e de regras efetivas de (boa) convivência social, Santos (2001) vê os movimentos organizados da sociedade civil como espaços/tempos de estranhamento e composição entre diferentes formas de conhecimento visando à transformação social. A importância dessas “comunidades interpretativas” para as ciências sociais e, particularmente para a CI, aumenta quando se admite que “a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria” (p.18).

No contexto de um duplo reconhecimento, dos limites da ciência moderna frente à complexidade da realidade social, por um lado, e da importância do acesso à informação e aos saberes constituídos para resolução de problemas cotidianos, de outro, a antropologia da informação busca no trabalho de campo verificar como o encontro das diversas formas de conhecimento cria embates e barreiras entre os atores, mas também pergunta: como instaurar ações de entendimento entre essas duas formas de conhecimento sem que uma se submeta à lógica da outra?

Esse reconhecimento de uma arena de disputas simbólicas, na qual se fazem presentes diferentes discursos - Estado, ciência, mercado, entidades civis, grupos comunitários, lideranças dos movimentos sociais - muitas vezes conflitantes entre si, numa polifonia de vozes, é importante porque, um pouco paradoxalmente, abre um espaço para a superação das dificuldades de convivência política e informacional no campo das práticas sociais. Nesse contexto configura-se a necessidade de um novo e desafiador trabalho de mediação que, baseado na identificação/constituição de interesses comuns, busca estabelecer novas categorias e formas de diálogo com a população, caracterizadas por uma atitude de abertura, tanto para ensinar quanto para aprender, mas, sobretudo, para construir conhecimentos em conjunto.

Lembrando Foucault, quando escreveu que os intelectuais descobriram que “as massas não têm necessidade deles para saber”, embora exista “um sistema de poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida este discurso e este saber”, Marteleto e Valla (2003) referem-se a uma crise de interpretação que tende a dificultar os processos de mediação e a uma postura comum entre os profissionais do campo da saúde que dificulta o processo de mediação.

Os problemas são resultado, principalmente, da dificuldade de se aceitar e compreender como útil e válido um conhecimento produzido, organizado e sistematizado no âmbito da experiência de pessoas humildes e excluídas do sistema formal de ensino, um ambiente tão diferente daquele em que foram formados esses profissionais. A tendência é que se julguem inferiores saberes que são apenas diferentes, elaborados por meio da experiência concreta (p.17).

Foi assim, na prática da pesquisa em ONG que tinham como objetivo assessorar os movimentos sociais no campo da saúde, que a noção de “terceiro conhecimento” surgiu, como produto da observação de que o conhecimento científico, por um processo de transferência informacional, ao entrar em contato com o conhecimento prático e cotidiano do senso comum,

que possui uma lógica (própria) da experiência vivida, pode adquirir um novo sentido, tornando-se contextualizado.

Não se deve, entretanto, conceber o “terceiro conhecimento” como um produto, mas como um construto de ordem prática e simbólica que propicia aos agentes destreza para lidar com questões concretas do cotidiano ou resolução de problemas. Trata-se de um meio de valorização e fortalecimento de elos de apoio social e de capacidades inventivas que “têm como correlato a formação de uma rede de sentidos tecida nas relações contraditórias entre diferentes formas de apropriação e expressão do conhecimento” (NÓBREGA, 2002, p.71). Na verdade, é um construto que permite enfocar o trabalho coletivo como forma de superação do isolamento e fragmentação do conhecimento, na qual novos sentidos são criados para as situações concretas de vida.

Por isso, pode-se dizer que o terceiro conhecimento é complexo, ou seja, não pode ser entendido de uma só vez. Vai sendo construído em facetas, em caráter provisório, mutável, relacional, em rede e em movimento constante, sendo o lugar/momento da mescla, do estranhamento, da informação-difusão, mas, sobretudo, da invenção criativa que aproxima conhecimento e ação social, constituindo-se muito mais como elaboração crítica da realidade vivida (experiência) do que como recuperação histórica (memória) e organização de informações.

Marteletto (2000) explica que foi em função das demandas no campo da saúde pública que ocorreram as primeiras interações entre especialistas/acadêmicos e grupos populares. Com o tempo, por aproximações sucessivas, redes de contatos formaram-se entre essas pessoas que, inserindo-se de muitas maneiras no espaço social, detinham diferentes visões e conhecimentos sobre a saúde e também diferentes informações sobre as doenças. A luta por melhores condições de vida e saúde no bairro constituía o objetivo comum que fortalecia os laços e estruturava a rede de informação e práticas geradoras do “terceiro conhecimento”, um construto que se configurou durante o processo de pesquisa, do qual podem ser retirados alguns pressupostos teóricos.

Em primeiro lugar, a informação não é uma entidade ou corpo fechado em si mesmo ou ainda simples registro de um evento, ação ou reflexão. Em segundo lugar, diferentemente disso, ela encontra-se na imbricação dos atos, falas, relações e representações dos agentes sociais. E, por último, como um corolário das proposições anteriores, tem-se que a busca de

questões informacionais relevantes (objetos de estudo) precisa levar em conta o modo como se organizam os grupos sociais e suas configurações individuais ou coletivas.

A informação e o conhecimento são construídos sobre uma base que pressupõe uma subjetividade capaz de produzir sentidos. Essa subjetividade sustenta-se, por sua vez, sobre necessidades e problemas concretos do cotidiano (no campo da saúde, de educação, do transporte, da segurança pública, etc.), sobre estruturas organizativas comunitárias (como grupos, associações, conselhos, ONGs, etc.) e também sobre a vontade, a determinação, a persistência e a sabedoria de lideranças, de cientistas, de profissionais e de membros das comunidades locais, afetados, de diferentes formas, por determinadas condições de vida, na qualidade de mediadores da comunicação.

Muitas vezes o que se tem é o encontro de três eixos do saber: (a) o conhecimento produzido e controlado pelos órgãos oficiais, sobre as condições de vida dos moradores; (b) o conhecimento acadêmico, com suas análises e perspectivas teórico-metodológicas; (c) o conhecimento das pessoas que vivem no lugar, assumindo as condições de vida objeto dos estudos e discussões. São, portanto, três instâncias em interação: Estado, ciência e comunidade (NÓBREGA, 2002).

2.12 Concluindo: O usuário-receptor como intérprete da informação, outros saberes, outros olhares em CI

Considerando que a informação deve ser entendida como uma construção social, é necessário tomá-la como um fenômeno da ordem da interpretação (metáfora da pintura) e não como representação (metáfora do retrato), como tem sido feito tradicionalmente. Esse modo de abordar a informação implica uma dupla ruptura epistemológica: teórica e metodológica.

Teórica porque o objeto da CI, ao ser concebido como um fenômeno social e, portanto, como algo dinâmico, em constante movimento, é capaz de ultrapassar os desígnios de seus autores/produtores, uma vez que se insere e adquire sentido num contexto político-cultural. Nessa perspectiva, a figura do usuário/receptor ganha relevo, pois torna-se um sujeito ativo/seletivo da informação. Mesmo limitado pelas estruturas sociais ligadas a pré-condições materiais (econômicas), culturais (educacionais) e históricas (conjunturais) de entendimento

da informação, esse sujeito pode estabelecer novas relações, fazer descobertas, conferir outros significados, produzir informações alternativas e, ainda, aprofundar seu entendimento das coisas a partir da informação original. De maneira geral, esse processo (interpretativo) se dá a partir, ou no contexto, das experiências concretas desse sujeito com a realidade, de seus problemas e das formas que vê de solucioná-los e, ainda, de suas esperanças e crenças.

Valorizar o usuário é valorizar a recepção, que é sempre um lugar de apropriação, invenção e produção de sentidos. Isso implica olhar outras modalidades de conhecimento, e não apenas o conhecimento douto, próprio dos letrados, mas também os conhecimentos práticos, próprios das comunidades e grupos populares (o saber local). Quando apreendida pelo sujeito, a informação não conserva o mesmo sentido que lhe foi atribuído pelo emissor, havendo nesse processo uma liberdade que transforma e enriquece aquilo que o emissor pretendeu, muito embora essa liberdade não seja, jamais, absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, das convenções e dos hábitos que caracterizam a recepção ao longo da história.

Assim, o sujeito da informação, limitado pelas condições sociais nas quais se insere, pode também, e ao mesmo tempo, construir conhecimentos novos. Claro que não pode prescindir das referências sociohistóricas da tradição, uma vez que são necessárias à elaboração do sentido da informação recebida, um sentido que só se produz a partir da cultura. Apropriar e produzir informações são, portanto, modos que o sujeito encontra e de que dispõe para organizar sua experiência do mundo vivido. Essa experiência, que é condicionada pela história e pelo ambiente sociocultural, pode também ser, dialeticamente, uma experiência única, pois o sujeito lhe confere certa especificidade e unicidade. O indivíduo torna-se, então, um sujeito histórico.

Daí vem a importância que deve ser dada à subjetividade ou, dizendo de uma outra forma, à informação como “comunicação de experiências”. Daí a importância e a necessidade de serem criadas formas de organização que propiciem condições para compartilhamento de informações e troca de conhecimentos, tal como tem ocorrido nos movimentos sociais, nas ONG e em outras formas de organização comunitária surgidas na sociedade contemporânea.

Trata-se de locais potencialmente adequados ao exercício do senso crítico e reflexivo, ou seja, à re-contextualização de situações e problemas, de forma a possibilitar algum tipo de ação sobre eles, sobretudo através de políticas públicas. Estudos dos movimentos sociais têm

mostrado que eles são capazes de produzir conhecimentos novos (WAINWRIGHT, 1998), designados como conhecimento social, cognição social ou, ainda, inteligência social. No contexto da educação popular, os observadores chegaram à noção de “construção compartilhada do conhecimento”, e, nos movimentos sociais do campo da saúde, a antropologia da informação chegou à noção de “terceiro conhecimento”.

Permanece como um desafio para a CI ir além do limite do conhecimento duto (científico e tecnológico), próprio das bibliotecas, dos centros e sistemas de informação, e partir para a abordagem de outras formas de organização da informação, que produzem outros tipos de conhecimento (práticos) que são socialmente relevantes. Embora sejam produzidos trabalhos nesse campo, eles ainda são poucos e poderiam ser alvo de uma maior atenção e reconhecimento por parte de alguns setores da área da informação.

Ao definir os espaços comunitários organizados pela sociedade civil como lugares de “construção compartilhada de conhecimentos”, a antropologia da informação afirma também que ali são difundidos, qualificados, mantidos ou reconstruídos conjuntos de informações. Tal é o caso das ONGs, das cooperativas populares, dos movimentos sociais organizados, dos conselhos comunitários, nos quais podem ser incluídos os Consep, *locus* deste estudo.

Pode-se falar num processo de aprendizagem social, no qual as bases cognitivas da consciência dos problemas ampliam-se. Essa dimensão socializada do conhecimento, à qual já se havia referido Shera, e que caracteriza a “informação em movimento” é valorizada quando, por exemplo, faz-se referência a mecanismos cognitivos-sociais do conhecimento, como a comunicação, a discussão e o consenso. Daí porque, na linha de pesquisa que focaliza as relações entre informação e sociedade, a comunicação assume um papel importante, pois não é possível tratar isoladamente esses fenômenos. Conhecimento (social), comunicação e informação (em movimento) andam juntos.

A segunda implicação, de natureza metodológica, diz respeito ao pesquisador, pois também ele é concebido como um sujeito social. Isso significa que não é neutro, nem passivo, nem especial, pois, como seus sujeitos/informantes, também mantém uma identidade com o (seu) objeto de pesquisa, na medida em que também o interpreta. Dessa forma, chega-se à conclusão que algumas metodologias de pesquisa são mais adequadas ao estudo da informação, tal como aqui entendida, do que outras, pois a questão da interpretação torna-se um critério relevante.

Capítulo 3

Uma pesquisa exploratória

Durante a revisão bibliográfica, sentiu-se a necessidade de, num movimento preliminar de aproximação do objeto empírico, realizar uma pesquisa exploratória, visando obter maior familiaridade com a gestão da informação na PMMG. À medida que se iam aprofundando as leituras no esforço de construção do objeto de investigação, esse trabalho exploratório, antecedente ao trabalho de campo propriamente dito, fez-se necessário. Com ele, buscou-se alcançar algum conhecimento acerca dos SI na PMMG e mais especificamente sobre os usos das IEG pelos Consep.

A partir de uma breve revisão bibliográfica, visando evidenciar as relações existentes entre SI, polícia comunitária e Consep, foram realizadas sete entrevistas com oficiais da PM que exercem ou exerceram por longo tempo funções de comando relacionadas com a formação dos Consep na PMMG e/ou gestão de atividades ligadas ao SIEG.

3.1 SI, polícia comunitária e Consep

A informação é vista por estudiosos da polícia como um importante elemento de racionalização de sua atividade. Beato Filho (2001), por exemplo, considera importante que os indicadores de crime desenvolvidos pela própria organização policial sejam tomados como elemento de orientação e planejamento de atividades operacionais, distribuição de recursos e, também, como indicadores de eficiência das ações desenvolvidas. Manning (2003) considera que a informação é um insumo básico para a ação policial e que a fonte básica para sua obtenção é a população.

Para um melhor entendimento dessas afirmações é interessante ampliar algumas considerações de ordem histórica já esboçadas. A série de experimentos históricos realizados sob orientação de G. Kelling em Kansas City, na década de 70, considerados como um importante estímulo para a mudança nas organizações policiais americanas, onde nasceram as bases do chamado policiamento comunitário, mostraram que as taxas de crime e satisfação do público permaneceram inalteradas mesmo quando as patrulhas foram dobradas, triplicadas ou, até pelo contrário, suprimidas. De fato, importantes estudos corroboram a concepção de que muitas soluções para problemas de segurança pública encontram-se nas mãos de outras organizações ou instituições que não a polícia. Entretanto, isto não significa que a atuação policial seja irrelevante para o controle da criminalidade.

Em pesquisa sobre o impacto da ação policial sobre as taxas de criminalidade em BH realizada durante a greve da PMMG de 1997, Beato Filho (2001) verificou que os homicídios são, de fato, delitos bastante independentes da ação policial, pois trata-se de uma ocorrência que se verifica predominantemente no ambiente doméstico, entre pessoas conhecidas e que mantêm relações de proximidade social e afetiva. Entretanto, o mesmo não ocorre quando se trata de assaltos a transeuntes e ao comércio em geral. O fato é que, durante a greve, com a ausência dos policiais nas ruas, o primeiro tipo de delito não aumentou, mas o segundo cresceu consideravelmente. A atividade policial afigura-se, portanto, como fator decisivo para evitar determinados tipos de delito, como, por exemplo, crimes contra o patrimônio.

Para Beato Filho (2001) a atividade policial é um importante “fator inibidor de variáveis ambientais” (p.6), como têm revelado estudos recentes. De fato, a diminuição nas taxas de criminalidade tem sido alcançada por intervenções pró-ativas da polícia, orientadas para problemas específicos que, por sua vez, podem ser determinados pela análise das ocorrências locais, e não apenas pela presença passiva de policiais em ações não focalizadas, como tem sido feito tradicionalmente. Trata-se de experiências de natureza preventiva, conjugadas com medidas sociais, como o tratamento de viciados e o incentivo à escolarização. Pode-se, então, falar de ações baseadas no diagnóstico ou conhecimento das situações e dos problemas a partir da análise de dados e de informações prestadas pela população à PM.

Assim, o levantamento e a análise das ocorrências locais tende a gerar um conhecimento que permite à polícia desenvolver ações planejadas, orientadas para a meta de diminuição de oportunidades, ao mesmo tempo em que evita ou diminui a necessidade de outras ações difusas, geralmente orientadas por incidentes já consumados, os quais, em

muitos casos, tendem a aumentar custos operacionais e a amedrontar (ou tensionar), a população. Permitem ainda associar às ações de polícia outras ações de cunho social (envolvendo ou não a participação de policiais), o que torna os esforços ainda mais efetivos pois, além de evitar ou reduzir crimes, promovem a ordem, a coesão, a paz social e a cidadania.

Essas experiências permitiram aos pesquisadores e a alguns comandos do policiamento compreender dois pontos importantes. Primeiro: a ausência de crimes é o principal e mais importante indicador de excelência na avaliação do serviço policial prestado, muito embora alguns gestores, aferrados aos modelos mais tradicionais de policiamento, ainda se orientem por indicadores de produção, tais como prisões efetuadas e apreensão de armas, como forma de avaliar o desempenho de suas equipes. Um segundo ponto, particularmente importante como referência para esta investigação é: como as estratégias tradicionais não têm concorrido para diminuir ou mesmo estabilizar as taxas de criminalidade urbana, é muito provável que estejam dirigidas para alvos errados. Tendo em vista essa situação, Beato Filho (2001) considera que

a questão não é qual a influência da polícia sobre o crime, mas como a obsessão com formas ortodoxas de atuação policial tem sido ineficaz no controle da criminalidade. Mais relevante ainda (...) é a centralidade que sistemas de informação passam a ter neste caso, pois a identificação de problemas criminais específicos depende das análises efetuadas (p.6).

Assim questionam-se as formas ortodoxas e tradicionais de atuação e avaliação da efetividade das ações policiais, sobretudo aquelas orientadas exclusivamente para a repressão, visando à identificação e punição dos ofensores, absolutamente ineficazes no controle da criminalidade e, conseqüentemente, as formas de avaliação de desempenho policial baseadas em número de prisões e apreensões de armas efetuadas, por exemplo. Tomar as taxas de criminalidade focalizadas e limitadas a contextos específicos (dados locais) como parâmetro identificação de problemas específicos e de avaliação da atividade policial, lembrando que a ausência de ocorrências é um indicador altamente positivo, é condição importante para a efetividade do trabalho preventivo da polícia e de outros órgãos do sistema de justiça ou assistência social. O programa de policiamento comunitário depende, portanto, de análises baseadas em informações bem caracterizadas/classificadas, temporal e espacialmente, pelo que os SIEG ganham centralidade na gestão participativa da segurança pública e, particularmente, da atividade policial.

Evidencia-se que a ação policial baseada em análise de dados e IEG, sobretudo quando adequadamente realizadas, caracteriza uma evolução no trabalho de policiamento baseado na solução de problemas e manutenção da ordem pública, sendo um divisor de águas em relação às estratégias ortodoxas/tradicionais. Nisso os Consep podem assumir um papel importante, funcionando complementarmente ao trabalho dos policiais dos centros de análise de crimes. É nesse sentido que, para Reuland citado por Beato Filho (2001), “a utilização intensiva de tecnologias de informação tem promovido uma verdadeira revolução silenciosa nas polícias do mundo”. Outros autores destacam o papel dos SIEG para a consolidação do policiamento comunitário voltado para a solução de problemas:

A criação de unidades de análise de crimes tem se constituído num dos principais suportes para o desenvolvimento do policiamento comunitário e de solução de problemas. Sistemas de informação têm servido para detecção de padrões e regularidades de maneira a dar suporte a atividades de policiamento, bem como para prestar contas à comunidade sobre problemas relativos à segurança (Buslik e Maltz citados por Beato Filho: 2001, p.7).

Além disso, vale registrar que “nas atividades de investigação, a montagem de bases de dados sobre suspeitos e seu *modus operandi* tem contribuído para incrementar a qualidade das investigações” (BEATO FILHO, 2001, p.7) e que sistemas de informação têm servido para integrar informações resultantes de fontes não policiais (órgãos públicos); fontes policiais (quadrilhas, gangues, arquivos, mapas, etc.) e grupos comunitários (encontros formais e informais). Junta-se uma grande quantidade de informações num sistema único que, disseminado, congrega a polícia, outras agências públicas e os civis.

Admitindo que alguns passos nesse sentido têm sido dados, como um sistema de indicadores sociais de segurança da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), Beato Filho (2001) considera que um dos problemas inerentes à criação de unidades de informação é a ausência de um enfoque específico voltado para a análise de crimes, decorrente da fragmentação organizacional no trato das informações por parte das organizações policiais.

Concluindo, pode-se dizer que as IEG são extremamente úteis para fins de identificação de problemas e desenvolvimento de estratégias e programas de policiamento e segurança pública em nível local, pois fornecem interessantes medidas de distribuição espacial e temporal dos fenômenos. São ferramentas importantes, que podem ser utilizadas em programas de policiamento orientados para a solução de problemas.

Entretanto, Beato Filho (2001) refere-se, também, a três obstáculos ou problemas que dificultam o desenvolvimento e a implantação de SI sobre criminalidade nas polícias militares

e órgãos de segurança de uma maneira geral. O primeiro deles advém de uma crença equivocada de que as estatísticas georreferenciadas representam fielmente ou fotograficamente a realidade, como se houvesse alguma coisa semelhante a um número real de crimes. Essa perspectiva confunde a descrição dos fatos com os próprios fatos, considerando a linguagem e os conceitos como mero instrumento descritivo da realidade, ao invés de uma realidade em si mesma, e ignora o caráter construtivista das informações sobre a realidade empírica¹⁴.

O segundo problema advém da crença oposta, ou seja, corresponde a uma posição sociologizante que, ao considerar a construção social dos fenômenos, desconsidera, niilisticamente, a sistematização dos dados e as informações estatísticas como um instrumento de conhecimento da realidade.

Um terceiro problema está relacionado com questões internas das organizações do sistema de justiça, cujos operadores tendem a negligenciar a produção de informações, por não considerá-las de real utilidade para suas atividades. Para Beato Filho (2001), trata-se de um problema delicado, pois envolve a persuasão de policiais e outros agentes da justiça, encarregados da produção da estatística, em relação à sua conveniência.

O autor refere-se, ainda, aos fatores de ordem tecnológica, como a ausência de uma estrutura, seja de equipamentos ou de conhecimentos necessários à sua implantação e utilização, e a existência de uma cultura pragmática, avessa à reflexão, que pode explicar muito da irracionalidade e da ineficácia dos órgãos da polícia, cultura essa que não se ressentida da ausência de dados e informações sistemáticas e confiáveis. Para muitos essa situação, embora seja perniciosa para a sociedade como um todo, é, até mesmo, conveniente, pois os problemas de ineficiência podem permanecer obscurecidos.

Ao considerar que a polícia depende de informações para realizar seu trabalho e que a população é a sua principal fonte de informações, Manning (2003), por sua vez, destaca o papel da cultura e do trabalho policial no processamento dessas informações.

As formas como a polícia obtém, processa, codifica, decodifica e usa a informação são críticas para a compreensão de seu mandato e função. A polícia junta diversos tipos de informações e as usa para diferentes fins, orientando-se por suposições, baseadas no senso comum, a respeito de seu trabalho, de sua atuação principal, e nas expectativas de seu público. A polícia junta informações primárias, ou dados 'crus', que então são processadas, no policiamento, para resolver crimes ou encerrar eventos, transformado-se em informações secundárias. Quando processadas duas vezes, juntadas e formatadas, elas podem avançar na organização e tornar-se

¹⁴ Ignora, por exemplo, o processo político de construção das categorias penais.

informações terciárias ou ‘diretivas’. Essas formas de informação e inteligência (...) são percebidas e interagem com as estratégias operacionais da polícia (p.378).

Assim, as informações são processadas dentro de um contexto organizacional e de uma cultura profissional que define seu significado e seu uso. Embora afirme que a forma de fazer policiamento vai demorar a mudar, Manning (2003) assinala que o papel que as TI vão desempenhar nesse processo é, ainda, desconhecido (p.378).

A partir dessa breve revisão da literatura perguntou-se: Existe um SI sobre a criminalidade na PMMG? Como é gerenciado? Quais os usos e significados assumidos pelas IEG? São utilizadas nos Consep?

3.2 Como foi feita a pesquisa exploratória

A primeira entrevista da pesquisa exploratória, deu-se com um oficial que havia escrito uma monografia sobre sistema integrado de gestão de informações de segurança pública na PMMG¹⁵, em agosto de 2002. As três seguintes foram feitas durante os meses de fevereiro e março de 2004 e priorizaram os usos das IEG na PMMG. As três últimas foram feitas no mês de janeiro de 2005 e abordaram a questão dos Consep como usuários da informação. Todas as entrevistas foram gravadas em fita magnética e, posteriormente, transcritas para análise.

Seis dos entrevistados eram oficiais da ativa do EM-PMMG (Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais) e o sétimo era um coronel reformado, que exerceu funções de comando geral na PMMG. Durante a sua gestão deu-se, de maneira mais decisiva, o impulso para a criação dos Consep em Belo Horizonte, em 2000. Foram incluídos também dados provenientes da participação do pesquisador, como observador, do 2º Encontro de Presidentes de Consep da 7ª RM, no qual fez a palestra de abertura o comandante-geral da corporação.

Mesmo seguindo um roteiro (anexo 2) para realização das entrevistas, semi-estruturadas, houve espaço para explorar assuntos emergentes. Em princípio, tinha-se como objetivo o uso de informações sobre segurança pública pela PMMG nos Consep e, mais especificamente, o uso das IEG, mas também mostrou-se importante conhecer um pouco

¹⁵ GONTIJO (2000).

acerca do significado dos Consep para os gestores da PMMG, o que concretamente se fazia nos Consep em termos informacionais e se havia experiências bem sucedidas que pudessem servir como *locus* de pesquisa. Nesse sentido, os seguintes temas foram explorados: (a) o sistema de informações na PMMG e o seu gerenciamento; (b) os usos e significados assumidos pelas IEG; (c) a utilização das IEG nos Consep; (d) as finalidades dos Consep; (e) a existência de uma nova inteligência policial; (f) resistências às IEG na corporação; (g) resistências aos Consep na corporação.

O Quadro 2 relaciona os entrevistados nessa fase exploratória da pesquisa e servirá como referência para a apresentação dos dados:

Quadro 2 - Entrevistas realizadas na fase exploratória da pesquisa

Patente dos entrevistados	Cargo	Código utilizado ¹⁶
Coronel	Sub-chefe do Estado-Maior e diretor de apoio logístico na área de tecnologia.	EFE1
Coronel	Ex-Comandante-Geral da PMMG	EFE2
Major	Chefe da assessoria de estatística e geoprocessamento	EFE3
Coronel	Comandante da 7ª RM	EFE4
Coronel	Comandante da 8ª RM	EFE5
Capitão	Chefe da assessoria de policiamento comunitário	EFE6
Major	Assessor de articulação, coordenação e controle e chefe da assessoria de prevenção ativa	EFE7

A seguir são descritos os resultados da pesquisa exploratória e, em seguida, são traçadas algumas conclusões. É importante esclarecer que, daqui em diante, quando se falar em “sistemas de informações estatísticas georreferenciadas” utilizar-se-á a sigla SIEG; quando se falar, genericamente, em “informações estatísticas georreferenciadas”, “geoarquivos” ou simplesmente “geoprocessamento”, como dizem os policiais, utilizar-se-á a sigla IEG, e quando se falar em “relatórios estatísticos georreferenciados”, utilizar-se-á a sigla RIEG.

¹⁶ EFE – Abreviatura de entrevistado da fase exploratória.

3.2.1 Da segurança nacional à segurança pública

Durante a ditadura militar a instituição polícia militar, que atuava como força auxiliar do exército brasileiro, não se preocupava com a segurança pública, valorizando muito mais aquilo que era chamado de “segurança nacional”. Os primeiros esforços para produção de informações voltadas para segurança pública ocorrem na década de 90.

Em termos de desenvolvimento de sistemas de informação, a PM, que mantinha um foco exclusivo nas questões ligadas à sua administração interna¹⁷, começa, nessa mesma época, a deslocar seu olhar para o ambiente externo. Paralelamente a esses processos, surge também um discurso no qual a PMMG é comparada a uma empresa. O trecho seguinte pode ser considerado como uma síntese representativa do que foi dito pelos oficiais nesse sentido:

Até que a gente dividia um pouquinho para cá, um pouquinho para lá. Agora, é 100% para o foco no negócio da organização. Então, com isso, houve uma mudança muito forte dos paradigmas (...) em termos de gestão de informações. A polícia tinha um trabalho muito forte de inteligência, voltada para o que a gente chama de contra inteligência para público interno, para questões políticas. Foi, aos poucos, sendo reduzida. Reduzida e ampliada a questão de segurança pública, de defesa pública. (...) Hoje praticamente todo o nosso trabalho de geração de informação está concentrado em geração de informação no campo de segurança pública (EFE1).

3.2.2 O sistema de informações na PMMG e seu gerenciamento

A partir dos relatos obtidos constatou-se que, na década passada, utilizando tecnologia de informação, a PMMG desenvolveu, em conjunto com o Crisp, com a Empresa de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge) e com a Fundação João Pinheiro (FJP), um sistema computadorizado de processamento de dados para produzir um conjunto sistemático de IEG sobre crimes, baseado em registros de ocorrências policiais atendidas pela corporação¹⁸.

A partir desse trabalho, tem sido possível à PMMG armazenar dados e produzir informações, na realidade, relatórios sobre ocorrências policiais, que são utilizados

¹⁷ Refere-se a sistemas informatizados para gestão de pagamentos, compras e materiais, por exemplo.

¹⁸ Para maiores detalhes ver sobre o projeto MAPA de BH in: BEATO FILHO (2001).

principalmente como instrumento para o planejamento do seu trabalho e das operações táticas (emprego operacional), visando à prevenção e ao combate à criminalidade. Embora, em termos de Estado, nem todas as localidades disponham dos mapas, é sempre possível contar com o relatório quantitativo, contendo as informações estatísticas. Em BH – 8ª RM (Região Militar) ou Comando do Policiamento da Capital (CPC) – todas os batalhões e companhias podem contar com os relatórios mais completos e detalhados contendo mapas: RIEG.

Os dados obtidos através dos BO são processados no Estado-Maior (EM), por uma assessoria de estatística e geoprocessamento vinculada à seção de planejamento operacional (PM3), de acordo com uma classificação interna¹⁹. Um “anúário estatístico”, que trata da incidência de crimes no Estado de Minas Gerais²⁰ é produzido. Também as unidades operacionais possuem uma seção de estatística que, além de alimentar o sistema a partir dos BO, ou seja, de chamados da própria comunidade onde atuam, confeccionam relatórios mensais com informações sobre a criminalidade naquela área específica. Do ponto de vista computacional, o gerenciamento do sistema é realizado pelo núcleo de informática, subordinado à PM4 (apoio logístico).

O geoprocessamento, segundo os entrevistados, permite trabalhar uma série de informações como: número de solicitações ou chamados atendidos, natureza e local desses chamados ou ocorrências e características das vítimas e dos agressores. Propicia, ainda, um maior e mais sistematizado conhecimento das situações, tais como: delitos mais frequentes em cada região; horários, dias, semanas, meses mais propícios à ocorrência dos diversos delitos; número de ocorrências atendidas por hora; horários em que há mais chamados; média de atendimentos por viatura; faixa etária dos atores envolvidos nos diversos delitos, etc.

Os bancos de dados, desenvolvidos no início da década de 90, não são, entretanto, relacionais, o que dificulta a realização de levantamentos e cruzamento de informações para aprofundamento e análise de problemas mais específicos²¹. Por isso, alguns oficiais consideram que a principal meta é, no médio prazo, integrar os sistemas de informação dos diversos órgãos de segurança pública e que a principal dificuldade ou limitação atual da

¹⁹ O sistema de classificação estrutura-se em categorias, grupos e classes. A categoria I compreende as ocorrências típicas de polícia, ou seja, fatos que afetam a ordem pública, a categoria II diz respeito a ocorrências típicas do Corpo de Bombeiros Militar (hoje desmembrado da PMMG) e a categoria III refere-se às chamadas ocorrências especiais, ou seja, fato que mereça a atenção da PM sob a forma de auxílio preliminar ou eventual, isto é, não compulsório. Para uma relação completa das categorias, grupos e classes ver: ESPIRITO SANTO (1991), p.31-41.

²⁰ Disponível no sítio virtual da FJP.

²¹ O entrevistado se referiu à dificuldade e a demora para se fazer um programa para saber sobre situações específicas, por exemplo, assaltos a homossexuais. Num sistema relacional isso pode ser feito muito mais rápida e facilmente.

PMMG é a falta de recursos para aquisição de tecnologia. A integração dos sistemas, ou seja, a possibilidade dos diversos sub-sistemas do sistema de segurança pública “conversarem” entre si é identificada como possibilidade de trabalhar de forma “*inteligente*”, “*agregando valor à informação*”.

Sobre essa integração observa-se, ainda, que, além da existência de uma forte resistência envolvendo os diversos órgãos de segurança pública, uma outra dificuldade é a inexistência de um órgão único para coordenação da segurança que, presumem alguns entrevistados, poderia fazer uma gestão melhor do conjunto de informações sobre a segurança pública.

Outra limitação apontada, que tem relação com as anteriores, é a impossibilidade de interligação de toda a PM em rede, de forma que cada viatura policial pudesse dispor de um *notebook* e os policiais tivessem acesso às informações pela transmissão de dados. Hoje, contam apenas com um rádio e com uma pasta contendo as informações georreferenciadas limitadas à sua área de patrulhamento.

3.2.3 Os usos e significados assumidos IEG

As IEG são utilizadas sistemática e formalmente numa perspectiva mais centralizada, pelo EM-PMMG, com duas finalidades básicas: distribuir os contingentes de policiais em nível estadual e municipal pelas diversas regiões militares, batalhões, companhias e pelotões e para planejar ações táticas de prevenção e combate à criminalidade. Pode-se dizer que a principal utilidade é subsidiar a organização do trabalho policial, ou seja, o emprego operacional dos recursos humanos e materiais e o planejamento de operações estratégicas, visando conter a criminalidade violenta. Segundo um dos entrevistados, “*todo esse conjunto de informações que nós temos é utilizado para nos permitir gerar um produto, gerar ações, gerar serviços que vão diminuir a violência e a criminalidade*” (EFE2).

Em se tratando de utilização das IEG, essa é a fala mais presente e característica entre os oficiais entrevistados. Entretanto, uma outra perspectiva de utilização, pode-se dizer mais descentralizada, ou seja, de uso fora do EM, também é apresentada. Os batalhões, companhias e pelotões, através do trabalho de seus comandantes, serviços de inteligência e de análise de crimes, também usam as IEG para distribuir seus policiais pelos diversos bairros, praças, ruas e avenidas, baseando-se na frequência dos diversos tipos de ocorrências e sua localização

tanto no espaço quanto no tempo. Elas devem servir como apoio para o gerenciamento, organização e avaliação das operações e do trabalho de policiamento local, com vistas a reduzir as taxas de crimes mais frequentes²². Alguns entrevistados mencionam que essas informações são levadas também aos Consep para a discussão com a comunidade.

Nesse caso, entretanto, a utilização parece ser feita de maneira menos sistematizada e formal, pois depende do estilo gerencial dos comandantes dos batalhões, das características dos comandantes de companhias e seus policiais, da capacitação tecnológica e profissional, da existência de recursos tecnológicos e, até mesmo, do nível de organização da comunidade atendida, entre outros fatores.

Um dos entrevistados resume a situação dizendo que os RIEG servem, em primeiro lugar, para assessorar o comando (nível do EM), tendo em vista o desenvolvimento de planos de contenção da incidência de crimes, mas acrescenta que cada comando tem autonomia para desenvolver seus próprios trabalhos, de acordo com as especificidades de sua região: “... *nós não fazemos trabalhos para o comandante regional. (...) Ele acessa o sistema e desenvolve seus próprios trabalhos*” (EFE3).

Já o EFE2 observa que uma segunda finalidade do sistema de informações está na avaliação dos resultados das companhias em termos de redução ou contenção do avanço dos índices de criminalidade. Sobre essa questão acrescenta que é preciso levar em conta também as informações subjetivas, ou seja, aquelas que podem ser acessadas nas reuniões dos Consep. Ele quer dizer que existem comandantes que, embora não consigam reduzir os índices de criminalidade, gozam de um bom conceito junto à população e conseguem bons resultados para promover um sentimento de segurança subjetiva. Nesse caso, ele explica que nem todos os instrumentos destinados a reduzir os índices de violência são típicos de polícia, ou seja, nem sempre a intervenção necessária é de polícia.

3.2.4 A utilização das IEG nos Consep

Então, se por um lado, a fala dos oficiais permite visualizar algo como um sistema de informação no interior da organização policial razoavelmente formalizado e bem-definido quanto aos seus usos, o mesmo não se pode afirmar quando se trata de ver ou caracterizar o

²² Meses depois da realização dessas entrevistas foram criadas as chamadas áreas integradas de segurança pública (Aisp), prevendo reuniões periódicas entre membros da PMMG e da Polícia Civil (daí a denominação áreas integradas) para analisar as IEG e formular metas.

sistema sendo utilizado na interação com a comunidade. Entretanto, quando foram estimulados por uma pergunta sobre o assunto, admitiram ou se lembraram dessa possibilidade, ou seja, admite-se a possibilidade de os Consep utilizarem as IEG.

Para o EFE2 o Consep é, antes de qualquer coisa, uma fonte de informações sobre a sensação subjetiva de segurança/insegurança. Na entrevista do EFE3, o Consep não aparece como usuário das IEG, pois elas são consideradas de uso mais restrito. Para o EFE4 e para o EFE6, mais do que todos os outros, os Consep usam e discutem regularmente essa informação. Para o EFE5, embora a orientação da PMMG seja que as IEG sejam usadas nos Consep, não se sabe bem se são, efetivamente, utilizadas. Ele acredita que alguns comandantes fazem mais uso do que outros. Para o EFE7, somente os dados mais gerais são levados aos Consep, por exemplo, se os índices estão aumentando ou diminuindo ou o que ele chamou de “*andamento da segurança local*”, visando diminuir ou manter sob controle a sensação subjetiva de medo.

Na realidade, parece que as IEG podem ou não ser utilizadas nos Consep, mas isso depende muito mais dos comandantes locais do que de uma orientação explícita e formal, ou seja, de uma diretriz da corporação. Os entrevistados referiram-se às possibilidades de uso das IEG nas discussões com os Consep, muito mais como uma potencialidade do que como uma realidade, para orientar discussões e prestar contas à comunidade e como um meio para avaliar a efetividade dos serviços prestados e os resultados alcançados pelas unidades operacionais. Pode ser que em algumas unidades, mais do que em outras, sejam usadas mais intensa e extensamente e das mais variadas formas. Em outras, pode ser que nem mesmo as mínimas informações sobre a criminalidade local sejam repassadas à comunidade.

Uma outra utilidade das IEG nos Consep é associada, às vezes, ao fato de que pode contrapor-se ao noticiário, muitas vezes sensacionalista, da mídia em geral.

Pode-se dizer que, do ponto de vista da maior parte dos oficiais da PMMG entrevistados, os Consep são pouco considerados como estrutura informacional para uso/recepção, mediação e produção/emissão de informações sobre a criminalidade e não estão sistemática e formalmente incluídos, como pontos importantes/estratégicos, dentro daquilo que poderia ser chamado de uma sistema de informação da PMMG. Na verdade, até este ponto da investigação, observou-se que os Consep permanecem como um núcleo potencial, ou muito mais potencial do que real, de recepção, interpretação e produção de IEG para os oficiais da PMMG. Entretanto, isso permanece apenas como uma hipótese a ser verificada no trabalho de campo.

3.2.5 As finalidades dos Consep

Na visão de alguns entrevistados, uma das finalidades dos Consep em Belo Horizonte é a de ajudar nas tomadas de decisões sobre alocação de policiais nos diversos pontos da cidade e assim fazer face às possíveis pressões de diferentes grupos. Nesse caso, não são as IEG que, de uma maneira impessoal e objetiva, vão dizer onde alocar os recursos, mas a comunidade, organizada nos Consep, tomando como base as IEG.

Os Consep surgiram no final de 1999, quando a PM adotou, aqui em Belo Horizonte, um modelo, uma filosofia de atuação, chamada polícia orientada por resultados e, dentro dessa filosofia, que tinha o geoprocessamento da criminalidade e da violência, (...) a PM editou uma diretriz para produção de segurança pública, na qual especifica os objetivos, finalidades e o que se pretende realmente em relação à participação comunitária. Então o modelo eleito aqui em BH para a participação da comunidade na segurança pública foi o Consep. Como que a coisa acontecia? A PM sofria muita pressão e sofre até hoje, de presidentes de associações de bairro, de grandes comerciantes, de pessoas que têm maior poder aquisitivo, que acabam, se a gente não tiver uma conduta mais ética, mais científica mesmo, por tratar a questão da criminalidade e da alocação dos nossos recursos, por puxar os melhores recursos para uma região, por exemplo, que, às vezes, não é a mais necessitada. Então, a idéia da construção dos Consep veio com a idéia de congregar a participação de presidentes da associação de bairros, de comerciantes das regiões, de lideranças comunitárias de uma maneira geral, a igreja, de outras instituições que compõem o sistema de defesa social, para que esse grupo mais amplo pudesse discutir as questões de segurança pública de forma mais isenta e dentro do conceito de regionalização adotado pela PM, ou seja, foram criados 24 Consep na cidade de Belo Horizonte. Um Consep para cada companhia da PM (EFE2).

Junto com esse objetivo mais pragmático, o mesmo entrevistado diz, diferentemente, mais à frente em sua entrevista, que os Consep foram criados “*para captar as demandas por segurança pública*” e “*ao mesmo tempo*” para “*avaliar o trabalho que a PM estava desenvolvendo e tentar auxiliar de alguma maneira*”, constituindo-se como “*um elo de ligação entre a comunidade e a polícia militar*” (EFE2).

Pode-se perceber a existência de finalidades ou objetivos diversos, pelo que cabe perguntar: Haveria compatibilidade entre esses dois objetivos? São objetivos concorrentes? Estaria esse segundo tipo de objetivo, de conotação mais participativa e democrática, apenas encobrindo a verdadeira finalidade do Consep, que seria fazer com que a comunidade dividida

com a PM a responsabilidade pela repartição de recursos sempre escassos? Mais a frente, na mesma entrevista, há uma fala que justifica, ainda mais, a questão levantada.

Então, a idéia do geoprocessamento é essa, de mostrar para ele: olha, essa é a situação de criminalidade na minha sub área, a sub área da minha companhia. Aqui são os meus recursos, que são finitos. O que é que nós vamos priorizar? Dá para atender a tudo? Dá para colocar policiamento na porta de padaria, na porta de drogaria, na porta do supermercado, na porta de açougue, na porta de banco, na porta de escola, de garagem de ônibus? Não dá. Então o nosso problema está aqui e o meu efetivo está aqui. Como é que nós vamos alocar o recurso? Essa que é a idéia básica. Funciona é assim. Então é um instrumento fundamental. É uma ferramenta que viabiliza a democratização da informação de segurança pública e cumpre aquele objetivo da comunidade realmente estar influenciando na alocação do recurso da PM. Para depois não falar: está privilegiando fulano de tal, está privilegiando o outro, é amigo do proprietário da empresa tal que é rico. Então corta isso. Porque opa! Olha o Consep aqui. Nós reunimos e decidimos que a nossa prioridade aqui não é homicídio, a prioridade aqui é arrombamento a residência. Então, estamos trabalhando nesse foco, discutido com a comunidade. E para ela discutir, para ela participar ela tem que conhecer essas informações. Se o comandante de companhia é mal-intencionado e não passa, então a visão dele é enviesada, ele não tem a visão da realidade, mas a orientação nossa é nesse sentido (EFE2).

Já o EFE3 define de uma outra forma, e com bastante segurança, o que são os Consep:

São ONGs, num primeiro momento idealizadas ou fomentadas pela PM e é um espaço democrático onde os líderes comunitários e principalmente aquelas pessoas que estão querendo contribuir com a melhoria da segurança pública participam ativamente, junto com a PM e outros órgãos do sistema de defesa social, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do cidadão daquele bairro onde ele reside (EFE3).

As diferentes maneiras de ver e definir os Consep são importantes na medida em que vão influenciar o processo de construção das informações durante as reuniões. São possibilidades diversas de construção da realidade que, provavelmente, se encontram em situação de concorrência e que são expressas nas falas, muitas vezes confusas e contraditórias, dos oficiais. Se os Consep foram, por um lado, criados para dividir com a comunidade o peso das dificuldades e carências, por outro, na medida em que são colocados em funcionamento, vão assumindo outras perspectivas, tanto pela população quanto pelos próprios policiais participantes. Essa interpretação corrobora o ponto de vista de que o Consep, embora tenha nascido como estratégia desenvolvida pelo Estado através da polícia, vem sendo, progressivamente, apropriado pela comunidade, não sem muitas dificuldades, como meio de participação na gestão da segurança pública.

Sobre essa questão é interessante a seguinte fala de um entrevistado quando comentava sobre as resistências que se verificam entre policiais em relação à participação da comunidade no trabalho da PMMG: “... o nosso policial já entendeu que sem informação nós não conseguimos trabalhar e a informação não é só de pegar bandido não. A informação que eu falo é de saber onde estão acontecendo os problemas ...” (EFE7).

3.2.6 Uma nova inteligência policial?

É importante notar que os termos “informação” e também “inteligência”, utilizados com sentido muito restrito, com a conotação de “espionagem”, nos meios militares²³, têm se ampliado consideravelmente na PMMG. O termo informação aparece em vários relatos com um outro sentido. O EFE5 fala de “*informação gerencial de segurança pública*” para diferenciá-la de informações ligadas à espionagem. Trata-se de atentar para a resolução de problemas cotidianos e de interagir com a população de modo efetivo. O EFE6 diz que, no modelo de policiamento comunitário, o policial “*começa a perceber aquilo que é trivial*”, aquilo que, no passado (recente), “*ele tinha um certo escudo para perceber essas informações*”. Ele vê essa mudança no

simples fato de uma pessoa dizer que uma árvore está grande, que aquela árvore grande projeta uma sombra, que aquela sombra, à noite, pode facilitar o cometimento de um crime e de o policial acionar a prefeitura ou dar alguma orientação para o cidadão solicitar esse serviço. Enfim, trocando essa informação, isso aí faz com que o serviço policial seja aperfeiçoado, principalmente que o crime não ocorra, que é o principal desejo nosso. Essa troca de informação é benéfica, tanto para a comunidade como para nós policiais, porque ela facilita a prestação do serviço policial, fazendo com que seja executado de uma melhor forma (EFE6).

²³ A partir de Souza Filho (2000) pode-se dizer que as noções de informação e de inteligência são usadas com sentido muito próximo nos meios militares, sendo que o aspecto norteador dessas atividades é, historicamente, a idéia de segurança nacional. Relatório Anual da Abin (Agência Brasileira de Informações), de 1999, relata as origens da atividade de inteligência no Brasil, outrora denominada atividade de informação, observando que têm início em novembro de 1927, com a criação do CDN (Conselho de Defesa Nacional), cuja missão era defender a pátria, tratando de informações vinculadas a interesses estratégicos de segurança do Estado. Em setembro de 1946 cria-se o SFIC (Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência), encarregado de coordenar atividades de informação que interessassem à segurança nacional. Em junho de 1964, no contexto da ditadura militar e da luta ideológica que caracterizava a guerra fria, extingue-se o SNICI (Serviço Nacional de Informação e Contra-Inteligência) e cria-se o SNI (Serviço Nacional de Informação) com as mesmas atribuições. É interessante registrar a seguinte passagem: “*ao contrário da atitude dubia dos povos ocidentais que julgam a informação ou*

Há outros casos que ilustram essa mesma situação. O EFE7 narrou o caso de um “flanelinha” que, numa reunião com policiais, informou ao comandante sobre a necessidade de consertar um bueiro estourado, que obrigava os motoristas a uma considerável diminuição de velocidade dos carros, criando oportunidades para a ação de assaltantes. Evidencia-se a importância dessas reuniões, que não existiam num passado recente, e de serem ouvidos alguns atores sociais, como os “flanelinhas”, por exemplo, que também não eram ouvidos. Quando foi perguntado se em outros tempos esse tipo de informação seria negligenciado, ele admite que sim:

Agora nós temos uma visão diferente. Essa informação é importante para nós. Não para uma atuação direta, mas indireta. E nós temos que mobilizar os órgãos que são envolvidos nisso, porque isso aí também vai influenciar no nosso resultado. Se alguém me trouxe uma informação, ele não trouxe para a PM. Muitas vezes esse tipo de informação é trazida para o Estado, para quem está governando o Estado, e a PM, como eu falo, ela é a pele do Estado, ela é o primeiro embate, é ali que chega. Como é a pele, ela recebe essa informação e, então, ela tem que saber conduzir corretamente essa informação, absorver: não faço isso, mas eu vou te levar a quem faça. E leva. Quer dizer, já repassa uma outra informação. E tem muita informação desse tipo. Tem muita, não é pouca não, é muita! (EFE7).

Na verdade, ele está falando de uma nova maneira de pensar o trabalho policial no contexto da segurança pública, na construção de uma nova relação com a comunidade, mediada por um novo tipo de informação que, a rigor, não existia antes para o policial. O policial, pela sua presença visível na comunidade, passa a exercer e, sobretudo, a reconhecer-se numa função de mediador da informação, articulando a solução dos problemas. Pode estar havendo uma mudança em curso nas organizações policiais e até mesmo na comunidade em relação à forma de pensar a segurança pública. Novas informações estão sendo selecionadas e reconhecidas como tal. Entretanto, mesmo alguns policiais mais diretamente envolvidos com as mudanças, pode-se dizer os mais progressistas, não estão muito seguros se esta pode ser considerada uma informação ligada à segurança pública, ou seja, se cuidar desses problemas é uma função da PM.

Além disso, pode-se ver, através da fala desses oficiais, uma polícia mais ciente de suas próprias limitações e, mais que isso, procurando articular-se com outros órgãos públicos. A inteligência adquire, no campo da segurança pública, pelo menos nesse nível hierárquico da atividade policial, também um sentido de cooperação interinstitucional entre as agências do Estado.

a inteligência uma atividade necessária, mas imprópria sob o ponto de vista ético, a espionagem sempre desfrutou de grande prestígio no oriente” (p. 22).

3.2.7 Resistências às IEG na corporação

No contexto das mudanças organizacionais envolvendo novas formas de pensar a segurança pública, existem também, na tropa de maneira geral, resistências que se manifestam numa atitude que tende a ignorar, negar ou menosprezar as IEG e, de certa forma, fazer restrições aos relatórios que contêm as estatísticas e os mapas da criminalidade, como um meio de orientar e avaliar o serviço e as ações policiais. Todos os entrevistados mencionaram ou admitiram que novas maneiras de gerenciar o trabalho e as ações policiais, baseadas no SIEG, suscitam resistências e, portanto, chocam-se com uma cultura policial tradicional.

Embora alguns entrevistados tenham se referido a uma autonomia das unidades para utilizar a informação como bem entenderem, talvez seja mais realista falar de uma certa desorganização ou de uma excessiva informalidade que, na realidade, pode indicar negligência, desvalorização ou mesmo temor a mudanças que possam ser desencadeadas pelo uso sistematizado e regular desse recurso. Viu-se, assim, que o uso das IEG nos Consep, provavelmente, depende muito mais de questões como o estilo gerencial adotado pelo comandante de cada companhia, pela sua capacitação tecnológica e de seu grupo, pela maneira como encara os objetivos da polícia e dos Consep, pela mobilização e organização da comunidade, pelo volume e natureza dos problemas e pelas atitudes da tropa, do que de uma orientação formal do comando-geral.

Mas, também nessa questão, não há homogeneidade na opinião dos entrevistados. Se, por um lado, o ex-comandante-geral mostrou-se inclinado a enfatizar os benefícios trazidos pelo SIEG, por outro, o atual enfocou, em palestra proferida na abertura do 2º Encontro de Comandantes de Consep da 7ª RM, um (possível) lado perverso, ao avaliar que o “geoprocessamento” foi usado para substituir recursos humanos, ou seja, para reduzir custos e investimentos com contratação de novos policiais. Isso teria acontecido de modo indireto, evitando a substituição dos que se desligaram da corporação pelos mais diferentes motivos ao longo do tempo, e, de modo direto, evitando atender à necessidade de aumento do efetivo em face do aumento da criminalidade. Ele observa que, desde a implantação do SIEG, o contingente da PMMG só tem diminuído.

Disse também que “*não precisamos de muito conhecimento, de muita pós-graduação, mas de entusiasmo e boa vontade*” para combater o aumento da criminalidade e esclarece que

“quem fala que a PMMG está abandonando o geoprocessamento está mentindo”, pois, na realidade, “estamos apenas colocando-o no seu devido lugar, sem supervalorizá-lo”.

Tendo em vista que as pesquisas têm mostrado que aumentos nos efetivos policiais, compra de viaturas e armamentos, não têm conduzido, por si sós, a uma diminuição dos níveis de criminalidade e ao aumento da segurança, pode-se perguntar se o discurso da falta de pessoal, na verdade, não serviria para ocultar a falta de racionalidade e, talvez, um excessivo voluntarismo, um tanto quanto cego, que pretende acabar com o problema da criminalidade a todo e qualquer custo e, por isso mesmo, tornando a situação ainda mais grave e violenta?

3.2.8 Resistências aos Consep na corporação

Os praças participam muito pouco das reuniões dos Consep, pois há dificuldades impostas pelos limites na jornada de trabalho. As reuniões são geralmente à noite. Entretanto há, entre eles, fortes resistências à participação da comunidade nas questões de segurança pública. Indagado sobre a participação dos policiais nas reuniões dos Consep um dos entrevistados, desanimadamente, disse:

Isso é complicado. Tem uma certa resistência da nossa tropa em relação aos Consep. Até comandante de companhia. (...) Então, a gente tem incentivado, cobrado a participação da tropa, de quem comanda a guarnição, de quem trabalha no policiamento a pé, para sentir, interagir com a comunidade naquela discussão. Mas é um desafio a gente fazer todo mundo cumprir da mesma maneira. A participação do nosso efetivo é um pouco limitada ainda nesse assunto (EFE5).

Sobre as argumentações ou alegações mais comumente ouvidas por parte dos policiais para justificar essa resistência, um entrevistado disse:

Talvez a preocupação do praça seja entender que o civil, o cidadão que está participando, vá querer interferir na ordem. No início teve muito isso, hoje não existe mais. Porque, a partir do momento em que ele vai começando a conviver, vai vendo que o civil está colaborando com a PM. Aí ele entende. Num primeiro momento, o primeiro impacto é: mas, espera aí, esse civil está dentro do quartel discutindo com a gente! Ele vai acabar comandando a polícia! Então é o primeiro impacto. Mas a partir do momento em que ele vai participando das reuniões, vai convivendo (...). Aí o policial vai abrindo a mente, vai entendendo a participação da comunidade. Por isso é que é importante e a gente faz aqui, nós já fizemos no ano passado em outubro, o primeiro encontro dos Consep com os nossos policiais e vamos fazer amanhã o segundo encontro dos policiais com os conselhos comunitários (EFE4).

A partir desse relato verifica-se que as maiores resistências localizam-se na questão do controle externo da PM. Em sua palestra na abertura do 2º Encontro de Presidentes de Consep da 7ª RM, por exemplo, o Comandante-Geral da PMMG, que saudou os participantes como *“parceiros de não tão longa data, mas já de muitas lutas”*, confessou também que *“está acostumado a ‘apanhar’ nos Consep”*.

Pode-se perceber que, além da complexidade dos problemas com os quais se defronta e das naturais dificuldades internas, próprias de todo grupo humano que tenta organizar-se, os Consep também enfrentam dificuldades externas provenientes de parte dos policiais militares que resistem à efetiva participação da comunidade nas questões de segurança pública. Por outro lado, pode-se perguntar: para aqueles policiais (e, até mesmo, para um civil), que vão às reuniões, a participação no Consep tem significado o reconhecimento de um novo tipo de informação? Pode significar uma busca de novas informações para os problemas da criminalidade e de novos modos de evitá-la ou combatê-la?

Uma outra questão a ser destacada refere-se à preocupação dos policiais entrevistados em separar as atividades dos Consep da influência político-partidária local. Isso surge nos já referidos documentos internos da corporação, destinados a orientar a estruturação e o funcionamento dos Consep. A preocupação com a autonomia destes e da própria polícia em relação ao poder público municipal é evidente.

3.3 Conclusões

Viu-se, na fase exploratória desta pesquisa, que não se pode falar num padrão definido de utilização daquilo que poderia ser um sistema de informações sobre criminalidade na PMMG, sobretudo quando se trata de usá-la na relação com a comunidade. Nas falas dos oficiais configurou-se uma situação que indica a existência de diferentes fluxos da informação e diferentes entendimentos sobre seu uso. Mesmo a IEG que, conforme foi presumido, poderia seguir um curso mais bem definido e sistemático, de dentro para fora da organização e vice-versa, é considerada de diferentes maneiras pelos oficiais.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa exploratória, pode-se concluir que não há um consenso na PMMG a respeito do que seria um SI sobre crimes, mesmo quando se

entrevista um pequeno número de oficiais de alta patente, como foi o caso. Sendo assim, não é possível caracterizar um fluxo linear de informações na PMMG. As falas dos oficiais foram diversificadas o bastante para orientar o olhar do pesquisador numa outra direção: a da “informação em movimento”.

Verificou-se que, para abordar as questões propostas, tanto no campo da segurança pública quanto em outros campos da realidade social, a noção de “terceiro conhecimento” seria de maior utilidade. O que foi observado é descrito da seguinte forma por Marteleto (2003):

Como, por que, onde classificar, organizar, registrar e formar estoques de conhecimentos? A quem é dada essa delegação? Mestres, mediadores, adaptadores, criadores, especialistas. Nomes, pessoas, instituições, lugares de aprendizagem que não formam propriamente um sistema, mas bem uma rede, um caleidoscópio mutante, tecido compósito, amalgamado, costurado com remendos, costuras, nervuras, cores. Pensar assim o conhecimento, como composição e não como simples discurso ou informação, que parte da fonte ao receptor, em processo linear de comunicação, e uma primeira abertura para a leitura do mundo das práticas e dos sentidos construídos coletivamente, nas redes sociais. Daí deriva o conceito de terceiro conhecimento (p.18).

Pode-se dizer, a título de uma síntese conclusiva, que ainda é incipiente e/ou sem muita legitimidade dentro do EM-PMMG a percepção ou o sentimento de que os SIEG podem constituir um importante recurso de apoio à implantação e consolidação do policiamento comunitário.

Aqui reside, então, uma das questões desta investigação. Pressupõe-se que, da mesma forma que as IEG têm sido relativamente úteis à polícia no sentido de estimular mudanças internas, podem também ser úteis nos Consep, onde, sob a ótica da comunidade, podem ser enriquecidas e contextualizadas. Entretanto, apresentá-las e discuti-las nos Consep significa abrir a polícia ao controle externo e a questão da criminalidade ao debate com a comunidade, o que, como pode ser visto, desperta fortes resistências, tanto na tropa como no comando.

Ao pesquisar os Consep como espaços de encontro e interlocução entre a polícia e a comunidade, objetiva-se tomar contato com essas dificuldades. Como são construídas informações sobre a criminalidade nos Consep? O que, concretamente, tem sido informação nos Consep? Quais informações são levadas pelos comandantes para as reuniões e como? Como e quais as informações são levadas pela comunidade? Como a polícia e, sobretudo, a comunidade, apropria-se das informações para orientar ações de prevenção ou combate à criminalidade? Que novos conhecimentos têm sido produzidos? Novas formas de enfrentar os

problemas têm sido identificadas? O que tem representado a informação para essa organização? Que sentidos concorrentes vêm ganhando corpo no interior da organização policial? Estaria em curso uma mudança cultural, na qual ganha espaço e legitimidade uma concepção de uso da informação associada ao conhecimento dos contextos nos quais ocorrem os delitos, orientada para a compreensão das causas dos problemas e sua prevenção, envolvendo inclusive a associação da PM com outros órgãos de prestação de serviços públicos? Estaria em declínio a idéia de informação como “espionagem”, mais orientada para identificação e punição de culpados?

Ao cotejar o material recolhido empiricamente na pesquisa exploratória com o referencial teórico-metodológico, naquilo que pode ser considerado a principal descoberta ou produto da pesquisa exploratória, verificou-se que, a partir da idéia de informação em movimento, de campo informacional e de “terceiro conhecimento”, mais do que estudar como se daria a apropriação de um tipo particular de informação (as IEG), tratava-se de realizar uma análise interpretativa das práticas informacionais e dos processos de construção de informações que têm lugar nos Consep. Fez-se necessário, usando uma expressão de Bourdieu, (re)converter o olhar.

Capítulo 4

Aproximação teórico-metodológica do objeto de pesquisa

As reflexões e a pesquisa exploratória, apresentadas nos capítulos anteriores, orientaram o olhar do pesquisador na direção da “informação em movimento” e para adoção de uma metodologia interpretativa para investigação das práticas informacionais que têm lugar nos Consep, abordando os processos de construção de informações e, particularmente, a construção compartilhada de conhecimento ou do “terceiro conhecimento”.

Assim, nesse capítulo pretende-se discutir e apresentar aspectos metodológicos da investigação e elaborar o objeto da pesquisa. São discutidas as três perspectivas ou abordagens metodológicas utilizadas como referência na realização da pesquisa.

A primeira abordagem, adotada como uma consequência do caráter sociohistórico das práticas informacionais, e que constituiu o mais importante recurso utilizado, estuda o método interpretativo, tendo como principal referência a hermenêutica-dialética, tal como exposta por Minayo (2002).

A segunda abordagem, adotada como um complemento à primeira, e em função da definição da informação como artefato cultural, estuda alguns princípios e orientações próprias do método etnográfico, mais especificamente aquilo que Geertz (1978) chamou de “descrição densa”, em sua antropologia interpretativa.

A terceira abordagem, adotada principalmente para acentuar a idéia de pensamento relacional para o estudo dos fenômenos sociais, utiliza contribuições de Bourdieu (2002) que ajudam a pensar a realidade social dialeticamente e os processos de construção da informação no contexto de um campo estruturado de disputas simbólicas e estruturador (ou estruturante) das práticas informacionais. Assim as instituições e as organizações sociais são tomadas como um espaço de lutas que reproduzem o ambiente social maior.

Bourdieu (2002) considera que a construção do objeto de pesquisa é a operação mais importante – e também a mais ignorada – da investigação social. Com a articulação de questões teóricas e metodológicas por ele desenvolvidas pode-se chegar àquilo que é a finalidade deste capítulo: compor um objeto de estudo informacional. Acredita-se que com a articulação dessas três perspectivas – hermenêutica-dialética, olhar etnográfico e campo social – possa-se chegar a uma “objetivação participante” da realidade social estudada.

4.1 Pesquisa qualitativa

O “caráter interpretativo da experiência humana”, ao qual se refere a fenomenologia, constitui um importante referencial, tanto teórico quanto metodológico para esta pesquisa. Teórico porque o objeto da CI, concebido como uma construção social que vai além do autor/produtor, insere-se num contexto sociopolítico, no qual a figura do usuário ganha relevo, porque se torna um sujeito da informação. Portanto, o uso da informação tem, sempre, um caráter interpretativo. Considera-se que é realizado por um sujeito do conhecimento prático que a confronta com a sua realidade, junto com seus pares, num processo histórico. Metodológico porque vai abordar o assunto de uma perspectiva qualitativa, tentando entender “como” os fenômenos ocorrem, sem maiores preocupações com as relações bem definidas de causa e efeito ou leis, por exemplo e, além disso, vai levar em conta que tampouco o pesquisador é passivo, possuindo uma identidade com o seu objeto, na medida em que também o interpreta.

Como a ênfase vai recair na identificação e descrição de processos interpretativos de uma comunidade de usuários-receptores da informação, então a metodologia mais adequada é a qualitativa. Para Minayo (1992), o objeto das CHS é essencialmente qualitativo, o que significa dizer que é complexo, contraditório, inacabado e está em permanente transformação. Entende-se, nessa perspectiva, que a realidade social, que só pode ser apreendida por aproximação, é mais rica do que qualquer teoria que se tente elaborar sobre ela. Nesse caso, o pesquisador não pode pretender esgotar um tema, mas avizinhar-se de situações através de uma descrição atenta e cuidadosa.

Para Goldenberg (1998), muitos dos problemas teórico-metodológicos da pesquisa decorrem do hábito de tomar como referência para as CHS o modelo positivista das ciências físicas e naturais e, assim, desconsiderar a especificidade dos seus objetos de

estudo. Desta forma, deve-se ter em mente que dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações e objetivam a compreensão dos indivíduos em seus próprios termos. Não são, portanto, padronizáveis como os dados quantitativos, pelo que demandam flexibilidade e criatividade do pesquisador, tanto no momento da coleta quanto no momento da análise.

Quando se diz que a pesquisa será de natureza qualitativa considera-se, ainda, que a principal fonte de dados é o ambiente natural e que o principal instrumento da investigação é o próprio investigador, razões pelas quais ele deve ir ao local do acontecimento pesquisado. Ele deve tomar contato com o contexto no qual se desenrolam as ações, pois tem grande importância na determinação dos fenômenos observados, uma vez que, sem contextualização, não é possível haver entendimento do significado de atos, palavras ou gestos (BOGDAN; BIKLEN, 1994). É preciso que o pesquisador esteja lá onde as coisas estão ocorrendo, conforme explica Geertz (1978), na sua antropologia interpretativa:

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece – do que, nessa ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo – é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia (p.28).

Na pesquisa qualitativa não existem, portanto, regras precisas ou passos bem definidos a serem seguidos, e os bons resultados dependem, em certa medida, da experiência, da sensibilidade e da intuição do pesquisador. Dessa forma, as contribuições de Geertz (1978) configuraram-se como uma referência muito útil para a realização do percurso investigativo, traçando para o pesquisador uma trilha orientadora sem, no entanto, restringir ou inibir descobertas.

4.1.1 Características da pesquisa qualitativa

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa tem algumas características que estão mais ou menos presentes nos trabalhos científicos e que se distinguem da investigação de natureza quantitativa. Nessa modalidade de investigação, além das duas características já citadas - que a fonte de dados é o ambiente natural e o principal instrumento da investigação é o próprio investigador - faz-se um trabalho ou esforço descritivo, no qual os dados são recolhidos na forma de palavras e imagens, e não

de números. Os trabalhos qualitativos “contêm freqüentemente citações e tentam descrever de forma narrativa, em que consiste determinada situação ou visão de mundo” (p. 48).

Como quarta característica observam que o interesse da pesquisa qualitativa está muito mais no processo do que no seu produto ou resultado.

Em quinto lugar, a tendência da pesquisa qualitativa é analisar os dados indutivamente, isto é, não são recolhidos como provas para confirmação ou negação de hipóteses previamente formuladas. Na realidade, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares vão sendo agrupados. Portanto, “está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes” e, o que é mais importante, o investigador qualitativo “não presume que se sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 50).

Finalmente, interessa perceber o que os sujeitos experimentam, como interpretam suas experiências e o modo como estruturam o mundo social. Portanto, o “significado” é o mais importante, ou seja, o modo como diferentes pessoas ou atores dão sentido aos acontecimentos e aos fenômenos pesquisados. Assim, pode-se dizer que:

Ao apreender a perspectiva dos participantes, a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é freqüentemente invisível para o observador exterior. (...) Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 51).

Baseado no pressuposto de que normalmente existe um número relativamente limitado de pontos de vista ou posições sobre um determinado tópico dentro de um meio social específico, Gaskell (2004) acredita que se trata de descrever as possibilidades de entendimento de uma dada situação e seus fundamentos. Por isso, é possível ao pesquisador entender como esse meio social pode ser segmentado em relação ao tema.

Esses autores observam, ainda, que as pesquisas que utilizam a observação participante e a entrevista em profundidade, como no presente caso, são bons exemplos de trabalhos qualitativos.

Minayo (1992) também enfoca importantes características do conhecimento e do saber produzidos pelas pesquisas qualitativas, que devem ser atentamente consideradas, pois definem alguns de seus limites. São elas: aproximação, inacessibilidade, vinculação entre teoria e ação e caráter originariamente interessado e, ao mesmo tempo, relativamente autônomo do conhecimento. Não se pode pensar na construção de objeto sem levar em conta esses elementos.

Com o termo aproximação a autora refere-se ao fato de que não se pode pretender um conhecimento definitivo ou uma palavra final sobre determinada questão. Em vez disso, a pesquisa qualitativa busca fazer avanços consistentes em relação àquilo que já foi produzido. O conhecimento científico é, portanto, uma construção baseada em outros conhecimentos, na qual se trabalha sobre as descobertas de outros pesquisadores e exercita-se a cooperação, num processo de tentativas de aproximação da realidade. Isso significa que sempre haverá interesse em novas discussões e espaço para que aconteçam.

Por inacessibilidade, entende-se que as idéias que são feitas sobre a realidade e os fatos são sempre imperfeitas, imprecisas e parciais. Cada teoria formula o objeto de pesquisa segundo seus pressupostos, o que faz do conhecimento uma representação do real sob determinado ponto de vista, uma tentativa de reproduzir o real de uma determinada maneira.

Por vinculação entre teoria e ação, entende-se que nada pode se constituir como problema intelectual se não tiver sido, numa primeira instância, um problema prático, ou seja, o conhecimento e a escolha de um tema de pesquisa não emergem espontaneamente da realidade, mas de interesses e circunstâncias social e historicamente determinados. É importante ter em mente esse ponto, para que questões de alcance limitado, que só fazem sentido na perspectiva de uma determinada classe social, não sejam problematizadas sem levar em conta o conjunto da sociedade. Isso quer dizer também que a prática prevalece sobre a teoria sem, no entanto, desvincular-se dela. Mais que isso, é possível ver aqui que, se aquela prevalece sobre esta, é porque a vocação da teoria social consiste em estimular mudanças e em buscar a transformação social.

Sendo a escolha do tema a ser problematizado produto de interesses e circunstâncias socialmente condicionados e de uma determinada inserção no real, chega-se, então, ao caráter originariamente interessado do conhecimento. Assim, o que se constitui (ou não) como um problema depende muito do modo como o pesquisador se insere na realidade social. Entretanto, pode-se, por um outro lado, como propôs Mannheim, falar

numa relativa autonomia das ciências sociais, numa lógica interna que visa à descoberta da verdade e, ao mesmo tempo, admitir que, após a descoberta de algum fato por um determinado grupo ou classe social, todos os outros grupos (ou classes), quaisquer que sejam seus interesses, não só podem levar em consideração as descobertas como incorporá-las, criticamente, ao seu modo de interpretar o mundo e, assim, rediscuti-las, reconsiderá-las, recontextualizá-las.

Por último, diz-se que, embora possa contribuir para a solução dos problemas práticos, a ciência social não está interessada diretamente em dizer o que deve ou não deve ser feito para sua resolução. Seu principal objetivo consiste em entender e interpretar como as coisas são. Nesse sentido, o pesquisador não pode correr atrás da realidade porque ela muda muito e rapidamente. Ele deve buscar a essência, a permanência dos fenômenos que estuda, saindo das rotinas e do ensimesmamento, criando utopias e novas formas de ver e de olhar uma questão. O pesquisador busca a intertextualidade, ou seja, procura juntar peças do conhecimento para gerar sentidos e novos conhecimentos.

Assim, é importante salientar, a partir dessa leitura de Minayo (1992), que entre a realidade empírica e a teoria há uma relação dialética, pois, ao mesmo tempo em que a realidade informa a teoria, é antecedida por ela, permitindo formulá-la e fazê-la distinta, num processo de distanciamento e aproximação infundável. Na verdade, o processo de pesquisa consiste em definir e redefinir um objeto, realizando um aprofundamento teórico-crítico que permita desvendar dimensões não pensadas acerca da realidade não evidente. Trata-se de um processo de tentativas sucessivas, no qual se procura multiplicar pontos de vista em busca de uma visão mais ampla de uma determinada questão, numa abordagem que pode culminar na revelação de um objeto inteiramente diverso do já conhecido, na indicação de dimensões, até então desconhecidas, de objetos conhecidos e mesmo numa nova problematização ou numa melhor formulação de antigos problemas e questões.

4.2 Representação e interpretação

Considerando que a CI vive, atualmente, um momento particularmente desafiador, no qual os chamados paradigmas físico e cognitivista vêm sendo rediscutidos e o paradigma social vem ganhando força, pode-se observar que o termo informação tem sido usado nesse campo com uma conotação de “interpretação”, como uma alternativa à idéia de “representação”. Nesse momento de rediscussão de seu objeto, de tentativas de

superaração de modelos e, sobretudo, de busca de novos espaços e perspectivas de pesquisa, estas devem, no entanto, se fazer acompanhar de referências teórico-metodológicas consistentes que possam dar sustentação à difícil empreitada.

Lembrando Capurro (2003), que vê na teoria crítica e, particularmente na hermenêutica, uma referência epistemológica importante para o paradigma social da CI, ao considerar, que diferentes “comunidades de interpretação” vão desenvolver diferentes critérios de seleção e relevância para as informações (domínios informacionais), pretende-se aqui explorar as diferenças entre essas duas formas de conceber o conhecimento – como representação ou interpretação. Partindo da idéia de “interpretação”, que é central na hermenêutica, serão buscadas algumas contribuições que possam apoiar a construção de uma maneira de olhar os fenômenos informacionais, ou seja, de um referencial teórico-metodológico para estudar a informação como um fenômeno de natureza sociohistórica.

Em Mora (2001), um dos sentidos do termo representação (do alemão *darstellung*) é de “modelo, plano, esquema”, ou seja, imagem, reprodução ou cópia fiel, objetiva e formal de alguma coisa. As teorias do conhecimento que se baseiam na representação, onde está implícita a idéia de réplica e duplicação, tomam a mente humana como uma “tábula rasa” ou um “quadro em branco”, onde se imprimiria a realidade externa. A mente não interpreta, mas replica.

Já o termo hermenêutica, que vem do grego *hermeneuein* e significa “interpretar” e também “anunciar”, é considerado como o mais adequado para caracterizar esse método das ciências do espírito²⁴, desenvolvido, entre outros, por Gadamer, que tem como objetivo a obtenção de uma compreensão dos fenômenos humanos e sociais. Estabelecendo uma diferença entre explicar e compreender, a hermenêutica assenta-se na idéia de que, diferentemente das ciências naturais que buscam uma “explicação causal” para os fenômenos físicos, submetidos a leis universais e invariáveis, as CHS caracterizam-se muito mais pela busca de uma “verdade histórica”, sempre aberta e mutável, exigindo, portanto, a adoção de um método mais apropriado de abordagem ao agir e ao pensar humanos.

De acordo com Capurro (2003), outras escolas filosóficas do século XX, como o racionalismo crítico de Popper, a filosofia analítica e a teoria da ação comunicativa de Habermas e Apel, criticaram a hermenêutica, sobretudo por essa separação metodológica

²⁴ Procurando manter a hermenêutica mais próxima da filosofia e preservar uma herança humanista que pudesse distingui-la da ciência moderna, inaugurada com a revolução técnico-científica do século XIX, de

entre as CHS e as ciências naturais. Apesar das diferenças, pode-se considerar que há certa concordância em relação “ao caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento”. Assim, Popper dizia que todo conhecimento tem um caráter conjectural, o que não está muito distante da afirmação de Gadamer, no sentido de que toda compreensão baseia-se numa “pré-compreensão”. Em ambas as afirmações, está implícito o relevante e decisivo papel do intérprete ou, melhor dizendo, de uma comunidade de intérpretes.

Para Minayo (1992), que considera que as ciências têm um caráter dominante nas sociedades industrializadas, pois seus esquemas de explicação da realidade são considerados mais plausíveis do que outros, as correntes de pensamento que estão na base da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais devem ser vistas como possibilidades teórico-metodológicas que veiculam diferentes visões de mundo, expressando, historicamente, a realidade social complexa onde foram geradas. Positivismo, fenomenologia e dialética, por exemplo, são tendências de interpretação do fenômeno social.

A autora observa que os aspectos mais visíveis da realidade social, também chamados morfológicos ou ecológicos por Gurvitch, admitem expressão através de métodos quantitativos. Numa perspectiva weberiana, observa que o caráter definidor das ações sociais reside no sentido que dão a elas seus atores. Isso indica, como assumiu a fenomenologia, que é necessário penetrar nos significados das ações sociais, sobretudo através da linguagem, que é inseparável das práticas e das coisas. Os dados quantitativos são importantes, mas devem ser interpretados qualitativamente, uma vez que não falam por si mesmos.

O funcionalismo, considerado como uma das formas de realização do positivismo e inspirado/influenciado pelos métodos clássicos das ciências físicas e naturais, busca a identificação de leis gerais que regem o funcionamento da sociedade, a regularidade dada pelas suas estruturas, isto é, vê a sociedade precedendo o indivíduo. Na realidade, assim procedendo, consegue apenas uma justificativa “natural” para as coisas como elas são, mas não trabalha na sua transformação (social), o que poderia se dar pelo questionamento constante das situações.

De uma maneira diversa, as teorias e métodos interpretativos assumem dois pressupostos alternativos. Em primeiro lugar, consideram que a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelos sentidos e, para ser conhecida, precisa ser interpretada. A

cunho positivista, tecnológico e, mais recentemente, gerencial, Gadamer chama as ciências humanas e sociais de ciências do espírito.

interpretação, por sua vez, como já foi visto, pressupõe um entendimento prévio, ou seja, uma teoria. Em segundo lugar, o fenômeno social é singular e, portanto, não admite objetividade, mas objetivação, ou seja, a impossibilidade de objetividade no estudo dos fenômenos sociais não implica uma impossibilidade de conhecimento, pois a subjetividade é tomada como parte do processo de investigação. Pode-se dizer, então, que somente uma subjetividade pode conhecer a outra.

Tais pressupostos indicam que as CHS devem procurar traçar muito mais uma “pintura” (interpretação) do que um “retrato” (representação) da realidade. Isso significa que qualquer trabalho científico é uma criação que carrega a marca de seu autor, o que supõe não só uma recusa de neutralidade, mas, também, a afirmação da necessidade de buscar formas de reduzir a excessiva incursão de juízos na realidade. Daí a importância do fortalecimento de metodologias qualitativas de pesquisa para as CHS.

Discorrendo sobre aspectos fundamentais da hermenêutica na pesquisa social, Thompson (1995) lembra que essa tradição considera que os fenômenos pesquisados são, em grande parte, “formas simbólicas” que, por sua vez, são “construções significativas”, cujo estudo impõe um problema de compreensão e interpretação. Entende-se que os fenômenos sociais, entre eles a informação, possuem significados que precisam ser compreendidos.

Além disso, para ele, a tradição hermenêutica assinala que o processo de compreensão é inerente aos seres humanos, razão pela qual o objeto da investigação na pesquisa sociohistórica “é, ele mesmo, um território pré-interpretativo” (p.358). Assim, os cientistas sociais, na realidade, re-interpretam, pois sua compreensão se dá sobre as bases pré-estabelecidas da compreensão cotidiana acerca dos acontecimentos sociais. Trabalha-se, portanto, sobre um “campo-sujeito-objeto” (p.359), cujos constituintes são “capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão” (p. 359).

Como terceiro aspecto da hermenêutica, ao qual Gadamer dedicou muita atenção, Thompson (1995) ressalta a historicidade da experiência humana, querendo com isso dizer que a experiência humana desenrola-se em um contexto histórico carregado de sentidos e é por ele permeada e que novas experiências são vividas tendo por referência resíduos daquilo que se passou, ou seja, que as coisas não acontecem num vazio.

Os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou expectadores dela; tradições históricas, e a gama complexa de significado e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são (p.360).

Thompson (1995) assinala, entretanto, que esses resíduos não são apenas a base sobre a qual são assimiladas e projetadas as novas experiências do presente e do futuro, como foi enfatizado por Gadamer, mas podem também servir para obscurecer os sentidos dos acontecimentos presentes, visando à continuidade de determinadas situações. Para ele, esses resíduos simbólicos que integram as tradições podem ser, de acordo com os usos que deles sejam feitos, objeto de reflexão crítica. Essa perspectiva abre espaço para uma análise ideológica com um enfoque hermenêutico.

Evidencia-se, portanto, que, em algumas situações, a informação pode servir para esconder ou mascarar aspectos relevantes do passado e do presente, visando manter a continuidade de determinadas crenças e situações. Isso quer dizer que a informação tem forte caráter cultural, ligado à tradição, podendo trazer em si maior ou menor carga ideológica e instrumental, fato que não deve ser ignorado pelos pesquisadores desse campo. Cada sociedade produz, em determinado momento histórico, um cenário informacional, mais ou menos homogêneo, que suscita discussões e conflitos – um campo informacional – a partir das posições dos diversos sujeitos no campo social.

Portanto, a metodologia de pesquisa em CHS deve ser entendida como a articulação de concepções teóricas, técnicas de apreensão e potencial criativo do pesquisador. As técnicas permitem encaminhar para a prática questões formuladas abstratamente (teóricas), preservando o pesquisador do empirismo, por um lado, e de divagações abstratas, por outro. Portanto, a pesquisa é indagação e descoberta, uma combinação de teoria e dados.

4.2.1 Hermenêutica-dialética: método e filosofia

É dentro desse escopo e dessa visão de CHS que Minayo (2002), reunindo as contribuições de Gadamer, Marx e Habermas, entre outros, busca com a hermenêutica-dialética fundamentar um método específico para as CHS, considerando que a natureza de seu objeto é histórica e essencialmente qualitativa. Com isso, quer dizer que os problemas humanos e sociais são condicionados pelas questões e problemas característicos de seu tempo, ou seja, pelos limites do desenvolvimento social de sua época, e que os atores sociais, de modo geral, e os pesquisadores, em particular, são, dialeticamente, frutos e autores de seu tempo histórico. Há, portanto, uma identidade entre sujeito e objeto da investigação.

Minayo (2002) procura, então, articulando diferentes contribuições, desenvolver uma postura teórico-metodológica, esclarecendo que está adentrando numa questão que, para a sociologia do conhecimento, se apresenta como “subjetivação do objeto e objetivação do sujeito”. Busca, com a hermenêutica-dialética, apontar e superar as limitações de cada método isoladamente, construindo um conjunto de indicativos para a realização de pesquisas de base empírica e documental.

Ampliando a compreensão do termo hermenêutica e procurando explicitar sua prática como método de investigação, esclarece que ele designa, tradicionalmente, a arte de compreender e interpretar textos, mas que o utilizou num sentido mais amplo, como a capacidade humana de se colocar no lugar do outro, no presente (encontro entre o passado e o futuro), mediado pela linguagem (nem sempre transparente em si mesma). O termo chave da hermenêutica é “compreensão”, pois tem como premissa a possibilidade de uns se entenderem com os outros e de alcançarem (bons) acordos.

Ao buscar uma combinação da hermenêutica com a dialética, Minayo (2002) toma essa possibilidade como um “caminho para o pensamento” e como uma “via de encontro entre as ciências sociais e a filosofia” (p. 218). O ponto de partida para essa compreensão seria um “estranhamento”, na medida em que nem as coisas e nem mesmo a linguagem são compreensíveis por si mesmas. Assim, a prática da hermenêutica pressupõe um esforço sistemático, metódico, deliberado no sentido de conhecer uma determinada realidade concebendo-a de uma maneira particular.

A hermenêutica tenta encontrar não a intenção ou a vontade do autor, mas ir além dele, considerando que os textos (num sentido amplo) dizem muito mais do que quem os escreveu pretendeu dizer, tendo, portanto, uma vida própria, por assim dizer, ultrapassando as pretensões e desígnios de seus autores originais. Os textos, os discursos e as informações, de um modo geral, produzem-se e inserem-se num contexto sociohistórico e adquirem ressonância cultural, significados e sentidos, que escapam ao controle de quem os produziu. Têm, portanto, existência própria e são, em si mesmos, um fenômeno sociopolítico-cultural que adquire relevância no curso da história, dependendo, inclusive, dos usos que deles são feitos.

Tal concepção baseia-se no pressuposto de que o sujeito não se esgota na conjuntura em que vive e, também, não é fruto apenas de sua vontade, inteligência e personalidade. Cada individualidade é manifestação de um viver total. Assim, a compreensão das expressões dos sujeitos (objeto das CHS) refere-se, ao mesmo tempo, ao que é comum a todos eles (estrutura social) e ao que é específico (contribuição peculiar de

cada autor). Deve-se ressaltar, no entanto, que o peculiar é entendido em função de um contexto, numa relação parte-todo no qual é essencial retornar do todo às partes e vice-versa. Para a hermenêutica, nada do que se interpreta pode ser entendido de uma só vez e de uma vez por todas.

Conclui-se que o investigador deve procurar entender um texto, tentando desvendar o que não é muito claro nem mesmo para seu autor, e procurar extrair do material novos conhecimentos, considerando, inclusive, que o autor não é o melhor, nem o mais indicado intérprete de sua própria obra. Na entrevista de pesquisa, por exemplo, ocorre a mesma coisa. A idéia é de dialogar com o autor/informante, buscando desdobramentos históricos do seu texto, ou seja, o sentido ou os sentidos possíveis daquilo que está sendo registrado.

Fica implícita a idéia de que o leitor (usuário-receptor da informação ou pesquisador) não é, como já foi visto, passivo no processo, mas um intérprete de segunda mão. Não se pode considerar, nessa perspectiva, que ele apenas recebe argumentos e informações contidas no texto. Assim, a hermenêutica assume que o leitor/pesquisador é um elaborador ativo que busca entender o texto como parte de um todo maior, ou seja, em seu contexto histórico e em suas implicações para aquele momento e para o futuro.

“Compreender”, no sentido hermenêutico, implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e, daí, tirar diversas conclusões, mas sempre acaba sendo um compreender-se também, dada a unidade sujeito-objeto. Conhecer é, sempre, um conhecer-se. Numa perspectiva histórica, essa compreensão faz surgirem os vínculos concretos das tradições e dos costumes e, ainda, as possibilidades quanto ao futuro. Cultiva-se uma polaridade entre estranheza e familiaridade como forma de esclarecer as condições sociohistóricas nas quais surgem as falas, os textos e os discursos.

Por seu turno, a dialética, ainda de acordo com Minayo (2002), é a forma mesma como a realidade se desenvolve, pois no universo tudo é movimento e transformação, nada permanece como é. Hegel considerava que, antes de tudo, um espírito pensou o universo, embora tanto o espírito quanto o universo encontrem-se em transformação. Metodologicamente falando, a dialética seria o estudo da oposição das coisas entre si, pois a realidade é um todo dinâmico, em permanente desenvolvimento, em unidade de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas como parte de uma verdade única e absoluta.

Essa posição hegeliana, que dá primazia ao pensamento e à idéia sobre a ação e a prática na construção da realidade, é invertida em Marx, que re-orienta o processo ou a lógica dialética a partir de sua base material, de sua historicidade, entendendo que, do

ponto de vista da história, nada existe (como uma idéia) de eterno, fixo e absoluto. Cada coisa é um processo, uma marcha, um tornar-se. Na verdade, existe um encadeamento histórico/temporal (espiral) nos processos, e o futuro pode ser considerado como uma promessa que poderá ou não acontecer, mas nunca será mera repetição.

No cerne da dialética está a idéia basilar de que cada coisa traz em si sua contradição, sendo levada a se transformar no seu contrário. Assim, uma coisa é, ao mesmo tempo, ela mesma e seu contrário (perspectiva relacional), e qualquer coisa que se concretize é apenas um momento, uma síntese de sua afirmação e de sua negação. Assim a realidade é, principalmente, tensa e conflitiva, um processo de transformação no qual as mudanças são quantitativas e, ao mesmo tempo, qualitativas. A quantidade se transforma em qualidade, pois perde sua natureza fixa e estável, como estados ou situações momentâneas, em transformação incessante, motivada por mudanças interiores.

É nesse contexto – dialético - que a idéia de informação como oferta de sentido ganha corpo e é dessa maneira, portanto, que deve ser entendida.

4.2.2 Integrando compreensão e crítica

Ao considerar que hermenêutica e dialética são métodos compatíveis e, mais que isso, complementares, Minayo (2002) vê na articulação de ambas uma forma de superação das limitações de uma e de outra abordagem e acredita que, juntas, podem resultar numa postura teórico-metodológica, ao mesmo tempo, compreensiva e crítica de análise da realidade social. Entretanto, suas semelhanças e diferenças devem ser bem entendidas.

A dialética marxista, procurando articular os pólos da objetividade e da subjetividade, considera a vida social como o único valor comum, capaz de reunir todos os seres humanos de todos os lugares, no que coincide com a hermenêutica, que considera o terreno da intersubjetividade como o lugar da compreensão. Além disso, a dialética marxista reafirma que toda vida humana é social e está sujeita às leis históricas, numa perspectiva próxima à hermenêutica de Gadamer.

Entretanto, de forma semelhante àquilo que foi colocado por Thompson (1995), ao abordar a questão da crítica ideológica, também Minayo (2002) se refere a uma importante diferença entre a perspectiva interpretativa em Gadamer e em Marx, que se dá quando a hermenêutica, ao buscar as bases do consenso e da compreensão na tradição e na

linguagem, se esquece, segundo uma perspectiva dialética, de que esse contexto não é apenas o espaço da verdade ou do consenso, mas também da falsidade, pois é atravessado por interesses e pela sua imposição em bases violentas. A linguagem, particularmente, é entendida não só como veículo de comunicação e informação, mas de dificuldades de comunicação e compreensão/entendimento, pois seus significantes, com significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva ligada às desigualdades, à dominação, à exploração e, ainda, à resistência e à conformidade. Seria, portanto, em determinadas situações, muito mais um meio de dominação social do que um consenso.

Enquanto a hermenêutica busca a compreensão, o método dialético introduz o princípio do conflito e da contradição como constitutivos da realidade e, portanto, essenciais para sua compreensão. A razão e a pesquisa, mais que do que interpretar e compreender a realidade social, podem exercitar a crítica e superar pré-juízos.

Assim, a dialética marxista considera que as relações sociohistóricas (dinâmicas, antagônicas e contraditórias) entre classes, grupos e culturas são o fundamento da comunicação humana, e como nada se constrói fora da história, qualquer texto (em sentido amplo, inclusive a informação) precisa ser lido em função do contexto no qual foi produzido, porque só poderá ser entendido na totalidade dinâmica das relações sociais de produção e reprodução nas quais se insere.

Um outro ponto de encontro entre a hermenêutica e a dialética está na proposição de que os seres humanos não devem ser considerados apenas como objetos de investigação, mas como sujeitos de relações. Segundo Minayo (2002), para Gadamer, a principal deformação das CHS não começou quando se tentou aplicar ao estudo das comunidades os métodos das ciências físico-químicas, mas quando se considerou a comunidade um objeto de estudo.

Nesse contexto, a dialética propõe a superação tanto do quantitativismo quanto do qualitativismo na pesquisa. No primeiro caso, quando a pesquisa desconsidera o que há de essencial nos processos constitutivos da realidade objetiva (passagem de uma qualidade à outra) e, no segundo caso, quando focaliza apenas a especificidade e a diferenciação interna dos fenômenos, desconsiderando o conjunto e a configuração unitária como realização da realidade objetiva. Na verdade, a oposição quantitativo-qualitativo é falsa e só faz sentido numa perspectiva didática, para distinguir um procedimento de outro.

Uma análise hermenêutico-dialética busca, portanto, apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Leva em conta

que vivem numa determinada realidade, pertencem a classes, grupos e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e, por isso, podem ter simultaneamente, interesses coletivos que os unem e interesses particulares que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias expostas nos produtos sociais (discursos, textos, instituições, monumentos) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo e, nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações.

Viu-se, portanto, que, enquanto a hermenêutica, assentada no presente, penetra no sentido do passado, da tradição, do outro, do diferente, buscando alcançar o sentido das mais diversas formas de texto, a dialética, enfatizando a diferença, o contraste, a dissensão e a ruptura do sentido, dirige-se contra o seu tempo. Nesse sentido, são momentos necessários da produção da racionalidade em relação aos processos sociais constituídos de forma complexa.

4.3 Buscando outros subsídios no método etnográfico

Dadas a natureza e as características desta investigação e, sobretudo, dada a concepção de informação como um artefato cultural, o método etnográfico, original e intensamente utilizado pelos antropólogos, apresentou-se como uma referência importante. Na medida em que o etnógrafo vai, ele mesmo, como um intérprete (um instrumento de pesquisa), até o local onde os acontecimentos ocorrem para tentar descrevê-los (densamente), considerou-se que alguns dos princípios metodológicos da etnografia podem ser úteis nesta investigação.

No presente caso, o pesquisador acompanhou durante sete meses os trabalhos de um Consep, observando atentamente as reuniões e entrevistando conselheiros. Procurou, em boa medida, orientar-se pelos princípios da pesquisa etnográfica interpretativa, ou seja, manter uma postura ou uma atitude etnográfica, tendo em mente, como referência, aquilo que Geertz (1978) chama de “descrição densa”. Entretanto, deve-se esclarecer, a pesquisa não pode ser caracterizada como uma etnografia.

Por outro lado, quando o próprio pesquisador é o principal instrumento de investigação, como é o caso na pesquisa qualitativa, deve-se levar em consideração que

vivenciará um processo no qual, através de sua própria cultura, vai procurar entender a cultura dos outros, tentando torná-la inteligível. No presente caso, vai observar uma situação dentro de sua própria cultura de tal maneira a estranhá-la e, assim, indagar sobre outros sentidos ainda não percebidos pela rotina da familiaridade, na qual o contexto assume um papel importante, na medida em que esclarece o significado de uma ação em particular.

Nas primeiras décadas do século XX, o método etnográfico passou a orientar os trabalhos de campo em antropologia. Opondo-se aos evolucionistas, Boas (2004) defendeu o relativismo cultural, sublinhando que um pesquisador não deveria estudar outras culturas sob a perspectiva de sua própria cultura, tomando seus próprios costumes e valores como medida da realidade pesquisada. Tratava-se de evitar a postura etnocêntrica e de procurar compreender a vida dos indivíduos, seus comportamentos e costumes, em relação ao contexto da sociedade em que viviam.

Além dos trabalhos de campo de Frans Boas, realizados no final do século XIX, a expedição de Bronislaw Malinowski às ilhas Trobriand, de 1915 a 1917, consagraram o método etnográfico, baseado na idéia de que os pesquisadores deveriam passar um longo tempo, como nativos, nas sociedades que pretendiam estudar. Eles deveriam buscar e encontrar seus próprios dados, e não se basear em relatos de viajantes ou em registros bibliográficos, como faziam os antigos pesquisadores, chamados antropólogos de gabinete.

Em 1922, Malinowski publicou *Argonauts of western pacific*, considerado um verdadeiro tratado sobre o trabalho de campo. Baseava-se em anotações minuciosas das observações realizadas e tomava a íntima convivência com os nativos como o instrumento mais adequado para a compreensão do significado das lógicas particulares de cada cultura. Ao valorizar a observação direta e a experiência pessoal do pesquisador, ele revolucionou a metodologia de pesquisa em antropologia.

Sua grande contribuição foi mostrar que os comportamentos dos nativos não eram irracionais, mas podiam ser compreendidos a partir de uma lógica própria que o pesquisador deveria elucidar. Ele praticava a “observação participante” e propunha que o pesquisador, por meio de uma estada de longo tempo, devia mergulhar profundamente na cultura nativa, impregnando-se de sua mentalidade, vivendo, falando, pensando e sentindo como os nativos.

Dessa forma, ao tentar compreender melhor os primitivos, buscava, na realidade, chegar a uma melhor auto-compreensão. Vê-se que a pesquisa praticada por Malinowski continha uma certa sabedoria, pois com a compreensão de outras culturas ele pôde

relativizar a própria cultura. Em última instância, ele propunha que o próprio pesquisador aprendesse algo mais sobre si mesmo.

De fato, segundo Da Mata (1987), o objetivo da etnografia seria o de transformar a experiência do pesquisador em sabedoria por meio de uma dupla tarefa: a transformação do exótico em familiar e do familiar em exótico. Isso significa, muitas vezes, experimentar outros modos humanos de vida e, mais que isso, transformar tal conhecimento em sabedoria, pois, ao procurar ver o mundo da perspectiva e com os olhos daqueles que pesquisa e sentir o mundo como eles mesmos o sentem, o objetivo final do pesquisador é enriquecer e aprofundar sua própria visão de mundo e de seus leitores.

No presente caso, em que o movimento se dá na direção do estranhamento do familiar, cultiva-se um pressuposto e uma postura intelectual de que muito pouco se sabe acerca das pessoas e ambientes que irão constituir o objeto de estudo. Trata-se de fazer disso uma estratégia de investigação que, por sua vez, ajuda o investigador a minimizar seus próprios preconceitos (BOGDAN; BIKLEM, 1994, p. 83).

4.3.1 A antropologia interpretativa e a descrição densa das comunidades

Geertz (1978) defende um conceito de cultura essencialmente semiótico e adota como pressuposto de seus trabalhos a crença weberiana de que o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele próprio teceu. Essas teias seriam a cultura ou sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. Assim, ao dizer que um pensamento deve ser entendido etnograficamente, quer dizer que deve ser entendido através de uma “descrição daquele mundo específico onde esse pensamento faz algum sentido” e, por etnografia, deve-se entender esse trabalho de descrição.

Isso quer dizer que a cultura não é tomada, como muitas vezes é feito, como um poder que modela o comportamento dos homens ou como algo ao qual se possa atribuir a causa ou se considerar como determinante de comportamentos, sistemas, organizações ou instituições sociais (MASCARENHAS, 2002). Na realidade, a cultura deve ser considerada como um contexto, no qual essas coisas podem ser descritas de forma inteligível ou com densidade (GEERTZ, 1978), e tratada como um fator substantivo. Não é, portanto, um sistema formal, fechado, coerente, reconhecível como padrão por um grupo, como o seria numa perspectiva estritamente estruturalista, um tipo de abordagem incompatível com a análise cultural, que tem na lógica informal da vida real o seu principal

objeto, procurando focar a cultura tomada em pequenos recortes, minuciosamente analisada pelo método etnográfico.

Portanto, é uma imprecisão dizer que organizações e grupos humanos têm uma cultura e que essa cultura é que determina os comportamentos ali adotados. Na verdade, deve-se considerar que as instituições, organizações e os grupos humanos podem ser melhor descritos e entendidos a partir da perspectiva de sua cultura ou de um contexto cultural, que ajuda a entender o significado que as pessoas dão aos seus próprios atos, tornando-os, por assim dizer, coerentes para um observador externo que não conhece bem hábitos e costumes ali praticados.

Bem entendido esse primeiro ponto, é igualmente necessário entender um segundo ponto particularmente importante na antropologia interpretativa e, sobretudo, para a CI: a cultura não é tão fixa, previsível ou padronizável como normalmente se pensa e pode ser melhor caracterizada como um conjunto de idéias que são continuamente re-trabalhadas de maneira imaginativa, sistemática, explicável, mas não previsível. Isso permite dizer que no processo de construção de informações a ambigüidade e o ruído são, em certa medida, essenciais, justamente para permitir que os processos de transformação de sentidos ocorram.

Dentro dessa concepção o objeto da etnografia passa a ser considerado, de acordo com Geertz (1978), como “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”, a partir das quais os comportamentos, concebidos como ações simbólicas, são “produzidos, percebidos e interpretados” num determinado contexto social.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1978, p.20).

É necessário introduzir, ainda, uma terceira questão, na verdade uma advertência, ligada à relação estabelecida entre sujeito e objeto do conhecimento na antropologia interpretativa. Ao buscar a necessária identificação subjetiva com as populações investigadas e suas práticas comunitárias, o que possibilita a apreensão de “categorias culturais” com as quais a população organiza sua própria experiência de vida social, base da investigação antropológica, os etnógrafos correm o risco de cair numa armadilha positivista, pois podem se ver tentados a atribuir às informações prestadas pelos nativos um poder explicativo absoluto.

Não se pode, entretanto, explicar a sociedade pelas categorias nativas, pois, na verdade, estas, sim, é que devem ser explicadas pela análise antropológica. Isso significa admitir ou suspeitar da existência de processos sociais que não podem ser identificados apenas pelas informações prestadas pelos interlocutores, ou seja, é necessário contar com a ajuda das teorias. Essa questão é abordada por Durhan (1986) quando diz:

Sair desse impasse significa dissolver essa visão colada à realidade imediata e à experiência vivida das populações com as quais trabalhamos, não nos contentando com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam, mas investigando o modo pelo qual são produzidos (p. 33).

Para Geertz (1978), praticar etnografia, mais do que “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante”, é essencialmente fazer um determinado “tipo de esforço intelectual” que se caracteriza pela tentativa de produzir uma “descrição densa”. De certa forma, isso quer dizer que o etnógrafo não se limita a descrever comportamentos, o que seria apenas uma “descrição superficial”, mas procura ir além e captar gestos, ou seja, os comportamentos com seu significado social ou, ainda, a ação social.

Nesse ponto há uma estreita proximidade metodológica entre a hermenêutica e a etnografia, pois, segundo Geertz (1978), o que o etnógrafo chama de seus dados é, na realidade, a sua própria construção das construções de outras pessoas. Ele explica as explicações dadas pelos seus informantes e é por isso que o trabalho etnográfico deve ser concebido como um trabalho interpretativo, e não apenas como observação. Nessa perspectiva, o trabalho do etnógrafo também é comparado ao de um “crítico literário” mais do que ao de um “decifrador de códigos”.

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p.20).

Assim, considera-se que os nativos ou informantes fazem uma interpretação em primeira mão e que os etnógrafos fazem uma interpretação em segunda e, às vezes, em terceira mão. Nesse sentido, o texto etnográfico é uma descrição orientada pelo ator dos envolvimento, mas pode ser considerado ficção, pois é modelado, visando esclarecer o que acontece em determinados lugares, com vistas a reduzir perplexidades. Geertz (1978)

comenta que, nem sempre, os etnógrafos têm plena consciência do fato de que “embora a cultura exista no posto comercial, no forte da colina ou no pastoreio de carneiros, a antropologia existe nos livros, no artigo, na conferência, na exposição do museu ou, como acontece hoje, nos filmes” (p.26). Trata-se, portanto, de construir um texto denso.

Geertz (2003) pergunta qual a melhor maneira de conduzir uma análise antropológica e de estudar seus resultados e, na busca da resposta, observa que o importante é descobrir o que os informantes acham que estão fazendo. Em geral, os etnógrafos acreditam que ninguém sabe isso tão bem quanto os próprios nativos ou informantes, e vem daí o desejo de mergulhar na corrente de suas experiências e a ilusão posterior de que, de alguma forma, isso foi feito. Entretanto, de certa forma, esse simples truísmo é falso, pois as pessoas usam conceitos de “experiência próxima” muito espontaneamente e de modo tão natural que não reconhecem, a não ser de forma passageira e ocasional, que o que disseram envolve conceitos.

Isso é exatamente o que a “experiência próxima” significa: as idéias e as realidades que elas representam estão natural e indissolivelmente unidas, e o etnógrafo não é capaz de perceber aquilo que seus informantes percebem. Na verdade, o que o etnógrafo percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com quê”, ou “por meio de quê”, ou “através de quê” os outros percebem.

Geertz (2003) refere-se a uma trajetória, essencial para as “interpretações etnográficas”, que Dilthey chamou de “círculo hermenêutico”. Trata-se de um trabalho intelectual, nesse ponto muito semelhante à proposta de Minayo (2002), de um bordejar dialético contínuo entre todo e partes, no qual um explica o outro, que ajuda compreender o significado das coisas para os informantes. Trata-se de relatar a subjetividade alheia, num tipo de compreensão que depende da habilidade para analisar os modos de expressão dos informantes e seus sistemas simbólicos, num processo que se parece com a tentativa de compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada ou interpretar um poema.

Entende-se por que, como diz Geertz (1997), o conceito semiótico de cultura adapta-se muito bem ao objetivo de alargamento do discurso humano, pois é o que o etnógrafo faz: escrever, anotar e fixar o discurso social numa forma inspecionável, e, “ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (p.29). Entretanto, é o enunciado, não o acontecimento de falar,

que é fixado pela escrita. Geertz (1997) lembra Paul Ricoeur, quando observa que “o que escrevemos é o noema (‘pensamento’, ‘conteúdo’, ‘substância’) do falar. É o significado do acontecimento do falar, não o acontecimento como acontecimento” (p.29).

Na antropologia interpretativa a cultura pode, então, ser encarada como um texto, ou um conjunto de textos, passível de interpretação, e as interpretações, por seu turno, podem ser tratadas como “alegorias etnográficas” (CLIFFORD, 1998), ou seja, como detentoras de componentes de ficção e de realidade. A cultura pode ser entendida como escrita na qual se contam histórias, nas quais sentidos são criados e construídos (também) pelo pesquisador.

White (2001), ao estudar o texto histórico, faz considerações acerca da natureza do trabalho do historiador, referindo-se às idéias de Collingwood, que o considerava, sobretudo, como “um contador de histórias”, cujo principal desafio seria o de “criar uma história plausível”, a partir de um amontoado de fatos que “na sua forma não processada carecia absolutamente de sentido”. Assim, o registro histórico é considerado, necessariamente, fragmentário e incompleto, pelo que é necessário ao historiador fazer uso de uma certa “imaginação construtiva”. Collingwood conclui que “os historiadores fornecem explicações plausíveis para corpos de testemunhos históricos quando conseguem descobrir a história ou o conjunto de histórias contidas implicitamente dentro delas” (WHITE, 2001, p.100).

No entanto, White (2001), indo além, observa que, na verdade, “os acontecimentos são convertidos em história pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros”. Teodoro (2003), ao comentar esse autor, diz que “as histórias são criadas graças à operação que White chama de urdidura de enredo” e que cada pesquisador se utiliza daquela que seja mais adequada àquilo que procura.

Não creio que alguém aceitasse a urdidura de enredo da vida do presidente Kennedy como comédia, porém se deve ser contada à maneira romântica, trágica ou satírica é uma questão em aberto. (...) o que Michelet, na sua grande história da revolução francesa, construiu no modo de um drama de transcendência romântica, seu contemporâneo Tocqueville contou na forma de uma tragédia irônica. Não se pode dizer que um tenha mais conhecimento que o outro dos ‘fatos’ contidos no registro, apenas tinham concepções diferentes do tipo de história que quadrava melhor os fatos que conheciam. (...) Eles perseguiram tipos diferentes de fatos porque tinham tipos diferentes de histórias para contar” (WHITE, 2001, p. 101).

Teodoro (2003) comenta que isso não deve conduzir ao entendimento de que as ciências humanas sejam “mera ficção”. Entretanto, não devem também ser consideradas como “mera realidade”, pois “estão impregnadas de literatura, de formas de contar sobre o outro, que são escolhidas pelo pesquisador” (p. 66-67).

Neste trabalho verificou-se que, em pesquisa interpretativa, a realidade descrita pelo pesquisador está cheia dele mesmo e, como não há outra maneira de descrevê-la, ele precisa assumir que se encontra numa atividade de aprendizagem, caracterizada fundamentalmente por ser um processo no qual conhecer é também um processo de autoconhecimento. Assim sendo, é necessário que explicita o mais claramente possível seus pontos de vista e que, à medida que produza conhecimentos, tente entender, ele mesmo, o que está sendo feito e o que está deixando de sê-lo.

4.3.2 Da descrição densa à teoria: uma ciência interpretativa

Ao sintetizar as características da descrição etnográfica, Geertz (1978) observa que, além de ser interpretativa de um fluxo do discurso social e de procurar fixá-lo para pesquisas, de forma a preservá-lo da extinção, é também microscópica, ou seja, busca um conhecimento extensivo de assuntos considerados pequenos, o que não quer dizer que não haja interpretações antropológicas de contextos mais amplos. Entretanto, este é um problema metodológico importante: como utilizar verdades locais para obter visões de caráter mais amplas e gerais?

Um primeiro cuidado a ser tomado é não confundir o *locus* do estudo etnográfico com o “objeto” do estudo etnográfico. Isso quer dizer que os etnógrafos não estudam “as” aldeias ou “as” comunidades, mas “nas” aldeias e “nas” comunidades. O segundo cuidado refere-se aos achados e descobertas etnográficos que são, antes de mais nada, interpretações, e não hipóteses testadas e aprovadas cientificamente em “laboratórios naturais”, conceito que Geertz (2003) considera completamente inadequado.

O que é importante nos achados do antropólogo é a sua especificidade complexa, sua circunstancialidade. É justamente com essa espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, a longo prazo, (...) altamente participante e realizado em contextos confinados que os megaconceitos com os quais se aflige a

ciência social contemporânea – (...) – podem adquirir toda espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente sobre eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles (GEERTZ: 1978, p.34).

Faz-se necessário, então, discutir os problemas implícitos no desenvolvimento teórico da interpretação cultural. Geertz (1978) identifica duas características dificultadoras.

Ele explica, primeiro, que o conhecimento da cultura antes “melhora” aos “arrancos” do que “cresce”, numa “curva ascendente de achados cumulativos” e, depois, que cada novo estudo, mais bem informado e conceitualizado pelos estudos anteriores, aprofunda-se ainda mais nas mesmas coisas já estudadas anteriormente, de forma que se torna mais “incisivo”, pelo que se mantem lado a lado com os outros, mas numa relação na qual se desafiam e são desafiados constantemente.

Dentro daquele escopo, já mencionado, de ampliação do diálogo humano (ou com o outro), a antropologia interpretativa pretende ter “acesso ao mundo conceitual” no qual os sujeitos vivem, de forma a poder, em sentido amplo, “conversar com eles”. Geertz (1978) admite a existência de uma tensão irremovível entre as dificuldades impostas por essa necessidade de aprendizagem (penetrar num universo não-familiar de ação simbólica) e as exigências da análise, ligadas ao avanço técnico na teoria da cultura. Conclui pela impossibilidade ou inutilidade de uma teoria geral de interpretação cultural, pois “a tarefa essencial da construção teórica não é codificar generalidades abstratas, mas tornar possível descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles” (p.36).

O segundo ponto levantado diz respeito a uma “abordagem clínica ao uso da teoria”, cujo ponto fundamental esclarece que a teoria cultural não é profética, ou seja, ela não prediz, mas diagnostica, por exemplo, uma doença, decidindo se alguém a possui ou não. No máximo, pode antecipar que alguém pode contraí-la em breve.

... a conceitualização é dirigida para a tarefa de gerar interpretações de assuntos já sob controle, não para projetar resultados de manipulações experimentais ou para deduzir estados futuros de um sistema determinado. (...) As idéias teóricas não aparecem inteiramente novas a cada estudo; como já se disse, elas são adotadas de outros estudos relacionados e, refinadas durante o processo, aplicadas a novos problemas interpretativos (GEERTZ, 1978, p.37).

A partir dessa concepção sobre o funcionamento da teoria numa ciência interpretativa, Geertz (1978) distingue “inscrição” ou descrição densa de “explicação” ou diagnose. No primeiro caso, trata-se de “anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores” e, no segundo, de afirmar o que esse conhecimento demonstra sobre aquela sociedade.

Em etnografia o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (...) O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas (GEERTZ, 1978, p.37).

Concluindo, pode-se dizer que a análise etnográfica procura ampliar o debate antropológico e, para isso, centra-se menos na busca de soluções para os problemas e questões mais profundas e difíceis e mais na tentativa de conhecer a variedade de respostas dadas a essas mesmas questões, registrando-as de forma a sustentar uma discussão dessa natureza. Assim, ao trabalhar com o conceito de comunidade, e não de sociedade, a antropologia interpretativa tem se caracterizado por descrever a dinâmica cultural com grande riqueza de detalhes, reconhecível a partir dos processos sociais inerentes ao grupo (local) estudado.

4.4 A noção de campo social ou uma visão espacial da sociedade

Se, por um lado, Geertz, sobretudo com a noção de “descrição densa”, foi um importante guia para fazer avançar a discussão metodológica desta pesquisa na sua vertente interpretativa (ou hermenêutica), as contribuições de Bourdieu, por outro lado, sobretudo ao conceber a realidade social como um campo no qual as relações de sentido assumem grande importância como componente decisivo (noção de legitimação) dos processos de dominação (simbólicos/culturais) nas relações de classe, fizeram avançar a discussão metodológica na sua vertente dialética.

Bourdieu pensa a realidade social através do paradigma da dominação, considerando que uma clara compreensão da estrutura social pressupõe a admissão e a análise dos antagonismos de classe. A sociedade é, então, expressão de uma disputa

histórica entre diferentes classes sociais que lutam umas contra as outras. Essas premissas, tomadas de Marx, são ampliadas por Bourdieu (2002) em dois sentidos: quanto à natureza dos mecanismos de dominação e quanto à definição de classes sociais. A idéia de dominação simbólica (ou cultural) é introduzida, indo-se além da idéia de dominação exclusivamente econômica, e uma visão relacional das diversas posições sociais é adotada, significando isso que uma classe social não se define isoladamente, por si mesma, mas em sua relação com as outras.

A sociedade humana compõe-se do conjunto de campos sociais, mais ou menos autônomos e com lógicas próprias, atravessados por conflitos e lutas entre as classes. A evolução social e a divisão do trabalho determinam o aparecimento dessas diferentes áreas ou universos: o campo econômico, cultural, religioso, jurídico, político, etc. A posse e a composição relativa dos diversos tipos de capital (econômico, cultural, simbólico, social, político, etc.) estruturam o campo social e a posição dos agentes. Se, por um lado, é possível estabelecer propriedades gerais dos campos, por outro lado, neles se desenrolam disputas específicas, pois têm história própria e relativa autonomia em relação a outros campos, embora com eles se articulem.

Bourdieu recorta o campo social em três classes básicas: as classes dominantes, cujos membros, que detêm diferentes tipos de capital num volume elevado, definem a cultura legítima; a pequena burguesia caracterizada pelo grande desejo de ascensão social e, por isso, possuidora de pouca autonomia cultural e, finalmente, as classes populares, definidas pela quase ausência de capital, pelo que são limitadas à escolha do necessário.

Assim, para explicar o comportamento social dos agentes no interior dos diversos campos sociais, pode-se, de certa forma, lançar mão da analogia com um jogo, no qual as estratégias dos agentes ou jogadores objetivam a conservação ou o acúmulo de um máximo de capital, o que depende do volume e da estrutura de seu capital atual na sua relação proporcional com a sociedade como um todo. A luta para ocupar a posição dominante é inerente a qualquer campo, razão pela qual indivíduos que estiverem ocupando posições dominantes optarão por estratégias de conservação, enquanto outros poderão tentar a transformação das regras do jogo (estratégias de subversão). Pode-se assim dizer que os campos sociais são campos de força e de luta por mudança ou conservação.

Definido como um espaço onde se realiza um embate por posições entre os atores em torno dos interesses específicos característicos, um campo depende, para sua existência, da disposição dos agentes em investirem na aquisição de capitais (bens) que lhes permitam

a efetiva participação no jogo. Para estar em um campo é necessário conhecer e dominar as regras do jogo e conhecer as estratégias para conquistar posições.

Dentro de cada campo a classe dominante não é constituída por um bloco único e homogêneo, havendo, inclusive, dominados entre os dominantes, ou seja, uma divisão no exercício da própria dominação. Embora não sejam espaços com fronteiras claramente delimitadas, têm, vale lembrar, cada um, uma história e um móvel de disputa que lhes é específico e que acaba lhes conferindo certa autonomia relativa em relação a outros campos. No entanto, os campos articulam-se entre si e mantêm uma homologia com o espaço social, de maneira que a posição do agente social num campo depende, em boa medida, de sua posição nesse espaço social mais amplo.

Trata-se, portanto, de configurações ou redes de relações objetivas entre posições, definidas pela situação, atual e potencial, na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder ou capital, cuja posse determina o acesso a lucros específicos que estão em jogo naquele campo determinado.

Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem outros campos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

A estrutura de um campo representa a relação de forças existente entre os agentes, num determinado momento histórico. Pode-se dizer, ainda, que entre os campos existe uma interpenetração, pois a lógica de funcionamento de um pode permear ou mesmo sobrepor-se à do outro, como, por exemplo, no caso do campo artístico, que vem se tornando cada vez mais mercantilizado e, portanto, perpassado por uma lógica econômica.

Bourdieu (2002) explica que a noção de campo social pode ser comparada a uma “estenografia conceitual” de um modo de construção do objeto. Sua utilidade principal consiste em orientar escolhas e guiar caminhos na prática da pesquisa, funcionando como um sinal para lembrar que, em ciências sociais, o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações, das quais, por comparação e contraste, pode-se retirar o essencial de suas propriedades. Refere-se, portanto, a um modo relacional de pensar o mundo social e evita a tendência primária, ou a armadilha da tradição dominante, de pensá-lo realisticamente. Bourdieu (2002) diz, portanto, que “o real é relacional” (p.28) e adverte: “se é verdade que o real é relacional, pode ser que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (p.31).

Ao atentar para a importância da construção do objeto de pesquisa chamando a atenção para o conceito de campo social Bourdieu (2002), na verdade, tem como meta romper com o senso comum, ou seja, com as representações compartilhadas por todos, no seguinte sentido:

O pré-construído está por toda parte. O sociólogo está, literalmente, cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos – e, em especial, as noções classificatórias que emprega para o conhecer (...) – sejam produto desse mesmo objeto. Ora, isso contribui para lhes conferir uma evidência – a que resulta da coincidência entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas – que as põem a coberto de serem postas em causa (p.34).

Assim, aceitar ou analisar acriticamente os conceitos, problemas e as questões propostas pelo senso comum ou pela tradição social é não-construir, ou construir o já construído. Uma tal ciência – hiperempirismo positivista – retira do mundo social os seus problemas e os registra considerando-os independentes do ato de conhecer e da ciência que os realiza. Assim, o investigador social deve exercitar a dúvida radical, pois “uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz” (p.35) e, mais do que isso, ao deixar de pensar o seu próprio pensamento um cientista social fica “condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar” (p.36).

Para romper com essa situação, Bourdieu (2002) propõe que o investigador social se debruce sobre a história social dos problemas, objetos e instrumentos de pensamento que pretende focalizar ou usar, de forma a elucidar um “trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social que se realiza no próprio seio do mundo social” (p.36), uma história interessada “em compreender porque se compreende e como se compreendem” (p.37) as coisas tal como estão colocadas naquele momento.

Bourdieu (2002) fala, então, de uma conversão do olhar, de uma conversão do pensamento, de uma revolução do olhar. Nesse processo, o papel da teoria e dos procedimentos metodológicos é muito importante, pois o grande desafio do cientista social é “converter problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas” (p.20).

4.4.1 O conceito de *habitus*

Com esse conceito Bourdieu procura explicar como o homem se torna um ser social. A socialização se dá pela formação do *habitus*, um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo ao longo de um processo no qual as relações sociais são apreendidas, isto é, as normas, valores e crenças de uma determinada coletividade ou classe são assimiladas. Através da família (socialização primária) e da educação escolar (socialização secundária), esquemas de percepção e ação são aprendidos numa perspectiva da classe social à qual o indivíduo pertence. Ele adquire uma disposição para reproduzir espontaneamente, por seus pensamentos, palavras e ações, as relações sociais estabelecidas por ocasião da aprendizagem.

É nesse sentido que o *habitus* é considerado um mecanismo de interiorização da exterioridade, no qual sujeitos situados em condições sociais diferentes vão adquirir disposições diferentes. Inscrito no sujeito, o *habitus* primário passa a condicionar as experiências subseqüentes, ou seja, a aquisição de novas disposições pelo indivíduo (*habitus* secundário).

Embora crie disposições fortes e duradouras, essa estrutura interna não é inteiramente fixa, pois está sempre se reestruturando, como resultado que é da experiência passada em confronto com o presente. Assim, as práticas e representações individuais não são nem totalmente determinadas, pois os agentes fazem escolhas, nem totalmente livres, pois as escolhas são orientadas pelo *habitus*.

Essa reestruturação, entretanto, de acordo com Bourdieu (1991) não deve ser entendida como um processo incessante que se dá facilmente e ao sabor das circunstâncias vividas. Na verdade, o *habitus* apresenta uma forte inércia, e cada indivíduo é apenas uma variante do *habitus* de sua classe social. A questão deve ser entendida como uma homologia, ou seja, como uma “diversidade na homogeneidade” (p.104). Pode-se falar, de maneira simplificada, que as diferentes personalidades individuais são, na realidade, variantes de uma personalidade social. Numa analogia estatística, pode-se falar na existência de um *habitus* modal, mais freqüente, ligado a determinada classe social, em torno do qual se dá uma dispersão correspondente às individualidades, à história individual.

Com esse conceito Bourdieu (1991) pretendeu superar uma oposição, que considera artificial, presente nas teorias sobre a socialização, entre objetivismo e subjetivismo. No primeiro caso, considera-se que a sociedade exerce uma forte coerção sobre o

comportamento individual, impondo-lhe suas normas e valores. No segundo caso, as normas e valores são apenas possibilidades oferecidas ao indivíduo que, possuidor de uma boa margem de liberdade, pode escolher seus papéis sociais com autonomia. Nesse caso, a ação individual é explicada em termos de estratégias racionais, isto é, o indivíduo faz escolhas para maximizar resultados. No caso anterior, em vez de escolhas racionais, fala-se em ações condicionadas pela cultura, determinadas por lógicas sociais que superam o indivíduo.

Entre essas duas perspectivas, a idéia de *habitus* surge como um elemento de mediação, e as práticas dos sujeitos sociais não são consideradas como meras execuções de regras ditadas pela cultura, mas como expressão de um sentido adquirido, isto é, de um senso prático: o *habitus* ou uma aptidão para agir e orientar-se de acordo com as situações nas quais se está implicado e com a posição ocupada no campo social. Graças a uma série de disposições adquiridas (ou ao *habitus*), não é necessário ficar recorrendo constantemente à reflexão consciente, pois há mecanismos que funcionam automaticamente (Bourdieu, 1991).

O *habitus* é como uma grade de leitura pela qual a realidade é julgada e percebida e, simultaneamente, é o produtor das práticas individuais, estando na base daquilo que, no sentido corrente, define a personalidade de um indivíduo. Trata-se, portanto, do conceito que permite a articulação, por um processo de mediação, do individual e do coletivo.

Um outro ponto para o qual se deve chamar a atenção consiste na definição do indivíduo nesse caso, muito mais um agente do que um ator social, no sentido de que o determinante da ação não se restringe apenas à busca do interesse econômico. O agente social é “agido” (do interior) tanto quanto age (para o exterior). Assim, quando Bourdieu fala numa economia de práticas, o termo deve ser entendido num sentido amplo, ou em suas próprias palavras: “há uma razão imanente às práticas, que não tem a sua origem num cálculo explícito nem em determinações exteriores aos agentes, mas no *habitus* destes” (BOURDIEU citado por BONNEWITZ, 2003, p.82).

Como resultado de uma filiação social, o *habitus* também se estrutura em relação a um campo. De uma maneira geral, o campo exerce sobre seus agentes uma ação pedagógica que tem o efeito da aquisição dos saberes necessários a uma correta inserção naquele espaço de relações sociais.

A relação entre o *habitus* e o campo é, antes de tudo, uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus* (...). Mas é também uma

relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o *habitus* contribui para construir o campo como mundo significante, dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir energia (...). A realidade social existe, por assim dizer, duas vezes, nas coisas e nos cérebros, nos campos e nos *habitus*, no exterior e no interior dos agentes (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Além disso, a partir dessa relação do *habitus* com o campo, pode-se elucidar por que, quase sempre, as coisas afiguram-se para os indivíduos como absolutamente coerentes, harmoniosas ou naturais:

quando o *habitus* entra em relação com o mundo social do qual ele é o produto, sente-se como um peixe dentro d'água e o mundo lhe parece natural (...); é porque ele produziu as categorias que eu lhe aplico, que ele me parece natural, evidentemente (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Assim, os indivíduos apenas mobilizam o *habitus* que os modelou, o que lhes dá a sensação de escolha nas práticas e representações, pois opera-se uma combinação ou ajuste entre chances objetivas e motivações subjetivas. Fala-se, então, numa relação dialética que é operada pelo *habitus* e está sempre em funcionamento no mundo social, entre as esperanças subjetivas e as chances objetivas. Dá-se uma exteriorização da interiorização.

Deve-se dizer que o *habitus* é sensível à mudança social tanto quando há um descompasso ou um desajuste entre as condições sociais objetivas de sua formação e outras condições produzidas pela mudança social e, nesse caso, sua própria inércia o impede de se modificar em face das novas condições vigentes, quanto em função da trajetória social percorrida pelo agente. O *habitus*, segundo Bourdieu e Wacquant (1992), “como produto da história, é um sistema de disposição aberto, que está incessantemente diante de experiências novas e, logo, incessantemente afetado por elas. É duradouro, mas não imutável” (p.108-109).

4.5 Combinando as contribuições para estudar as práticas informacionais sobre segurança pública num Consep

O que faz da informação um fenômeno cultural é que ela só pode ser compreendida dentro de um contexto: a cultura. Isso significa dizer que a informação é construída a partir de relações e práticas sociohistóricas, podendo ser tomada como um modo de relação dos agentes com a realidade, como um artefato cultural.

Essa concepção tem a ver com uma abordagem relacional da informação (campo informacional) e permite ver a questão do usuário e suas necessidades informacionais sob um novo ângulo, pois assume uma postura ativa como um sujeito social, capaz de elaborar a informação que lhe é dirigida de acordo com um quadro de referência interno, respaldado em suas experiências e conhecimentos prévios e num determinado contexto social, histórico e cultural (*habitus* informacional).

Dessa forma, a informação é, na realidade, uma probabilidade ou uma proposta de sentido que só se concretiza no usuário na condição de sujeito social. Pode-se falar então de práticas informacionais (MARTELETO, 1994) para dizer de uma mediação na relação do sujeito com a realidade, de mecanismos por meio dos quais os agentes sociais selecionam (aceitando ou rejeitando) determinados sentidos de acordo com dispositivos socioculturais. Dessa maneira, em suas interações sociais os sujeitos apropriam-se das informações, agregando-lhes novos valores e conteúdos.

Nesta pesquisa, presume-se que os Consep são um tipo de organização que, embora tenham sido, inicialmente, estimuladas, ou mesmo criadas, pela PM, vêm sendo, aos poucos, apropriadas pela comunidade, num processo que enfrenta dificuldades, idas e vindas, e no qual a informação pode ser abordada da perspectiva da lógica informal da vida real. Portanto, como um objeto (tradicional) da análise antropológica e também como parte de um campo social no qual se desenrolam disputas de natureza simbólica, ou seja, informação em movimento num processo de comunicação.

Perguntou-se então: Que informações são ali construídas? Que práticas informacionais são ali desenvolvidas? Que informações ganham maior sentido? Que informações são rejeitadas? Quais as dificuldades encontradas para dar sentido às informações trazidas ao Consep, através de seus membros? Que dispositivos ou critérios sócio-culturais de seleção são adotados?

A pesquisa, portanto, assume dois pressupostos e procura articular-se com base neles. O primeiro, de cunho teórico, diz que a informação precisa fazer sentido para ser considerada como tal, e isso quer dizer que não ocorre naturalmente, mas precisa ser buscada e, aí sim, encontrada, num processo que só pode ser realizado por um sujeito ativo, detentor de subjetividade, que faz escolhas dentro de um determinado contexto. Entretanto, como um processo interpretativo, esse não ocorre num vazio, mas no contexto de uma realidade sociohistórico-cultural no qual o *habitus* (e o campo social) têm relevante papel.

O segundo, de cunho metodológico, diz que a análise sociocultural não tem referência na ciência experimental, ou seja, aquela que busca leis e generalizações, mas na ciência interpretativa, que busca o significado e o sentido. A hermenêutica-dialética, considerada como um método articulador da compreensão e da crítica, as contribuições do método etnográfico e a teoria dos campos sociais são utilizadas, não só na definição/abordagem do objeto, mas como apoio na realização de uma análise sociohistórica e de uma descrição minuciosa das dinâmicas informacionais de um grupo social como o Consep.

É importante notar uma particularidade quanto ao significado dessa aproximação do método etnográfico na CI. Sabe-se que tem suas raízes numa tentativa da antropologia de romper com o evolucionismo (linear) e com uma abordagem etnocêntrica que via as diversas culturas numa perspectiva naturalista. Considera-se que é possível traçar um paralelo entre essa crítica, feita por etnógrafos como Frans Boas aos antropólogos clássicos, e aquela que González de Gómez (1984) faz aos cientistas da informação que, baseando-se no paradigma físico e cognitivista, vêem a informação apenas como redutora de incertezas. Essa perspectiva é expressão de um naturalismo, ainda muito presente na CI, no qual, como já foi dito, se desconsidera que cada grupo social constrói uma consciência comum que estrutura suas práticas informacionais. Isso quer dizer que o sujeito (usuário/receptor-construtor/emissor) da informação não é um produto de mecanismos biológicos, naturais e deterministas, mas assume um caráter sociohistórico, no qual se constitui a partir dos interesses, conflitos e contradições próprios de sua classe ou grupo social.

Assim, o uso de princípios metodológicos da etnografia em CI tem esse significado adicional: torná-la menos etnocêntrica, na medida em que permite abandonar o estudo exclusivo da informação ligada a uma cultura douda, documental, registrada, podendo constituir-se num guia para o entendimento da informação na prática cotidiana das pessoas comuns (senso prático), sobretudo ao se organizarem em grupos para resolver seus problemas. É isso que procura fazer a antropologia da informação: re-valorizar esse tipo de saber prático e cotidiano, sobretudo quando interage com os conhecimentos científicos, naquilo que conceituou como terceiro conhecimento.

Procurou-se, dessa forma, um lugar de onde fosse possível olhar os fatos investigados e dali ter uma visão que, por sua vez, permitisse ao pesquisador analisá-los, contando uma estória, entendida como um misto de realidade e imaginação (sociológica). Esse lugar, que é, em grande medida, o da antropologia da informação, além de levantar

questões específicas sobre a realidade, implica uma opção que procura reconhecer a “informação em movimento” e o conhecimento prático como objetos de pesquisa da CI.

4.6 O objeto de pesquisa

A pesquisa tem como foco as práticas informacionais, ou seja, a “busca, uso (ou recepção), mediação e construção (ou produção) da informação” e toma como campo empírico de investigação as reuniões de um Consep de Belo Horizonte, considerando-o como um tipo especial de organização comunitária que, estimulado e incentivado pela PMMG, tem um importante papel estratégico no processo de implantação e consolidação do modelo de policiamento comunitário na capital mineira.

Estudar o Consep como um campo de busca, uso (ou recepção), mediação e construção (ou produção) de informações, com vistas a produção de segurança pública, implica focalizar a informação em movimento ou em comunicação, como um processo informal, e não somente a informação como documento formal.

O objetivo geral é produzir um trabalho nos moldes de uma “descrição densa”, tal como entende Geertz (1978), no qual se procura responder a questões ligadas aos processos de “construção compartilhada de conhecimentos” e à identificação do “terceiro conhecimento”. Entende-se o “terceiro conhecimento” como um modo de usar a informação, que demanda formas específicas de busca, mediação e construção de informações que visam à integração de diferentes saberes, ou seja, é uma forma de uso (compartilhado) da informação, proveniente de diferentes fontes, na qual se evita a sobreposição de um saber sobre outro.

Busca-se identificar a variedade de informações trocadas nas reuniões do Consep e o significado que assumem para os diversos participantes. Pergunta-se: Que informações são trocadas/comunicadas nas reuniões do Consep? Que significados assumem para os diversos participantes? Que pontos de vista as justificam e legitimam? De que forma essas informações sustentam ou estimulam diferentes ações de policiamento? Quais outros atores ou pólos informacionais, além da PM e da comunidade, compõem esse campo ou rede?

Pretende-se chegar a uma interpretação dessas práticas informacionais tendo como pano de fundo os objetivos dos Consep, que são de servir como apoio à implantação,

consolidação e sustentação do policiamento comunitário na região, o que será feito através de uma análise dos textos produzidos a partir da observação das reuniões e de entrevistas em profundidade com os conselheiros.

As disputas simbólicas travadas no interior do Consep serão descritas e interpretadas tendo como referência os fundamentos dos modelos de policiamento tradicional e comunitário, distinguindo-se as práticas informacionais ligadas à análise do contexto das ocorrências, solução de problemas e à prevenção primária, secundária, terciária e quaternária de outras práticas, ligadas a ações reativas/repressivas, orientadas para os incidentes, busca de suspeitos e identificação de culpados. Pergunta-se: As práticas informacionais ou os modos de buscar, usar, mediar e construir informações no Consep têm concorrido para fortalecer e consolidar ações típicas de policiamento comunitário (preventivas – orientadas para a solução de problemas) na região ou para reproduzir práticas do policiamento tradicional (reativo/punitivo – orientadas para incidentes)?

Trata-se de um estudo sobre o uso da informação nos Consep com vistas à promoção de segurança pública. O conselho é tomado como um núcleo utilizador e produtor de informações que, ao assumir como seu objetivo a articulação de ações de prevenção à criminalidade, pode (potencialmente) transformar informações e gerar novas representações para promoção da segurança pública. Essa possibilidade assenta-se na oportunidade que ali encontram, a polícia e a população civil, de trocar informações e discutir problemas. Além disso, cuida também de diminuir o medo do crime.

Ao entender-se o “terceiro conhecimento” na perspectiva da construção compartilhada do conhecimento, que tende a ocorrer na interação e no confronto de diferentes saberes que, nos movimentos sociais e comunitários, confrontam-se objetivando a superação de problemas concretos, pode-se, então, perguntar pelas relações existentes entre “terceiro conhecimento” e práticas preventivas típicas do policiamento comunitário, concebido como uma nova forma de fazer policiamento e promover segurança pública.

Em outros termos, pode-se dizer que se investiga a apropriação das informações pelos Consep a partir de suas necessidades concretas de resolver problemas de segurança, ou seja, como esse grupo usa e constrói informações para tentar resolver os problemas de segurança. Essa apropriação, que se dá a partir de diferentes formas de entender e interpretar as informações sobre os acontecimentos, vai determinar diferentes sentidos estruturantes da realidade social.

Assim, trata-se de estudar um processo de cognição ou epistemologia social na mesma perspectiva proposta por Shera (1977), quando diz que os diversos modos de disseminação e comunicação da informação influenciam o comportamento dos grupos sociais e modelam seu entendimento cognitivo da realidade, funcionando a informação como um elo entre a cultura e o indivíduo. Assim, as informações não só produzem, como também são produzidas pelos sentimentos de segurança/insegurança vividos coletivamente, sob influência do *habitus*.

Um outro foco do estudo é o da “interação informacional”, ou seja, as trocas de informação e os diálogos, nos quais se alternam perguntas e respostas que constituem, segundo Le Coadic (1996), a base da dinâmica dos fenômenos de uso da informação. Esse autor discute essa questão da interação informacional no contexto do estudo dos usos e usuários da informação, tomando-a como um indicador ou uma expressão de necessidades informacionais, mas diz que nos enfoques tradicionais ela não é estudada em si mesma, pois os pesquisadores tendem a voltar-se para os acervos, à procura de possíveis respostas para os problemas apresentados, enfatizando a bibliografia e a documentação disponíveis. Trabalha-se implicitamente, segundo Le Coadic (1996), com a hipótese de que para cada questão existe uma única resposta correta e apropriada.

Entende-se, portanto, por práticas informacionais não só a produção e disseminação de documentos, peças e objetos de valor informativo, mas também as “interações informacionais” que, nessa perspectiva, mantêm relação estreita com aquilo que tem sido chamado de aprendizagem social, com a educação para a participação social e o exercício da cidadania, e podem redundar num aumento de capital social (confiança e reconhecimento) para determinados grupos ou comunidades locais.

Trata-se também de uma conversão do pensamento e do olhar, como proposto por Bourdieu (2002), ao dizer da importância nas CHS de se colocarem em jogo conceitos e noções teóricas importantes, através da construção de objetos, aparentemente irrisórios, apreendidos por novos ângulos.

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo coisas teóricas muito importantes a respeito de objetos ditos empíricos muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. (...) O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um modo de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, aprendendo-os de um ângulo imprevisto (p.20).

Busca-se, além disso, elementos que permitam uma aproximação da ciência com o senso prático do cotidiano social (saber local), através da identificação de novas necessidades informacionais, do reconhecimento de novas formas de saber, até então ignorados não só pelos estudiosos, pelas autoridades, como também por seus próprios agentes e produtores. Significa, enfim, explorar as possibilidades, os meandros e os processos de construção do terceiro conhecimento.

Embora o foco deste trabalho seja o uso da informação e não das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), essa pesquisa objetiva saber se e em que medida as IEG, produzidas com auxílio das tecnologias da informação (TI), têm sido utilizadas nos Consep como forma de apoiar novas práticas ligadas ao policiamento comunitário, orientado para solução de problemas e desenvolvimento de programas socioeducativos voltados para a promoção da cidadania e da ordem pública. Mais especificamente pergunta-se: As taxas de criminalidade têm sido discutidas nos Consep de forma a orientar intervenções focalizadas da PM? As possíveis medidas sociais coadjuvantes na prevenção da criminalidade são desenvolvidas com ajuda de uma análise das ocorrências da região? Como as IEG, produzidas com auxílio das TI, tem sido utilizadas pela PM nos Consep? Que discursos ou argumentos apóiam a utilização ou não dessa informação na relação da PM com a comunidade?

Capítulo 5

Campo empírico e metodologia

Neste capítulo procura-se, em primeiro lugar, caracterizar os Consep. Para isso, buscou-se subsídios na Constituição Federal em vigor, em documentos da PMMG e também na literatura que evidencia a relação do Consep com o policiamento comunitário. Em segundo lugar, buscou-se abordar o modo como é concebido o Consep nessa investigação, ou seja, como um campo social no qual têm lugar práticas informacionais e efeitos de sentido. Por último, discorre-se sobre aspectos operacionais da pesquisa, ou seja, como foi realizado o trabalho de campo e sobre a observação como perspectiva metodológica.

5.1 Caracterização dos Consep

Abaixo faz-se a caracterização do campo empírico ou do *locus* desta pesquisa – os Consep – tal como aparecem, sobretudo nos documentos da PMMG. Além disso, busca-se identificar as relações entre Consep e polícia comunitária, ressaltando-se o papel da informação e da utilização da IEG como elementos importantes para o funcionamento e a consolidação dessa estratégia de policiamento.

5.1.1 Os Conselhos na Constituição Federal de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em seu art. 144, diz que a segurança pública é um dever do Estado, um direito e uma responsabilidade de

todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares²⁵.

O parágrafo quinto desse artigo estabelece que cabem às PM a vigilância ostensiva e a preservação da ordem pública. O parágrafo sexto diz que as polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares do exército, subordinando-se, junto com as polícias civis, aos governadores dos Estados, Distrito Federal e Territórios. O parágrafo sétimo diz que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades²⁶.

O art. 42, capítulo VII (administração pública), seção III, estabelece que a PM e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, dizendo que seus policiais e bombeiros são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Entre outras coisas, isso quer dizer que não têm direito à sindicalização ou greve; que, na ativa, não podem filiar-se a partidos políticos e que seus oficiais só perderão o posto e a patente caso sejam julgados indignos por tribunais militares.

Pode-se dizer que os artigos constitucionais relacionados à segurança pública, constantes no Título V, que trata da defesa do Estado e das instituições democráticas, diferentemente daqueles relacionados à saúde, educação e assistência social (Título VIII – ordem social), não prevêm a participação de organizações da sociedade civil na promoção das políticas públicas do setor e nem ações de promoção do conhecimento.

Por exemplo, o art. 198 diz que as ações e serviços públicos ligados à saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, num sistema único, organizado de acordo com diretrizes que, entre outras coisas, incluem uma gestão descentralizada e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade. É interessante notar que, entre as competências dos SUS (Serviço Único de Saúde), têm forte presença aquelas ligadas aos aspectos preventivos da saúde e à promoção de conhecimentos como, por exemplo, o saneamento básico, a fiscalização e

²⁵ Ver resolução n. 4 de 20.02.2002, do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conaspe), que estabelece diretrizes de procedimentos a serem adotados pela PM em relação às suas atribuições legais e dá outras providências.

²⁶ Conaspe – Decreto no. 2169 de 04.03.1997.

inspeção de alimentos, o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico e o ordenamento e a formação de recursos humanos.

No que se refere à assistência social, o art. 204 prescreve a descentralização político-administrativa, na qual cabe à esfera federal a coordenação e as normas gerais e às esferas estaduais e municipais a coordenação e execução dos respectivos programas, bem como às entidades beneficentes e de assistência social. Prevê, para tanto, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Também no campo educacional, a Constituição, em seu art. 205, diz que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O art. 206, inciso V, refere-se aos princípios de administração do ensino, prevendo a “gestão democrática do ensino público na forma da lei”. A lei nº 9766, de 23 de março de 1999, trata da participação de organizações da sociedade civil de interesse público na promoção da educação gratuita.

As políticas públicas para as áreas da saúde, da educação e da assistência social são tratadas na Constituição de uma maneira integrada e como ações dependentes da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, de abordagens preventivas e, sobretudo, da participação da comunidade organizada, mas o mesmo não ocorre com a segurança pública. Nos termos da Constituição, essa atividade é percebida muito mais como uma defesa das instituições do Estado do que como um direito da população. Sua abordagem privilegia a gestão centralizada de caráter militarizado, baseada na disciplina e, portanto, valorizando a obediência às normas pré-estabelecidas em detrimento da autonomia e da criatividade, na qual não está prevista a participação da sociedade civil organizada, nem o incremento do conhecimento técnico-científico ou a disseminação de práticas socializadoras de prevenção da criminalidade e promoção da ordem e da cidadania.

5.1.2 Os Consep nos documentos da PMMG

A Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 05/2002, de 27/12/2002, assinada pelo Comandante-Geral da PMMG dispõe sobre a “estruturação e funcionamento dos Consep, assim os define:

Entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação a polícia militar ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, XVII, da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para discussão de problemas locais de segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município (p.6).

O documento destaca a diferença entre os Consep e os Conselhos Municipais de Segurança Pública:

Não se confunde com os conselhos municipais de segurança pública. Esses são criações dos poderes legislativos municipais, com propósitos político partidários e voltados para a definição de ações estratégicas que influenciem no ente federativo como um todo.

A diferença está na observância, pelos conselhos criados por parte do Município ou Câmara Municipal, de diretrizes emanadas do poder público. Os Consep têm vida própria e subordinação apenas à publicidade e a lisura de seus atos, que a PMMG pretende enfatizar pelo mecanismo da prestação de contas, eleições periódicas e registro público.

Diz ainda que a PMMG deve apoiar a criação, a estruturação e o funcionamento do Consep, através da sensibilização e da mobilização comunitária, sobretudo porque está presente em todos os municípios do Estado e também está em condições privilegiadas para identificar potencialidades capazes de participar no planejamento e execução de medidas que interfiram no fenômeno da criminalidade. Essa participação dá ênfase às ações sociais que incidam sobre o nascedouro dos problemas que, a longo prazo, podem redundar no ingresso de novos agentes na carreira criminosa.

É interessante notar que o documento vê, em função do próprio aumento da criminalidade, um momento especialmente favorável para que a PM possa consolidar uma imagem de prestadora de serviços junto à comunidade que, “por contingências político-ideológicas, anteriores à abertura democrática”, ficou comprometida. O documento observa ainda que a abertura democrática representa a ruptura com um modelo de relacionamento entre os poderes constituídos e o povo de caráter eminentemente repressivo.

Sobre as finalidades de um Consep o documento diz:

a) Congregar as lideranças comunitárias, as autoridades policiais e as de outros órgãos públicos, direta ou indiretamente ligados à segurança pública, para a discussão e adoção de medidas práticas que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades, especialmente aquelas que apresentem maior exposição a fatores de risco que interfiram na dignidade humana; b) democratizar o planejamento das atividades de polícia ostensiva de preservação da ordem pública, no âmbito de cada município, para definição de prioridades de segurança pública, no espaço de abrangência de cada Consep (p.8).

Pode-se ver que os Consep são uma iniciativa da PMMG, baseada no princípio da liberdade de associação com base no inciso XVII do art. 5º da Constituição Federal. O documento da PMMG também define as etapas que devem ser observadas para instalação de um Consep:

a) Levantamento dos segmentos organizados na comunidade, com identificação das respectivas lideranças; b) mobilização da comunidade, pelo comandante da fração, através dos meios de comunicação disponíveis, tendendo ao maior número possível de participantes, para uma reunião inicial de aproximação e sensibilização; c) criação de uma comissão ou diretoria provisória do Conselho (estudar a proposta de Estatuto); d) convocar uma nova reunião com os segmentos sociais organizados, por meio de fóruns comunitários de segurança, quando será apresentada a proposta de Estatuto; e) votação do Estatuto pela assembléia geral; f) registro da entidade em Cartório; g) convocação e realização de eleições para a diretoria e os conselhos Deliberativo e Fiscal; h) posse da diretoria e dos conselhos Deliberativo e Fiscal em assembléia geral; i) realização de reuniões periódicas, de acordo com plano de ação traçado pela diretoria (p.9).

5.1.3 Os Consep e a implantação do programa de policiamento comunitário

Durante o ano de 2001 foram criados 25 conselhos comunitários de segurança pública em Belo Horizonte, numa iniciativa da PMMG que pode ser considerada como o início do programa de policiamento comunitário no município. Beato Filho (2002) vê, na implementação dos Consep, a expressão de um sentimento das autoridades de que é preciso modificar profundamente as polícias. Para esse autor, de fato, as polícias precisam ser reinventadas na direção de um modelo mais voltado para a manutenção da ordem e o controle da criminalidade.

Os objetivos mais imediatos do policiamento comunitário são aumentar a sensação de segurança subjetiva da população, incrementar a confiança em relação à polícia e contribuir para o controle da criminalidade. Isso se dá pelo desenvolvimento de estratégias que visem aumentar o grau de envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão dos policiais, tais como a criação de mecanismos de consulta comunitária e o uso de técnicas de solução de problemas. O papel da polícia como agente de controle é mais efetivo na medida em que toma como base para sua atuação as normas informais da própria comunidade onde está inserida e para a qual presta serviços.

A comunidade, como usuária do serviço policial, é, então, encarada como um agente a ser ouvido, pois tem um papel estratégico e orientador da ação policial. Isso é consonante com a idéia de que, em última análise, o que legitima a ação policial é o chamado e o reclamo da comunidade. Sobre essa questão Leigton, citado por Freitas (2003), observa que “a polícia comunitária representa o marco na mudança do conceito de ‘força’ policial para ‘serviços’ policiais” (p.26).

É nesse contexto, como instrumentos de apoio à implantação e consolidação de um modelo de policiamento comunitário, que os Consep devem ser observados, acompanhados e analisados. Eles foram criados, na realidade, como uma estratégia da PM de consulta comunitária, visando aumentar o grau de envolvimento da sociedade civil nos difíceis e delicados processos de decisão que envolvem a atividade dos policiais.

5.2 O Consep e a informação em movimento

Nos dois itens seguintes busca-se abordar o Consep enquanto um espaço social no qual movimenta-se a informação.

5.2.1 As práticas informacionais e os efeitos de sentido nos Consep

Do ponto de vista da CI os Consep podem ser estudados como um espaço social em que dois segmentos principais, o poder público, representado pela PMMG, e a sociedade civil, representada por membros da comunidade, estabelecem práticas informacionais e comunicacionais visando ao aprimoramento das políticas públicas de segurança. Nessas práticas, procura-se controlar os processos de transferência de informação de forma que os sentidos propostos tenham os efeitos ou produtos desejados. Nas reuniões dos Consep sobressaem as práticas discursivas e os atos de fala.

Como espaços políticos, abrigam relações de poder nas quais os diversos interesses dos atores envolvidos fazem-se presentes, interagindo na tentativa de garantir a construção e o alcance de objetivos comuns. Busca-se um consenso através de negociações e articulações, cujos instrumentos são as práticas informacionais e comunicacionais, visando controlar os efeitos de sentido presentes nos discursos. Opera-se, portanto, no mercado de bens simbólicos, que é específico de cada área de domínio da política, estabelecendo regras, procedimentos e papéis. Nesse processo fica evidenciada uma luta pela hegemonia que se manifesta nos discursos e nas práticas de natureza simbólica, ou seja, comunicacionais e informacionais.

Na ciência social contemporânea, a linguagem é estudada como discurso, ou seja, mais do que um apoio à interação e à comunicação, é um modo de produção social, um instrumento de manifestação da ideologia e de exercício do poder. Diferentemente da língua, o discurso não constitui apenas um universo de signos destinados a dar suporte e a comunicar o pensamento, mas está carregado de intencionalidade. Isso significa que a linguagem de uma maneira geral, e o discurso de modo particular, não podem ser considerados neutros, ingênuos ou naturais. Assim, os discursos, além de não brotarem do nada, adquirem sentido independentemente de seus produtores, por causa de sua materialidade histórica.

Dentro da análise do discurso diz-se, então, de um interdiscurso (BRANDÃO, 1998), o que quer dizer que todo discurso, para existir, pressupõe um discurso anterior que fornece os elementos para sua constituição. É essa exterioridade histórica, antecedente ao discurso, que o sustenta, legitima e possibilita sua interpretação. Assim as falas que se verificam nas reuniões observadas e as entrevistas com membros da PM e conselheiros civis do Consep são analisadas da perspectiva de outros discursos que lhes são historicamente anteriores.

Para Bourdieu (1996; 2002), o que dá às palavras o poder de manter ou subverter a ordem é a crença em torno de sua legitimidade e daquele que as pronuncia (capital simbólico). Ele chama a atenção para as características simbólicas, historicamente construídas, embutidas em cada discurso, e que perpetuamos nas nossas relações através de nosso *habitus*. Assim o discurso é uma das expressões do *habitus*, manifestando-se em opiniões sobre o mundo e suas circunstâncias.

Para ter seu discurso validado num determinado espaço social, os atores precisam estar afinados com essa exterioridade histórica, que é característica de cada campo de atuação social. Caso contrário, ele não será reconhecido pelo *habitus* ali constituído e não conseguirá influir nos processos de decisão política. Esse raciocínio vale também para a informação sobre segurança pública, na medida em que, também ela, se valida no contexto de uma materialidade histórica.

As representações simbólicas do poder também funcionam como legitimadoras dos discursos. Quem está falando? Um juiz, um professor universitário, um sindicalista, uma costureira? O efeito produzido pelo sentido de um determinado discurso é, muitas vezes, diferente em cada um desses casos, pois são diferentes as composições dos capitais.

Foucault (2000) fala na interdição como um procedimento de exclusão, segundo o qual só podem falar sobre determinadas coisas aqueles que estão legitimados para tal. Nesse processo são os sistemas simbólicos, constituídos no espaço social, que vão responder pelo estabelecimento daquilo que será reconhecido ou não como legítimo. Para Bourdieu (1996; 2002), eles cumprem uma função política, sendo instrumentos, estruturados e estruturantes, de imposição/legitimação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, naquilo que chamou de violência simbólica.

Além disso, os sistemas simbólicos, entre eles a informação, são responsáveis pela configuração dos capitais dentro de um espaço social e se organizam a partir de três

dimensões: volume global do capital possuído, estrutura desse capital e a sua evolução no tempo (em termos de volume e estrutura). Compreendido o capital como um conhecimento específico, constituído como recurso de vida que será um importante fator de formação do *habitus* de uma pessoa, é importante distinguir quatro tipos de capital que interferem nas práticas informacionais e comunicacionais no interior dos conselhos: simbólico, político, cultural e social.

5.2.2 Os Consep como campo social

A partir das considerações já feitas, podem-se tomar os Consep como um espaço de correlação de forças, no qual o público e o privado se cruzam e onde produtos de natureza política são gerados. Para sua análise, é possível utilizar o conceito de campo social de Bourdieu (1983), partindo-se do pressuposto de que um Consep, para consolidar-se como um campo político e, assim, ser capaz de interferir nas políticas públicas, precisa produzir sentidos.

No campo da segurança pública e do controle social, o conjunto, mais ou menos diversificado, de atores que atuam nos Consep (oficiais, policiais militares, policiais civis, cidadãos comuns, lideranças de bairros, comerciantes, etc.), forma uma rede de trocas informacionais, que pode envolver também escolas, igrejas, hospitais, empresas, etc. Na medida em que representa uma comunidade, o Consep deve dizer algo da perspectiva das múltiplas experiências dos diferentes representantes e, assim, produzir sentido, não só para a comunidade que representa, mas também para seus interlocutores.

O confronto de diferentes experiências, que também produz diferentes informações, gera novos conhecimentos e sentidos que podem influir nas práticas policiais e, até mesmo, nas políticas de segurança de um modo geral.

Deve-se notar, entretanto, que a consolidação de um campo político implica o estabelecimento de relações de poder em que serão legitimados e reconhecidos procedimentos e normas que constituirão um novo *habitus* ou sistema estruturado e estruturante de opiniões e sentidos, constituído historicamente, que irá definir os tipos de relações que se estabelecerão dentro desse campo (BOURDIEU, 1986).

Segundo Barros (2003), para que um conselho seja formado é preciso plantar informações, mas uma das principais dificuldades encontradas na sua consolidação é a ausência de sentido. Em seus estudos, constata que muitas dessas iniciativas não mobilizam as pessoas, porque as informações não são capazes de produzir sentido nos receptores. Assim, pode-se dizer que é o sentido veiculado por uma determinada informação, dirigida para um determinado receptor, formulada num determinado tempo histórico, num determinado espaço geográfico e num contexto sociocultural, que vai contribuir (ou não) para a agregação dos atores em torno de interesses comuns²⁷.

Assim, pode-se dizer também que a informação, carregada que é de intencionalidade, vai atuar como elemento de composição na construção desses interesses comuns, e que as práticas informacionais permeiam todo o processo de constituição e consolidação de um conselho, contribuindo para produzir sentidos capazes de fazerem valer os conhecimentos ali gerados e influenciar as políticas públicas.

5.3 Aspectos metodológicos

Nos dois itens seguintes, fechando as discussões sobre os aspectos metodológicos dessa investigação, discorre-se sobre aspectos operacionais do trabalho de campo e sobre a observação como método de coleta de dados.

5.3.1 O Consep da 17ª Companhia de Polícia Militar (CPM)

Durante a pesquisa exploratória realizada com os oficiais do EM-PMMG perguntou-se aos dois oficiais mais ligados à implantação/gestão dos Consep em Belo Horizonte qual era, na opinião deles, aquele que melhor funcionava. Nenhum dos dois citou apenas um Consep, mas ambos citaram o do Bairro Santa Terezinha, ou Consep da 17ª CPM. A opinião do capitão assessor de policiamento comunitário do EM-PMMG teve um peso particular na decisão de estudar esse Consep, tendo em vista sua experiência e proximidade com as questões ligadas à

²⁷ Pode-se falar, então, num “vazio informacional” como uma ausência de sentido.

implantação e gestão desses conselhos em BH. Além disso, considerou-se que o atual chefe da assessoria de prevenção ativa do EM-PMMG, também entrevistado, foi escolhido para esse cargo estratégico em função do bom trabalho que conseguiu realizar nesse Consep, que goza dentro do EM-PMMG de alto grau de reconhecimento. Além disso, o comandante do CPC apontou o comandante do 34º BPM, onde está o Consep 17, como aquele que mais de perto e interessadamente acompanhou o processo de implantação dos Consep na cidade.

A coleta de dados foi feita através da observação das reuniões e de entrevistas em profundidade com conselheiros e representantes da comunidade de moradores de bairros da região da 17ª CPM. As reuniões desse Consep acontecem nas últimas quintas-feiras de cada mês e têm lugar na sede da 16ª Delegacia Distrital – Seccional Noroeste – da Polícia Civil, localizada na Pampulha. O pesquisador, participante como observador, acompanhou e fez anotações detalhadas das reuniões dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e agosto de 2005. Ao todo foram sete reuniões.

No Quadro 3, a seguir, constam a relação dos participantes das reuniões e os códigos que serão utilizados, no próximo capítulo, para a apresentação dos resultados e nas citações. São utilizadas as abreviaturas Pcom, para designar os participantes da comunidade; Pmil, para os participantes da PM; Pciv, para os participantes da Polícia Civil; Pmun, para participantes da Prefeitura de BH e Prel, para participantes de organizações religiosas.

Na primeira coluna estão assinalados com um asterisco os participantes do Consep que foram entrevistados (Pcom 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07; Pmil 01 e 02; Pciv 01 e Pmun 01), todos presentes à primeira reunião observada, à exceção de Pmil 02.

Quadro 3 - Relação de participantes das reuniões do Consep 17 observadas pelo pesquisador

Código utilizado	Participantes da comunidade Bairro e/ou entidade que representa	Reuniões em que esteve presente
Pcom 01*	Presidente do Consep 17 e morador do Bairro Santa Terezinha	1.2.3.4.5.6.7
Pcom 02*	Morador e coordenador do Juizado de Conciliação do Bairro Santa Terezinha.	1
Pcom 03*	Morador do Bairro Bandeirantes e membro da Associação Comunitária Viver Bandeirantes	1.2.3.4
Pcom 04*	Morador do Bairro Bandeirantes e membro da Associação Comunitária Viver Bandeirantes	1.2.3.4
Pcom 05*	Morador do Bairro Bandeirantes e membro da Associação Comunitária Viver Bandeirantes	1.3.4.5.6
Pcom 06*	Presidente da associação dos moradores do Bairro Ouro Preto	1.2.3.4.5.7
Pcom 07*	Morador, funcionário administrativo do posto de saúde e presidente da creche comunitária do Bairro Santa Terezinha	1.3.7
Pcom 08	Morador do Bairro Santa Terezinha	1
Pcom 09	Secretário do Consep e morador do Bairro Santa Terezinha	1
Pcom 10	Ex-presidente da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes	2.3.4
Pcom 11	Morador, comerciante do Bairro Bandeirantes e membro da Associação Comunitária Viver Bandeirantes	2.7
Pcom 12	Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Engenho Nogueira (ASBEN?)	5
Pcom 13	Presidente da ASMOBAI (Associação dos Moradores do Bairro Itatiaia) e morador do Bairro Urca	2.3.4
Pcom 14	Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Bandeirantes	2
Pcom 15	Ex-presidente, membro da diretoria da Associação Pé de Cana e morador do Bairro Urca	3.5.6.7
Pcom 16	Morador do Bairro e do Conjunto Santa Terezinha e ex-presidente da ACBI (Associação Comunitária do Bairro Itatiaia)	5
Pcom 17	Morador e funcionário administrativo do posto de saúde do Bairro Santa Terezinha	4
Pcom 18	Morador do Bairro Santa Terezinha e síndico do Conjunto Santa Terezinha	4
Pcom 19	Presidente da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes	5
Pcom 20	Grupo de teatro do Bairro Santa Terezinha	5
Pcom 21	Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Santa Terezinha	4.7
Pcom 22	Morador da região do 17ª CPM (bairro não identificado)	7
Código utilizado	Participantes da PMMG Cargo e unidade que representa	
Pmil 01*	Major – Comandante da 17ª CPM	1.2.5.7
Pmil 02*	Capitão – Sub Comandante da 17ª CPM	3.4.6
Pmil 03	Sargento – 17ª CPM	1
Código utilizado	Participantes da Polícia Civil Cargo ou unidade que representa	
Pciv 01*	Delegado – Titular da 16ª Delegacia Distrital – Seccional Noroeste	1.2.3.5.6.7
Pciv 02	Detetive – 16ª Delegacia Distrital – Seccional Noroeste	4
Código utilizado	Participantes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte Cargo e/ou unidade que representa	
Pmun 01*	Analista de políticas públicas – Administração Regional Pampulha – Sociólogo	1.2.7
Código utilizado	Participantes religiosos Instituição ou organização que representa	
Prel 01	Pastor da Igreja Rocha Eterna do Bairro Santa Terezinha	5

Foram feitas doze entrevistas em profundidade, onze delas com participantes do Consep 17. Sete entrevistados eram da comunidade, dois eram da PMMG (comandante e sub-comandante da companhia), um era participante da Polícia Civil, um era da Administração Regional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (AR-PMBH). O 12º entrevistado foi o comandante do 34º Batalhão de Polícia Militar (34º BPM), ao qual se subordina a 17ª CPM, que não participou das reuniões observadas, embora seja conhecedor do desempenho do Consep 17 e de vários outros de Belo Horizonte, razão pela qual foi incluído no grupo de entrevistados.

Dois roteiros de entrevista semi-estruturados diferentes foram utilizados. Um deles (anexo 3) para entrevistados não policiais militares e o outro (anexo 4) para policiais militares. Embora o roteiro tenha sido seguido, sempre que outros assuntos de interesse surgiam eram explorados e incorporados aos registros.

5.3.2 A observação como perspectiva metodológica

A observação participante pode ser considerada como um processo pelo qual o pesquisador se faz presente numa determinada situação social para coletar dados, numa relação face a face com os observados e participando da vida deles, com a finalidade de realizar uma investigação de natureza científica. Portanto, o observador torna-se parte do contexto observado, modificando-o e sendo modificado por ele (Minayo, 1992).

Essa proposição descreve aquilo que foi realizado durante o trabalho de acompanhamento ou observação das reuniões do Consep. O pesquisador manteve-se presente nas reuniões, tomadas como situação social na qual são realizadas trocas informacionais, numa relação pessoal (face a face), como forma de coleta de dados. Mais do que descrever comportamentos, procurou encontrar e registrar práticas informacionais, tidas como formas de construção de informações sobre criminalidade e sua prevenção. Buscou identificar os sentidos que aquelas atividades adquiriram para o grupo e, a partir disso, chegar aos processos de construção de informações e conhecimentos. Interessou-se pelas informações mais relevantes e significativas e pelo processo social que alicerçou sua construção.

Assim definida a situação de coleta de dados por observação, considera-se o investigador como um participante da situação observada. Em primeiro lugar, simplesmente por estar presente e, portanto, exercendo, com essa presença, ainda que involuntariamente, algum tipo de influência sobre os acontecimentos e, em segundo lugar, porque algumas coisas foram mais observadas do que outras, pois toda observação faz-se a partir de esquemas teóricos pré-determinados. Não há, portanto, neutralidade nesse processo de observação participante.

Minayo (1992) salienta três princípios gerais propostos por Malinowski. O primeiro diz que o investigador deve imergir na realidade mas sem perder de vista os referenciais teóricos; o segundo refere-se à disposição que deve possuir para viver no contexto do grupo, e o terceiro a uma atitude de abertura à realidade. Além desses princípios, procurou-se observar também as recomendações seguintes acerca das atitudes no trabalho de campo.

(a) O observador deve colocar-se no mundo de seus entrevistados, buscando entender os princípios gerais que os homens seguem em sua vida cotidiana para organizar sua experiência, particularmente as de seu mundo social. Desvendar essa lógica é condição preliminar da pesquisa; (b) Manter uma perspectiva dinâmica que ao mesmo tempo leve em conta as relevâncias dos atores sociais, e tenha em mente o conjunto de relevâncias de sua abordagem teórica, o que lhe permite interagir ativamente com o campo; (c) Abandonar, na convivência, uma postura externa 'de cientista', entrando na cena social dos entrevistados como uma pessoa comum que partilha do cotidiano. Isto é, sua estrutura de relevâncias teóricas fica implícita. Sua linguagem no campo é a mesma do senso comum dos atores sociais (SCHUTZ, citado por MINAYO, 1992, p.140).

Além disso, considera-se que o pesquisador não tem total controle sobre seu papel no interior do grupo observado, pois, em boa medida, isso vai depender da situação de pesquisa. Isso quer dizer que a construção da imagem do pesquisador é marcada por referências do próprio grupo. Na verdade há, durante o processo de observação, uma construção mútua de papéis: pesquisador e pesquisado. Sobre essa questão, considerou-se que, de modo geral, o grupo observado olha o pesquisador muito mais pelo seu comportamento e personalidade do que pela base lógica de seus estudos. Assim, os grupos se preocupam com o que o pesquisador fará com os dados coletados e perguntam-se: Será que ele fará algum mal ao grupo? Será que trairá segredos e estratégias encontradas de viver a realidade concreta? Será que ele é uma boa pessoa?

Dessa forma, procuraram-se meios de dialogar com o grupo mediados pelo próprio trabalho e cuidou-se para que houvesse um adequado entendimento quanto aos seus objetivos. O grupo foi informado sobre esses objetivos e o pesquisador procurou manter-se rigorosamente dentro das propostas. Além disso, o pesquisador procurou abster-se de efetuar julgamentos de valor e de fazer prescrições, pois sua principal meta era compreender as situações e, tanto quanto possível, explicá-las com base nas teorias que embasam a pesquisa.

O outro princípio observado refere-se a métodos de seleção e coleta de dados. Buscou-se, para estudar a “informação em movimento”, aquilo que Malinowski (1980) considera o material da pesquisa participante: os “imponderáveis da vida real” ou fenômenos que só podem ser captados pela presença atenta do pesquisador. Nas palavras do próprio etnógrafo: “há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua realidade” (p.55). Tratou-se, portanto, de fazer anotações minuciosas num diário de campo, listando declarações etnográficas, colhendo narrativas de informantes, expressões típicas, fórmulas, histórias e casos que pudessem expressar a mentalidade do grupo.

Minayo (1992), baseando-se em distinção elaborada por Gold, distingue quatro situações em termos observação participante, que denomina: a participação-total (imersão total), o participante-como-observador, o observador-como-participante e o observador-total. A partir dessa categorização pode-se dizer que, nesta pesquisa, tem-se uma situação que pode ser caracterizada como “participante-como-observador”, ou seja:

... o pesquisador deixa claro para si e para o grupo sua relação como meramente de campo. A participação, no entanto, tende a ser a mais profunda possível através da observação informal, da vivência juntos de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados e no acompanhamento das rotinas cotidianas. A consciência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, colocando sempre em questão a suposta ‘objetividade’ nas relações (MINAYO, 1992, p.142).

Mintz (1984) observa que a pesquisa de cunho etnográfico deve voltar-se para um “objetivo relacional” (p.49), considerando que os fenômenos estudados não existem fora das relações sociais. Com isso, questiona a crença positivista-naturalista numa realidade exterior

acabada. Em outras palavras, isso quer dizer que o objeto da pesquisa (informação) não existe num mundo externo, mas no contexto, ou dentro, de relações ou situações sociais e históricas.

Entretanto, adverte Cardoso (1986), “a prática de pesquisa que procura esse tipo de contato”, ou seja, a pesquisa participante, precisa valorizar também a observação. Daí o termo “observação participante”, um tipo de pesquisa no qual a participação é a “condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam” e a observação deve fornecer “a medida das coisas” (p.103).

Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Esse modo de observar supõe, (...), um investimento do observador em seu próprio modo de olhar. Para conseguir essa façanha, (...), é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado (CARDOSO, 1986, p.103).

Isso é muito importante porque a participação e a identificação, sem a observação, podem levar o pesquisador a tomar as informações dos entrevistados como se elas falassem por si mesmas, naquilo que Durhan (1986) chamou de “participação observante”, situação na qual o pesquisador torna-se um porta-voz do grupo ou comunidade estudada e a pesquisa limita-se à denúncia de situações políticas indesejadas. Nesse caso, como observa Cardoso (2002), ignoram-se os atores sociais com sua subjetividade, como suportes do discurso.

A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É nesse encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (CARDOSO, 1986, p.103).

Descobrir, em ciências humanas e sociais, é um aprendizado sobre (outras) maneiras de olhar as situações, que só podem ser identificadas quando se fala com os outros (nas reuniões e entrevistas, por exemplo) que, por seu turno, também podem entender melhor aquilo que pensam à medida que falam sobre suas experiências, sob o estímulo de uma escuta interessada de seu interlocutor. Ao falar com alguém sobre seu próprio pensamento, o entrevistado organiza-se e produz uma interpretação das situações.

Em termos de entrevistas, os relatos obtidos foram, então, considerados como uma reconstrução do passado do entrevistado, pois acredita-se que é apenas falando que as pessoas podem, realmente, saber aquilo que pensam. Considera-se, assim, que nas entrevistas em profundidade os entrevistados (e o entrevistador) tiveram oportunidade de sistematizar alguns de seus pensamentos e idéias sobre o que se passou na realidade. É esse tipo de conhecimento interpretativo, produzido nas entrevistas, transcritas e tomadas como um texto, que constituirá um dos objetos da análise interpretativa nesta investigação.

O encontro com desconhecidos, com quem se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar os sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por essa interlocução. O objeto do conhecimento é aquilo que nenhum dos dois conhece e que, por isso mesmo, pode surpreender. Logo, a novidade está na descoberta de alguma coisa que não foi [ainda] compartilhada (CARDOSO, 1986, p. 103).

A construção de um “tópico guia” para realização de entrevistas, conforme recomendações de Gaskell (2002), funcionou não só como um roteiro mnemônico para o entrevistador, mas também como um elemento padronizador das conversas que, mesmo permitindo flexibilidade, não deixasse que o foco fosse abandonado, ou seja, que as conversas se diversificassem a ponto de se afastarem dos temas comuns.

Capítulo 6

Apresentação e análise dos dados

Este capítulo organiza e apresenta, analiticamente, os dados coletados, através da observação participante e da entrevista em profundidade. O material obtido foi tratado como um texto a ser interpretado, no qual se procurou identificar significados e sentidos, muitas vezes concorrentes, ou seja, descrever e elucidar práticas informacionais que têm lugar no Consep. Como produto formularam-se algumas noções e mostrou-se como esse grupo, ao construir ou deixar de construir informações, vem sustentando diferentes formas de fazer policiamento e de promover a segurança pública numa determinada região.

No início deste trabalho de interpretação dos textos é importante lembrar, com Geertz (2003), que:

Imaginar que algumas instituições, costumes e mudanças sociais possam ser de alguma forma 'lidas' é alterar totalmente o nosso entendimento do processo que dá origem a essa interpretação, direcionando-o para tipos de atividades mentais mais parecidas com aquelas utilizadas pelo tradutor, pelo exegeta, ou pelo iconografista do que aquelas que são típicas de aplicadores de testes, analistas de fatores ou pesquisadores da opinião pública (p.51).

É esse tipo de trabalho que será feito a seguir, ou seja, um esforço interpretativo que assume uma postura ou uma maneira de olhar específica, na qual o pesquisador procura comportar-se como um leitor atento de um processo de construção de informações, realizado pelos sujeitos sociais. O contexto sociohistórico, tomado como elemento determinante de sentidos, torna-se particularmente importante para a compreensão dos fenômenos informacionais.

Isso significa dizer que eles não ocorrem naturalmente, mas dentro de um determinado espaço social, neste caso, num conjunto de bairros de classe média (alta e baixa) que compõem uma determinada companhia de polícia militar (CPM), num determinado momento histórico, no qual cresce a criminalidade urbana e a insegurança pública, ganhando corpo uma pluralidade de discursos concorrentes acerca da violência e das formas de combatê-la. Na base desses discursos existem concepções que vão desde as mais repressivas e punitivas, que fundamentam o modelo quase militar de polícia (*law officer*), de maior penetração na sociedade, sendo, inclusive a mais disseminada pela grande mídia, até as mais preventivas, baseadas na análise dos eventos. Estes, por sua vez, fundamentam o modelo preventivo e comunitário de policiamento (*peace officer*), uma alternativa ainda em construção, vista com bons olhos por movimentos sociais ligados à defesa e promoção de direitos humanos e cidadania e também por uma parcela, mais inovadora, de oficiais da própria PM.

6.1 As reuniões: onde a informação se movimenta

As reuniões do Consep 17 são o evento central deste processo de investigação. Nessas reuniões a informação se movimentou e puderam observar-se as práticas e os embates informacionais. O relato das reuniões será, portanto, o fio condutor para a apresentação e a análise dos resultados. Os dados extraídos das entrevistas apóiam e aprofundam as questões que surgiram no curso das reuniões.

De acordo com documento da terceira seção do 34^o BPM, atualizado em dezembro de 2004, dez bairros e cinco aglomerados compõem a 17^a CPM. Os bairros são: Bandeirantes²⁸, Conjunto Confisco, Engenho Nogueira, Ouro Preto, Santa Terezinha²⁹, São José, São Luiz, São Francisco, Conjunto Sarandi, Serrano. Os aglomerados são: Vila Caixote em Pé, Vila das Antenas, Vila Paquetá, Vila Real e Vila Santa Rosa. Tiveram representação nas reuniões observadas seis bairros: Bandeirantes I e II, Engenho Nogueira, Ouro Preto, Santa Terezinha e Urca, bairro que faz parte da 17^a CPM, do qual um participante se dizia morador, mas não

²⁸ No Consep o Bairro Bandeirantes é representado por duas associações. O presidente da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes representa o chamado Bandeirantes I e alguns moradores do chamado Bairro Bandeirantes II representam a Associação Comunitária Viver Bandeirantes.

²⁹ Também conhecido como Bairro Itatiaia.

consta no documento fornecido pela PMMG. Os demais bairros e as vilas não tiveram representação nas reuniões observadas.

O Quadro 4 apresenta as datas, os horários de início e término de cada reunião observada, os conselheiros presentes e o número de bairros representados.

Quadro 4 – Demonstrativo de datas, horários e participantes das reuniões observadas

Reunião	Data	Horário início	Horário término	No. de participantes	Relação de participantes	Bairros representados
1ª	24/02/2005	20:45	22:05	13	Pmil 01 e 03; Pciv 01; Pmun 01. Pcom 01, 02,03,04,05,06,07,08 e 09	03
2ª	31/03/2005	20:10	22:30	11 (25) ³⁰	Pmil 01; Pciv 01; Pmun 01. Pcom 01, 03, 04, 06, 10, 11, 13 e 14	05
3ª	28/04/2005	20:10	21:30	11	Pmil 02; Pciv 01. Pcom 01, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 13 e 15.	05
4ª	19/05/2005	20:10	22:00	12	Pmil 02; Pciv 02. Pcom 01, 03, 04, 05, 06, 10, 13, 17, 18 e 21.	05
5ª	30/06/2005	20:15	22:10	09	Pmil 01; Pciv 01; Prel 01. Pcom 01, 05, 06, 12, 15, 16 e 19.	06
6ª	28/07/2005	20:10	20:40	05	Pmil 01; Pciv 01. Pcom 01, 05, 15.	03
7ª	25/08/2005	20:00	22:00	09	Pmil 01, Pciv 01. Pcom 01, 06, 07, 11, 15, 21 e 22.	04

À medida que o relato das reuniões foi tomando forma, pôde-se visualizar um processo evolutivo não linear, feito de avanços e recuos, de construção da informação como um saber sobre segurança pública. Nesse processo, evidenciou-se um caminho, uma trajetória feita de desafios, problemas, dificuldades e superações que pode ser descrito à semelhança de uma narrativa. Isso permite a visualização de um panorama no qual a informação se movimentou, possibilitando a identificação de questões que perpassam as práticas ligadas à construção de um saber no campo da segurança pública.

Ao final desta pesquisa, pode-se dizer que construir informações no campo da segurança pública é mais ou menos como “separar o joio do trigo”. Trata-se de um processo de seleção de alternativas, de escolha entre diversas ofertas de sentido, produzidas por diversas fontes, na verdade atores sociais com diferentes perspectivas: a imprensa, a PM, a Polícia Civil, os poderes federal, estadual e municipal, os representantes das associações de bairro e os moradores da região do Consep pesquisado. É um processo lento, às vezes difícil, conflitivo

³⁰ Ao todo estiveram presentes 25 pessoas, sendo 11 do Consep 17.

e que nunca se conclui, pois seu produto é, quase sempre, um recomeço, uma reorganização da realidade em novas bases que permite uma determinada ação sobre ela, a busca da solução de problemas e, em conseqüência, a assunção de novos e maiores desafios.

Descobriu-se que produzir informações sobre criminalidade e segurança pública é, na realidade, encontrar alternativas de ação ligadas à prevenção da violência (defesa social). Trata-se de abrir espaços num emaranhado de falas, idéias e opiniões que, acumulando-se, tendiam, muitas vezes, a obscurecer a realidade e a imobilizar as pessoas, tornando-as descrentes, impotentes e, sobretudo, desarticuladas frente à violência.

Gradativamente, o Consep reuniu um volume cada vez maior de informações acerca da criminalidade e da segurança pública, que são debatidas, questionadas e apropriadas pelos diversos conselheiros – policiais e civis –, cada qual com sua perspectiva. Os desencontros ocasionados pela complexidade do problema, a ausência de clareza sobre o papel dos conselheiros, a excessiva informalidade e uma concepção de criminalidade desvinculada do conjunto das relações de poder, constituem fortes barreiras a um entendimento mais aprofundado e crítico dos problemas trazidos à discussão.

Mesmo enfrentando, além dessas dificuldades internas, a falta de reconhecimento e a desarticulação dos poderes públicos (federal, estaduais e municipais), o Consep, pela persistência de seus conselheiros, ainda que desorganizada e precariamente, logra descobrir algumas alternativas e distinguir alguns caminhos. Num processo exaustivo, caracterizado inicialmente por um acúmulo de informações desconexas geradoras de ruído, alguns membros passam, progressivamente, a reconhecer e identificar um núcleo essencial de informações relevantes. Observa-se que vão se desfazendo de uma “sobrecarga informacional” que, por seus efeitos – entre os quais um “vazio informacional” –, levou os conselheiros a dissiparem-se num determinado momento. Alguns membros afastaram-se das reuniões, outros chegaram com um processo em andamento, de forma que o Consep ainda não se consolidou. Além disso, mesmo aqueles que o vivenciaram mais intensamente podem não ter, ainda, uma clara consciência acerca da importância daquilo que estão produzindo e podem vir a produzir em termos informacionais.

Visando traçar a trajetória assumida no processo de análise interpretativa, procurou-se sintetizar no Quadro 5 os acontecimentos, os conteúdos e as respectivas práticas e processos informacionais que puderam ser observados.

Quadro 5 – Roteiro de leitura das reuniões

Reunião	Acontecimentos, conteúdos e as respectivas práticas e processos informacionais.
Primeira	Aqui não é uma favela, mas um bairro. Chega um novo comandante e desliga-se o secretário. Importância da participação comunitária. Um possível “toque de recolher”. O Consep discute um rumor ou uma falsa informação. O uso de câmaras “olho vivo” é sondado e descartado. A importância das pequenas informações. Informação como comunicação de experiência. Um modo de se colocar. A noção de atitude informacional: prover ou buscar informações. A importância do contexto no processo de construção da informação.
Segunda	Diversidade, movimento, acúmulo e rejeição de informações: denuncia-se um isolamento.
Terceira	Eu fico perdidinha aqui. Ausência de referências. Configura-se um vazio informacional. Ponto crítico da questão informacional. Primeiro momento: falta de um estatuto, falta de objetivos. Segundo momento: graves problemas de comunicação com as escolas. Terceiro momento: problemas de representatividade, demandas informacionais. Quarto momento: demanda por mediação. Quinto momento: entendendo o vazio informacional, disputas políticas.
Quarta	Descontinuidade e perda informacional: pouco se registra, muito se esquece, nada se transforma.
Quinta	Chegam as IEG, fazem-se cálculos. O problema é lá fora. Nós estamos bem! O discurso criminológico único. Ausência de agentes de mediação. O Bairro Serrano.
Sexta	Da descontinuidade ao esvaziamento: quase ninguém comparece Será que esse Consep sobrevive?
Sétima	São retomadas as IEG. Mais que “pesquisas” o comandante traz, agora, informações: fecha-se um ciclo e abre-se outro.

6.1.1 Primeira reunião do ano ou “aqui não é uma favela!”

A primeira reunião do ano coincide com a chegada de um novo comandante na 17^a CPM. Todos os participantes apresentam-se a ele, que, em seguida, também se apresenta, falando de dificuldades em termos de escassez de recursos humanos e logísticos, num discurso que será mantido, em todas as demais reuniões observadas, pelos representantes da PMMG no Consep. Ele queixa-se dos governantes, observando que “*do Estado não é preciso esperar nada*”. Explica que se empenhará na solução do problema do Bairro Serrano, que não deveria

pertencer à 17ª CPM, pois seu antecessor, “*que tem facilidade com o geoprocessamento*”, acha melhor que fique na 9ª CPM, pois, além de ser distante, “*o lugar não é flor que se cheire*”.

Pelos dados coletados na entrevista individual pode-se dizer que, ao falar da facilidade de seu antecessor com as IEG, o atual comandante da PM está, indiretamente, referindo-se à sua própria dificuldade. Na seqüência das reuniões verifica-se que essa limitação vai interferir na evolução das discussões do Consep e, até mesmo, na interação do comandante com os conselheiros representantes da comunidade. Pressionado a trazer as IEG sobre as ocorrências policiais na região, inclusive pela Secretaria de Defesa Social (SEDS) nas reuniões das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)³¹, ele chegou a substituir um de seus assessores e, só depois disso, pôde trazer esse conjunto de informações e gráficos para as reuniões.

Alegando a necessidade de uma renovação, “*já que muitos moradores nem sabem o que é o Consep*”, o Pcom 09 comunicou que estava se desligando do cargo de secretário. Ele levantou dois assuntos na reunião: a prisão de pessoas, muitas vezes honestas, por porte ilegal de armas e a ocupação de uma área do condomínio onde reside por moradores de rua.

No primeiro caso, o delegado esclareceu o episódio, dizendo-lhe que a PM havia sido chamada porque um agente penitenciário estava andando, ostensivamente, no interior de um *shopping center*, com uma arma particular e sem registro. Ele disse que “*nesse caso é cana mesmo*”. O Pcom 09 agradeceu e pareceu aceitar os esclarecimentos.

No segundo, ele queixou-se de pessoas, “*inclusive um carroceiro, que a prefeitura cadastrou*”, que ocuparam uma área vaga do Conjunto Santa Terezinha, onde ele mora, que “*a prefeitura não deixa cercar*”. O presidente do conselho o fez lembrar-se de que o representante da prefeitura já lhe havia pedido que encaminhasse o problema por escrito à Administração Regional da Prefeitura de Belo Horizonte (AR-PMBH), esclarecendo, entretanto, que o terreno é da comunidade, e não do conjunto. O Pcom 09 alegou que jogaram pedra na janela de um morador do conjunto, e o presidente do Consep respondeu-lhe: “*Porque*

³¹ As AISP ou Áreas Integradas de Segurança Pública começaram a funcionar durante a pesquisa. São áreas geográficas que dividem a cidade, fazendo coincidir as jurisdições da PMMG e da Polícia Civil de forma a obter um trabalho mais coordenado e cooperativo das duas instituições. Ao Consep 17 corresponde atualmente a AISP 23, integrada pela 17ª CPM e pela 16ª Delegacia Distrital.

são covardes e covarde tem que levar pau, porque já chamei para se organizarem e tiveram medo. O conjunto é o coração do bairro e se o conjunto se organiza o bairro segue”.

O Pcom 08 comentou que as pessoas não podiam pensar apenas em si mesmas, e o delegado complementou explicando que *“quando todos conversam, a criminalidade é menor”* e que *“em bairros novos, onde as pessoas não se conhecem, os níveis aumentam, pois a comunidade não fez laços de amizade”*, concluindo: *“onde não há participação comunitária a criminalidade é maior”*.

Passou-se a discutir os rumores de que alguns traficantes de drogas teriam dado ordens para que o comércio não abrisse, o que assustou a comunidade do bairro, fazendo com que muitos alunos não fossem à escola naquele dia. Verdadeira ou falsa, a informação ou rumor, que tomou forma de uma notícia, circulou pelo bairro e teve seus efeitos. No Consep, entretanto, foi discutida, interpretada e elaborada pelo grupo, com auxílio das autoridades, de maneira tal que o medo diminuiu, chegando-se à conclusão de que, muito provavelmente, se tratava apenas de um boato.

O delegado explicou que *“o sucesso da operação policial exige sigilo”* e que *“haverá uma operação integrada para diminuir isso aí”*. Prosseguiu dizendo que o grande trunfo do mentiroso é justamente fazer com que acreditem na mentira dele. Observou que não se pode dar credibilidade a essas notícias, pois corre-se o risco de aumentar o nível de insegurança. Esclareceu, finalmente, que acionou viaturas descaracterizadas e que já existe um trabalho investigativo em curso, com o qual *“a comunidade pode colaborar prestando informações”*.

Nesse episódio, observa-se a estreita relação entre a informação e o contexto onde ela ocorre, pois, mesmo mantendo sigilo sobre informações acerca das operações em curso, ou seja, aparentemente negando informações, o delegado conseguiu dar uma resposta às questões levantadas, de um modo satisfatório. Isso quer dizer que é possível informar sem entrar em detalhes sigilosos e é o contexto que vai possibilitar a prestação de uma informação, mesmo com omissão de outra que, compreensivelmente, contextualmente, deve ser preservada.

Quase sempre, o delegado procurava colocar-se de uma maneira pedagógica e educativa nas reuniões. Ele mostrava paciência, confiança e firmeza nesse tipo de esforço explicativo, usando sua autoridade/credibilidade (capital simbólico) e aproveitando as situações para reforçar a necessidade de estreitamento de laços entre os moradores da região. Ele usou o

contexto para reforçar informações e transmitir seus conhecimentos e suas convicções sobre a segurança pública, chamando a comunidade à participação.

Pode-se dizer, então, de uma “atitude informacional” básica: ele assume, preferencialmente, a tarefa de prover informações e vê o Consep, principalmente, como um receptor/usuário de informações, ao contrário dos representantes da PMMG que tendem a adotar, como poderá ser visto, uma postura de buscar informações, indicativa de que vêem o Consep, preferencialmente, como uma fonte de informações.

O presidente do Consep disse aos conselheiros que se recusou a dar entrevistas à imprensa sobre o assunto porque não participa de “*fofocas*”. Para ele, a notícia partiu de “*uma meia dúzia de pessoas que querem infernizar a vida do bairro*”. Relatou ainda que um morador, que foi até à polícia para informar sobre o “toque de recolher”, só soube dizer que “*foi uma dona da escola*” que lhe havia dito. Ou seja, não dispunha de informações. Para ele, no entanto, um morador que concedeu uma entrevista ao jornal sobre o assunto disse “*muito bem*”: “*aqui não é uma favela, é um bairro*”.

O Pcom 05 perguntou ao comandante sobre a possibilidade do uso de câmaras (olho vivo) eletrônicas para auxiliar a vigilância na região. O comandante respondeu que são muito caras e que as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas em Belo Horizonte têm sido financiadas pela Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL). Complementou dizendo que, além disso, o secretário-adjunto quer estender esse serviço ao interior, havendo nisso todo um viés político-eleitoreiro. Ele, no entanto, achava que deveria começar pelos bairros de Belo Horizonte, mas, nesse caso, vai ser necessário captar recursos alternativos, ou seja, da comunidade.

É interessante notar que o termo político será, quase que exclusivamente, utilizado nas reuniões do Consep e, até mesmo na fala dos entrevistados, para referir-se a um viés. O termo assumirá uma conotação sempre pejorativa, ligada a desvio, politicagem interesseira, astuciosa, eleitoreira, e nunca em sentido mais elevado como, por exemplo, arte de bem governar, conjunto de objetivos que guiam as ações de governo ou como uma estratégia salutar de negociação e trabalho.

O Pcom 04 observou, em tom de agradecimento que, quando “apertaram” o policiamento no Bairro Santa Terezinha, os agressores passaram a agir no Bairro Bandeirantes II e, por isso, pediu para que o policiamento ostensivo fosse melhorado “*no lado de lá*”. O pedido foi atendido. O Pcom 07 informou que jovens estão tomando cerveja até de madrugada num barzinho conhecido do Bairro Santa Terezinha e aconselhou à polícia ir até lá para conversar com o dono do bar.

São essas pequenas informações que parecem sustentar o Consep e animar as pessoas. Com apoio das entrevistas individuais pode-se dizer que elas são úteis para o policiamento e fazem os moradores sentirem-se importantes para sua comunidade. Provavelmente é a esse tipo de informação que o comandante se refere quando diz na sua entrevista individual:

Em verdade, o morador reivindica segurança de uma maneira geral. O morador não faz sugestões de ordem tática. O que é que eu chamo de sugestões de ordem tática? O morador, normalmente, não diz quantos policiais militares serão necessários para serem lançados naquele local. (...) o que ele reivindica, em síntese, é a expressão de serviço de segurança pública de qualidade. Então, sob este prisma, a informação dele é importante para que eu, como comandante de companhia e sob o ângulo da polícia comunitária, consiga alocar o meu recurso de maneira mais apropriada, seja satisfazendo quem é o meu cliente, seja atendendo a minha percepção tática (Pmil 01).

No relato pode-se perceber um momento no qual a PM assume na reunião um papel de receptora de informações da comunidade. A passagem ilustra como a “informação em movimento” pode ser caracterizada como comunicação da experiência concreta de vida no bairro. Ela é construída a partir de uma subjetividade e de uma cultura local. O Pcom 07, que trabalha no posto de saúde e na creche comunitária, identifica situações de risco potencial de uma perspectiva que reflete as preocupações das mães. Ao trazer, portanto, essa informação incorpora outros olhares e atende a diferentes demandas. A comunidade, através de alguns membros do Consep, pode, então, comunicar à PM suas experiências, sentimentos, anseios, confiando em algum tipo de ação por parte da autoridade policial. Esta, por sua vez, pela contribuição do Consep, tem a oportunidade de aliar à sua técnica o sentimento da população.

6.1.2 Segunda reunião ou diversidade, movimento, acúmulo e rejeição de informações: configura-se um isolamento

Essa reunião foi totalmente dedicada à discussão de um evento cultural que seria realizado dentro de dois dias num grande espaço esportivo da região³² e teve lugar na AR-PMBH, sendo, portanto, a única a acontecer fora do local habitual. Foi realizada a pedido do representante da AR-PMBH (Pcom 01), que também faz parte da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (Comovec), criada pela SEDS.

Participaram da reunião cerca de 25 pessoas e, entre todas as reuniões observadas, essa foi a que teve maior número de participantes. Do Consep 17 estavam presentes 11 pessoas. Havia também representantes do departamento de eventos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH); BHTrans (Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte); Ademg (Administração de Estádios do Estado Minas Gerais; da empresa promotora do evento; da SEDS e também da Comovec, além de alguns poucos moradores de bairros que não pertencem à 17ª CPM. O representante da AR-PMBH no Consep (Pmun 01), também membro da Comovec, atuou como coordenador da reunião.

Logo de início, o representante da BH-Trans prestou uma série de informações sobre o evento³³ e sobre as providências tomadas em relação ao trânsito, que alterariam a rotina dos bairros. Em seguida falou o administrador do estádio no qual se daria o evento, explicando que a escolha desse novo local, maior que o anterior³⁴, se deu porque há uma maior possibilidade de controle da situação. Ele esclareceu que o novo local, idealizado para sediar jogos de futebol, tornou-se um espaço multiuso. Observou que o evento é positivo, que agrada aos jovens e que, caso a sociedade não assuma essa realidade, eles vão acabar fazendo o evento em lugares marginais e, aí sim, sem qualquer controle ou proteção.

Dois assuntos dominaram toda a reunião: o barulho causado pelo evento e o aumento da criminalidade nas imediações do estádio. Alguns conselheiros e moradores, bastante

³² Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), construído para a prática do futebol em 1965 e tem capacidade para cerca de 75.000 pessoas, administrado pela Ademg (Administração de Estádios do Estado Minas Gerais) e está localizado na Pampulha, em Belo Horizonte.

³³ O evento se chamava "Axé Brasil", *show* musical com grande afluxo de jovens, que se realizaria no Mineirão.

³⁴ O evento era realizado no Estádio Independência, que também foi construído para a prática do futebol no final da década de 40, com capacidade para cerca de 18.000 pessoas, de propriedade do América Futebol Clube, localizado no Bairro Horto, em Belo Horizonte.

nervosos, temiam que o evento musical, diferentemente dos jogos de futebol, provocasse um barulho mais constante e intenso e, por isso, extremamente perturbador.

O representante da empresa promotora informou que haveria controle do nível de ruído e que não desrespeitaria a legislação relativa ao assunto. Explicou que seria utilizado um equipamento de última geração e que a propagação sonora seria menor do que em equipamentos convencionais. Informou também que já havia recolhido as taxas do serviço de limpeza urbana (SLU) e de segurança pública. Disse também ter contratado a SLU para fazer uma limpeza diária extra do local, logo após os eventos. Dirigindo-se, principalmente, aos conselheiros, perguntou: *“Por que não pode haver um evento sem barulho, sem bagunça e sem sujeira? Qual o preconceito?”*

O presidente da Associação Comunitária Viver Bandeirantes (que é também assessor parlamentar na Câmara de Vereadores da cidade), tentando acalmar os ânimos, disse que *“temos que ir em cima do poder público e não do promotor do evento”* (Pcom 14). Para ele o empreendedor está correto, pelo que *“temos que cobrar do setor público. O que o poder público pediu, o promotor do evento fez”*. A partir de sua experiência na área parlamentar, o Pcom 14 propôs que o esforço fosse dirigido no sentido de modificar a lei, pressionando os legisladores municipais.

O representante da AR-PMBH, lembrando que um evento dessa natureza não é proibido na cidade, aproveitou para dizer que a prefeitura tem que observar a lei. O Pcom 04 propôs, então, uma taxa de preservação que pudesse compensar os estragos e os danos à comunidade afetada e que fosse aplicada em melhorias para a região, no sentido de estruturá-la melhor e reduzir os impactos desses eventos.

Durante a reunião, os ânimos exaltados de alguns moradores, cansados do barulho e dos transtornos causados por esse tipo de evento, dificultaram as trocas informacionais. Praticamente não houve diálogo (interação informacional) e, principalmente, nenhuma proposta para encaminhar o problema foi aprovada.
--

Apesar da intensa participação dos conselheiros, o presidente do Consep (Pcom01) assumiu a palavra e disse que a reunião estava distorcida e que o Consep estava sendo apenas

um mero espectador. Ele observou que o comandante da companhia e o delegado da polícia civil não falaram e que, no entanto, haviam saído de suas rotinas para virem à reunião.

O delegado disse, então, que era necessário buscar nos órgãos competentes meios para dar mais segurança ao evento. Esclareceu que iria haver um delegado de plantão. O comandante da companhia disse que estava há apenas dois meses no cargo, que veio para uma reunião do Consep e que não iria emitir juízos de valor, pois recebera ordem para zelar pela segurança do evento. Observou, no entanto, que iria trabalhar “*no limite*” de sua capacidade e que todos os esforços possíveis seriam feitos, mas que não havia como negar que os índices de criminalidade nesses eventos são altos e que “*os efeitos são avassaladores*”, pois, ao reforçar o policiamento no local do evento, outros bairros vizinhos ficam, de fato, desguarnecidos. O Pcom 13 disse que, apesar de não morar muito próximo ao local do evento, sofre suas conseqüências e que os moradores sentem-se prejudicados por causa do vandalismo: “*Há muito roubo de carros e de toca-fitas*”.

Nesse ponto, a representante da SEDS e também coordenadora da Comovec, certamente baseado em IEG, disse que, de fato, foram identificados focos de vandalismo, mas que, depois da criação da Comovec, eles já diminuiriam consideravelmente, pois as regiões próximas passaram a ser alvo de atenção também. O Pcom 12, incomodado com o desencontro de informações, interveio e disse: “*o comandante falou uma coisa e a senhora falou outra*”. O comandante respondeu que não falava por teoria, mas por prática, e reafirmou que “*quando há o evento o atendimento na periferia dele cai*”. A representante da SEDS-Comovec esclareceu que homens vão ser deslocados de outras regiões da cidade para atuarem na região do evento. O comandante, no entanto, insistiu que “*vão ligar para o 190 e os problemas da companhia não poderão ser atendidos, a viatura não poderá vir*”.

Sem entrar no mérito da questão entre o comandante da CPM e o coordenador da Comovec acerca dos impactos do evento nos bairros vizinhos ao estádio, pode-se dizer que, para o primeiro, “*a teoria*”, no caso as IEG, não refletem muito bem a prática. Ele utiliza-se de um argumento muito semelhante ao do Comandante Geral da PMMG durante a abertura do 2º Encontro de Presidentes de Consep da 7ª RPM. Na sua entrevista individual, como já foi dito, mencionou ter poucos conhecimentos de geoprocessamento e dificuldades de encontrar um assessor para auxiliá-lo no trabalho com as IEG. A desvalorização da teoria pode,

portanto, ser expressão dessa dificuldade e, também, de uma irritação com o geoprocessamento como um instrumento gerencial, sobre o qual ele se manifestou não só em sua entrevista individual mas também em outras reuniões³⁵, como um instrumento de pressão utilizado pelo CPC para obtenção de resultados.

De qualquer maneira, os desencontros nas abordagens do coordenador da Comovec e do comandante da 17^a CPM refletem conflitos e profundas dificuldades para a realização de um trabalho articulado entre as agências do sistema de segurança pública.

O coordenador encerrou a reunião nesse ponto, agradecendo ao Consep, dizendo que, na realidade, a reunião fora transformada numa reunião da Comovec com a comunidade. Ele lembrou que a PMBH estava propondo uma avaliação pós-evento entre os promotores e moradores. O presidente do Consep, no entanto, rejeitando os conteúdos informacionais dessa reunião, disse que, numa próxima reunião seriam tratados assuntos do Consep.

Até a data em que se encerraram essas observações, ou seja, até o final do mês de agosto do mesmo ano, não mais se falou sobre esses assuntos durante as reuniões do Consep e não mais se buscou dialogar com a Comovec.

Na realidade, essa reunião parece ter sido esquecida, pois o presidente do Consep, assim como o delegado e o comandante da CPM, não a consideraram como uma reunião do Consep. Entretanto, os conteúdos informacionais rejeitados são relevantes e podem ser considerados pertinentes na perspectiva do modelo de policiamento comunitário.

Uma aproximação com a SEDS/Comovec poderia ser uma oportunidade de cooperação e aprendizagem mútua, o que muito poderia contribuir para a promoção da segurança pública na 17^a CPM.

Evidencia-se uma desarticulação interna, dentro do próprio Consep, pois, embora alguns conselheiros tenham participado e feito sugestões, a direção do conselho tomou uma direção contrária e recusou-se a contribuir com os debates.

Ao convocar o Consep para uma reunião com outros órgãos ligados à gestão municipal e estadual (Comovec, BHTrans e Ademg) o representante da AR-PMBH abriu uma importante

³⁵ Ver quinta reunião, especialmente, quando na p. 205, antes de mostrar as IEG o ele diz: “*eu vou mostrar o que nós sofremos*”. Na p. 211, menciona dificuldades enfrentadas junto ao comandante do CPC que “*tende a olhar as estatísticas de modo absoluto*”.

possibilidade para a realização de trocas informacionais que, no entanto, não foi valorizada. Além disso, a reunião abriu espaço para que o Consep 17 pudesse posicionar-se em questões de interesse da cidade como um todo e, muito particularmente, dos bairros da 17^a CPM, vizinhos que são do estádio, mas quase nada foi trazido como proposta para a resolução dos conflitos ou levado para posteriores discussões.

Considerando-se os dados das entrevistas individuais com os conselheiros, pode-se dizer que, nessa reunião, começaram a surgir situações que, na verdade, são a expressão de duas das dificuldades básicas do Consep 17, que influenciam na seleção e construção de informações. Primeiro, não identificar como relevantes informações sobre os contextos da criminalidade. Segundo, não atentar para cuidados com o ambiente urbano e, por isso, distanciar-se, principalmente, da prefeitura e da guarda municipal (GM), mas também de outros órgãos e instituições públicas e privadas.

6.1.3 Terceira reunião ou “Eu fico perdidinho aqui”: configura-se o vazio informacional

A terceira reunião pode ser considerada como o ponto crítico da questão informacional no Consep. Nela desenrolaram-se discussões e foram abordadas questões que podem ser consideradas nevrálgicas no processo de construção compartilhada de conhecimentos ou do “terceiro conhecimento”, aquele que, sintetizando saberes dos diversos pólos informacionais (PM, Polícia Civil, comunidade, administração municipal, centro de saúde, igrejas, escolas, conselhos tutelares e outras organizações do poder público e da sociedade civil), poderia constituir-se como referência informacional do Consep, no sentido de criar e consolidar o policiamento comunitário nos bairros da 17^a CPM.

Foi uma reunião de grande riqueza e diversidade informacional. Houve uma forte demanda por uma clara definição quanto ao real papel e objetivos do Consep, tendo sido abordada a necessidade de um estatuto e de um serviço de secretaria que pudesse viabilizar uma melhor comunicação com outras forças da comunidade. Houve, também, uma forte demanda por conhecimento e informações, tanto sobre a criminalidade local, nomeadamente por IEG, quanto sobre outras organizações comunitárias atuantes na região. Discutiu-se, ainda, a necessidade de aumentar a participação de outras entidades, públicas ou da sociedade civil,

no Consep, articulando esforços e competências e, por fim, as relações da PM com a escola e o papel da prefeitura na segurança pública, nomeadamente o “programa educacional de resistência às drogas” (Proerd), o escotismo e a GM.

As dificuldades foram tantas que se chegou à noção de “vazio informacional” para o entendimento da situação. Outros assuntos, também importantes, foram tratados, mas sem merecer maiores discussões: a audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), que tentou reunir todos as lideranças dos Consep de Belo Horizonte, e o “Defenda BH”, movimento que congrega grande número de presidentes de associações de moradores dos mais diferentes bairros da cidade. Ao final da reunião vislumbrou-se um outro problema que tem dificultado a construção compartilhada de conhecimento no Consep e que será melhor discutido na análise da quarta reunião: a “perda e a descontinuidade informacional”.

Para uma melhor apresentação dos dados, a reunião foi dividida em cinco momentos distintos, que correspondem a cinco diferentes temáticas.

6.1.3.1 Momento inicial: “Cadê o estatuto?”

Antes mesmo do início da reunião o Pcom 10, dirigindo-se ao presidente, perguntou pelo estatuto do Consep: “*Cadê o estatuto? Sem estatuto não tem regra*”. Ao que este respondeu: “*Regra tem, só não tem o estatuto*”. Ele, então, abriu a reunião informando sobre uma audiência pública que havia acontecido na CMBH no dia anterior, que reunira os representantes dos Consep da cidade. O Pcom 10 voltou ao assunto anterior, insistindo na necessidade de um estatuto para o Consep, dizendo “*eu fico perdidinho aqui*”.

A expressão sintetiza o sentimento causado por aquilo que esta pesquisa identificou como um “vazio informacional”. Trata-se de uma noção utilizada para designar uma situação, freqüente nas reuniões do Consep, na qual falta um sentido para a discussão, ou seja, há uma ausência de objetivos claros que desorganiza a comunicação, manifestando-se nas pessoas através de uma vivência de desorientação. É esse “vazio informacional”, caracterizado por um estado de redundância, pela ausência de sentidos, que dificulta a seleção e a construção compartilhada de informações pelos conselheiros e pelo Consep, como um grupo.

O Pcom 10 passou a falar da palestra de um urbanista realizada para os presidentes de associações de bairros, na qual surgiu a idéia do “Defenda BH”. Contou que já se reuniram 24 presidentes de associações de bairros, num primeiro debate, com o CPC. Num segundo encontro ele mandou, como representante, um tenente-coronel, comandante de batalhão. Disse que pôde ver que o Proerd não tem apoio das Secretarias de Educação, nem estadual, nem municipal, embora ache que “*deveria ter amplo apoio*”. Informou que o próximo tema a ser debatido seria a poluição sonora e as antenas de telefonia celular da cidade.

Nenhuma pergunta foi feita sobre o recém-criado “Defenda BH”, e as informações trazidas, apesar de seu relevo, não despertaram maiores debates ou curiosidade.

O presidente do Consep voltou a falar sobre a audiência pública na CMBH. Já havia dito que havia verificado uma “*grande desarticulação*” das associações de bairro e acrescentou: “*Pensei de não ir*” porque “*quando reúne o grupo político ...*”, disse ele num tom desconfiado e desanimado. Informou também que o tenente-coronel, comandante da 34ª Batalhão de Polícia Militar (BPM), compareceu, representando o comandante do CPC. O Pcom 10 interrompeu para dizer que estava “*de olho nele*”, pois “*está saindo fora*” e que “*tem coisas que tem que ser ele mesmo*” e, por isso, não deve mandar representante.

A ausência do comandante do CPC em eventos relacionados com iniciativas da comunidade é também um elemento limitador para a troca de informações entre o alto comando e a comunidade que procura organizar-se. A presença de um interlocutor interessado constitui um importante estímulo para a construção e a troca de informações e conhecimentos relevantes. O envio de um representante significa, para a comunidade, perda de capital simbólico mobilizado pelo evento e, portanto, diminui o valor das interações informacionais.

Reassumindo a palavra o presidente contou que todos puderam falar, sendo que muito se reclamou de dificuldades financeiras, “*não têm dinheiro para pagar um aluguel, um telefone, nem nada*”. Disse que elogiou a participação efetiva do atual delegado da polícia civil no Consep e lembrou como foi difícil mantê-lo na região, pois havia sido transferido

recentemente. Informou que havia também um representante do secretário de governo, o Sr. Anastasia, que já são trezentos os Consep em MG e que o vereador Totó Teixeira, promotor da audiência, ficou de convocar outras e de tentar alguma coisa, em termos de apoio aos Consep, junto às prefeituras municipais.

Tampouco esse assunto mereceu maior atenção dos participantes. O próprio presidente do Consep mostrou-se pouco animado com a reunião como forma de fortalecimento dos Consep, preferindo abordá-la como um evento (ou manobra) político. Já se viu que o termo ganha sempre tonalidades pejorativas nas reuniões do Consep, significando demagogia, busca de projeção meramente pessoal, esperteza, corrupção e pouco caso com as questões de interesse coletivo. Outras acepções (ou sentidos) do termo ligadas à discussão de interesses, negociação e acordos visando ao bem comum não são acionadas pelos participantes.

6.1.3.2 Segundo momento: a (difícil) relação com as escolas

O presidente prosseguiu dizendo também que “*falou mal das escolas*”. Para ele “*são uma cortina de fumaça*” que pedem muito e não dão nada e “*não apoiam o Proerd*”. Iniciou-se então uma longa e relativamente conturbada discussão.

Ele comentou que havia marcado uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação e que procurara esse órgão porque, quando entregou as cartilhas sobre segurança preventiva, elaboradas pelo Consep e pela PMMG, às escolas, elas receberam, fizeram o lançamento, mas não repassaram aos demais alunos e seus pais. Entendeu que estava havendo um boicote, sentindo, então, necessidade de buscar medidas que viessem de “*cima para baixo*”. Disse que há “*idéias maravilhosas*” que as escolas, de fato, não apóiam, referindo-se, principalmente, à proposta de cada escola criar um movimento esportivo com a ajuda dos jovens universitários das igrejas locais. Durante essas disputas esportivas, ele gostaria que acontecessem, paralelamente, as palestras do Proerd, reunindo os alunos e suas famílias.

Falou, ainda, que a igreja católica possui “*uma freqüência imensa*” e que lá existem muitos jovens que querem trabalhar na escola e que querem falar sobre a família e sobre a desagregação familiar. Lamentou, entretanto, um episódio no qual um questionário aplicado

por eles aos pais dos alunos, visando levantar o que os pais pensavam acerca da escola, tivesse sido muito mal recebido pelas diretoras das escolas.

Dois conselheiros tentaram relativizar esses acontecimentos e abrir espaço para uma discussão do problema, sugerindo a possibilidade de que alguma falha tivesse ocorrido, perguntando por que o questionário havia surtido um efeito contrário ao desejado, ou seja, não conduzira a uma aproximação dos jovens com as escolas.

O presidente do Consep respondeu: “*As escolas estão mendigando segurança!*”. Contou que uma diretora o procurara para dizer que havia “*uma dupla armada dentro da escola que ameaçava professores*”. Observou que eles têm medo de chamar a polícia. O sub-comandante e o Pcom 13 disseram que, no entanto, “*isso é um caso de polícia*”. Por outro lado, o Pcom 10 interveio perguntando se a polícia não estaria “*entrando na escola no lugar do educador?*”, mas o presidente do Consep, voltando a usar termos fortes, disse que “*o educador está sendo covarde*”.

Nesse momento manifesta-se mais agudamente o “vazio informacional”. Perguntas pertinentes e importantes ficam sem resposta. Há um vácuo de novas informações que poderiam advir do diálogo com o outro lado, ou seja, de um contato com a perspectiva dos educadores. Talvez fosse necessário perguntar: Se a escola está mendigando segurança, por que não vem às reuniões do Consep? O educador estaria mesmo sendo covarde? Diante de que estaria se acovardando o educador?

O sub-comandante, que já havia atendido a ocorrências em escolas, explicou que, nesses casos, os policiais advertem o aluno, chamam os pais, num trabalho no qual se sentem mais como educadores do que como policiais. O Pcom 10 disse que “*a escola não está fazendo a diferença*”, e o Pcom 05 completou dizendo que “*a escola tem que ter qualidade*”, dando chance às pessoas de melhorarem na vida. O Pcom 06 manifestou uma opinião diferente daquela que vê os professores como covardes e, procurando entender o problema sob uma outra perspectiva, contou que um aluno “*mandou o professor embora da escola*”, ameaçando-o e, em seguida, ponderou dizendo que os professores “*não têm apoio*” e, evidentemente, “*não vão enfrentar aqueles que os ameaçam*”.

É nesse contexto que o Pcom 05 perguntou ao presidente do Consep se “*esse tipo de ameaça ao professor é muito comum?*” E ele respondeu: “*Na nossa região não. Eles estão vindo aqui perguntar o que fazer, porque aqui as coisas estão dando certo. Isso é na área da 8ª CPM.*” Ele exemplificou citando o trabalho que vem sendo feito junto às escolas da região através do escotismo e do Proerd. Depois de discutir a questão do escotismo com o presidente do Consep, o Pcom 10 dispôs-se a ajudar e a conseguir mais pessoas que queiram adotar escoteiros, aproveitando para dizer que muita coisa começa pela televisão, que “*mostra tudo aquilo que a criança não pode fazer*”.

O presidente do Consep, acalmando-se um pouco, advertiu, como se falasse consigo mesmo, que não seria possível querer “*sair daqui, hoje, com o problema solucionado*”, pois isso se dá a longo prazo. O Pcom 15, que trabalha com um grupo popular de dança folclórica, fez uma outra observação tranquilizadora, sugerindo uma atitude diferente: “*É com o trabalho que vem o resultado, com boa vontade*”. O Pcom 10 lembrou que “*o Rotary e o Lyons têm um trabalho social muito bom*” nesse sentido.

O presidente, talvez já um pouco cansado, observou: “*Eu tenho é que ter proposta. A PM e a civil já deram apoio. Nós temos é que conseguir entrar na escola*”, mas não deixou de reafirmar que “*os piores parceiros para trabalhar com a comunidade são as escolas*”. O Pcom 13, apoiando essa versão, contou que ele queria ensinar os alunos a fazerem evoluções para o desfile de 7 de setembro e “*a professora não deixou*”.

Algumas dessas últimas colocações tendem a romper com a situação de “vazio informacional”. São perguntas, dúvidas que tentam abordar a situação da perspectiva também dos educadores. O presidente reflete sobre o próprio Consep, produzindo informações sobre seu desempenho, concluindo, talvez um tanto ou quanto apressadamente, que precisa ser mais propositivo. Quando, na realidade, talvez devesse abrir-se às proposições e aos problemas da escola.

Em determinado momento da seqüência da reunião o delegado levantou a mão para uma “*questão de ordem*” e disse:

É necessário ter muito tato com os diretores de escola, pois são eleitos pela comunidade e têm medo de desagradar. Eles tiveram medo do questionário, porque tiveram medo dos fatos virem a público. Houve um caso de uma menina que chegou com a professora e a mãe no carro e havia sido espancada. Elas não queriam polícia, conselho tutelar ou juizado de menores. A PM é do portão para fora. Eles não querem tornar isso público. Eles já foram chamados para as reuniões (Pciv 01).

Há uma grande dificuldade entre alguns membros do Consep e as escolas da região prejudicando a comunicação e a troca de informações, interferindo na construção de sentidos e do “terceiro conhecimento”, justamente aquilo que poderia sustentar algumas ações conjuntas e concretas de caráter preventivo contra a violência, já que a escola é uma instituição importante nesse processo.

Há alguns indicativos de que possa tratar-se de conflitos de natureza político-partidária, ligados, sobretudo, à prefeitura, como poder-se-á observar mais à frente.

Deve-se notar, também, a presença da idéia de que a eleição democrática dos diretores das escolas pelos pais e pela comunidade conduziria os primeiros a uma atitude meramente politiqueria. Novamente aparece na reunião a referência pejorativa à política e, agora mais precisamente, ao processo eleitoral. Talvez esse discurso deva ser interpretado como expressão de uma crença, evidentemente ilusória, na possibilidade de uma ação humana ser politicamente neutra e/ou objetiva.

Mais do que isso, talvez possa ser interpretada no contexto de um processo, atualmente em marcha no País, que pretende desqualificar a política, tentando enfraquecer as instituições democráticas, porque não são perfeitas e, assim, prescindir da participação do saber popular em detrimento da tecnocracia e da hierarquia. Uma das conseqüências mais imediatas desse discurso é reforçar a descrença nas autoridades políticas democraticamente constituídas, o grave sentimento de impotência quanto à possibilidade de desenvolver ações para a transformação da realidade, ou seja, a desmobilização política da comunidade.

6.1.3.3 Terceiro momento: demandas informacionais

Na seqüência das discussões sobre as dificuldades com as escolas da região, o Pcom 04 que, até então, ouvia, aproveitou o momento de dúvidas e questionamentos, que sempre abre espaço para a produção de novas informações e conhecimentos, para fazer sugestões, propondo algumas mudanças no modo de funcionamento do Consep.

Ele tirou uma pequena lista de lembretes e sugeriu medidas para melhorar a comunicação e a informação. Referiu-se à necessidade de haver uma secretaria do Consep, que seria responsável pelas atas e pela convocação dos membros para as reuniões. Disse que *“hoje, por exemplo, a prefeitura não veio”* e, prosseguindo, demandou informações dizendo: *“não tem uma estatística”*, mas destacou que não está se referindo àquele *“negócio que a gente não entende”³⁶*. Disse que, na realidade, *“quem ajuda é o delegado”* e que recorre a ele *“porque o 190 não funciona”*. Insistiu dizendo que *“nós precisamos dessa secretaria para convidar as diretoras das escolas”* e que *“o colégio virá, o professor virá, os bombeiros, o conselho tutelar, o juizado de menores”*. Concluiu dizendo que *“a educação não é só da professora, mas de todos”*.

Disse, ainda, que a mudança freqüente de comando feita pela PMMG na companhia *“está nos prejudicando”* e citou, como exemplo, o problema de um POV (posto de observação e vigilância), que foi solicitado a um comandante pela comunidade e por um colégio de seu bairro, mas que não chegou, mesmo a comunidade tendo providenciado um reboque para o seu transporte. O sub-comandante interrompeu para informar que o POV *“foi para a PPL”³⁷* e o Pcom 04 conclui: *“Mudou o comando e ficamos sem o POV”*.

O Pcom 04 perguntou ao sub-comandante: *“Você vai ficar conosco?”*. Ele respondeu com presteza, mas evasivamente: *“estou sempre com vocês”*. Referindo-se às estatísticas das ocorrências, o Pcom 04 perguntou em tom de uma cobrança: *“Como está a nossa situação?”*. O sub-comandante respondeu: *“eu sei, está aqui na minha cabeça”*. O Pcom 05 ponderou: *“Tem que ser mais bem preparado, mais sistemático”*. Sentindo-se pressionado pelos

³⁶ Refere-se a uma reunião havida com os conselheiros na sede do BPM, no qual o comandante mostrou as IEG, gráficos e mapas da criminalidade ou aquilo que os conselheiros costumam chamar de “pesquisa”. Durante a entrevista individual ele queixa-se que *“como o negócio era para BH inteira não cabia nem argumentação”*.

³⁷ Pedreira Prado Lopes, um aglomerado pobre e com altos índices de violência de Belo Horizonte – MG.

questionamentos, o sub-comandante disse então: “*O problema é no Bairro Serrano*”, pois aqui a situação está tranqüila depois das operações policiais.

O que se pode observar é que, provavelmente, ele não conhecia bem as informações sobre a região. Ele trabalhava apenas com uma idéia geral e simplificada das ocorrências que lhe diziam que os problemas maiores estariam no Bairro Serrano. Ainda que isso possa ser um fato, a informação cobrada não estava disponível, constituindo um outro exemplo do “vazio informacional” que tem caracterizado, até aqui, as reuniões do Consep 17.

O Pcom 04 mostrou-se, ainda, preocupado com a representatividade e em agregar uma participação mais ampla nas reuniões do Consep. Deu idéias, chamando a atenção para alguns pontos relevantes. Sua fala e, sobretudo, as perguntas que dirigiu ao grupo, expressavam demandas informacionais importantes.

É necessário fazer o cadastramento das associações de nossa área, ir até aos presidentes, talvez com um questionário para saber como a atuação deles poderia ser. Perguntar a eles por que não vêm? Quais as dificuldades? Temos que saber o que fazer para envolvê-los, pois são sempre as mesmas pessoas que vêm. Muitos alegam a questão da dificuldade de deslocamento. Quem sabe não fazemos as reuniões em vários pontos, para tentar envolver mais pessoas? Está tendo uma queda na participação. Quando as reuniões foram feitas no *apart* hotel, por exemplo, o local inibiu determinadas pessoas. Houve líderes que ficaram inibidos de vir. Tem que haver um espírito de segurança pública, é preciso haver participação social. Está no momento de fazer a busca dos líderes das associações (Pcom 04).

Alguém perguntou quantas associações comunitárias existem na região, e o sub-comandante respondeu que eram nove ou dez. O Pcom 13 contestou: “*Temos muito mais, temos que fazer um levantamento e para isso é necessário um carro à disposição*”. O Pcom 10 lembrou que “*a regional tem essa informação*”, ao que o sub-comandante, evidenciando e protagonizando a disputa (informacional) da PM com a AR-PMBH, respondeu: “*a minha relação é mais atualizada que a deles*”. O delegado objetou, evidenciando outras facetas do conflito, certamente de natureza política, conforme ele mesmo vai admitir mais à frente, e, referindo-se à AR-PMBH, disse: “*eles querem criar uma comissão de segurança pública, querem mexer com segurança pública, que é coisa da comunidade*”.

Existe uma demanda por formalidade, que pode ser interpretada como demanda por memória, por conhecimento e um compromisso mais bem definido e duradouro com determinados objetivos. Há uma demanda por um direcionamento, que poderia dar maior sentido às discussões, gerando informação nova, rompendo a redundância e o vazio, relativas à atividades e práticas de prevenção da criminalidade e da violência na região. O grupo parece perguntar: Para onde estamos indo? Qual o significado de nossos esforços? A falta de um sentido mais amplo é uma barreira à construção de informações relevantes e de conhecimentos que permitam superar dificuldades. Nessa reunião descobre-se, com surpresa, que o Consep não possui um estatuto.

6.1.3.4 Quarto momento: demanda por mediação

Embora o assunto referente às demandas por memória tenha sido desviado para uma contraposição entre informações da PMMG e PMBH, o Pcom 03, que até então permanecia escutando, interrompeu para dizer que se sentia “*incomodado*” no Consep. Aproveitando o desvio do assunto, que evidenciava os conflitos existentes entre o Consep e a prefeitura, ele tentou discutir a questão da finalidade do Consep, entender seu papel e, por conseguinte, também o papel da prefeitura. Trata-se de uma outra demanda informacional importante que, também, parece não ter sido levada na devida conta.

Eu não sei o que é Consep. Acho que há um esforço disperso. Por exemplo: há o Proerd, o anjos da escola, a polícia comunitária, mas falta articulação. O programa do Consep está inserido em que linha? É uma questão do Estado, da prefeitura? A prefeitura tem o papel dela? (Pcom 03).

Alguém pediu para que desse um exemplo sobre qual seria, então, o papel da prefeitura, e o Pcom 03 respondeu “*iluminação pública*” e, prosseguindo, tentou melhorar ou identificar melhor resposta, dizendo que “*ela tem o papel dela*”, mas dando a entender, ao mesmo tempo, que não sabe bem qual é esse papel. Acabou dizendo que não é um especialista em segurança pública, mas que busca outras idéias de como pode se dar a participação da prefeitura e de como o Consep pode ser mais efetivo:

A gente fala que a escola não participa, mas a prefeitura tem como influir nisso. Já vi vários problemas começarem, serem levantados no Consep e não terem continuidade. Também estamos cobrando as estatísticas para saber os efeitos dos esforços. Vamos usar esses dados a não ser para conhecê-los? Eu não entendo de segurança pública, mas sinto na pele a desarticulação (Pcom 03).

Pode-se perceber com clareza o papel da informação: unir as coisas que estão, por algum motivo, separadas; integrar os esforços díspares, esclarecendo dúvidas e preenchendo vazios. É nesse sentido que o conselheiro demanda informações. Quando ele diz “eu não sei”, abre-se um espaço para sua construção. A demanda surge no momento em que a falta de articulação é sentida como problema, ou seja, admite-se um vazio.

Descobre-se aqui que, ao admitir ou assumir conscientemente a existência do “vazio informacional”, uma pessoa ou grupo, paradoxalmente, abre espaço para a construção de informações.

Além disso, um outro processo pode ser elucidado. Ao demandar uma outra fonte de conhecimento – especialista – o conselheiro, como sujeito da informação, revela o possível papel do mediador no processo de construção da informação. Ele parece ressentir-se de uma outra fonte de conhecimento, ao tentar superar o impasse do “vazio informacional”. De certa forma, ele consegue esse intento, mas parece sentir falta de um (poder) mediador, de um conhecimento mais objetivado talvez, que pudesse tentar a articulação do saber técnico com as questões práticas que estão a interessar a comunidade. Há demanda de uma informação que, nesse caso, possa provocar rupturas nos velhos conflitos, trazendo outros dados e perspectivas e, dessa forma, contribuir na construção do “terceiro conhecimento”.

Dessa forma, pode-se dizer que, esta pesquisa, ao buscar o “terceiro conhecimento”, acaba por encontrar, também, a sua contrapartida, ou seja, o “vazio informacional”, como um subproduto das impossibilidades de sua construção. O vazio informacional, no entanto, não é o reverso ou o contrário do “terceiro conhecimento”, devendo ser concebido como uma eventual etapa a ser vencida. Isso quer dizer, como poderá ser visto mais claramente à frente, que não deve ser entendido como uma disfunção, mas como uma situação que deve ser vivida e reconhecida e, dessa forma, como parte do processo de construção do “terceiro conhecimento”.

6.1.3.5 Quinto momento ou epílogo: disputas políticas

A reunião prosseguiu com a intervenção do delegado tentando explicar a situação ao dizer que há *“uma palavrinha que traduz isso tudo: vaidade. Quem é o pai ou a mãe da criança? A prefeitura, o delegado, a PM? A GM foi criada. Já estão armando a GM, igual em São Paulo, onde a PM e a GM estão em guerra”*. O presidente do Consep acrescentou: *“Vão ajudar a BH-Trans a multar”*. O Pcom 07, que nessa reunião nada havia dito até aquele momento, falou de uma função da GM: *“no posto de saúde só tem alarme, não tem policial, quando toca o alarme quem atende é a GM”*. Mas o delegado observou que:

A função deles é o patrimônio municipal, do qual não estão cuidando. A praça, onde há muito malandro, eles não estão cuidando. Mas a delegacia foi lá, chamou e limpou e, de certa forma ilegalmente. Do lado de lá da Pampulha tem uma favela que necessita poda de árvores, iluminação e do social, que é recolher o pessoal de rua (Pciv 01).

Seguiu-se o seguinte diálogo:

“O que a prefeitura está pretendendo na segurança pública?” (Pcom 10)

“Lembra a Guarda Civil?” (Pcom 13)

“Descia o porrete com vontade.” (Pciv 01)

“O negócio é a eleição, querem criar a GM para se fortalecerem em cima da segurança pública.” (Pcom 13)

“A GM foi criada no Brasil todo³⁸” (Pcom 03).

“Não cuidam do patrimônio da região, vamos começar a botar a boca no trombone. O Fulano de Tal, jornalista do Estado de Minas, pode ajudar. Temos que denunciar” (Pcom 10)

O delegado (Pciv 01) observou que *“ano que vem será um ano político e podemos articular os líderes, ver a nossa capacidade de mobilização e limpar as praças”*. O Pcom 10 ironizou: *“ai a prefeitura vai falar que conta com o apoio da população”*. No contexto de uma fala sobre o representante da AR-PMBH no Consep, o Pcom 10 disse, em relação à sua influência na AR-PMBH: *“ele e nada é a mesma coisa”* e ainda *“se ele estivesse aqui ia ouvir”*.

³⁸ O conselheiro está tentando mostrar que não se trata de uma iniciativa isolada da PMBH.

O presidente do Consep chamou a atenção para a necessidade de encerrar a reunião e mostrando-se preocupado, disse: *“Esta semana eu estava pensando que quando o delegado chegou aqui estava o Major Fulano, companheiro que continua trabalhando. Nós temos que trabalhar, porque senão estaremos fazendo propaganda enganosa”*. Ele falou numa ação coordenada das duas polícias e sugeriu: *“Que tal uma por mês?”* Seria a última expressão do “vazio informacional” de uma reunião que já estava em seu final, mas, para consolidar-se ainda mais a situação que se tenta descrever, deu-se o seguinte diálogo entre o delegado (Pciv 01) e o sub-comandante (Pcom 02), em resposta à preocupação do presidente:

“Deixa a viatura nossa chegar.” (Pmil 02)

“É o país do futuro.” (Pcom 10)

“Está feita a proposta. Vamos escolher um bairro. Fizemos um trabalho no Mineirão e levamos a comunidade. Quando o repórter chegou lá falamos que a população estava ali acompanhando os trabalhos, que era uma demanda da população. Aí o repórter mudou de atitude”. (Pciv 01)

“Que operação seria?” (Pmil 02)

“Pode escolher.” (Pciv 01)

“Batidão numa favela.” (Pmil 02)

“Pô, quando a PM quer mostrar serviço vai logo na favela! Sou contra. Melhor numa avenida importante, movimentada.” (Pciv 01)

Soa esse diálogo como algo burocrático, estereotipado, mecânico. Ocorreu, provavelmente, como tentativa de preencher o vazio deixado pela (difícil) reunião que chegava ao seu final, sem que houvesse mais tempo para que fossem vislumbradas alternativas ou respostas para os questionamentos colocados e para dúvidas surgidas, como as que foram expressas pelo presidente do Consep. Entretanto, seu conteúdo não foi capaz de gerar sentido, pois careceu de valor substantivo e só fez aumentar a sensação (mal estar) de vazio informacional.

A reunião se desfez e todos começaram a conversar em duplas e/ou pequenos grupos. O Pcom 06 chegou até ao pesquisador e disse, referindo-se à entrevista realizada: *“achei muito bom conversar com você”*. No contexto da reunião que terminou, ficou a impressão de que ele ficou grato, sobretudo, por ser ouvido longamente e sem interrupções. Já o Pcom 10, que fora muito atuante e expressivo nas duas últimas reuniões, também veio até o pesquisador e disse que *“as pessoas falam muito pouco, brigam muito pouco”*. Ele parecia preocupar-se com o

silêncio das pessoas que, para ele, vinham evitando prestar informações, sobretudo na medida em que isso significaria também expressar sentimentos de insatisfação e descontentamento.

No primeiro caso, transmitir informações foi prazeroso, pois a subjetividade pode ser expressa na presença de um interlocutor percebido como interessado. No segundo caso, quando não se expressa, ela parece associar-se ao desprazer.

De fato, essa reunião pode ser considerada paradigmática no contexto desta pesquisa. As demandas informacionais foram muito intensas. Muitos conselheiros levantaram dúvidas e fizeram perguntas que não foram respondidas. Os conflitos internos do Consep apareceram, bem como as suas dificuldades para conversar e, portanto, construir informações e conhecimentos, com outros setores da sociedade. A falta de objetivos claros, de memória das reuniões, a ausência de um projeto ligando o Consep a um modelo de policiamento comunitário, impedem os conselheiros de selecionar as informações mais importantes, as iniciativas mais promissoras, os assuntos pertinentes e as discussões mais interessantes.

Antes de prosseguir, talvez seja oportuno dizer que é em função desse “vazio informacional” que se verificará a falta de importantes conselheiros nas reuniões seguintes. Por isso mesmo, um outro problema de “perda e descontinuidade informacional” será identificado, ou seja, os problemas são levantados, mas não são retomados e perdem-se sem que possam orientar novas ações ou inovações. Nas entrevistas individuais dos conselheiros evidencia-se essa percepção de que não há idéias que orientem ações concretas de segurança na região.

O “vazio informacional” afigura-se como uma noção importante, principalmente por seus efeitos e conseqüências mais imediatas no processo comunicacional do Consep: a inibição de discussões que poderiam conduzir o grupo a novas descobertas, idéias e entendimentos acerca das situações que o afligem, ou seja, ao rompimento com a redundância. As demandas informacionais, representadas pelas perguntas formuladas, são neutralizadas e desperdiçadas pelo uso da redundância (exemplo: covardia dos educadores, falta de viaturas, o problema é o Serrano) que, no âmbito desta pesquisa, equivale à ausência de (novas) informações e, portanto, à diminuição de possibilidades de construção de conhecimentos alternativos.

6.1.4 Quarta reunião ou descontinuidade e perda informacional: muito se esquece, pouco se cria e nada se transforma

Eram 08h05min e já havia 10 pessoas presentes. O presidente do Consep comunicou que iria esperar alguém da PMMG chegar. Disse também que a reunião “*não vai demorar muito*” e comentou que é o aniversário do CPC e que o delegado seria homenageado, junto com outros com o título de “*guardião de Belo Horizonte*”. Acrescentou: “*fiquei meio com o pé atrás por causa da festa, porque esse pessoal é muito político.*”

Logo chegou o sub-comandante, dizendo que teria “*ótimas notícias*” para dar quando tivesse a palavra. O presidente do Consep comentou que “*os policiais estão trabalhando muito direitinho*”, “*visitando o comércio*”. O sub-comandante observou que os policiais mais novos foram separados dos mais velhos, visando preservá-los de determinados vícios ou práticas incompatíveis com o policiamento comunitário. No entanto, o Pcom 21 refutou dizendo que “*depende do mais velho, pois se for com o Cabo Fulano ou com o Sub-Tenente Ciclano, eles vão é aprender mais*”. O sub-comandante respondeu: “*eu conheço o pessoal a dedo*”.

Na seqüência, ainda dentro dessa questão, o presidente do Consep contou que, numa visita ao 34º BPM para falar com o comandante, dirigiu-se ao policial recepcionista e apresentou a carteira do Consep. O policial perguntou: “*isso ainda existe?*” À pergunta, respondeu: “*Você é que tem que me falar, pois das duas uma: ou eu estou sendo enganado ou o seu comando é mentiroso*”.

O Pcom 18³⁹ pediu a palavra para dizer que no mês seguinte haveria eleições no condomínio e que, dessa vez, ele não deveria se eleger. Agradeceu a “*atenção e a paciência*” que tiveram com ele, pediu que transmitissem o agradecimento ao delegado e ao comandante do BPM e ressaltou a boa atuação das *bike* patrulhas, citando o nome de alguns policiais. Pediu, ainda, que ao próximo síndico fosse dispensada a mesma atenção que ele teve.

O presidente do Consep tomou a palavra para dizer que “*o estadual vai trabalhar com a gente naquele projeto*” e informou que “*três escolas já me ligaram*”. Ele estava se referindo, muito provavelmente, ao Proerd e ao escotismo.

³⁹ O Conjunto Habitacional Santa Terezinha, do qual esse conselheiro é síndico, possui cerca de 3800 moradores.

Nesse caso, a referência ao termo “estaduais” – escolas públicas do Estado em oposição às municipais – faz pensar que as maiores dificuldades ou conflitos dão-se com as últimas e, portanto, que a base dos entraves verificados possa ser de natureza político-partidária.

O presidente relatou que já estivera duas vezes com o delegado para conversarem sobre um organograma sugerido por ele, que deveria ser aprovado para uso generalizado. Fez um breve relato sobre o assunto, já decidido, sem que isso despertasse maiores comentários. Distribuiu o organograma para os presentes e o assunto foi dado, por todos, como encerrado.

Não fica claro como ou por quais mecanismos formais, onde e por quem esse documento será aprovado. O presidente fala freqüentemente na existência de projetos, fala em organogramas, mas eles não existem formalmente. Na realidade não há mecanismos ou instâncias para legitimar e fortalecer as idéias do Consep. Ao contrário, verifica-se, uma excessiva informalidade, na realidade uma espécie de desperdício de (boas) idéias. Não há práticas destinadas a armazenar conhecimentos, pelo que se pode falar numa espécie de “perda informacional”. Por exemplo, se existem registros/atas das reuniões, elas nunca foram lidas ou aprovadas pelo grupo. Pode-se presumir uma incapacidade de reconhecer e, até mesmo, de valorizar o saber prático que vem sendo construído pela própria comunidade nas reuniões. Na verdade o Consep é tratado pelo poder público, em geral, de modo bastante informal e, de modo semelhante, tende a reproduzir em seu interior a mesma informalidade.

A reunião prosseguiu com o presidente dizendo para o Pcom 10: *“pode se preparar, pois, em breve, haverá escoteiros para serem ajudados”*. Este último pede para fazer a projeção de quanto iria custar e o presidente responde que não seria coisa cara. O Pcom 10 disse que *“a idéia é muito boa”*. O presidente informou, ainda, que os *“anjos da escola”*, através do Sargento Fulano, iriam começar a trabalhar dentro das escolas e, para quem não gosta de escotismo, iriam arranjar alternativas. Esclarece que não se trata de *“recuperar marmanjo não, mas de educar os mais novos”*.

O Pcom 13 interveio para dizer que era preciso fazer uma comissão para visitar órgãos e autoridades, o prefeito e o secretário da educação, pois *“é necessário modificar o sistema de ensino”*, uma vez que *“a escola plural é uma porcaria”* e que nela *“o sujeito entra burro e sai*

cavalo”. Seguiu-se uma discussão sobre a escola plural, interrompida pelo presidente, talvez já um pouco cansado desse conteúdo, que se tornou pobre informacionalmente, pela repetição insistente, dizendo: “*vamos passar para a segurança, embora educação seja segurança também*”.

Disse, então, que “*o Consep é fraquinho*”, que “*está começando*”, mas que “*também é o mais bem representado*” e que “*temos que colocar as idéias em prática*”. Disse, ainda, que o comandante do BPM havia dito, numa determinada ocasião, que as escolas não estavam apoiando o Proerd, mas ele discordou pois “*não é o caso da 17^a, onde tem escoteiro e outras coisas*” e que mesmo as escolas que não estão participando estão programadas para iniciar em julho um trabalho.

Há uma ambigüidade quanto ao papel escola no contexto da segurança pública. Às vezes, a temática da educação é considerada pertinente à reunião do Consep mas, às vezes não. Qual seria, então, o critério implícito na seleção dos assuntos e informações? Acredita-se aqui que a escola só é assunto pertinente à segurança pública quando se trata de uma ação da polícia na escola, como no caso da prevenção às drogas. Assim, muitas informações importantes sobre a realidade das escolas não são melhor discutidas nas reuniões do Consep, porque a questão da segurança pública está dissociada da questão da ordem pública, tal como a sociedade na qual estão inseridas.

Seguiu-se uma pergunta sobre a legislação a respeito de bares nas proximidades de escolas. Um conselheiro disse, sem muita certeza, que existe uma lei federal proibindo a existência de bares num raio de cem metros da escola, e o Pcom 18 observou que “*cem metros é muito pouco*”. Ninguém soube dar maiores esclarecimentos e a questão morreu.

Nesse exemplo, somam-se desinformação e despolitização, pois faltam meios para consultar a legislação e, também, não se pensa em chamar os donos de bares, também membros da comunidade, para conversar (ou negociar) sobre a questão, o que impede a construção de novas informações e conhecimentos.

O presidente tomou a palavra e anunciou que a PM iria dar notícias e que o sub-comandante iria ser objetivo. Este passou a informar que receberam trinta novos militares preparados em um ano de curso. Disse, ainda, que “*não basta pôr a arma e falar vai, senão vai fazer bobagem*” e que os novos policiais eram “*mais amigos, mais pró-ativos, mais orientados e interativos com a comunidade*”.

Perguntado sobre as “*estatísticas e os números das ocorrências*” (Pcom 04), o sub-comandante alegou que não pôde trazê-las porque não havia cartucho de tinta para impressão no BPM, ou seja, porque não pôde imprimi-las, mas que, no entanto, trazia os números na cabeça. Disse que, “*comparando o bimestre atual com o bimestre passado, houve redução de 30% nas ocorrências e aumento de prisões*”. Disse ainda que iriam “*manter a tolerância zero*”. O Pcom 10 parabenizou-o, observando que há “*muito policial na rua*”, e o Pcom 06 falou que numa reunião no CPC o comandante-geral referira-se a uma “*mudança de operação*” que ele não havia entendido bem, pedindo que, então, isso fosse melhor explicado.

Esclarecendo que ainda faltavam pequenos ajustes, o sub-comandante disse que tratava-se dos registros de eventos na defesa social e de um aperfeiçoamento na numeração das ocorrências, ou seja, informatização, integração e padronização de informações sobre ocorrências policiais. Falou ainda no “*flagrante eficiente*”, uma maneira menos burocratizada de formalizar esse tipo de ocorrência que procura, sobretudo, liberar mais rapidamente as testemunhas e também os policiais militares das delegacias. Trata-se de integrar ou articular melhor os trabalhos da PM e da Polícia Civil. O Pcom 13 falou que “*outro dia fui registrar uma ocorrência de trânsito e me pediram até a cor dos olhos do motorista*”. O sub-comandante admitiu que o sistema é falho.

O Pcom 18 disse, em relação à PM, que há comando, mas falta gerenciamento e lamentou a mudança de três soldados que atuavam na região do conjunto habitacional do qual é síndico. O sub-comandante explicou que essa é uma “*questão de ordem disciplinar sobre a qual não posso falar, mas não é falha de gerenciamento*”. Entretanto, o Pcom 18 disse que tiraram os policiais e houve um assalto.

Alguém sugeriu que os policiais não tenham horários fixos para deixar o serviço, pois se o ladrão sabe a hora que o policial sai ou a hora da troca, ele age justamente naquele momento. O presidente disse que as trocas de serviço se dão às 13:00 horas, num momento tranquilo, no qual, inclusive, passa uma Rotam. Disse que pede para que os policiais venham,

até mesmo, um pouco mais tarde, pois assim saem mais tarde. Falou também num pedido do comércio para que os policiais trabalhassem aos sábados e folguem na segunda-feira.

Sobre os policiais novos o presidente do Consep observou que acreditava mais nos antigos, mas agora passara a acreditar mais nos “*modernos*”, porque verificou que “*os antigos faziam corpo mole*”. Observou, no entanto, que a comunidade do Bandeirante não abre mão de determinados policiais, pois “*eles sabem quem são os vagabundos*”. Ele disse ainda que “*alguns malandros estão falando até que não está fácil viver aqui no Bairro Santa Terezinha, pois eles não estão dando moleza*”. Comentou que no Bairro Ouro Preto a patrulha estava devagar, citando o nome de dois majores. Associou o problema ao fato de que “*as lideranças do Ouro Preto sumiram e o bairro está sem representatividade*”. O Pcom 06, que é presidente da Associação dos Moradores do Bairro Ouro Preto, esclareceu que o bairro é dividido em três e é a parte de baixo que está sem liderança.

Retomando o assunto que havia levantado sobre a mudança de operação da qual falou o comandante do CPC, o Pcom 06 disse que “*esse sistema está melhorando muito*” e que “*a paz está voltando lá em cima, pois já prenderam cinco*”. O presidente observou que o melhor policiamento é o da *bike* patrulha, mas advertiu que, para o Ouro Preto, não é possível por causa das subidas íngremes. Disse que “*a pé também não dá*” e que “*nós vamos mudar isso*”. Alguém disse que a comunicação de um determinado policial está muito boa e o sub-comandante falou em formar um GT (grupo tático), pois é isso que resolveria o problema lá, pois “*quebrava o pau*”, completando “*no bom sentido, não me entendam mal*”. O Pcom 10, referindo-se às ações do GT, disse: “*já vi vários, prenderam dois lá perto do colégio e até liguei para o presidente do Consep*”.

É interessante notar que, quando se trata de assuntos ligados ao policiamento tradicional, as trocas informacionais fluem com maior facilidade. Verifica-se, então, que o conteúdo informacional é definido por um *habitus* e que é possível falar num “*habitus* (como uma matriz) informacional” que, no caso, assenta-se (ou opera) numa visão reativa do policiamento, voltada para identificação e prisão de culpados.

O Pcom 04 pediu a palavra para repetir uma demanda que já vinha fazendo e observou que: “*antes de acabar a reunião eu queria dizer que no tempo do comandante anterior era*

feita uma estatística dos crimes e dos locais das ocorrências”. Alguém disse que o capitão acabara de falar na falta de tinta. Ele achou que deveria haver um panorama da situação e passou para o presidente do Consep a mesma lista de seus pedidos impressa em papel, que já havia passado antes. O Pcom 10 diz com veemência: “*Não tem cartucho? Um absurdo!*” Referindo-se às estatísticas o sub-comandante respondeu que: “*está tudo na minha cabeça*” e completou: “*quero até alertar para um novo golpe*”, que estaria sendo identificado a partir das estatísticas policiais, mas foi prontamente interrompido pelo Pcom 10, que disse em tom de crítica e brincadeira: “*Qual golpe? O do cartucho?*”. Todos riram e o sub-comandante, sem dar ouvidos para a troça, falou do golpe. Passou a falar, mais genericamente, de ocorrências que diminuíram e que aumentaram, mas sem convencer muito.

O presidente retomou a palavra para informar ao representante da AR-PMBH (Pmun 01) sobre a necessidade de podar árvores em determinados locais, onde a iluminação estava ficando prejudicada, e dizer-lhe que a PM iria passar uma relação indicando os locais.

É interessante notar que essa reunião talvez tenha sido, informacionalmente falando, a mais pobre das quatro observadas até aqui. Apesar das tentativas do presidente do Consep, que mostrou-se animado e procurou alentar os presentes trazendo informações, houve um esfriamento do clima ou da dinâmica informacional, em consequência, talvez, do vazio experimentado na reunião anterior.

Depois desta, foram observadas mais três reuniões, nas quais se registrou uma queda no número de participantes. Ocorreu um esvaziamento das reuniões, devido ao qual o pesquisador chegou a temer pela continuidade do Consep. Além disso, muitos dos participantes das primeiras reuniões, na verdade os mais ativos, deixaram de comparecer, embora as ausências tenham sido compensadas, em parte, pelo aparecimento de alguns novos conselheiros⁴⁰. Entretanto, esse processo acaba por comprometer a continuidade das discussões e, provavelmente, a construção compartilhada de conhecimentos.

⁴⁰ Seqüencialmente a freqüência nas reuniões foi de 13, 11, 11, 12, 9, 5 e 9 participantes. A média das quatro primeiras foi de 11,75 participantes por reunião e das três últimas de 7,66. Houve uma queda de 34,81% no comparecimento médio às reuniões.

6.1.5 Quinta reunião ou chegam as pesquisas (IEG): “nós até que estamos bem, o problema é lá fora”

Havia, antes do início da reunião, um *data-show* montado na sala e um cabo/PM operando o equipamento. O assunto era o Bairro Serrano. O presidente do Consep disse ao pesquisador, referindo-se ao Bairro Serrano, que “*foram postos aqui por política*” e comentou que “*a companhia ficou torta*”. O Pcom 12 brinca dizendo: “*dá um mensalão para eles irem para a 8ª companhia, porque eles são de lá*”.

No contexto de uma outra discussão, o presidente do Consep voltou a exprimir aquilo que vinha repetindo com freqüência: “*se está tendo problema, não é ficar ligando para a PM, é vir aqui trazer o problema, expor e ver o que a comunidade pode fazer*”. Também houve menção a problemas com a prefeitura, e o presidente disse que “*na última reunião mandaram representante*”⁴¹, mas que estava fazendo um teste, pois não havia telefonado para avisar da reunião e queria ver se “*eles*” compareceriam assim mesmo, observando que todos sabem que é na última quinta-feira do mês. O Pcom 12 contou que no seu bairro “*queriam inaugurar uma iluminação inacabada, mas eu disse que não, porque o serviço estava mal feito*”. O presidente do Consep respondeu que é isso que a comunidade tem que fazer, anunciando, em seguida, que na reunião haveria “*apresentação de pesquisa*”.

O comandante, que não esteve presente às duas últimas reuniões, reapareceu. Ele abriu a apresentação com uma tela onde se lia: Rede 34º BPM, contendo fotografias de um carro de polícia, uma antena de transmissão, uma arma, um colete e uma torre de transmissão. Referindo-se às IEG, o presidente do Consep disse: “*eu acho que estão positivas*” e perguntou: “*Estão positivas major?*”. O comandante respondeu: “*eu vou mostrar o que nós sofremos*”. E prosseguiu: “*eu poderia mostrar só o que foi bom, mas prefiro mostrar o que não se resolveu e buscar o apoio da comunidade*”. Ele fez elogios e agradecimentos ao delegado e ao presidente do Consep.

Nesse momento o presidente informou que a reunião com as escolas fora um sucesso: “*acho que elas estão absorvendo as idéias e agora vão ser as ações*”. Ele passou um papel para o comandante e disse: “*isso aqui é meio segredo, é a escala das bikes, o major já sabe*” e

⁴¹ Ao representante, que é sempre o mesmo, o presidente não se referiu pelo nome, embora seu costume fosse referir-se a todos pelo nome. Observa-se que essa menção deu-se de uma maneira bastante impessoal, causando a impressão de que se tratava de um estranho.

prosseguiu dizendo que “o CPC teve a idéia dos novos policiais ficarem sozinhos e está ótima. O delegado tomou providências com relação à carteira de policial. Está muito bom o relacionamento”.

O presidente centraliza sem ser questionado pelos outros conselheiros. Práticas informacionais pouco participativas como essa, ocorrem com certa freqüência. Verifica-se, pelas entrevistas, que o presidente reúne-se diretamente com o delegado e/ou com os policiais militares para tratar e/ou decidir sobre assuntos importantes (trocar informações), sem a participação de outros membros do Consep. Assim, informações importantes são movimentadas apenas fora das reuniões, sem serem debatidas no Consep, embora possam ser, posteriormente, consideradas como se fossem do Consep.

O Pcom 19 apresentou-se, dizendo que era a primeira vez que ia à reunião do Consep e que assumira havia apenas dois meses a presidência da associação dos moradores do Bandeirantes I. Passou a ler uma mensagem eletrônica recebida de uma moradora do bairro, esclarecendo que não se tratava de uma reprovação. A mensagem dizia que a filha e outras moradoras do bairro já haviam sido admoestadas por um rapaz, que ficava agindo no ponto de ônibus próximo a sua casa. Ela disse já ter tentado o 190 e a polícia alegara que só poderia atender se fosse um flagrante. Disse também que já pedira uma ronda e não fora atendida. Ele prosseguiu dizendo que tinha ouvido coisas como: “*agora você vai ver o que é ser representante dos moradores do nosso bairro*”. Disse que via aí uma grande descrença, sobretudo uma descrença nas autoridades, e achava que isso se disseminava⁴². Acrescentou que já ouvira dizer que nos grupos comunitários as pessoas queriam se auto-beneficiar e, especificamente, em relação ao Consep, que alguns acham que se tratava de “*ficar do lado dos homens*” para se auto-promoverem. Contou ainda que havia um celular da “*patrulhinha*”, mas que essa senhora tentara falar sem sucesso, pois estava desligado.

Ele achava que a impossibilidade de resolução desses problemas mais simples levava pessoas à descrença. Para ele, os policiais e a população deveriam interagir, ter intimidade. Contou, então, o caso de sua própria filha, que gostava de fugir de casa, mas a vizinhança vinha logo dar notícias e ajudar. Prosseguiu dizendo que “*vê os carros novos de resgate, vê*

muitas melhorias, mas não para a população, nas coisas simples, na interatividade” (Pcom 19). Finalmente, disse que veio para pagar sua conta, pois já recebera muito da sociedade e queria colaborar com o que lhe fosse possível.

Evidencia-se, na fala do novo membro, como a população se ressentia das práticas de policiamento comunitário (interatividade) e como a sua falta abala, perigosamente, a confiança da comunidade na polícia.

A polícia tende a não valorizar os chamados que informam sobre o temor da comunidade, nesse caso, a possibilidade de um ataque sexual. Se não há um flagrante, se o possível agressor já se foi, nada mais há para ser feito. Apoiar a possível vítima, conversar com ela, ouvir o temor e marcar presença junto à comunidade, parece não fazer parte do núcleo do trabalho policial.

Além disso, evidencia-se que a tecnologia não contribui, necessariamente, para aproximar a polícia da comunidade. O uso da tecnologia, ao aumentar a possibilidade de acesso, pode também revelar as falhas do serviço.

O Pcom 20, que também vinha pela primeira vez à reunião, disse que aprendera com o presidente do Consep que a polícia não trabalha sozinha e contou que sua tia pôde ajudar a polícia a acabar com uma boca de fumo, pois conhecia o horário em que os traficantes agiam.

O Pcom 12 passou a falar das “*pseudo-lideranças*” que tomaram conta do movimento comunitário transformando-o em “*baderna política*”. Disse que ficava animado ao ver pessoas “*entrando com alma*”, e achava que isso era o “*saneamento do movimento comunitário*”.

A fala do novo conselheiro, de certa forma, despertou os conselheiros mais antigos. Os novos conteúdos informacionais preencheram e animaram a reunião. Porém, a interpretação dada pelo Pcom 12 à fala do Pcom 19, pode ter tomado uma direção (político partidária) muito diversa da intenção inicial de seu produtor, mostrando que, no Consep, os sentidos assumidos pela informação são bastante diversificados.

⁴² Interessante notar que, antes de a reunião iniciar-se, informalmente e em tom de brincadeira, o próprio delegado disse mais ou menos a mesma coisa a ele: “*então o senhor ficou com o abacaxi*” (Pciv 01).

O presidente, não acreditando muito no que ouvira, dirigiu-se ao novo conselheiro, perguntando-lhe para qual número a moradora do Bandeirantes I havia ligado, ponderando que ela poderia estar ligando errado, pois *“na minha comunidade se ligar chega na hora”*. Ele achava *“muito difícil a PM ter dito para ela que só poderia atender se fosse flagrante”* e disse a ele para convidá-la a vir às reuniões do Consep.

Alguém disse que, conversando com moradores próximos da Avenida Santa Terezinha, recebera a sugestão para que as *bike* não ficassem todas juntas, mas que fizessem o patrulhamento separadas, cobrindo então, simultaneamente, uma área maior do bairro⁴³. Entretanto, o presidente do Consep ponderou que um policial tem que dar apoio ao outro, ou seja, têm que trabalhar juntos, e disse: *“vamos às pesquisas, vai durar 30/40 minutos, depois voltamos”*.

O Pcom 05 pediu a palavra para dizer que os arrombamentos a residências estavam voltando. O presidente do Consep disse que os arrombadores foram soltos, indicando que a origem do problema estaria na justiça ou no sistema prisional. O mesmo conselheiro insistiu no assunto: *“a situação está perigosa, o pessoal está com medo, porque eles estão pulando os muros e entrando dentro das casas”*. O delegado (Pciv 01) observou que precisaria abordar o pessoal com *“carrinho de mão”* e que quando fez isso houve uma resposta muito boa. Disse que prenderam, inclusive, um homicida *“perigosíssimo”* e falou num trabalho mais *“incisivo”*, inclusive com pessoal descaracterizado. Contou que *“tiramos muita gente da rua e agora estamos dando uma folga, mas precisamos fazer mais operações integradas”*. O Pcom 05 insistiu em dizer que *“estamos precisando de apoio lá”*. E o delegado (Pciv 01) disse mais: *“Não podemos duvidar. Temos pouquinha gente mas vamos lá. É um efeito espantinho. Vamos dar uma resposta a vocês.”*

O Pcom 12, cobrando e reforçando a necessidade de ações repressivas, reafirmou que o 190 não funciona. O Pcom 19, pedindo desculpas pelo termo que iria usar, disse que estamos na cultura do *“foda-se”*, que as pessoas estão ligando o botão do *“foda-se”*, que a sociedade está se desagregando porque não acredita mais nos mecanismos simples de comunicação. Acrescentou que, se no 190 falaram que só poderiam atender se fosse flagrante, estava errado.

⁴³ Há pesquisas mostrando que, ao fazerem vigilância sozinhos ou individualmente os policiais tendem a ficar mais atentos e alertas do que quando trabalham em dupla ou grupo, situação na qual tornam-se mais distraídos, pois a atenção se dispersa. Por outro lado, provavelmente, sintam-se, eles próprios, menos seguros.

São muitos os conselheiros que têm atestado a ineficácia do 190, seja nas reuniões (ver p.185 – 3ª reunião) seja nas entrevistas individuais, nas quais inúmeras falhas foram, freqüentemente, mencionadas. O próprio presidente do Consep disse em reuniões que o ideal seria trazer os problemas para o Consep ao invés de ligar diretamente para a PM.

O comandante disse que antes de apresentar as “*pesquisas*”, iria dar umas “*pinceladas*” na questão do 190 e explicou que “*há a justificativa para esse tipo de problema*”. Disse que, “*de dois anos para cá, muito recentemente, está havendo uma renovação no tele-atendimento e grande parte dos atendentes são civis*”. Os números de alguns telefones alternativos são informados. Ele achava que esses telefones eram melhores que o 190 e esclareceu “*tudo que gera no 190 é gravado*”, razão pela qual seria possível apurar irregularidades e “*até más respostas ou deselegâncias*”. Alguém perguntou a quem reclamar, e o comandante respondeu que era à “*corregedoria de polícia militar, ao 34º batalhão*”, mas, advertiu, “*se for denúncia comprovada, irregularidade comprovada*”.

É interessante notar que, ao atribuir a possível “falha” aos civis, mesmo que estejam prestando serviços na PMMG, esse policial militar encontra uma “justificativa” para o problema. Muito provavelmente essa ânsia de desresponsabilizar, de qualquer maneira, o policial militar das possíveis “falhas” pode ser um sub-produto da excessiva cobrança que a sociedade faz à polícia (e de excesso de chamadas telefônicas), ou pode ser um sub-produto da excessiva severidade com que são tratadas as “falhas” ou “irregularidades” pela corporação.

O comandante iniciou sua exposição sobre as “*pesquisas*”, esclarecendo que iria “*começar pelo ruim, para depois chegar no bom*”. Disse ao delegado para ter toda liberdade para intervir, “*pois o trabalho é conjunto*”. Passou a explicar que agora fazem parte da AISP 23, uma inovação organizacional⁴⁴ realizada pela SEDS, “*pelo Dr. Anastasia*”. Ele disse que com elas “*vamos trabalhar mais, mas não nos assusta, pois já temos uma boa integração com a polícia civil*”. Projetou o mapa da área e mostrou o *campus* da UFMG, dizendo que ali é da

⁴⁴ De acordo com Trajano; Sento Sé (2005) no Rio de Janeiro as AISP foram criadas em 1999 “como parte de um conjunto de medidas”, entre elas os Consep, “voltadas para aprimorar o monitoramento e o planejamento de ações na área de segurança pública” (p.257).

cavalaria, parte de convênio entre a PM e a UFMG. Mostrou o Confisco, “*onde há muita pobreza e exclusão*”, mostrou o Serrano, “*que eu estou doido para perder*”, porque “*se eu perder o Serrano e assumir o Jardim Alvorada será uma ótima troca em termos de incidência e em vários outros sentidos*”. Disse, também, que “*o sistema apresenta erros, gerando pressões indesejáveis*”, e que iria tratar desse assunto na reunião da AISP 23 no dia 8 do mês seguinte, pois “*a separação já foi feita*” e que essa situação “*não pode ficar assim*”.

Projetou dados do mês de maio de 2004 e de maio de 2005 e começou a fazer uma série de comparações. Na tela podia-se ler: fonte Cicop (Centro Integrado de Comunicações Operacionais). Disse que iria analisar as quatro principais ocorrências: veículo tomado de assalto (cresceu); assalto a transeunte (cresceu); roubo a transeunte (diminuiu) e assalto a coletivo⁴⁵. Os dados foram apresentados em números absolutos: 3, 4 ou 5 eventos.

Comentou que iria receber onze viaturas novas, que tinha apenas quatro e que, com isso, poderia melhorar os números. Na projeção, mostrou: “*Olha o Serrano aqui, roubo a mão armada de veículos. Se eu receber as 11 viaturas e perder o Serrano aí melhora muito. Aqui o Santa Terezinha, que serve de modelo para os estudiosos. Tem gestão muito boa. Está estável. Recebemos também mais trinta policiais. Aqui é o Itacolomi. Não sei bem aonde é*”. Sobre esse tipo de delito, observou que ocorre em portas de garagens, sinais, altas horas da noite, falando de facilitação e de comportamento passivo da vítima.

Passou a projetar um gráfico de linha que mostrava a frequência dessas ocorrências nos dias da semana. Comentou que a terça-feira estava alta em todos os bairros e que não sabia por quê. Depois, passou a mostrar os horários das ocorrências e comentou: “*isso é conhecido por nós, mesmo sem o gráfico. Eles começam a agir após as 18:00 horas e vão até as 23:00 mais ou menos*”. A partir disso, ele esclareceu que procurariam concentrar o policiamento no horário após as 15:00 horas, ou seja, fariam um “*gerenciamento inteligente*”. Disse: “*trabalhamos cientificamente*”, dando o exemplo do Bairro Ouro Preto, onde essas ocorrências são mais frequentes e onde são colocados, portanto, mais policiais. Observou ainda que nesse bairro “*existem mais estabelecimentos comerciais e é maior a classe média*”, sugerindo que isso atrai a ação de assaltantes, pela maior circulação de dinheiro. Comentou que “*se vocês vissem os números de 2002/2003 iam ficar deprimidos*”, sugerindo, portanto, que houve melhorias significativas.

⁴⁵ Não foi possível anotar se cresceu ou diminuiu.

O Pcom 05, o que mais procurou analisar os dados, observou que numa determinada avenida os delitos aumentaram apesar de ali não haver sinais de trânsito. O delegado explicou que foi *“a inauguração do parque”*. O comandante explicou que *“alguns locais caíram e outros aumentaram”*. Sobre a Pampulha, disse que aumentou o número de ocorrências porque há mais comércio, *“como no Ouro Preto que tem o maior centro comercial da região e também mais assaltos”*. O delegado comentou que o turismo, os eventos, os rodeios jogam os índices lá para cima. O presidente do Consep falou de uma *“população flutuante”* na região da Pampulha, dizendo que *“para efeitos estatísticos não colocam a população flutuante”*, ou seja, não consideram para o cálculo da taxa de 1/100.000 o aumento populacional nos dias de eventos esportivos, domingos e feriados, quando o movimento de turistas aumenta na região. Lembrou também que não são pessoas do bairro que cometem os delitos.

Nesse momento o comandante disse: *“o meu comandante acha que as coisas estão piorando aqui, mas elas estão melhorando. Isso é perverso”*. No final da reunião, ele fez, informalmente, ao pesquisador e ao delegado o seguinte comentário sobre seu comandante: *“gente boa, gosto dele, mas tem sido meu carrasco, pois ele tende a olhar as estatísticas de modo absoluto”*.

Como exemplo a ser levado em conta na análise e relativização das ocorrências, citou a questão das câmaras de vídeo, do *“projeto olho vivo”* no centro da cidade, que fazem com que o crime migre para outros locais da cidade. O comando não estaria levando isso em conta. O delegado complementou dizendo, com relação aos ofensores, que na reunião do dia 8 das AISP *“vamos comprovar os endereços e verificar que são de fora daqui”*. O comandante complementa que *“muitas coisas acontecem fora, mas são registradas aqui”*. Referindo-se às taxas, disse que em relação a outras CPM *“a 17ª é bem menor, mas na hora que coloca por cem mil habitantes a gente desce”*. Nesse momento ele disse ainda: *“Tem que ver onde foi o evento. Tem que ver onde registrou. Os bairros que não pertencem a AISP 23 são responsáveis por um aumento de 23,27% nos nossos números. Se perdermos o Serrano vamos melhorar. É uma herança maldita que está afetando a minha prestação de serviços”*.

Ele passou, então, a analisar o roubo a mão armada, dizendo que essa ocorrência é mais frequente nas segundas-feiras, e comentou *“depois posso aprofundar nisso”*⁴⁶. Ao observar a quinta-feira disse, referindo-se à feira de artesanato do Mineirão: *“maldita feira”*. Mas, sobre

⁴⁶ Embora não tenha mais voltado a falar no assunto.

isso, o Pcom 05 observou que, na verdade, não há diferença da quinta-feira para os outros dias, e seria de se esperar que houvesse. O delegado falou que já houve 15 a 20 carros estourados nas quintas feiras, mas que houve uma operação específica, incluindo patrulhas tático móveis após as 22:00 horas e, então, a situação melhorou. O presidente disse que mandou um ofício para a SEDS abordando essa questão “*dos flutuantes*”, ou seja, da população flutuante da PPL que se desloca para a Pampulha.

O Pcom 20 pediu a palavra para dizer que, no dia 15/04, estava dentro de um coletivo que foi assaltado. Após a saída dos assaltantes pediu ao motorista para irem até a delegacia a fim de registrar a ocorrência, mas o motorista disse que não tinha permissão para alterar o itinerário e prosseguiu a viagem. Ele, então, registrou a queixa no Bairro Alípio de Melo, onde desceu do ônibus. O comandante procurou em seus relatórios essa ocorrência, mas nada encontrou, pois não havia registro de assalto a ônibus. O Pcom 20, então, comentou que isso é um exemplo de que o gerenciamento das informações estaria sendo feito de maneira errada.

O comandante observou que os Bairros São José e São Luiz estão sob controle e que “*as pessoas que morreram lá eram de índole duvidosa e não gente de bem*”, ou seja, eram ligadas ao tráfico de drogas. Concluiu dizendo que “*está tudo caindo e com o aumento das viaturas vai cair mais ainda*”. Referiu-se, ainda, a “*idéias de caráter sigiloso*”, a “*táticas de ação*” e a um “*trabalho científico para identificação de autores*”, como fatores que poderiam fazer cair, ainda mais, as taxas de criminalidade na região.

O Pcom 06, referindo-se ao Bairro Ouro Preto, disse que “*o policiamento é nota 10 na Rua Conceição do Mato Dentro, porém lá em cima, onde o poder aquisitivo é menor, deixa a desejar*”. Ponderou que o policiamento é feito de acordo com os dados, mas que, ao basear-se somente em dados, torna-se falho. Acrescentou: “*paralelamente, eu, como líder comunitário, sei que, dentro de uma filosofia muito boa, muitos não fazem a ocorrência. Eu acho que essa cartilha⁴⁷ tem que incentivar a denúncia*”. Alguém disse: “*Exatamente. Isso é fundamental*”. O Pcom 06 prosseguiu dizendo que “*podiam acreditar na minha palavra*”. Lá em cima há uma “*guerra de bandidos*”. O comandante observou que “*se não houver denúncia, não há como justificar, pois os dados não estão ali*”.

O Pcom 12, concordando com o Pcom 06, disse que gosta da “*estatística*”, mas acha que o conselheiro também sabe o que ocorre no bairro dele. Observou que os números são

frios e científicos, mas que “*tem muita gente que não reclama porque se reclamar morre*”, acrescentando que “*tem gente que é vizinho de homicida*” e que “*tem até policial que sabe e não leva isso para lá*”. O comandante respondeu: “*vou focar as ZQC (zonas quentes de criminalidade) que são o Serrano e Ouro Preto*”. Sobre isso, o Pcom 20 perguntou, duvidando um pouco do valor das informações: “*mas, nessas estatísticas, não pode haver casos como o meu? As pessoas têm que colaborar, mas eu fui levado para lá, para o Alípio de Melo*”.

Nesse ponto, o Pcom 19 interveio para dizer de “*nossa atitude passiva*” e que “*algumas camadas estão intimidadas*”. Lembrou o problema que trouxe para a reunião, da moradora que não obteve uma resposta, que era relativamente simples, e observou que é por aí que esses crimes começam a aparecer e aumentar. Completou dizendo que “*o trabalho com o geoprocessamento é formidável, mas é preciso levar em conta o que a gente está percebendo*”.

O Pcom 06 disse que a palavra estava com ele e que “*queria credibilidade*”. Ele considerava que o delegado acreditava no que ele estava falando. O delegado, então, respondeu que o trabalho investigativo não dá resultado rápido. Lembrou que o “*Cabelo*” e outros estão “*guardados*” e que é necessário um trabalho conjunto com a comunidade. Porém, às vezes, há denúncia, mas não há provas para efetuar uma prisão preventiva. Além disso, há a demora dos juízes. Sobre esse trabalho de ir em busca de pesquisa e números, disse que há outras cabeças e que, hoje, pode-se falar muita coisa que antes não se podia e que nessa reunião da AISP “*não vamos puxar só números, mas também a fala dos líderes comunitários*”. Mencionou, ainda, “*o fato de ter uma polícia forte pode bater contra interesses políticos*”, sugerindo que a impunidade interessa a certos grupos influentes na sociedade.

Referindo-se ao Bairro Santa Terezinha o presidente do Consep disse que “*os caras estão saindo do nosso lado e indo para o Ouro Preto*” e tentou encerrar a reunião.

Alguém contou o caso de um “*meliante*” que foi preso em flagrante, com grande esforço da polícia, que usou várias viaturas e até helicóptero, mas a dona da casa onde ele se escondeu, uma testemunha, ficou mais tempo detida que o próprio ladrão. Ele foi liberado às 18:00 horas e ela às 19:30 horas. Perguntou: “*onde está a falha?*” O presidente do Consep disse: “*vamos correr atrás disso. Há uma proposta de irmos até à OAB*”. O Prel 01 observou que igreja apóia o desarmamento, mas ele se preocupa com os meliantes que permanecem

⁴⁷ Refere-se a duas cartilhas sobre prevenção ao uso de drogas e criminalidade, elaboradas pelo Consep em

armados. Perguntou sobre a possibilidade de a polícia fazer um pente fino para desarmá-los também. O comandante respondeu-lhe que as estatísticas estão mostrando que, com a chegada de novos policiais, a apreensão de armas está aumentando.

O Pcom 12 interveio para dizer que *“essa questão do desarmamento é complexa”*. Ele acha que *“está havendo mais solidariedade com o bandido do que com o cidadão honesto”*. Brincando com o pastor, observou que, muitas pessoas, para defenderem um lugar no céu solidarizam-se com os bandidos. Acha que *“desarmamento tem que ser para todos, tem que ser total”*, até para *“o sujeito que gosta de esporte com armas”*. Ele acha que *“advogados bem pagos salvam os criminosos”* e, referindo-se à justiça, disse que *“é um balcão de negócios”*. Para ele *“ninguém vira capeta, já nasce capeta”*. Acha também que *“o uso de armas deve ser legalizado e o mau uso é que deve ser punido, pois na verdade estão desarmando o cidadão”*.

A reunião foi encerrada logo em seguida e o Pcom 16 disse que *“em nome da associação, gostaria de agradecer pelos gráficos mostrados.”*

Sem que esquecer que o medo da violência permeia muitas das práticas (ou não práticas) informacionais abordadas nessa reunião, funcionando como forte barreira à transferência e disseminação da informação, fazem-se necessárias reflexões sobre: (a) a prevalência no interior do Consep dos sentidos e informações produzidas a partir daquilo que Batista (2002), chama de *“discurso criminológico único”*; (b) como esse discurso, altamente ideológico, tende a preencher, com ajuda da mídia, o espaço deixado pelo *“vazio informacional”*, gerando fortes desequilíbrios no campo informacional que é o Consep; (c) a inexistência no Consep de agentes de mediação da informação que proporcionem ao grupo uma melhor condição de interpretação das IEG, explorando-as mais plenamente e em mais de uma perspectiva; (d) sobre o Bairro Serrano.

(A) Embora se possa verificar a existência de informações produzidas a partir da perspectiva daquilo que tem sido preconizado como policiamento comunitário e que Dias Neto (2001) chamou de *“nova prevenção”*, prevaleceu nessa reunião um fluxo informacional baseado no *“discurso criminológico único”*, perspectiva que aborda a segurança pública como uma questão que vê na criminalização, pura e simples, da violência e dos conflitos a única saída

para a segurança pública. Valorizam-se, então, ações policiais repressivas e a punição como a melhor forma de deter a criminalidade.

Trata-se de uma fórmula fácil e cômoda, baseada numa análise superficial e acrítica dos problemas que têm no enfrentamento direto do crime, na reação imediata à violação da lei e na ação contra os criminosos (SENTO-SÉ, 2005), suas melhores propostas para promover a defesa social. Assumindo, muitas vezes, um tom exagerado, essa perspectiva, preferida por grande parte da mídia, tende a espetacularizar a violência e alguns delitos, enfatizando seus aspectos mais irracionais, demonizando/desumanizando os infratores e, ao mesmo tempo, maniqueísticamente, realçando a inocência (e a pureza) das vítimas (BATISTA, 2002). Duvida-se, enfim, das soluções menos reativas e mais racionais, baseadas em medidas preventivas, na busca de uma maior coesão social (vigilância informal), na redução de oportunidades, na possibilidade de recuperação da grande maioria dos infratores, no controle externo da atividade policial (diminuição da violência policial) e outras práticas alternativas. No anexo 5, o Quadro 7 procura reunir diversos elementos que parecem caracterizar esse discurso, ao qual se preferiu chamar de “hegemônico” ao invés de “único”, como expressão que pode ser de um “*habitus* informacional” que tende a dominar (e impor-se) no campo da segurança pública, e que funciona dentro do Consep como uma “matriz sócio-cognitiva” que tende a dominar os processos interpretativos e a construção de informações.

(B) É interessante notar que a informação produzida pela mídia (em muitos aspectos semelhante ao “discurso criminológico hegemônico”), embora seja rejeitada por boa parte dos conselheiros como fonte fidedigna de informações, como vê-se nas reuniões e confirma-se nas entrevistas individuais, acaba, na falta de outras fontes, sendo utilizada nos Consep, para preencher o “vazio informacional”. Pode-se, então, identificar, no interior do Consep, um discurso muito semelhante ao veiculado pela mídia, como, por exemplo, aquele que identifica “direitos humanos” como “privilégio para bandidos”. Portadora de uma mensagem fortemente ideológica, essa posição discursiva tende a interpretar os problemas de insegurança numa vertente apenas e tão somente criminal, ignorando outras perspectivas, como a do distanciamento social.

Assim, pode-se ver que a informação fácil, palatável, conservadora e, até mesmo, preconceituosa, que é veiculada por uma mídia ávida pela produção de mercadorias

noticiosas, floresce e ganha espaço na mesma medida em que escasseiam as discussões e os debates e, portanto, a produção de conhecimentos e de outras informações capazes de direcionar para a mudança social.

Se o Consep, que deveria ser instrumento de construção do policiamento comunitário, é invadido por esse tipo de discurso, que, ao contrário, tende a embasar práticas tradicionais de policiamento e a cobrar mais repressão (mais polícia nas ruas, mais prisões e recrudescimento das penas), é por falta de alternativas informacionais que possam fazer frente ao “discurso criminológico hegemônico” e de opções preventivas.

Embora reconheçam os exageros da informação midiática e desconfiem dela, alguns conselheiros acabam por aderir a essa versão dos fatos, uma vez que a mídia costuma apresentar-se como voz única de denúncia e de defesa dos cidadãos perante um Estado percebido, genericamente falando, como incompetente e corrupto (MENDONÇA, 2002). Na verdade, parece que a mídia preenche e reforça um vazio informacional, gerado pelo medo e pela descrença no sistema estatal de justiça e na capacidade de mobilização da sociedade civil organizada.

Fica caracterizado, portanto, um profundo desequilíbrio no campo das disputas simbólicas que é o Consep, mas seria um erro não ver ali uma possibilidade, ainda que incipiente e desinformada, de resgate de uma cidadania perdida, em meio à sensação de caos e desordem, mais ou menos geral. Na medida em que para lá concorrem as mais diversas informações e compreensões acerca da violência e da criminalidade, podem se fortalecer como espaços de aprendizagem social e núcleos de construção e disseminação de um “terceiro conhecimento”.

(C) Viu-se que as IEG, por exemplo, acabaram sendo trazidas para as reuniões num momento em que, além de não estarem mais presentes os conselheiros que mais as tinham solicitado, o grupo mostrava-se pouco preparado para analisar os eventos ali representados. Na verdade, até aqui, o Consep limitou-se a concluir, genericamente (e, as vezes, até impotentemente), que alguns eventos aumentavam e outros diminuam, sem que fosse possível entender, muito claramente, por quê. Os dados foram recebidos com um misto de reverência e desconfiança.

A partir das discussões dessa reunião evidenciam-se algumas possíveis dificuldades e fragilidades do SIEG, tal como se encontram no momento atual: (a) algumas ocorrências

podem ser contabilizadas fora dos locais onde acontecem, o que falsearia os dados espaciais; (b) muitas ocorrências, em razão do medo de represálias e por outros motivos, não são denunciadas, sobretudo em regiões mais problemáticas (no caso, parte alta do Bairro Ouro Preto), o que aumenta as chamadas “cifras negras”, provavelmente, mascarando os problemas; (c) não se considera a população flutuante de uma região como a Pampulha, que possui um estádio de futebol com capacidade para 75.000 pessoas e recebe grande afluxo nos dias de jogos e outros eventos, que constituem em ocasiões bastante propícias à ocorrência de vários episódios de violência, demandando ações especiais da parte da polícia.

O comandante da companhia, embora não rejeite as IEG, manifesta, freqüentemente, considerável desconforto com esse instrumento como forma de avaliação de seu trabalho. Nesse sentido, a implantação desse sistema pode estar sendo realizada sem maiores discussões, “de cima para baixo”, de tal forma que ele não entenda por que o comando considera esse instrumento justo e eficiente. Ou seja, pode estar havendo desinformação sobre a informação que, como fenômeno interpretativo, não pode operar, por si mesma, mudanças sem ser bem compreendida. Pode-se falar numa falha de gerenciamento da mudança informacional.

Foi o que aconteceu nessa reunião: as discussões se limitaram a concluir que os dados eram “bons”. A análise feita foi marcada pela lógica do comandante da CPM que, como se viu, se sente injustamente cobrado e avaliado por seu comando com base nesse recurso “científico”. Assim, pode-se dizer que, no processo de análise das IEG, confundem-se as perspectivas do Consep (comunidade) com as da própria PM, o que dificulta a instauração de discussões e impede o aparecimento de eventuais diferenças que, se discutidas, poderiam contribuir para a construção de novos conhecimentos. Além disso, considerada como um dado acabado e não como dado a ser interpretado, a informação não pode mediar os conflitos entre as diversas visões apresentadas.

De certa forma, os participantes sentiram-se satisfeitos com os resultados e concluíram que estavam melhorando. A satisfação com uma pequena queda nos índices de criminalidade pode ser explicada por um certo alívio sentido, sobretudo pela PM, em face da forte cobrança social que vem sendo dirigida aos policiais militares, sobretudo através da mídia, por resultados e que se reflete na cobrança do próprio comando-geral. O “discurso criminológico hegemônico” tende a superestimar as possibilidades da polícia e, sobretudo, da repressão

policiais no controle da criminalidade. O ponto central, no entanto, é que não se verifica uma busca de entendimento acerca da natureza dos eventos e da queda verificada nos índices.

A forte cobrança por soluções policiais, que é justificada apenas em parte, pois, como se viu, nem todas as soluções para os problemas de violência e segurança pública estão na mão dos policiais, ajuda a entender um certo receio manifestado por alguns policiais acerca da divulgação das IEG. Eles parecem temer o aumento das pressões.

(D) É interessante notar, ainda, que bairros mais problemáticos e violentos, justamente os mais necessitados, como o Serrano, não têm representação no Consep 17, nem são chamados a participar. Se o Serrano deve fazer parte da 17^a ou da 8^a CPM é um assunto que pode perfeitamente ser discutido dentro do próprio Consep, mas, de preferência, com a participação direta das lideranças daquela região. Confirma-se aquela limitação que vem sendo verificada por estudiosos das organizações comunitárias, ou seja, elas tendem a congregar muito mais as minorias organizadas e menos as maiorias desorganizadas.

Pode ser que a dificuldade em conversar com eventuais representantes do Bairro Serrano se dê pelo reconhecimento de que as diferenças entre os bairros existam e sejam muito grandes. Portanto, pode existir o sentimento de que não poderiam ser muito bem trabalhadas no Consep, pelo menos no estado atual em que se encontra. Além disso, há o desconhecimento da realidade daquele bairro.

Outro dificultador de um possível diálogo entre os bairros seria a ausência de clareza de objetivos do Consep, lembrando que não há sequer um estatuto ou a participação dos conselheiros em programas de formação ou capacitação de agentes comunitários de segurança pública (mediação informacional). Esse programa poderia fundar-se sobre três temáticas principais que se afiguram de vital importância para o sucesso dos Consep. Primeiro, o estudo dos conhecimentos básicos sobre criminalidade e segurança pública; segundo, sobre as íntimas relações entre Consep e policiamento comunitário; terceiro, sobre a condução de reuniões.

6.1.6 Sexta reunião ou da descontinuidade ao esvaziamento: poucos comparecem

A sexta reunião observada foi, praticamente, cancelada ou inexistente. O presidente, que parecia se sentir desconfortável com a falta dos conselheiros, informou que viajaram, que tiveram problemas de saúde na família, que estavam trabalhando fora da cidade, que não foi possível fazer contatos com alguns, que possivelmente ficaram em dúvida em relação à realização da reunião. Disse que já esperava algum esvaziamento, e o sub-comandante tentou explicar dizendo que “*é por causa das férias*”, mas, depois acrescenta “*por causa das férias e porque o pessoal já está percebendo os resultados. Há uma certa satisfação, pois já temos viaturas novas, com a presença das patrulhas e as visitas do delegado*”.

O presidente, sempre em busca de alternativas práticas, anunciou que daria início a um projeto que “*poderá render até R\$ 900,00 por mês para uma família*”, a ser desenvolvido através de uma empresa que vai comprar toda a produção de embalagens (caixas) para presentes “*feitas com material de radiografias*” (recicláveis) que são descartadas dos serviços de radiologia dos hospitais. Ele informou que, inclusive, já havia comprado⁴⁸ uma máquina para fabricação dessas caixas. Falou ainda de um possível envolvimento ou apoio da SEDS e de deputados na iniciativa e da necessidade de essas e de outras pessoas também ajudarem no projeto, comprando mais máquinas.

Dizendo que precisava fazer uma reunião antes do final do mês subsequente, marcou para o dia 12/08 a seguinte, excepcionalmente a segunda quinta-feira do mês. Ele disse que “*o professor (...) fará, também, a sua despedida, pois será sua última reunião de observação*”. Disse, ainda, que ficava feliz porque era o segundo trabalho de doutorado⁴⁹ feito sobre o Consep da 17^a CPM.

Talvez seja importante salientar dois pontos dessa curta e esvaziada reunião. É improvável que a ausência dos conselheiros possa ser uma expressão de ausência de problemas e como um indicador de satisfação da comunidade, como tendem a interpretar as lideranças do Consep. As entrevistas em profundidade sugerem muito mais uma queda de interesse ou cansaço que, por sua vez, pode ser explicado pelo “vazio informacional”.

⁴⁸ Com recursos próprios, por cerca de R\$ 1.000,00.

⁴⁹ Refere-se a Freitas (2003), dissertação de mestrado.

Além disso, durante a pesquisa não se verificou a presença de moradores à reunião do Consep com esse objetivo, ou seja, de levar à discussão um evento específico. Ninguém foi ao Consep em função de eventos isolados ou para fazer reclamações e expressar insatisfações com a segurança ou o policiamento. Não é esse o motivo que leva as pessoas ao Consep e, tampouco, é o motivo que as afasta das reuniões.

Pode-se pensar, entretanto, que, ao tirar essa conclusão, o policial militar esteja, na realidade, expressando muito mais sobre si mesmo do que sobre qualquer outra coisa. Está dizendo de uma de suas principais expectativas em relação ao Consep e revelando muito do significado que as reuniões assumem para um policial militar, sobretudo nesse momento de forte cobrança (e de crise) que a instituição tem experimentado. O Consep parece adquirir, para ele, o sentido de uma avaliação subjetiva da comunidade acerca da segurança pública e do desempenho policial. Acredita-se que ele estava preocupado com as ausências e que buscou uma explicação tranquilizadora para elas, quem sabe, em parte, pela presença de alguém de fora, de um pesquisador, percebido, neste caso, também como um avaliador.

Também o presidente do Consep, ao se dizer feliz com a presença de um pesquisador, acabou externando o modo como sente essa presença: como um reconhecimento, mas também como possibilidade de uma avaliação. Mostra-se, entretanto, mais seguro que o policial em relação aos possíveis resultados de uma abordagem dessa natureza, muito provavelmente porque se sintia menos cobrado e pressionado por quem quer que seja.

6.1.7 Sétima reunião ou são retomadas as IEG: fecha-se um ciclo e o comandante traz novas informações

Antes do início dessa sétima (e última) reunião observada, o presidente do Consep contou que naquele dia havia feito um sobrevôo pela cidade, num helicóptero da PMMG, que levava alguns norte-americanos para conhecer os aglomerados por cima. Ele disse que “*é horrível*”. O assunto passou a ser o papel das lideranças comunitárias. Estavam presentes

membros do Consep que não foram muito freqüentes nas seis primeiras reuniões do ano⁵⁰. Aprofundou-se, portanto, o processo de “perda e descontinuidade informacional”.

O presidente do Consep, ao que parece, sentindo-se desconfortável e tentando justificar algumas ausências, disse que *“todos estão sentindo as melhorias, mas zerar (a criminalidade) não é possível”*. Também o delegado, assumindo a mesma perspectiva, disse mais à frente, nessa mesma reunião: *“depois que o major terminou sua exposição sobre os índices de criminalidade na AISP 23, embora estivesse passando dados técnicos, o maior sintoma de que as coisas estão bem é a freqüência às reuniões do Consep”*. Para ele, há uma relação inversa, *“quando as coisas vão bem a freqüência é menor”* ou quando a polícia *“dá solução, as pessoas não voltam”*.

Apesar de se incomodarem com as ausências de conselheiros importantes às reuniões, o presidente do Consep e as autoridades policiais não sabem, muito bem, o que fazer. Sem propostas de articulação de esforços que reúnam a comunidade e outros setores da gestão pública, o que se dá, em boa medida, por desconhecimento ou falta de informações sobre policiamento comunitário, estratégias alternativas de prevenção situacional de crimes e mobilização dos controles informais da comunidade, acabam por interpretar as ausências como um sinal de que *“as coisas vão bem”*.

Nessa perspectiva, pode-se dizer, o silêncio da comunidade é interpretado como sucesso, e a chegada de informações como sinal de que há problemas. É como se as pessoas fossem ao Consep só para reclamar dos problemas, o que não é verdadeiro. Desconhece-se que quase todas vão ao Consep procurando ajudar à comunidade e à polícia na instauração de soluções mais duradouras e definitivas, como evidenciam as entrevistas individuais. Também se ignora a existência de conflitos, desgastes e insatisfações, sobretudo problemas quanto à representatividade e legitimidade, situação que não se expressa nas reuniões mas surge com clareza nas entrevistas individuais dos conselheiros.

Mais ao final da reunião o Pcom 06 assumiu uma lógica diferente: *“quando melhora a participação da comunidade a criminalidade diminui”*, num tipo de interpretação que pode ser

⁵⁰ Os presentes, Pcom 7, 11 e 15 compareceram a três das seis reuniões anteriores; Pcom 21 a duas e Pcom 22 a apenas uma. Somente um dos conselheiros presentes pode ser considerado assíduo, pois compareceu a todas as reuniões anteriores.

considerada mais afinada com a perspectiva da polícia comunitária. Nesse caso, se a frequência ao Consep está diminuindo, pode ser um sinal de que a mobilização popular está enfraquecida e que o desânimo pode estar se sobrepondo ao desejo de melhorar. Algo semelhante ao que disse o Pcom19 durante a quinta reunião (p.206-207).

Também o delegado, durante a primeira reunião observada desenvolveu, pedagogicamente, um raciocínio semelhante quando disse que “*onde não há participação comunitária a criminalidade é maior*” (p.188 – 1ª reunião). O passar das reuniões mostra como as informações vão sendo produzidas de diferentes maneiras, dependendo dos contextos e dos interesses (em jogo) mobilizados, num campo social que é relacional. Mostra também que o fluxo e a movimentação das informações no Consep dá-se, principalmente, na direção ou na perspectiva adotada pelos policiais.

Entretanto, deve-se dizer que, muito provavelmente, essas perspectivas são escolhidas em função da (forte) pressão social a que estão submetidos. Assim, muito da atitude das polícias deve ser interpretado como reflexo ou resposta à atitude da sociedade como um todo em relação à criminalidade e a segurança pública e, sobretudo, à um alto nível de cobrança a que têm sido submetidas para obtenção de resultados, tanto quantitativos, muito visados pelo comando-geral e pela SEDS, em consonância com a política do governo estadual, quanto qualitativos, muito visados pela mídia, sempre à cata de eventos espetaculares e chocantes, capazes de aumentar a venda de seus produtos noticiosos.

O comandante, que trouxera novamente o aparelho *datashow*, informou que o governador do Estado “*tem pretensões, legítimas, tem aspirações políticas de reduzir a criminalidade no Estado*”⁵¹. Explicou que a AISP 23, que corresponde aos bairros da 17ª Companhia e 16ª Delegacia de Polícia Civil, deveria, a partir de então, reunir-se mensalmente para prestar contas (“*dar satisfação*” é o termo que ele usa) e discutir sobre a criminalidade e a segurança na região. Anunciou que “*os índices diminuiram*” e que vai usar um método comparativo entre os meses de julho de 2004 e 2005 para demonstrar que “*houve uma diminuição de todos os crimes violentos*”.

Na sua entrevista individual, o comandante explicou que seu antecessor era muito capacitado para trabalhar as IEG e gerar RIEG e, por causa disso mesmo, acabara por concentrar em demasia, ainda que inadvertidamente, esse trabalho em suas próprias mãos. Com isso, outros policiais não aprenderam a lidar com as IEG e, ao assumir a companhia, não encontrou em sua equipe quem pudesse ajudá-lo efetivamente nesse serviço. Ele demorou a encontrar uma pessoa, mas, hoje, conta com um militar capacitado para isso. Em relação à reunião anterior, ele parece estar mais seguro e confiante nessa nova exposição.

Entretanto, por trás de disso, parece estar havendo um efeito produtivo de sua frequência às reuniões da AISP 23. Acredita-se que elas possam estar exercendo aquele papel de mediação, já mencionado anteriormente, e que o comandante, mesmo mantendo muitas de suas opiniões anteriores, esteja aprendendo muito, nessas atividades, sobre como lidar com as informações e, sobretudo, sobre outras experiências bem-sucedidas de policiamento comunitário.

Melhor assessorado, aproveitando-se do material preparado para a reunião da AISP, o comandante disse que iria, “*dentro do possível, trazer os resultados*”. Passou a mostrar alguns gráficos de linha com os delitos agregados, organizados por dias da semana e por bairros, comentando que houve “*queda*” em todos os dias. Pôde-se perceber que as ocorrências vão aumentando ao longo do dia e que entre as 18:00 e 23:00 horas são significativamente maiores. Estão identificados os bairros: Bandeirantes, Confisco, Engenho Nogueira, Ouro Preto, Paquetá, Santa Terezinha, São Francisco, São José, São Luiz, Sarandi e Serrano. Sobre esse último diz: “*tenho extrema dificuldade, mas não será mais da nossa responsabilidade*”.

Depois, passou a mostrar outros gráficos e tabelas de eventos bairro a bairro, organizados por dias da semana e pelas horas do dia. A apresentação foi rápida. Havia gráficos e tabelas para “roubo a mão armada a transeuntes”; “roubo a mão armada de veículos”; “arrombamento a veículos” e um quarto evento, que não foi possível anotar. Sobre o arrombamento de veículos, comentou que se trata de um “*evento nocivo para a comunidade*”, que aumenta nos grandes eventos como Pop Rock e Axé Brasil, jogos e feiras no Mineirão.

O representante da AR-PMBH (Pmun 01) esclareceu que o principal foco da Comovec tem sido o Mineirão. Entretanto, o delegado, questionando esse foco, disse que os roubos ocorriam, na realidade, fora do estacionamento, embora fossem “*trazidos (registrados) para*

⁵¹ É a primeira vez que o interesse político é abordado com naturalidade, ou seja, sem conotação pejorativa nas

dentro". Ou seja, ele questionava a informação indicativa de que a ocorrência se dava no estacionamento do Mineirão e, portanto, determinava (de forma equivocada) o foco das atenções da Comovec. Deu o exemplo do assalto ocorrido num coletivo no Bairro São Gabriel, mas que foi registrado na 17^a, *"porque a polícia era boa"*. O comandante queixou-se de que ocorrências de outros bairros acabam, realmente, caindo na 17^a. *"Recebo pressões por coisas que não são minhas"* e prosseguiu, *"tenho uma militar que pega os dados oficiais e verifica se os logradouros são mesmo na 17^a companhia"*. Referindo-se à análise do novo militar que está trabalhando com as IEG, disse que *"essa que é a verdadeira"*. Esclareceu, entretanto, que esses equívocos, que pressionam seu trabalho, não trazem prejuízo à comunidade.

O presidente do Consep não concordou com o comandante, dizendo que *"é a imagem do bairro"*. O Pcom 22, preocupado com a questão, disse que *"isso é um problema sim"*. O Pcom 21 disse que deve-se trabalhar com a estatística do comandante *"que é a real"* e não com a que vem do comando-geral (na realidade, da SEDS). O Pcom 22 insistiu dizendo que *"há problema mesmo assim"* e que o erro está vindo *"lá em cima"*. O representante da AR-PMBH ponderou que isso *"não muda a realidade"*, sugerindo que o importante é o real e não a estatística, e completou dizendo: *"isso é até melhor para conseguir efetivos"*.

O comandante disse, então, que *"a diferença não é muito grande"*, mas que realmente se preocupava *"quando a imprensa divulga, porque há outros interesses"*, já que *"a imprensa não tem idoneidade"*. E concluiu: *"quando divulga estatística tem que ter muito cuidado"*. O presidente do Consep, demonstrando sua preocupação com o controle da informação, disse que *"o nosso medo faz passar informação errada"*, referindo-se, muito provavelmente, a pessoas do bairro que transmitem informações alarmistas, que ele considera falsas ou exageradas, à imprensa ou a outros moradores, como no caso do toque de recolher (1^a reunião). Ou seja, para ele, o medo faz disseminar informações que comprometem a imagem do bairro e concorrem para piorar situações.

Os problemas discutidos evidenciam que a informação não gera apenas redução de incertezas, mas também seu aumento, dúvidas e questões que precisam ser elaboradas pelos usuários. As informações, e mais especificamente as IEG, são apropriadas e refeitas pela comunidade. Há uma pluralidade de significados e sentidos, uma polifonia, que tende a tomar

as informações sob as mais diferentes perspectivas. Isso não significa, no entanto, que todas elas vão ter igual peso no momento da tomada de decisões e nas ações policiais.

O delegado aproveitou para dizer que os arrombamentos na região haviam acabado, mas “foi só a justiça soltar e começou de novo”. Contou que a prisão de um determinado arrombador determinou o fim desses eventos numa determinada região, mas que o judiciário, que “não tem essa visão regional que nós temos aqui”, alegando, provavelmente, “falta de provas”, não o condenou e o problema reiniciou-se.

Pode-se supor, então, da existência de uma importante “defasagem ou distância informacional” entre o saber local (da comunidade) e o saber jurídico (do poder judiciário).

O delegado disse ainda que recebia muita reclamação do Bairro São José, mas que o problema fora resolvido com *bike* patrulha. Observou que foi um sucesso, mas que envolvia mobilização de dinheiro da comunidade, ou seja, doação de uniforme e da *bike*. E concluiu: “fica lançada a idéia”.

Este é um dos questionamentos importantes feitos a alguns movimentos comunitários que implicam parcerias do Estado com a comunidade, pois poderiam estar servindo para uma espécie de privatização de serviços públicos.

Seguiu-se uma fala do comandante que trazia informações importantes sobre a possibilidade de adoção de medidas de prevenção da criminalidade baseadas no reforço e reconhecimento dos mecanismos informais de controle social, exercidos por uma comunidade mobilizada e organizada, típicas, portanto, de um novo modelo de policiamento e que podem levar o Consep a encontrar um outro caminho.

O comandante apresentou, portanto, informações e comunicou experiências, que podem ser consideradas típicas do policiamento comunitário. Ele informou sobre a “rede de vizinhos seguros” e aquilo que ele chamou de “câmaras vivas”. Disse que os eventos criminosos acontecem basicamente por três motivos: “alguém que deseja algo, impossibilidade da polícia estar presente e oportunidade”.

Contou que, para melhorar a situação da região, tomou os onze bairros da companhia e dividiu pelos tenentes, dando-lhes metas para serem alcançadas, e que iria cobrar deles a redução da criminalidade. Disse que são cinco tenentes e que vai apresentá-los aos membros do Consep, a quem eles poderão prestar contas.

Falou, ainda, que iria lançar um projeto e cadastrar cinco ou seis casas ou prédios por quarteirão, cada uma com um líder, e explicou que haverá uma placa informando que a casa faz parte da rede de vizinhos seguros. Ele informou que algumas comunidades tentam criar sistemas de auxílio mútuo, que fazem diminuir o isolamento e a distância social, e que esses trabalhos foram lançados por um major, que distribuiu apitos para a comunidade para serem usados quando pessoas estranhas circulassem pelo bairro em atitude suspeita, alertando a PM e outros moradores, medida que se refletiu na diminuição dos arrombamentos. “*Apitar com a chegada de estranhos. Temos tido sucesso.*”, disse ele. Falou de tentativas que já vêm sendo feitas nos Bairros Ouro Preto e Serrano e concluiu, animado, dizendo que a solução é viável e não depende de recursos financeiros.

Chega, portanto, ao Consep um conjunto de informações encaminhadas e direcionadas para a adoção de práticas de policiamento comunitário. Não recebem, entretanto, pelo menos nesse primeiro momento, a devida atenção. Outros participantes parecem não compartilhar o ânimo do comandante. A (nova) informação não é reconhecida e, portanto, não se constituirá, pelo menos nesse momento, como tal. Por quê? Porque o comandante fez descobertas e realizou aprendizagens, muito provavelmente durante as reuniões da AISP 23, ao trocar experiências com seus pares. Assim, para que a informação ocorra como tal ela precisa fazer sentido, e o sentido é construído com auxílio do contexto social, ou seja, do “outro”, como produto de convivência e da comunicação interpessoal.

Nesse situação, uma memória dessa reunião poderia ser muito importante. Seria, provavelmente, um instrumento de construção de novos saberes, já que, ao armazenar a informação (como experiência e cultura), poderia fazer chegar aos membros ausentes do Consep, em reuniões futuras, o teor das novas propostas de policiamento, alimentando novas discussões e descobertas que dariam maior sentido e direcionamento aos esforços feitos por esses poucos e dignos representantes de uma comunidade que busca a paz social.

Capítulo 7

Conclusões

Embora esteja cumprindo um papel importante, sobretudo ao promover uma aproximação entre a PM, a comunidade e a Polícia Civil em boa parte dos bairros que compõem a 17^a CPM, o que não é pouco e já justifica sua existência, o Consep 17 tem preconizado e sustentado, preferencialmente, em suas reuniões, práticas muito mais características do policiamento reativo, repressivo, profissionalizado e hierarquizado, do que práticas inovadoras de natureza preventiva, que envolvam a participação efetiva da comunidade.

Isso significa que o processo de construção de informações e as práticas informacionais correspondentes tendem a reproduzir o chamado “discurso criminológico hegemônico”, que se caracteriza por uma tendência à criminalização de todo tipo de desvio, dando origem a ações policiais que focalizam, quase que exclusivamente, os desviantes, e não o ambiente ou o contexto no qual ocorrem os problemas. Tende a prevalecer a crença na concepção monolítica tradicional, fortemente ideológica, que, despolitizando as discussões acerca da violência e da criminalidade, vêem no indivíduo, numa personalidade anormal e, por vezes, doentia, na pobreza (e no pobre), a principal fonte dos problemas que, então, podem ser resolvidos pelas polícias com base em medidas punitivo-repressivas e, na área da justiça, pelas penas exclusivamente privativas da liberdade.

Assim, parece que o Consep acaba por assumir os problemas apenas numa perspectiva da polícia, negligenciando as perspectivas da comunidade, sobretudo daqueles grupos sociais que, mais expostos à violência e suas conseqüências, buscam a transformação social. Dessa forma, pode-se dizer que o fluxo ou movimento informacional faz-se muito mais da polícia para a comunidade e menos da comunidade para a polícia, ou seja, “de cima para baixo”. Prevalece, dessa forma, um modo de interpretação da realidade

e de produção de informações que determina um desequilíbrio no campo informacional, dificultando a instauração de novas perspectivas para abordagem dos problemas e a construção do terceiro conhecimento.

Considerando que uma formulação é tão mais informativa quanto mais representa um avanço (em termos de conhecimento) para um determinado grupo ou comunidade de interpretação, viu-se que o Consep, ao fechar-se a diferentes contribuições, tem evitado difíceis conflitos com outras organizações comunitárias e públicas (como a escola, o Conselho Tutelar, a Comovec, a GM, o Corpo de Bombeiros, a justiça, os movimentos pelos direitos humanos, os bairros Serrano, Confisco, Paquetá e outros ausentes nas reuniões), mas limita suas possibilidades de produzir novas informações e sentidos.

A situação descrita pode ser melhor interpretada e analisada quando questões levantadas nos primeiros capítulos são retomadas, pois, através de alguns conceitos ali estudados e desenvolvidos, é possível obter uma compreensão sobre o que está acontecendo ao Consep em termos informacionais.

Ao excluir o cidadão do trabalho de construção da ordem social, optando por um modelo militarizado e centralizado, a PM, na verdade, prescindiu do sujeito sociohistórico da informação e, sem adesão popular, tornou-se estranha a numerosos segmentos da população, pelos quais é temida, rechaçada e, em algumas situações, até mesmo, ridicularizada. Antes de buscar garantir a segurança e a cidadania das classes populares, notadamente dos setores mais pobres e das minorias, e de procurar atuar com elas na busca de solução dos problemas, agiu, preferencialmente, contra a elas e pagou o alto preço do aumento da criminalidade nas ruas.

São inúmeras as pesquisas que atestam a desconfiança da população, presente em todas as classes sociais, em relação à polícia e também as evidências do abuso de poder/autoridade de policiais, sobretudo contra os segmentos mais frágeis da sociedade. Instalou-se uma desconfiança que pode, muito bem, ser considerada como um dos fatores que contribuem, por exemplo, para o sucesso da lei do silêncio, imposta por grupos minoritários a toda uma comunidade desamparada e, às vezes, até mesmo, perseguida pelo próprio Estado, através de seu braço armado, que é a polícia. Muitos cidadãos preferem, então, omitir-se como forma de esconder-se da cena eivada de violência que todos estamos cansados ver e que tem se constituído em matéria de farta exploração por grande parte da imprensa. Esta, por sua vez, ávida pelo aumento de sua audiência e pela venda de seus produtos “informativos”, espetaculariza os episódios, numa interpretação completamente

descontextualizada e despolitizada das questões, que só faz desmobilizar, ainda mais, uma sociedade isolada, amedrontada e perplexa diante da violência.

Ao inibir os indivíduos e a comunicação, a lei do silêncio, pelo medo, contribui para diminuir e esvaziar o processo informacional, dificultando ainda mais o trabalho da polícia e a construção de sentidos coletivos que possam animar a busca de alternativas para lidar com a violência e a criminalidade. Fica diminuída a possibilidade de trocar experiências e, portanto, de produção de conhecimentos que possam ajudar na solução racional e inteligente dos problemas. Assim, os expedientes violentos, discriminatórios, excludentes e, sobretudo, injustos, serão lembrados, entre os quais pode-se citar a pena de morte, a diminuição da idade penal e a lei de crimes hediondos, que pouco podem contribuir para a solução dos problemas.

Algumas comunidades, abandonadas pelo Estado, que podem ser consideradas como “isolados da informação” são, portanto, alvo de grupos minoritários armados que não querem cumprir a lei. Sem escolas, hospitais ou postos de saúde, transporte, delegacias e sem polícia, tornam-se ainda mais sujeitas às conseqüências da desestruturação social. Em ambientes como estes, programas de controle de homicídios como o “Fica Vivo”, desenvolvidos pela SEDS, em conjunto com setores da UFMG, do comércio, da justiça e das Polícias Militar e Civil, têm atuado para suprir essas carências e conseguido resultados bastante animadores, fazendo baixar consideravelmente as taxas de homicídio em Belo Horizonte (BEATO FILHO: 2003).

É nesse contexto de luta por cidadania que o Consep pode fazer sentido, e não como um braço civil auxiliar do policiamento tradicional. Quando se propõem a re-discutir a questão da violência e da criminalidade com essa instituição ambígua que é a polícia, é necessário assumir a perspectiva da comunidade como um todo, pois desta forma os Consep podem percorrer mais facilmente o “vazio informacional”, uma etapa na construção do “terceiro conhecimento” e supera-lo ou transforma-lo em novos conhecimentos.

Porém, os Consep tendem a reproduzir e a expressar as enormes dificuldades que a sociedade encontra para entender a criminalidade numa perspectiva sociohistórica, como uma construção social. Com a iniciativa de criar os Consep, a polícia, que poderia associar-se à população inspirada numa lógica da solidariedade e da reciprocidade que está profundamente enraizada na cultura popular, vem lutando, desinformadamente, contra uma violência distante, vista de longe como diz Montes (2000).

Daí o “vazio informacional”, um vazio que também social e político, pois considerando que o crime e o desvio são produtos de conflitos sociais, e que a informação é uma construção social, uma vez que não ocorre fora de um contexto histórico e cultural, pode-se verificar uma correspondência entre o “vazio informacional”, “vazio social” e um certo “vazio político”, caracterizado por um enrijecimento ou fechamento de natureza política e ideológica.

Em geral o problema é tomado como uma questão já por demais conhecida e que pode ser resolvido apenas com aporte de recursos, mas sem uma mudança mais profunda na maneira de atuar dos policiais e na atitude da própria sociedade. De certa forma, muitos policiais esperam o apoio da comunidade para a obtenção de mais investimentos em armas, viaturas e equipamentos, sem que isso, no entanto, implique modificar as formas e os alvos e focos da atuação policial.

Mesmo nessa situação, há conselheiros sentem falta de dados e informações para apoiar as reivindicações desses policiais junto às autoridades governamentais e para orientar as ações do Consep nesse sentido. O depoimento de alguns em entrevistas individuais, mostra que, tanto a PM quanto a Polícia Civil, quando se queixam da falta de recursos, fazem-no sem muita fundamentação, ou seja, não sabem fornecer informações precisas acerca de suas reais necessidades e carências.

Ao priorizar, quase que exclusivamente, as fontes policiais de informação, prescindindo de outras fontes do poder público e da comunidade, ficam faltando ao Consep outras perspectivas que possam dar-lhe condições para superar os conhecimentos e práticas tradicionais e a “redundância informacional” durante as reuniões, nas quais são repetidos dogmas e princípios do discurso hegemônico sobre a criminalidade que, como se viu, clama apenas por mais repressão, mais punição – mais do mesmo – sem buscar alternativas.

Nesse discurso, o crime é entendido como um fenômeno individual, próprio de alguns indivíduos naturalmente maus e que precisam ser excluídos do convívio social. Não há, nos Consep, como de resto em toda sociedade de uma maneira geral, a percepção de que um ato não é definido como criminoso *a priori*, mas *a posteriori*, num julgamento público de natureza social. Um esquecimento é evidência disso: não há no Consep qualquer preocupação ou menção à possibilidade de recuperação ou ressocialização de desviantes como forma de evitar a reincidência e a ocorrência de novos crimes praticados pelos mesmos atores.

Além de rejeitar-se a participação dos movimentos sociais, nenhum questionamento é feito acerca da natureza da criminalidade e da violência como uma questão estrutural ou como expressão de um conflito social.

Entretanto, para produzir novos conhecimentos e idéias no campo da segurança pública, faz-se necessário re-discutir alguns fundamentos da criminologia clássica que embasam o policiamento reativo, e isso só pode ser conseguido se os Consep deixarem de ser um mero apêndice da PM e se integrarem no contexto dos movimentos sociais, ou seja, posicionando-se politicamente diante dos fatos e dos problemas. Os Consep não podem caminhar se não puderem ver a criminalidade e a violência numa perspectiva sociohistórica. Faz-se necessário seu engajamento, por exemplo, na luta por direitos humanos ou pela expansão dos direitos de cidadania a todos os moradores da cidade. É assim que uma perspectiva meramente punitiva poderá ser relativizada e substituída pela busca da paz social, por práticas de cidadania, cooperação e solidariedade, sobretudo com os vizinhos mais distantes e empobrecidos.

Além disso, é importante obter informações sobre como organizar uma reunião, conduzir uma discussão, chegar a um consenso e, ainda, como registrar uma deliberação. É necessário, ainda, estabelecer procedimentos a serem adotados quando uma deliberação não estiver sendo cumprida. É importante, finalmente, que o Consep, para aproximar-se dos objetivos para os quais foi criado, possa identificar-se como produtor de informações, sobretudo, possa reconhecer a (nova) informação que movimenta-se nas reuniões e interpreta-las na perspectiva dos cidadãos de todas as classes sociais, de uma nova forma de policiamento – comunitário/cidadão. Isso significa aprender a gerir conhecimentos, ou seja, compartilhar sentidos, aceitar ou discutir contribuições diversificadas de forma a ampliar perspectivas, o que é diferente de fechar-se naquilo que identificou-se como “discurso criminológico hegemônico”.

Finalmente, tendo em vista os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo Consep para construção do policiamento comunitário, deve-se concluir que a produção de informações sistemáticas sobre criminalidade e segurança pública (indicadores sociais), apesar de ser indispensável e útil, impõe maiores desafios quanto às análises que delas são feitas, pois, deve-se lembrar, todo estoque informacional ocasiona ações de seleção que põem em jogo processos não só memória, mas também de esquecimento.

Por fim, pode-se afirmar que a sociedade civil, ao se inserir num campo que anteriormente pertencia, exclusivamente, ao Estado, necessita ter acesso a novas formas de saber. Surgem novas necessidades de informação. Entretanto, grandes barreiras são

erigidas, pois o próprio poder público possui limitações e resiste ao compartilhamento de informações com a sociedade civil. Nesse sentido, compartilhar informações significa compartilhar poder.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 2, p.155-167, 1999.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.2, n.5, out.2001. Disponível em: <http://www.dgzero.org/out01/F_I_art.htm>

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na CI: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, C. A. **Ciência da Informação e biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luiz: EDUFMA/EDFAMA, 2002.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. de A. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

BARRETO, Aldo Albuquerque. O rumor do conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n.4, p.69-77, out./dez. 1998.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Valor agregado à informação: aspectos conceituais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL VALOR AGREGADO À INFORMAÇÃO. **Anais...** Rio de Janeiro: CNI/SENAI/CIET, 1995.

BARROS, José Cláudio. Aspectos comunicacionais e informacionais nas novas relações entre sociedade civil e poder público: o caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p.58-71, jul./dez. 2003.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

BATISTA, Nilo. Prefácio. In: MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do "linha direta"**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Informação e desempenho policial. **Teoria e sociedade**, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/InfoPol.pdf>>

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. **Informativo CRISP**, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>>

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: **Segurança cidadã e polícia na democracia**. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTNER, Egon. **The functions of the police in modern society**. New York: Jason Aronson, 1975.

BOAS, Frans. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Saren. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução às teorias e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petropolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus Humanidades, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic J.D. **Réponses: pour une anthropologie reflexive**. Paris: Seuil, 1992.

BROOKES, B. C. The foundations of information science - Part I: philosophical aspects. **Journal of Information Science**, n.2, p.125-133, 1980.

BRANDÃO, Helena H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro – 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BUCKLAND, Michael K. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, Jun. 1991.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”: desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 30, p.162-174, jul. 1991.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y ciência de la informacion. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CD-ROM.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. In: WILLIAMS, M. E. (Ed). **Annual review of information science and technology**. Medford, NJ: Information today, 2003. v. 37.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1986.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Sociedade civil, Estado, terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n.4, p.83-91, out./dez. 1998.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

Da MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIAS NETO, Theodomiro. A nova prevenção: uma política integrada de segurança urbana. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v.9, n.36, P.383-399, out./dez. 2001.

DURHAN, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1986.

ESPIRITO SANTO, Lúcio Emílio. **Caso de Polícia**. Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, Monografia, 1991, p.31-41.

FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da ciência da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, jan./jun.1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREITAS, Lauro Soares de. **Um estudo do planejamento de novos serviços preventivos de segurança pública na PMMG**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Belo Horizonte.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão de segurança pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 1992.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. A transição para a humanidade. In: SOLTAX. **Panorama da antropologia**. Lisboa: Fundo de cultura, 1966.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONTIJO, Ricardo F. **Sistema integrado de gestão de informação de segurança pública do Estado de Minas Gerais: viabilidade e oportunidade**. 2000. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública, Belo Horizonte.

GONZALEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. Informação e conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.2, p.107-114, jul./dez.1984.

GONZALEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-21, jul./dez. 1999.

GONZALEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000-C. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00Art_03htm>

GONZALEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.5-18, jan./jul. 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Antropologia: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. **Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance dessa pesquisa. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

MANNING, Peter K. As tecnologias da informação e a polícia. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). **Policiamento moderno**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Informação da sociedade na sociedade da informação: apresentação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.esp., p.4-7, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, Editora Universitária, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, 2001.

MARTELETO, Regina Maria. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n.29, p.69-94, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Representações acerca do conhecimento, comunicação e informação na sociedade. **Revista Associação de Saúde Pública do Piauí**, Terezina, v.2, n.2, p.149-162, 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Informação e sociedade: novos parâmetros teórico-práticos de gestão e transferência informacional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.78-82, 1998.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social de bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.11-23, 1995.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n.2, p.115-137, 1994.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro..

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós moderno? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n.2, p.169-180, 1987.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz. O que se vê e o que se entende: cultura e sujeito na nova ordem mundializada da informação. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2; CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. p.524-533.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz. Informação e construção do conhecimento para cidadania no terceiro setor. **Informação e Sociedade**. João Pessoa, v. 11, n. 1, p.57-85, 2001.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz; GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.69-80, 2002.

MARTELETO, Regina Maria; VALLA, Victor Vincent. Informação e educação popular. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n. esp., p.8-21, 2003.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.42, n.2, p.88-94, abr./jun. 2002.

MATA MACHADO, Marília Novais da. **Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador-entrevistado**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do “linha direta”**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.) **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

MONTES, Maria Lucia Aparecida. Violência, cultura popular e organizações comunitárias. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcus (orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ; Ed. FGV, 2000.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NASCIMENTO, Denise Morato; MARTELETO, Regina Maria. A “informação construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, 2004. Disponível em: <http://www.dgzero.org/out04/F_I_art.htm>

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. **Conjugando o gerúndio**: antropologia da informação e leitura – percursos de leitor. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.61-70, jan./jun.1995.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guilherme (Org.). **A democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Polícia e segurança pública. **O Alferes**, Belo Horizonte, v.9, n.30, p.27-41, jul./set. 1991a.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Segurança privada, direitos humanos e democracia – notas preliminares sobre novos dilemas políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p.131-142, out. 1991b.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, v.9, p.45-53, mar./maio 1991.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SFEZ, Lucien. Informação, saber e comunicação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.5-13, jan./jun.1996.

SHERA, Jesse H. Sobre bibliotecología, documentación e ciencia de la informacion. **Boletín de la Unesco para las bibliotecas**, v. 22, n.2, p.63, mar./abr. 1968.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.9-12, 1977.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policimento comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SOUZA, Elenice de. **Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA FILHO, Silvio José de. **Conhecimentos de inteligência**: análise da aplicabilidade nas ações de operações policiais no 8º. CRPM. 2000. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Fundação João Pinheiro, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte.

TEODORO, Rosa Jaqueline. **Fazendo festa, criando história(s) e contando estória(s)**: o doze em Ouro Preto, MG. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZANDONADE, Tarcísio. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WERSIG, Gernot. The problematic situation as a basic concept of information science in the framework In: INTERNATIONAL FEDERATION FOR DOCUMENTATION. **Theoretical problems of informatics**. Moscow: FID, 1979. p.48-57.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowlwdge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p. 229-239, 1993.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

Anexos

Anexo 1

Quadro 6 - Visão esquemática geral da pesquisa

Teorias	Antropologia: teoria interpretativa da cultura. Sociologia do conhecimento: teoria do campo social e mercado de bens/trocas simbólicas.
Conceitos	Construção social da informação. Antropologia da informação. Campo informacional. Disputas simbólicas. Informação em movimento.
Noções	Cultura informacional. Práticas informacionais: recepção, mediação e produção de informações. Reserva simbólica e excedente informacional. Pólos informacionais: Estado, técnico-científico-profissional e conhecimento prático. Construção compartilhada do conhecimento. Terceiro conhecimento.
Área de interesse	Usos da informação no campo da segurança pública: Consep e policiamento comunitário.
Tema	Os usos das IEG produzidas pela PMMG, as trocas e práticas informacionais que tem lugar no Consep e o desafio da implantação do policiamento comunitário em BH.
Pressupostos	Os Consep são um mecanismo fundamental para consolidação de um programa de policiamento comunitário em Belo Horizonte. O que caracteriza o policiamento comunitário é: (a) a participação da comunidade na definição dos objetivos estratégicos e no planejamento das ações da polícia militar nos bairros; (b) foco na solução de problemas ou diminuição de oportunidades, através de ações voltadas para a manutenção da ordem, fortalecimento dos controles informais e melhoria da comunicação comunidade/PM e, conseqüentemente, redução do medo do crime; (c) articulação de ações conjuntas, de caráter sócioeducativo, envolvendo a PM, outros órgãos do poder público e comunidade, visando à promoção da cidadania e coesão social. As praticas informacionais que dão suporte à construção do policiamento comunitário são analisada sob a perspectiva do processo de construção do terceiro conhecimento.
Definição do objeto ou problema	<ul style="list-style-type: none"> • O que caracteriza o ambiente ou contexto informacional dos Consep? Que conflitos e disputas informacionais podem ser identificadas? • Como se dá a troca de informações (diálogos informacionais) entre a PM e a comunidade? • Como as IEG têm sido utilizadas no Consep, tendo em vista a implantação/consolidação do policiamento comunitário? • Têm sido utilizadas para prestar contas à comunidade e permitir sua participação na definição de objetivos estratégicos e planejamento das ações policiais? • Que outras entidades (públicas ou privadas), além da PM, participam do Consep? Como se dá a troca de informações entre esses órgãos e a comunidade? • Que sentidos e conhecimentos sobre criminalidade e segurança pública tendem a prevalecer ou estão mais presentes nas reuniões do Consep? • A partir do que foi observado no Consep, pode-se falar em terceiro conhecimento no campo da segurança pública da mesma forma que nos campos da saúde, educação e assistência social? • Em caso positivo: como e quais informações embasam a solução de problemas, a diminuição de oportunidades, a manutenção da ordem, o fortalecimento dos controles informais, a melhoria da comunicação comunidade/PM, a redução do medo, a articulação de ações conjuntas (socioeducativas) visando à promoção da cidadania e à coesão social? • Em caso negativo: Quais as principais dificuldades encontradas? • Que fontes de informação têm maior credibilidade e são mais utilizadas pelo Consep?
Hipóteses norteadoras	Diferentemente dos movimentos sociais e comunitários ligados à educação popular, à saúde e à assistência social, por exemplo, a segurança pública, um campo marcado por forte tradição autoritária e pelo sentimento de medo por parte da população civil, deve estar enfrentando fortes dificuldades para compartilhar conhecimentos.
Categorias analíticas	Práticas preventivas e repressivas. Policiamento comunitário e tradicional.
Metodologia	Método interpretativo (hermenêutica-dialética). Princípios de etnografia. Observação participante.
Instrumentos	Observação de reuniões. Entrevistas semi-estruturadas em profundidade.
Resultados e conclusões	Informação como comunicação de experiências. Vazio informacional. Atitude informacional. Descontinuidade e perda informacional. Ausência de agentes mediadores. Discurso criminológico hegemônico. Importância da análise da informação.

Anexo 2

Fase exploratória da pesquisa

Roteiro das entrevistas com oficiais da PMMG

Sobre uso e geração de informações nos Consep de Belo Horizonte

Sou professor na PUC e aluno do doutorado em Ciência da Informação na Escola de Ciência da Informação da UFMG e estou fazendo uma pesquisa, como requisito para obtenção do título, sobre “o uso e a geração de informações e conhecimentos crime/criminalidade nos Consep de Belo Horizonte”.

Nessa fase da pesquisa, meu objetivo é conhecer um pouco sobre a visão que os comandantes, oficiais e policiais, de uma maneira geral, estão tendo dos Consep em Belo Horizonte e do papel ou importância da informação para sua constituição e funcionamento.

Esclareço que as informações prestadas serão gravadas e, posteriormente, transcritas para análise, mas que serão tratadas com o máximo cuidado ético-científico e que os entrevistados não serão identificados nominalmente de nenhuma forma, mas apenas em grupos, por exemplo: como oficiais, comandantes, praças ou membros do Consep, de forma a impossibilitar sua identificação e exposição pessoal.

Roteiro básico das perguntas

1) O que são, quais os objetivos e o que fazem os Consep em Belo Horizonte?

Se necessário, perguntar também:

A) Qual a importância ou o significado dos Consep para a PMMG em BH?

B) Qual a relação entre Consep e Policiamento Comunitário, isto é, qual o papel dos Consep no processo de implantação e consolidação do Policiamento Comunitário em BH?

C) O que se faz durante as reuniões dos Consep?

2) Como tem sido a participação da comunidade?

Se necessário perguntar também: Qual o principal motivo demonstrado para participação nos Consep? Por exemplo: medo da criminalidade, desejo de cooperar com a PM, desejo de ajudar a comunidade, conseguir projeção ou reconhecimento na comunidade, etc.

3) Que tipo de informações, materiais e estímulos a PM tem levado para orientar as atividades e trabalhos dos Consep?

4) Fale sobre o fluxo dessas informações, onde são produzidas e por onde passam até chegar nos Consep? Quais as principais barreiras nesse fluxo, as dificuldades de compartilhamento, manejo e implantação dos sistemas de informação sobre segurança pública ou criminalidade?

5) Qual a importância ou o papel das informações estatísticas georrefenciadas (geoprocessamento) nos Consep?

Se necessário perguntar também: A PM abre totalmente essas informações para a comunidade nas reuniões dos Consep?

6) Você considera que nos Consep esteja ocorrendo uma efetiva troca de informações entre a PM e a comunidade? Quais são as principais dificuldades de comunicação encontradas e o que já foi conseguido ou superado?

Se necessário perguntar também:

A) Com os Consep, a PM tem ficado mais bem informada sobre a segurança pública ou criminalidade naquela região?

B) E a comunidade, tem ficado mais bem informada e receptiva ao trabalho da PM?

7) Com os Consep a PM vem tendo acesso a informações que antes não possuía sobre a segurança pública ou a criminalidade na região? Que tipo de informação? Novos conhecimentos vêm sendo produzidos? Qual a importância dessas novas informações?

8) Como tem sido a participação de policiais (oficiais, gestores intermediários e praças) nos Consep?

9) Qual a sua avaliação quanto às perspectivas dos Consep em Belo Horizonte e seu papel na melhoria do quadro do policiamento e da segurança pública?

10) A população tem desenvolvido uma nova imagem do policial e da polícia e vice-versa, através desse trabalho compartilhado e interativo? As relações mútuas têm se modificado?

Anexo 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA *Membros não policiais militares do Consep*

- 1) O que você achou da última reunião do Consep? Por quê? Foi uma reunião típica ou atípica?
- 2) Quais assuntos ou temas discutidos nas últimas reuniões do Consep você tem achado mais relevantes e pertinentes?
- 3) Você tem aprendido coisas novas ou que não sabia acerca de segurança e criminalidade na sua região, depois que passou a frequentar as reuniões do Consep?
- 4) Durante as reuniões você tem podido expressar e externar suas idéias e opiniões?
- 5) Quem você acha que tem trazido mais idéias e opiniões relevantes e úteis nas reuniões do Consep?
- 6) Você considera que tem havido alguma discussão desnecessária nas reuniões do Consep? Dê exemplos.
- 7) Por que ou motivado por quais circunstâncias você participa do Consep?
- 8) Os índices, as estatísticas e os mapas sobre a criminalidade e ocorrências policiais da região têm sido apresentadas nas reuniões do Consep?
- 9) Em caso positivo: Qual a importância dessas informações para o Consep? Em caso negativo: (A) Você acha que deveriam ser apresentadas? Por quê? (B) Você saberia explicar ou tem alguma hipótese para o fato de não estarem sendo apresentadas?
- 10) Onde mais, além do Consep, você se informa ou busca informações para avaliar a situação da segurança ou criminalidade no seu bairro ou região?
- 11) Depois de estar participando dos Consep, sua opinião sobre a PM se modificou ou permaneceu a mesma?
- 12) Como você avalia o trabalho da PM no seu bairro?
- 13) Em síntese, na sua opinião, qual ou quais têm sido as principais dificuldades e desafios do Consep?

Identificação:

Idade. Estado civil. Há quanto tempo está no Consep. Formação escolar. Profissão. Tempo de residência no bairro ou nesse cargo nessa região.

Anexo 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Comandante e sub-comandante da CPM e comandante do 34º BPM

- 01) Qual a importância das reuniões do Consep para você, ou seja, por que você vai às reuniões do Consep?
- 02) Qual o tipo de questão ou assunto que você acha que deve ser tratado no Consep?
- 03) Qual o tipo de questão ou assunto que você acha que não deve ser tratado no Consep?
- 04) Na sua opinião têm havido discussões desnecessárias e abordagem de assuntos inadequados nas reuniões do Consep? Dê exemplos.
- 05) A sua participação no Consep o tem ajudado a trabalhar melhor? Como e por quê?
- 06) Você aprendeu ou tem aprendido coisas importantes ou que não sabia antes sobre segurança e criminalidade naquela região, a partir das reuniões do Consep?
- 07) Você costuma repassar para o seu pessoal o que acontece nas reuniões do Consep? Em caso positivo: Como eles têm recebido essas informações? Em caso negativo: por quê?
- 08) Como o seu pessoal de linha (praças) vê a sua participação no Consep? E a participação da PM de uma maneira geral?
- 09) Por que o pessoal de linha (praças) não participa das reuniões do Consep?
- 10) Durante as reuniões, você tem expressado ou externado livremente e sem reservas as suas idéias e opiniões ou há algumas que você tem preferido reservar? Em que casos?
- 11) Quem você acha que tem trazido mais idéias e opiniões relevantes e úteis às reuniões do Consep?
- 12) Você mantém contatos com o presidente do Consep fora das reuniões para cuidar de assuntos específicos? Quais assuntos?
- 13) Você mantém contatos com membros do Consep fora das reuniões para cuidar de assuntos específicos? Quais assuntos?
- 14) Você acessa regularmente as estatísticas e os mapas da criminalidade da região? Em caso positivo: Com que finalidade? Em caso negativo: Por quê?

- 15) Há um responsável pela análise das estatísticas? Quem lhe repassa essa informação e como?
- 16) O que você acha do uso desse tipo de informação (geoprocessamento) pela PMMG?
- 17) Você acha que a apresentação das estatísticas e dos mapas sobre a criminalidade da região podem servir para melhor orientar as discussões nas reuniões do Consep?
- 18) Por que elas não são apresentadas regularmente nas reuniões do Consep?
- 19) Você acessa regularmente as estatísticas e os mapas da criminalidade de outras regiões? Com que finalidade? Quem lhe repassa essa informação?
- 20) Em relação a sua experiência no Consep, ele tem funcionado mais como um lugar onde você presta ou recebe informações?
- 21) Que informações você acha mais importante prestar no Consep?
- 22) Que informações você acha mais importante receber no Consep?
- 23) Qual a referência mais importante para você saber se seu trabalho vai indo bem ou mal? Ou seja, como você fica sabendo ou avalia se seu trabalho está indo bem?
- 24) Como você avalia o trabalho do Consep na sua região? Por quê?
- 25) Na sua opinião, qual ou quais têm sido as principais dificuldades e desafios do Consep na região?

Identificação: Idade? Tempo na PMMG? Tempo no Consep? Formação escolar?

Anexo 5

Quadro 7 – Discurso criminológico hegemônico: alguns elementos constitutivos

- Criminalização dos conflitos sociais.
- Análise superficial e a-crítica dos problemas segurança pública.
- Despolitização das discussões sobre segurança pública.
- Marginalização da pobreza e criminalização da marginalidade.
- Utilização ideológica do crescimento da violência.
- Descrença nas medidas preventivas e em esforços voltados para ações sociais, educativas e culturais, como forma de promover a segurança pública e a paz social.
- Supervalorização do poder dissuasivo da polícia.
- Enfrentamento direto do crime, em detrimento de estratégias baseadas em análise de crimes.
- Reação imediata à violação da lei.
- Reforço da segurança privada e de soluções armadas como forma de prevenir a criminalidade.
- Ações policiais focalizadas nos criminosos, em detrimento da prevenção situacional e da manutenção/preservação da ordem.
- Orientação para determinados tipos de crime (contra o patrimônio e a propriedade privada), em detrimento dos chamados crimes do colarinho branco e ilegalidades nas operações econômicas e concorrenciais de corporações empresariais e nas atividades políticas.
- Ignora outros problemas e indicadores sociais tais como: insegurança alimentar, acidentes de trabalho, violência no trânsito.
- Descrença na possibilidade de ações conjuntas envolvendo Estado e sociedade civil organizada (movimentos sociais).
- Desumanização/demonização dos infratores e, ao mesmo tempo, maniqueísticamente, realçando a inocência e a candura das vítimas.
- Espetacularização/generalização de eventos isolados.
- Descrença na possibilidade de recuperação de condenados que já cumpriram penas.
- Recrudescimento das penas e valorização da punição como forma de persuasão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Batista (2002) e Santo-Sé (2005), acrescido do conjunto da bibliografia revisada sobre criminalidade e segurança pública.